

História e Economia

revista interdisciplinar

HISTÓRIA E ECONOMIA - revista interdisciplinar.

Instituto Lima Barreto para a Mobilidade Social. - vol. 32, nº2 (2025). - Rio de Janeiro

Semestral
ISSN 1808-5318

1. História - Periódicos
2. Economia - Periódicos
3. Finanças - Periódicos
4. Brasil - Periódicos
- I. Instituto Lima Barreto.

CCD 330.981

Instituto Lima Barreto para a Mobilidade Social

John Schulz

Presidente do Conselho

Bruna Zachi

Conselheira e Cofundadora

Nilson Vieira Oliveira

Diretor Geral

Luana Leão

Diretora

Equipe editorial

Roberta Barros Meira

Editora, Américas

Universidade da Região de Joinville

Francisco Parejo Moruno

Editor, Europa

Universidad de Extremadura

Alexandre Ramos

Editor Associado

Universidade de Évora

Bruno Marconi

Editor Associado

Universidade Federal de São João del Rei

Jose F. Rangel Preciado

Editor Associado

Universidad de Extremadura

Mayan Braga

Editora Associada

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Flávia Martins

Secretária Executiva

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Luiza Cabral

Secretária Adjunta

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Tamires Silva

Secretária Adjunta

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Conselho editorial

Alvaro Garrido

Universidade de Coimbra

Ana Sofia Ribeiro

Universidade de Évora

André Villela

Fundação Getúlio Vargas

Antonio Castro Henriques

Universidade de Lisboa

Antonio M. Linares Luján

Universidad de Extremadura

Antônio C. Jucá de Sampaio

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Antônio Penalves Rocha

Universidade de São Paulo

Carlos Eduardo Carvalho

Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo

Carlos Gabriel Guimarães

Universidade Federal Fluminense

Crislayne G. Marão Alfagali

Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro

Deivid Valério Gaia

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Felipe Pereira Loureiro

Universidade de São Paulo

Gail Triner

Rutgers University

Guy Pierre

Universidad Autónoma de la
Ciudad de México

Jaime Reis

Universidade de Lisboa

Javier Moreno Lazaro

Universidad de Valladolid

John K. Thornton

Boston University

Jonathan B. Wight

University of Richmond

José Luis Cardoso

Universidade de Lisboa

Leonor Freire Costa

Universidade de Lisboa

Luiz Felipe de Alencastro

Fundação Getúlio Vargas / Sorbonne

Mafalda Soares da Cunha

Universidade de Évora

Marcos Cintra

Unicamp

Pedro Carvalho de Mello

ESALQ

Universidade de São Paulo

Renato Leite Marcondes

Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto

Ricardo Feijó

Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto

Rita Almico

Universidade Federal Fluminense

Sergio Riesco Roche

Universidade Complutense de Madrid

Sigfrido Vazquez

Universidad de Extremadura

Steven Topik

University of California Irvine

Vitoria Saddi

Inspur

Instituto Lima Barreto para a Mobilidade Social
Rua Saubara, 189. Itanhangá.
Rio de Janeiro, RJ 22641-550

Universidad de Extremadura
Departamento de Historia
Avenida de Elvas s/n 06006 Badajoz, España

rhe@institutolb.org – <http://www.historiaeconomica.pt/>

A Revista História e Economia do Instituto Lima Barreto para a Mobilidade Social é uma publicação interdisciplinar editada pelo Instituto e pela Universidad de Extremadura (UNEX), sendo dirigida por um conselho editorial composto por professores de diferentes universidades, no Brasil, Espanha, Estados Unidos, Mexico e Portugal.

Sumário

I APRESENTAÇÃO

Nota do Editor <i>Editor's Note</i>	13
---	----

II ARTIGOS

A internacionalização do capital estadunidense no pós-guerra: determinantes, características e consequências <i>The Internationalization of U.S. Capital in the Post-War Period: Determinants, Characteristics, and Consequences</i> Leandro Ramos Pereira	20
Temporis hiatus de la joya escarlata (1900–1959): una perspectiva desde la penumbra sobre su producción y comercialización en el mercado canario <i>Temporis Hiatus of the Scarlet Jewel (1900–1959): A Perspective from the Shadow on Its Production and Marketing in the Canary Market</i> Echedey Sánchez Bonilla	37
O preço do dinheiro: as (des)razões dos juros no Brasil entre as décadas finais do século XX e os inícios do XXI <i>The Price of Money: The (Un)Reasons for Interest in Brazil between the Final Decades of the 20th Century and the Early 21st Century</i> Francisco Assis de Queiroz	58
O uso do estanho para a produção de utensílios domésticos, obras da Coroa e dispositivos de beneficiamento agrícola no Rio de Janeiro da segunda metade do século XVIII <i>The Use of Tin for the Production of Household Utensils, Crown Works, and Agricultural Processing Devices in Rio de Janeiro in the Second Half of the 18th Century</i> Alexander Lima Reis	75
História agrária no Brasil: novas perspectivas de pesquisa por meio do georreferenciamento <i>Agrarian History in Brazil: New Research Perspectives through Georeferencing</i> Mônica Ribeiro de Oliveira & Rafael Laguardia	89
Da província ao estado: o sistema tributário e as origens do endividamento público em Goiás <i>From Province to State: The Tax System and the Origins of Public Debt in Goiás</i> Deborah Oliveira Martins dos Reis	105

A política econômica da erva-mate paranaense e a Guerra da Tríplice Aliança <i>Paraná's Yerba Mate Economy and the War of the Triple Alliance</i>	
Matheus Pelaquim Silva.....	121
Circulação econômica na província do Rio de Janeiro: Estrela, a boca das Minas Gerais, c. 1724–1866 <i>Economic Circulation in the Province of Rio de Janeiro: Estrela, the Gateway</i> <i>to Minas Gerais (1724–1866)</i>	
Carlito Lopes de Oliveira Junior.....	144
Notas de economia política: imperialismo e dependência econômica no século XX <i>Notes on Political Economy: Imperialism and Economic Dependence in the</i> <i>20th Century</i>	
Pedro Henrique Marques Cardoso	159
Populismo econômico brasileiro da Nova República: uma análise sobre as políticas fiscais e monetárias brasileiras no período de 1995–2022 <i>Brazilian Economic Populism in the New Republic: An Analysis of Brazilian</i> <i>Fiscal and Monetary Policies in the 1995–2022 Period</i>	
Artur Francisco Junkes	177

Parte I

Apresentação

Nota do Editor

Publicamos o número 32 da revista *História e Economia: revista multidisciplinar*, que reúne dez contribuições de qualidade excepcional, dedicadas a temas de grande interesse no contexto atual da história econômica. Iniciando pelo artigo de Leandro Ramos Pereira, o autor analisa a internacionalização do capital estadunidense após a Segunda Guerra Mundial, cujo ponto central foi a expansão das grandes corporações internacionais e a emergência de uma nova etapa na forma de compreender a política externa e o investimento estrangeiro direto. Entre suas conclusões mais relevantes, destaca-se a elevada concentração do investimento externo dos Estados Unidos em países desenvolvidos e, dentro destes, em indústrias de transformação e em setores industriais ligados ao petróleo. Evidencia-se também que o investimento estrangeiro direto norte-americano serviu para consolidar a hegemonia dos Estados Unidos, contribuindo de maneira decisiva para a imposição de um padrão de consumo e tecnológico em todo o mundo capitalista.

Echedey Sánchez Bonilla analisa uma parcela relevante do setor agroindustrial das Ilhas Canárias no período de 1900 a 1959, em particular aquela relacionada à produção e comercialização da grana cochonilha. Essa etapa, pouco estudada, foi conceituada no campo analisado como o “*Temporis Hiatus da joia escarlate*”, período em que o setor sofreu decadência, marginalização e invisibilização socioeconômica desse produto natural no século XX. O trabalho baseia-se em fontes históricas, arquivísticas e comerciais que permitem verificar a persistência da cochonilha como corante natural valorizado na primeira metade do século XX, antes da reativação parcial do cultivo na ilha de Lanzarote, ocorrida na segunda metade do século.

Francisco Assis de Queiroz estuda a evolução das taxas de juros entre o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI, utilizando um enfoque de política monetária. O trabalho parte de uma concepção ortodoxa dessa política, cujo objetivo central é a estabilidade de preços, e a contextualiza na realidade monetária do Brasil no período analisado, com a finalidade de oferecer explicações para a persistência de taxas de juros muito elevadas no país ao longo do último meio século. As razões apresentadas pelo autor revelam-se bastante sugestivas, especialmente aquelas derivadas da análise do sistema de metas de inflação estabelecido pelas autoridades monetárias brasileiras.

Com uma abordagem que combina história econômica e história patrimonial, Alexander Lima Reis oferece uma contribuição original sobre o uso do estanho no Rio de Janeiro colonial. Esse mineral era utilizado na fabricação de utensílios domésticos e na produção artesanal de instrumentos agrícolas. O trabalho se destaca pelo rigor analítico e pelo aporte documental histórico que apresenta, além de se concentrar em um metal — o estanho — que teve um papel mais residual ou secundário em comparação ao ferro ou a outros metais preciosos no período colonial brasileiro. Sua contribuição é, de fato, original para o estado da arte, pois fornece indícios para a exploração do circuito comercial desse mineral no Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII.

O artigo de Mônica Ribeiro de Oliveira e Rafael Laguardia constitui uma contribuição extremamente relevante para a metodologia de pesquisa da história agrária brasileira, com foco na análise georreferenciada. Os autores buscam traçar as linhas gerais da evolução da história agrária do Brasil a partir de contribuições anteriores sobre as origens econômicas e sociais da atual nação. O aspecto mais interessante de sua investigação reside, a nosso ver, na síntese analítica das inovações metodológicas e técnicas relacionadas ao uso dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) históricos e sua aplicação ao estudo da História Agrária. O resultado mais evidente do trabalho é, portanto, de natureza metodológica, ao oferecer um novo instrumento para a análise histórica da questão agrária no Brasil, passível de ser considerado também no estudo dessa e de outras disciplinas em diferentes países e regiões.

Em um trabalho que articula a escala local ao marco institucional, Deborah Oliveira Martins analisa as origens do endividamento público em Goiás, situadas no final do século XIX. O artigo sustenta que, apesar das mudanças introduzidas pela Constituição de 1891 no Brasil, não houve alterações significativas no plano fiscal, de modo que o déficit e a dívida pública — que já eram estruturais em Goiás havia décadas — mantiveram-se elevados, sem grandes transformações.

Fundamentado em ampla documentação primária e secundária, o estudo evidencia a persistência do endividamento e do déficit público como sintomas de continuidade na gestão pública em dois regimes políticos e institucionais aparentemente distintos.

Matheus Pelaquim Silva analisa, em seu trabalho, a relação entre a economia da erva-mate na província do Paraná e a questão militar da Guerra do Paraguai, ocorrida entre 1864 e 1870. Amparado em fontes primárias e secundárias inéditas, muitas delas de caráter institucional ou jurídico, e com uma metodologia orientada pela História dos Conceitos, o autor consegue demonstrar como uma economia de base agrária e profundamente enraizada no território, como a da erva-mate, pôde atuar como fator impulsor da entrada do Paraná na Guerra do Paraguai.

Em uma temática completamente distinta, Carlito Lopes de Oliveira estuda, em seu artigo, a circulação econômica na província brasileira do Rio de Janeiro no período de 1724 a 1866. O trabalho toma como referência o município de Estrela, que se destacou por sua relevância comercial na Baía de Guanabara, e analisa a evolução dos sistemas de transporte fluvial e ferroviário, bem como as relações econômicas derivadas da exploração do ouro e do café. O texto é especialmente sugestivo para compreender melhor o impacto da ordenação do território e da construção de infraestruturas de comunicação e transporte no desenvolvimento econômico das regiões, afetando diretamente suas dinâmicas institucionais e comerciais.

Pedro Henrique Marques Cardoso propõe uma investigação metodologicamente consistente sobre o debate em torno da dinâmica das relações imperialistas ao longo do século XX, no qual subjaz a ideia de que as transformações assumidas pelo modo de produção capitalista deram origem a uma nova forma de imperialismo, desta vez mais associada às grandes corporações. Nesse sentido, o trabalho busca relacionar a política imperialista conduzida pelos Estados Unidos com a dependência econômica que muitas nações periféricas passaram a apresentar, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Sugere, ainda, que o poder global norte-americano foi capaz de se reestruturar — de forma intelectual e moral e abandonando a coerção — para impor seu modelo cultural e tecnológico, que está na base da dependência econômica que hoje muitas nações periféricas mantêm em relação ao gigante norte-americano.

Por fim, Artur Francisco Junkes realiza um exercício de investigação sobre os governantes brasileiros do período de 1995 a 2022 e seu enquadramento na taxonomia do Populismo Econômico, no que se refere às políticas monetária e fiscal. Com uma metodologia bastante diversificada, o estudo apresenta resultados muito interessantes, que permitem incluir o governo Dilma e Bolsonaro e parte do mandato de Fernando Henrique Cardoso nessa taxonomia, uma vez que seus posicionamentos político-econômicos se afastaram da aplicação efetiva das medidas econômicas e dos resultados esperados nos principais indicadores macroeconômicos.

Nota del Editor

Publicamos el número 32 de la revista *História e Economia: revista multidisciplinar*, que consta de diez contribuciones de una calidad sobresaliente, sobre temáticas de gran interés en el marco actual de la historia económica. Comenzando por el artículo de Leandro Ramos Pereira, este analiza la internacionalización del capital estadounidense tras la segunda guerra mundial, que tuvo como punto clave la expansión de grandes corporaciones internacionales y la llegada de una nueva etapa en la forma de entender la política exterior y la inversión externa directa. Entre sus conclusiones más relevantes se encuentra la elevada concentración de la inversión externa estadounidense en países desarrollados y, dentro de estos, en industrias transformadoras y en sectores industriales vinculados al petróleo. También que la inversión extranjera directa de Estados Unidos sirvió para consolidar la hegemonía norteamericana, de manera que acabó contribuyendo de forma clave a la imposición de un patrón de consumo y tecnológico en todo el mundo capitalista.

Echedey Sánchez Bonilla analiza una parte relevante del sector agroindustrial de Canarias durante el período 1900–1959, en particular, el relativo a la producción y comercialización de la grana cochinilla. Esta etapa, inusualmente estudiada, ha sido conceptualizada en el ramo estudiado como el «*Temporis Hiatus* de la joya escarlata», y en ella el sector sufrió la decadencia, marginalización e invisibilización socioeconómica de este producto natural hasta bien entrado el siglo XX. El trabajo se nutre de fuentes históricas, archivísticas y comerciales que permiten verificar su persistencia como colorante natural valorado en la primera mitad del siglo XX, antes de la reactivación parcial del cultivo en la isla de Lanzarote ocurrida en la segunda mitad de la centuria.

Francisco Assis de Queiroz estudia la evolución de los tipos de interés entre finales del siglo XX y las primeras décadas del siglo XXI, utilizando un enfoque de política monetaria. El trabajo parte de una concepción ortodoxa de esta política, cuyo objetivo es la estabilidad de precios, y la contextualiza en la realidad monetaria de Brasil en el periodo analizado, con la finalidad de ofrecer razones que puedan explicar la persistencia en Brasil de tipos de interés muy elevados en el último medio siglo. Estas razones, expuestas por el autor, acaban siendo muy sugerentes, al derivar algunas del interesante análisis que se hace del sistema de objetivos de inflación fijado por las autoridades monetarias brasileñas.

Con un enfoque que mezcla la historia económica con la historia patrimonial, Alexander Lima Reis proporciona una original contribución sobre el uso del estaño en el Río de Janeiro colonial. Este mineral era usado para la fabricación de utensilios de casa o para la fabricación artesanal de aperos para la agricultura. El trabajo destaca por su rigor y por el aporte documental histórico que contiene, además de por centrarse en un metal, el estaño, que tuvo un carácter más residual o secundario frente al hierro u otros metales preciosos en la época colonial brasileña. Su aportación es, de hecho, una contribución original al estado de la cuestión, pues ofrece pistas para explorar el circuito comercial de este mineral en Río de Janeiro en la segunda mitad del siglo XVIII.

El artículo de Mônica Ribeiro de Oliveira y Rafael Laguardia constituye una aportación muy relevante a la metodología de investigación de la historia agraria brasileña, centrada en el análisis georeferenciado. Los autores buscan trazar las líneas generales de la evolución de la historia agraria de Brasil a partir de las contribuciones previas sobre los orígenes económicos y sociales de la actual nación brasileña. Lo interesante de su investigación es, a nuestro criterio, la síntesis analítica que ofrecen de las innovaciones metodológicas y técnicas que existen en torno al uso de los SIG históricos y su aplicación en el estudio de la Historia Agraria. El resultado más evidente de su trabajo es, de hecho, de carácter metodológico, pues proporcionan un instrumento nuevo para el análisis histórico de la cuestión agraria en Brasil, que puede ser tomado en cuenta para el estudio de esta y otras disciplinas en otros países y regiones.

En un trabajo que enlaza el enfoque local con el marco institucional, Deborah Oliveira Martins analiza los orígenes del endeudamiento público en Goiás, situados a finales del siglo XIX. El artículo sostiene que, a pesar de los cambios que introdujo la Constitución de 1891 en Brasil, no hubo alteraciones significativas en el plano fiscal, de manera que el déficit y la deuda pública, que habían sido estructurales en Goiás desde décadas atrás, se mantuvo elevado sin grandes cambios. El trabajo,

que está fundamentado en cuantiosa documentación primaria y secundaria, evidencia la persistencia del endeudamiento y del déficit público como síntoma de continuidad en la gestión pública en dos regímenes políticos e institucionales aparentemente diferentes.

Matheus Pelaquim Silva analiza en su trabajo la relación de la economía de la hierba mate provincial paranaense y la cuestión militar de la Guerra del Paraguay, que aconteció entre 1864 y 1870. Apoyado en fuentes primarias y secundarias novedosas, muchas de ellas de carácter institucional o jurídico, y con una metodología enfocada en la Historia de los conceptos, el autor consigue mostrar cómo una economía de base agraria y arraigada en el territorio, como la de la hierba de mate, pudo ser un factor impulsor de la entrada del Paraná en la guerra de Paraguay.

En una temática completamente diferente, Carlito Lopes de Oliveira estudia en su artículo la circulación económica en la provincia brasileña de Río de Janeiro en el período 1724-1866. El trabajo toma como referencia el municipio de Estrela, que destacó por su relevancia comercial en la Bahía del Guanabara, y analiza la evolución de los sistemas de transporte fluvial y ferroviario y las relaciones económicas que se derivaron de la explotación del oro y del café. El texto resulta especialmente sugerente para entender mejor el impacto que tiene la ordenación del territorio y la construcción de infraestructuras de comunicación y transporte en el desarrollo económico de las regiones, afectando de forma directa a las dinámicas institucionales y comerciales de estas.

Pedro Henrique Marques Cardoso propone una investigación muy interesante, y metodológicamente consistente, sobre el debate que surgió sobre la dinámica de las relaciones imperialistas a lo largo del siglo XX, bajo el cual subyace la idea de que las transformaciones asumidas por el modo de producción capitalista dieron lugar a un nuevo modo de imperialismo, esta vez, más asociado a las grandes corporaciones. En este sentido, el trabajo busca relacionar la política imperialista llevada a cabo por Estados Unidos con la dependencia económica que muchas naciones periféricas han acabado teniendo, especialmente tras la segunda guerra mundial. Sugiere, igualmente, que el poder global norteamericano fue capaz de reestructurarse, de una forma intelectual y moral y abandonando la coerción, para imponer su modelo cultural y tecnológico, que está en la base de la dependencia económica que hoy muchas naciones periféricas tienen del gigante norteamericano.

Finalmente, Artur Francisco Junkes hace un magnífico ejercicio de investigación sobre los gobernantes brasileños del período 1995-2022 y sobre su encaje en la taxonomía del Populismo Económico, en términos de política monetaria y fiscal. Con una metodología muy variada, el estudio arroja resultados muy interesantes, que permiten incluir al gobierno de Dilma y Bolsonaro y a parte del mandato de FHC dentro de esta taxonomía, al alejarse sus planteamientos políticos económicos de la aplicación efectiva de sus medidas económicas y de los resultados esperados en ellas en los principales indicadores macroeconómicos.

Editor's Note

We are publishing issue number 32 of *History and Economy: An Interdisciplinary Journal*, which comprises ten outstanding contributions on topics of great interest within the current framework of economic history. Beginning with the article by Leandro Ramos Pereira, this work analyzes the internationalization of US capital after the Second World War, a process marked by the expansion of large international corporations and the arrival of a new era in the understanding of foreign policy and foreign direct investment. Among his most relevant conclusions is the high concentration of US foreign investment in developed countries and, within these, in manufacturing industries and industrial sectors linked to oil. He also notes that US foreign direct investment served to consolidate American hegemony, ultimately contributing significantly to the imposition of a particular pattern of consumption and technology throughout the capitalist world.

Echedey Sánchez Bonilla analyzes a significant portion of the Canary Islands' agro-industrial sector during the period 1900–1959, specifically focusing on the production and marketing of cochineal. This neglected period has been conceptualized within the field as the "*Temporis Hiatus* of the Scarlet Jewel," during which the sector suffered decline, marginalization, and socioeconomic invisibility. The work draws on historical, archival, and commercial sources that allow us to verify cochineal's continued use as a valued natural dye in the first half of the 20th century, before the partial revival of its cultivation on the island of Lanzarote in the second half of the century.

Francisco Assis de Queiroz studies the evolution of interest rates between the end of the 20th century and the first decades of the 21st century, using a monetary policy approach. The work begins with an orthodox conception of this policy, whose objective is price stability, and contextualizes it within the monetary reality of Brazil during the period analyzed, with the aim of offering reasons that might explain the persistence of very high interest rates in Brazil over the last half-century. These reasons, presented by the author, prove to be quite suggestive, as some derive from the insightful analysis of the inflation targeting system established by the Brazilian monetary authorities.

With an approach that blends economic and patrimonial history, Alexander Lima Reis offers an original contribution on the use of tin in colonial Rio de Janeiro. This mineral was used for making household utensils and for the artisanal production of agricultural implements. The work stands out for its rigor and the historical documentation it contains, as well as for focusing on tin, a metal considered secondary to iron and other precious metals in colonial Brazil. His contribution is, in fact, an original one, offering clues for exploring the trade network of this mineral in Rio de Janeiro during the second half of the 18th century.

The article by Mônica Ribeiro de Oliveira and Rafael Laguardia makes a highly relevant contribution to the research methodology of Brazilian agrarian history, focusing on georeferenced analysis. The authors seek to trace the general lines of the evolution of Brazil's agrarian history based on previous contributions regarding the economic and social origins of the current Brazilian nation. What is interesting about their research, in our opinion, is the analytical synthesis they offer of the methodological and technical innovations surrounding the use of historical GIS and its application in the study of agrarian history. The most evident result of their work is, in fact, methodological in nature, as they provide a new instrument for the historical analysis of the agrarian question in Brazil, which can be a model for the study of other countries and regions.

In a work that links the local perspective with the institutional framework, Deborah Oliveira Martins analyzes the origins of public debt in Goiás, dating back to the late 19th century. The article argues that, despite the changes introduced by the 1891 Constitution in Brazil, there were no significant alterations in the fiscal sphere, so the deficit and public debt, which had been structural in Goiás for decades, remained high without major changes. The work, which is based on extensive primary and secondary documentation, demonstrates the persistence of public debt and deficit as a symptom of continuity in public management under two seemingly different political and institutional regimes.

In his work, Matheus Pelaquim Silva analyzes the relationship between the yerba mate economy of Paraná province and the military aspects of the Paraguayan War, which took place

between 1864 and 1870. Drawing on new primary and secondary sources, many of them institutional or legal in nature, and employing a methodology focused on the history of concepts, the author demonstrates how an agrarian economy, such as that of yerba mate, could have been a driving force behind Paraná's involvement in the Paraguayan War.

On a completely different topic, Carlito Lopes de Oliveira studies economic activity in the Brazilian province of Rio de Janeiro during the period 1724-1866. His work focuses on the municipality of Estrela, which was notable for its commercial importance in Guanabara Bay, and analyzes the evolution of river and rail transport systems and the economic relationships that arose from gold mining and coffee. The text is particularly insightful for understanding the impact of land-use planning and the construction of communication and transportation infrastructure on the economic development of regions, directly affecting their institutional and commercial dynamics.

Pedro Henrique Marques Cardoso proposes a very interesting and methodologically sound investigation into the debate that arose regarding the dynamics of imperialist relations throughout the 20th century. Underlying this debate is the idea that the transformations undertaken by the capitalist mode of production gave rise to a new form of imperialism, this time more closely associated with large corporations. In this sense, the work seeks to link the imperialist policies pursued by the United States with the economic dependence that many peripheral nations have experienced, especially after the Second World War. It also suggests that American global power was able to restructure itself, intellectually and morally, and by abandoning coercion, in order to impose its cultural and technological model, which underlies the economic dependence that many peripheral nations have on the American giant today.

Finally, Artur Francisco Junkes conducts a superb research exercise on Brazilian leaders from 1995 to 2022 and their place within the taxonomy of Economic Populism, in terms of monetary and fiscal policy. Using a diverse methodology, the study yields very interesting results, allowing the inclusion of the Dilma and Bolsonaro governments and part of Cardoso's administration within this taxonomy, given the divergence of their political and economic approaches from the effective implementation of their economic measures and the expected results in key macroeconomic indicators.

Parte II

Artigos

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL ESTADUNIDENSE NO PÓS-GUERRA: DETERMINANTES, CARACTERÍSTICAS E CONSEQUÊNCIAS

THE INTERNATIONALIZATION OF U.S. CAPITAL IN THE POST-WAR PERIOD: DETERMINANTS, CHARACTERISTICS, AND CONSEQUENCES

Leandro Ramos Pereira^a

^aDoutor em Ciências Econômicas pela UNICAMP, professor adjunto em dedicação exclusiva do magistério superior
Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ)
Contato principal: leandro.pereira@ie.ufrj.br

Resumo

O objetivo deste trabalho foi analisar os determinantes, as características e as consequências da internacionalização do capital estadunidense entre 1945 e 1971, período compreendido entre a ascensão e crise da Era Dourada do Capitalismo. Apontamos a problemática da internacionalização de suas corporações no imediato pós-guerra e os mecanismos de superação ao longo dos dez anos seguintes à Segunda Guerra. Discorremos sobre a relação entre o investimento direto externo (IDE) e a política externa adotada, assim como o perfil de IDE realizado – incluindo a localização geográfica, o volume e as características setoriais. Avaliamos, por fim, o impacto da internacionalização do capital sobre as relações intercapitalistas e interestatais, as contas externas dos Estados Unidos (EUA) e a formação do capital multinacional. A pesquisa apresenta as seguintes conclusões: i) as inseguranças econômicas e geopolíticas do imediato pós-guerra foram responsáveis pela retutância do capital estadunidense em se internacionalizar – superadas pela retomada do crescimento mundial e pela concretização da política externa e de segurança nacional dos Estados Unidos; ii) os investimentos externos se concentraram nos países economicamente avançados e em setores ligados à indústria de transformação e de petróleo; iii) o IDE realizado no período consolidou o poder do capital americano no âmbito da concorrência oligopolista, amenizou os problemas de balança de pagamentos e universalizou o padrão de consumo e tecnológico irradiado a partir dos Estados Unidos e de suas multinacionais.

Palavras-chave: Internacionalização do capital; Investimento Direto Externo; Estados Unidos.

Códigos JEL: F21; F23; F50.

Abstract

The objective of this study is to analyze the causes, characteristics, and consequences of the internationalization of U.S. capital between 1945 and 1971, a period spanning the rise and crisis of the Golden Age of Capitalism. We address the challenges faced by U.S. corporations in the immediate post-war period regarding their internationalization and the mechanisms through which these challenges were overcome during the decade following World War II. The study examines the relationship between foreign direct investment (FDI) and U.S. foreign policy, as well as the profile of FDI undertaken—considering geographic location, volume, and sectors. Finally, we assess the impact of capital internationalization on

inter-capitalist and inter-state relations, on the external accounts of the United States, and on the formation of multinational capital. The research leads to the following conclusions: i) the economic and geopolitical uncertainties of the immediate post-war period were responsible for U.S. capital's initial reluctance to internationalize—a reluctance later overcome by the resumption of global growth and the consolidation of U.S. foreign and national security policy; ii) external investments were concentrated in economically advanced countries and in sectors related to manufacturing and the oil industry; iii) the FDI undertaken during this period consolidated the power of American capital within the framework of oligopolistic competition, mitigated balance of payments problems, and universalized the consumption and technological patterns radiating from the United States and its multinational corporations.

Keywords: Internationalization of capital; Foreign Direct Investment (FDI); United States.

JEL Codes: F21; F23; F50.

INTRODUÇÃO

A história do capitalismo pode ser considerada, no âmbito da Economia Política Internacional, a história da Pax Britânica no século XIX e do Poder Americano no século XX. Em comum, ambas as potências articularam a ordem geopolítica e econômica internacional no entorno dos parâmetros definidores do poder estrutural: moeda/finanças, armas/guerra, produção/consumo, tecnologia (Strange, 1987). Não obstante, a assim chamada hegemonia norte-americana, construída e consolidada ao longo do século passado, teve características distintas da britânica.

Segundo Arrighi (1996), enquanto a integração britânica se apoiou na participação equilibrada e intensa tanto do comércio quanto do investimento direto externo, no caso estadunidense, a participação do comércio internacional no produto doméstico foi menos relevante. O papel do capital internacional e de suas corporações foi imprescindível para a formação do poder global estadunidense, tanto no que se refere à construção de uma rede de pagamentos internacionais no entorno do dólar, quanto da universalização do seu modo de vida e padrão de consumo (Panitch & Gindin, 2012).

A centralidade das exportações de capitais e da internacionalização dos conglomerados multinacionais esteve no bojo de diversas perspectivas teóricas que enfatizaram os elementos particulares das relações econômicas e interestatais no século XX. Autores clássicos como Hilferding (1985), Hymer (1972a; 1972b), Barrat-Brawn (1974) e Michallet (1983) reconheceram o processo de expansão extraterritorial do capital monopolista como marco determinante do capitalismo do século XX – uma necessidade própria deste modo de produção. Ela simbolizava, não apenas a internacionalização de fluxos materiais e financeiros, mas também de relações sociais de produção especificamente capitalistas.

Cabe mencionar, entretanto, que a forma de internacionalização do capital não foi permanente ao longo do período. Se, no final do século XIX e início do século XX, as exportações de capitais se destinavam a setores ligados à produção de matérias-primas e construção de infraestrutura urbana e de transportes, a partir da segunda metade deste século, como veremos, a internacionalização, sob a liderança estadunidense, concentrou-se, principalmente, na indústria de transformação. Ademais, o tipo de organização, o padrão tecnológico e as estratégias financeiras e comerciais foram distintos. Também houve um vínculo mais estreito entre o IDE estadunidense e sua política externa de defesa e segurança nacional. O momento-chave deste processo ocorreu durante a Era Dourada do Capitalismo, período de universalização do estilo de vida estadunidense (Furtado, 1987).

Este estudo visa expor as particularidades da internacionalização dos conglomerados americanos no período pós-guerra, de 1945 a 1971. Abordaremos a questão da expansão de seu capital no período imediatamente após a guerra, os fatores específicos que influenciam sua internacionalização, suas particularidades e os efeitos na economia dos Estados Unidos. Na seção inicial deste estudo, expomos os desafios iniciais enfrentados na internacionalização do capital americano. A seguir, examinaremos como a política externa influencia a expansão de seu IDE. Na terceira seção, descreveremos o padrão

de investimento direto externo (IDE) realizado durante o período. Posteriormente, indicaremos os efeitos da internacionalização no contexto da competição entre capitais e Estados Nacionais. Na quinta seção, estabeleceremos a conexão entre o IDE dos Estados Unidos e suas contas externas, além de realçar o movimento de concentração e centralização derivado da formação do capital transnacional. Por fim, faremos algumas considerações finais.

1. A RELUTÂNCIA DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL ESTADUNIDENSE NO IMEDIATO PÓS-GUERRA

A internacionalização do capital estadunidense não é uma exclusividade do período de Bretton Woods. A intensificação de seus investimentos externos foi sustentada pelo potencial de crescimento de sua política externa. Antes da Segunda Guerra, o capital americano expandiu-se para além de suas fronteiras em pelo menos duas ocasiões: a primeira no final do século XIX e a segunda na década de 1920. No entanto, foi apenas no final da Segunda Guerra Mundial que a internacionalização do capital se tornou um ponto estratégico fundamental na criação da nova ordem internacional baseada no poder dos Estados Unidos.

Em 1850, metade das 50 grandes corporações estadunidenses – tais como a Standard Oil, G.E., National Cash Register e American Bell – apresentaram expressivas operações extraterritoriais. Em 1914, o IDE estadunidense alcançou a cifra de US\$2,65 bilhões – representando 7% do PNB estadunidense. Após a Primeira Guerra Mundial, os investimentos diretos voltaram a se expandir, muito em função do aumento das barreiras comerciais, alcançando uma cifra de US\$7,2 bilhões em 1929. Neste mesmo ano, os Estados Unidos contabilizaram 1.057 empresas manufatureiras subsidiárias produzindo internacionalmente. No entanto, após a crise de 1929, o acirramento das rivalidades interestatais e as restrições políticas ao IDE restringiram o movimento de expansão internacional. Há, portanto, uma tendência à internacionalização das corporações estadunidenses desde o final do século XIX (Hymer, 1972a, p. 55; Fatemi & Williams, 1975, p. 19-21).

A maior parte do investimento direto externo estadunidense foi destinada, entretanto, ao continente americano – América Latina e Canadá. Tais investimentos eram inferiores aos acumulados pelos britânicos desde o século XIX.

Tabela 1 - Investimento Direto Externo dos Principais Países Exportadores de Capital (%)

Países	1914	1930	1960
Grã-Bretanha	50,3	43,8	24,5
França	22,2	8,4	4,7
Alemanha	17,3	2,6	1,1
Holanda	3,1	5,5	4,2
Suécia	0,3	1,3	0,9
EUA	6,3	35,3	59,1
Canadá	0,5	3,1	5,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Magdoff, 1969, p. 56.

A tabela apresentada indica uma trajetória de crescimento contínuo na participação dos Investimentos Diretos Externos (IDEs) provenientes dos Estados Unidos em relação ao volume total de investimentos, no período compreendido entre 1914 e 1960. No entanto, a internacionalização do capital norte-americano assumiu uma nova dimensão no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. Esperava-se que a expansão dos investimentos estrangeiros desempenhasse um papel central na dinamização das relações comerciais e financeiras no âmbito do sistema de pagamentos estabelecido por Bretton Woods (Hudson, 2003, p. 152). Do ponto de vista ideológico, os pronunciamentos do então Secretário de Estado Cordell Hull, em 1942, aliados às diretrizes estratégicas contidas no documento confidencial NSC-68, tornaram evidente a articulação entre os conceitos de “mundo livre” e “livre iniciativa”, como parte da construção de uma nova ordem econômica internacional. No célebre Relatório Gordon Gray, elaborado em 1950, em um contexto caracterizado pela escassez de dólares

e pelas dificuldades enfrentadas na retomada do comércio internacional, reafirmou-se a relevância da ampliação do investimento externo privado como instrumento para a revitalização da economia mundial e para o apoio aos países estrangeiros. Nesse documento, destacava-se a necessidade de implementar políticas de segurança e de proteção às empresas internacionais, de modo a criar um ambiente favorável à expansão do capital privado estadunidense no exterior (Gray, 1950; Ribas, 2001, p. 46; US National Security Council, 1950).

Mas, diferentemente do que esperavam os estrategistas políticos, o investimento externo estadunidense demorou a decolar. O período que vai do final dos anos 40 até a primeira metade dos anos 50 foi caracterizado por diversas tentativas fracassadas de estimular a internacionalização de suas corporações.

O argumento inicial do setor empresarial – segundo a *National Association of Manufacturing* – para a timidez dos investimentos diretos externos no final dos anos 40 e início dos anos 50 foi de que não existiam garantias básicas das nações receptoras de capitais – desde direitos de transferências dos rendimentos em dólar até impostos para tributos discriminatórios –, imprescindíveis à sua intensificação. A partir desta constatação, Nelson Rockefeller apresentou, a pedido da administração Truman, um importante relatório para o *International Development Advisory Board* sobre o investimento privado externo, estabelecendo um conjunto de recomendações para estimulá-lo, tais como a centralização das agências internacionais relacionadas aos negócios estadunidenses no exterior, o desenvolvimento de mecanismos de financiamento de importação de tecnologia estadunidense – US\$ 500 bilhões via Eximbank –, o aumento de incentivos fiscais e tratados bilaterais que garantissem proteção ao capital privado e conversão de seus lucros, isenções tributárias específicas, tratados comerciais específicos com países receptores de capitais estadunidenses, seguros contra expropriações e financiamentos específicos a empresas que buscasse a expansão externa (US International Development Advisory Board , 1951).

Os programas iniciais de estímulo à expansão internacional do capital da administração Truman foram limitados. Por estarem num estágio inicial, eles foram modestos em seu escopo, subscrevendo um número reduzido de contratos de conversibilidade e limitadas garantias contra expropriações. Por estes motivos, as grandes corporações não quiseram assumir o risco da internacionalização. Durante a administração Eisenhower, todos os programas de investimentos externos foram transferidos para o *Foreign Operation Administration*, centralizando suas decisões. Com o intuito de ampliar os investimentos diretos externos, a Comissão de Política Externa apresentou, em agosto de 1953, novas recomendações ao staff governamental, tais como: a continuidade dos tratados bilaterais, diplomacias de convencimento frente aos países estrangeiros, políticas de confiança ao investidor privado, reduções tributárias ao IDE, extensões de garantias contra expropriações e conversibilidade, o aumento do papel do Eximbank no Japão e Europa Ocidental, e subsídios aos investimentos externos em matérias-primas e infraestrutura (Fatemi & William, 1975, p. 28-30).

Novamente, o investimento privado externo relutou em se expandir. A visão das 178 maiores corporações estadunidenses – que representava 90% do total do IDE –, apresentada no relatório *American Investment Abroad* de 1953, era a de que existia um conjunto adicional de entraves que impedia sua expansão externa, tais como cotas de exportações, limites das remessas de lucros e conversibilidade, controle de capitais, falta de legislação específica, falta de capacitação técnica e educacional, falta de infraestrutura, existência de câmbios múltiplos, restrições de importações, tratamento desigual a leis de propriedade e requerimentos de participação nos investimentos. É importante ressaltar que, além destas questões, na primeira década após a guerra, os capitais estadunidenses estavam nacionalmente engajados nos programas de reconversão da produção militar em investimentos civis. Por estes motivos, em março de 1954 e junho de 1955, Eisenhower solicitou ao Congresso autorizações adicionais para encorajar os fluxos de investimentos diretos externos. Mas, apesar das recomendações e esforços governamentais, os investimentos diretos externos entre 1950-55 foram apenas 10% superiores ao realizado entre 1924-29, sendo que a maioria foi destinada a setores como petróleo, bauxita, madeira e outros recursos minerais (United States Bureau of Foreign and Domestic Commerce, 1953; Panitch & Gindin, 2012, p. 90).

Foi somente após a segunda metade dos anos 50 que os investimentos externos estadunidenses começaram a decolar. Como é possível observar na tabela abaixo, de um patamar de US\$11,8 bilhões em 1950, o fluxo de investimento direto externo estadunidense alcançou em 1970 o valor de US\$78,1 bilhões.

Tabela 2 - Investimento Direto Externo e Ativos Externos Privados Estadunidenses (bilhões de dólares)

Investimento Direto Externo	Ativos Externos
1950	11,8
1957	25,5
1960	31,9
1966	61,8
1970	78,1
1977	147,2
1950	19,0
1955	29,1
1960	49,2
1965	81,4
1970	118,8
1974	201,5

Fonte: *US Tariff Commission*, 1973, p. 97; Lipsey, E. R., 1993, p. 147-8; *US Bureau of Census*, 1982, p. 823.

A posse de ativos externos também teve um significativo aumento a partir da segunda metade dos anos 50, saindo de US\$29,1 bilhões em 1955 para US\$201,5 bilhões em 1970. A seguir, analisaremos os motivos para a sua aceleração.

2. INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E A CENTRALIDADE DA POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE

A aceleração do investimento externo estadunidense na segunda metade dos anos 50 e o aumento do seu papel nas relações econômicas internacionais suscitaram um conjunto variado de interpretações teóricas e empíricas dentro do staff intelectual acadêmico quanto aos motivos da internacionalização do capital em geral, e da expansão do capital estadunidense em particular.

A tendência à expansão externa correspondente ao poder das corporações estadunidenses foi levantada por autores como Stephen Hymer (1972a) e Charles Kindleberger (1969). Sua expansão esteve ligada ao tamanho da corporação, seu horizonte geográfico, sua perspectiva global, sua superioridade tecnológica, administrativa e financeira e às transformações nos setores de transportes e comunicações em escala mundial (Hymer, 1972a, p. 56-7; Kindleberger, 1969, p. 09).

O imperativo da concorrência oligopolista foi apresentado por Judd Polk (1966) e Raymond Vernon (1971). Para o primeiro autor, a competição oligopolista impôs a necessidade de crescimento corporativo continuado para além dos limites geográficos nacionais, como condição para a manutenção de sua participação nos mercados em expansão e garantia de rentabilidade imprescindível a novas rodadas de inversões (Polk, 1966, p. 13.). Para o último, a internacionalização seria consequência do estágio de padronização do ciclo do produto, caracterizado pela difusão tecnológica, organizacional e administrativa. Este processo reduzia as vantagens ligadas às exportações e aumentava os benefícios da internacionalização da produção em direção aos países importadores, novos polos de incorporação tecnológica (Vernon, 1971, p. 213-7).

Os motivos relacionados aos custos e ganhos de capital foram ressaltados por Peggy Musgrave (1969) e Robert Aliber (1970). A primeira levantou as nuances das políticas tributárias – provisões diferenciais e impostos creditícios – sobre a rentabilidade das corporações, e seus impactos sobre os investimentos externos (Musgrave, 1969, p. 109). Já o último ressaltou a importância dos mercados de capitais, os diferentes riscos cambiais e a preferência por ativos em moeda forte como elemento determinante do investimento direto externo (Aliber, 1970, p. 20).

Robert Gilpin (1975) destacou a dinâmica econômica dos países concorrentes como elemento dinamizador do investimento direto externo. Se num primeiro momento a internacionalização era resultado da hegemonia do país exportador de capital, num segundo momento ela seria resposta ao seu declínio e à expansão econômica-industrial dos países concorrentes, centralizadores de novas vantagens econômicas e tecnológicas (p. 50-60). No plano oposto, Michalet (1983) argumentou que a internacionalização do capital representava a própria extensão geográfica – política e econômica – do Estado de origem. Ela reforçava a difusão do modo de produção capitalista mediante o deslocamento da produção de mais-valia – e do ciclo do capital –, aprofundando as relações de dominação e dependência intrínseca à fase imperialista do capitalismo (p. 20, 99-100).

Em que pese alguns deslizes e exageros, vemos como relativamente válidas e não necessariamente

excludentes a maioria das interpretações levantadas acima¹. De fato, o tamanho e o poder das corporações estadunidenses estiveram por trás do seu potencial expansivo, na busca por elevados lucros, por maior participação nos mercados externos, por vantagens nos canais de exportações através do IDE e por antecipações em campos tecnológicos desenvolvidos externamente (Magdoff, 1969, p. 199).

A retomada do crescimento mundial, o excesso de capacidade e a desaceleração econômica dos Estados Unidos na segunda metade dos anos 50, o crescimento industrial dos países economicamente avançados, a adoção de medidas protecionistas, os incentivos dos países receptores de capitais e o desenvolvimento do Mercado Comum Europeu foram elementos estimulantes para o crescimento dos investimentos diretos externos no período. No mesmo sentido, a retomada da conversibilidade em 1958 foi um marco significativo para a retomada das relações monetárias e financeiras internacionais, garantindo a possibilidade de conversão dos lucros e dividendos dos capitais em moeda forte, intensificando as relações entre os mercados de capitais dos países economicamente avançados (Michalet, 1983, p. 154-62; Block, 1980, p. 222; Panitch & Gindin, 2012, p. 113; Gilpin, 1975, p. 124-6).

As políticas fiscais foram importantes estímulos para esta internacionalização, uma vez que possibilitaram a expansão das margens de lucro das corporações que operavam internacionalmente. No *Revenue Act* de 1962, os Estados Unidos eliminaram a dupla taxação dos lucros e dividendos das corporações internacionais e seus ganhos passaram a ser tributados apenas quando retornavam ao país. Adicionalmente, o governo concedeu subsídios tributários aos lucros e dividendos externos repatriados. Ele também possibilitou descontos tributários contra as perdas das subsidiárias quando estas eram liquidadas. Como resultado, a alíquota de tributação doméstica foi, em média, 40% maior que a alíquota sobre os rendimentos das corporações internacionais após a aplicação do crédito tributário no período (Fatemi & Williams, 1975, p. 140-8; Campagna, 1987, p. 290-8).

Mas é preciso ressaltar que as transformações na economia mundial e a internacionalização do capital estadunidense não ocorreram no vácuo geopolítico e econômico internacional. Elas foram resultado da política externa estadunidense, iniciada no imediato pós-guerra e rearticulada entre o início da Doutrina Truman e a Guerra da Coreia – mais precisamente a partir da estratégia de contenção revelada no documento NSC-68. Neste, fica clara a necessidade de os EUA conterem a expansão soviética mediante expressivos investimentos militares e bélicos, a integração e fortalecimento dos países capitalistas avançados e ajudas externas e acordos militares com os países periféricos (US National Security Council, 1950).

Os investimentos externos se inseriram nas estratégias de internacionalização da influência geopolítica estadunidense e de construção de uma ordem internacional multilateral e seletivamente liberal, vinculada aos parâmetros de poder estrutural estadunidense: moeda/finanças, produção/tecnologia, defesa/força militar, cultura/padrão de consumo. O desenvolvimento da política de contenção que criou, paulatinamente, as condições e o ambiente geopolítico e econômico internacional seguro para a aceleração dos investimentos no plano internacional. Justifica-se, a partir deste contexto, a relutância dos capitais estadunidenses em expandir suas operações internacionais entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a segunda metade dos anos 50 (Pereira, 2018, p. 167-175)².

A realização dos primeiros resultados da política externa estadunidense foi deixando seus capitais mais seguros para desenvolver suas operações internacionalmente. Como sublinhado acima, a reabilitação e fortalecimento dos centros tradicionais de poder capitalista e sua integração numa aliança militar dominada pelos EUA, a formação de uma rede de pactos e bases militares em torno do perímetro da totalidade do bloco soviético, a constituição de uma estrutura militar suficientemente forte para travar e vencer uma guerra contra a URSS e as ofensivas contra os movimentos revolucionários

1 Não validamos, por exemplo, a hipótese de Robet Gilpin, que enuncia a tendência ao enfraquecimento do Estado de origem por conta da internacionalização de seu capital. Demonstraremos, ao longo da exposição, que este movimento fortaleceu os laços de dominação e interdependência interestatal, mediante a construção e consolidação de laços tecnológicos, culturais, produtivos, monetários e financeiros ao redor do “sistema americano”.

2 A redução das determinações do movimento de internacionalização do capital a aspectos microeconômicos das corporações oligopolistas é um dos objetos de crítica de autores como Michalet (1983). De forma precisa, o autor sublinhou os erros em equiparar a economia mundial à empresa multinacional, perdendo de vista, assim, as relações hierárquicas da ordem internacional – que comandam o próprio processo de internacionalização. Em suas palavras, a “hierarquia organizacional das empresas multinacionais reproduz, de fato, a hierarquia preexistente das economias.” A repartição internacional das atividades não é, portanto, o resultado das empresas. O inverso é que é verdadeiro” (Michalet, 1983, p. 116).

e de libertação nacional na periferia miravam, dentre outras metas, a construção e manutenção de espaços “livres”, seguros e lucrativos para os investimentos externos e para o acesso a recursos naturais estratégicos (Baran & Sweezy, 1974, p. 191-2; Michalet, 1983, p. 116-7).

Foi a política de rearmamento massivo estadunidense que gerou, através do déficit externo, a demanda efetiva global necessária para o acúmulo de reservas nos países economicamente avançados, alargando as margens de reprodução ampliada do capital mediante a assimilação de padrões técnicos e de consumo dos Estados Unidos. O Estado norte-americano foi um dos principais incentivadores do Mercado Comum Europeu por acreditar que a integração regional aceleraria o multilateralismo. Exigia-se, em contrapartida, a não discriminação de seus investimentos e a conversibilidade monetária. A transferência tecnológica, administrativa e organizacional se inseriu, por conseguinte, no bojo das estratégias econômicas e geopolíticas mais gerais (Pereira, 2018, p. 167-175).

Quanto à periferia, a luta contrarrevolucionária e antinacionalista se associou à diplomacia do dólar, à busca por mercados abertos aos investimentos externos e à plena disponibilidade internacional de recursos naturais e matérias-primas. As principais características do padrão diplomático e de intervenção estabelecidas pelos Estados Unidos na periferia foram: i) a aproximação diplomática como resposta à desintegração do quadro império-colonial; ii) os programas multilaterais e bilaterais de ajuda financeira e militar; iii) os créditos para a importação de máquinas e equipamentos; iv) os acordos visando a conversibilidade monetária e a liberdade para a remessa de lucros e repatriação de capitais; v) a não discriminação do capital internacional em troca de alguma medida protecionista; vi) os estímulos à aprovação de leis relacionadas a direitos de propriedade e de infraestrutura fiscal adequadas aos investimentos diretos externos; vii) o apoio às ditaduras na América Latina e Ásia; viii) os pactos militares; ix) o apoio a exércitos táticos e o treinamento de oficiais militares; x) e o suporte da CIA à revoltas contrarrevolucionárias (Lens, 2006, p.539; Panitch & Gindin, 2012, p. 07 e 133; Moffit, 1985, p. 96; Hudson, 2003, p. 199, 217-222).

Por conseguinte, houve uma relação estreita entre a política externa estadunidense destinada a manter o mundo “livre” e aberto e as estratégias expansionistas de seus capitais (Magdoff, 1969, p. 14). A relação simbiótica e mutualística entre o Estado norte-americano e suas corporações se apoiava nas retóricas de segurança e interesse nacional. Tal interesse se manifestou mediante a adoção de políticas que visavam a ampliação da participação dos Estados Unidos nos mercados mundiais, assegurar posições de destaque de suas corporações nas economias estrangeiras, difundir valores políticos e econômicos liberais e acessar recursos naturais e matérias-primas. A internacionalização do capital estadunidense correspondeu, portanto, à própria internacionalização da infraestrutura institucional de seu Estado, consolidando sua influência política e ideológica em escala global (Gilpin, 1975, p. 147; Panitch & Gindin, 2012, p. 116).

Em 1961, as ideias de Cordell Hull sobre os direitos de propriedade – desenvolvidas em 1938 – foram adotadas pela OCDE, através do *Code of Liberalization of Capital Movement*. Em 1962, os Estados Unidos aprovaram a Emenda Hickenlooper e outras emendas que negavam ajuda financeira a países que confiscavam suas propriedades sem a “justa compensação”. Quanto à aplicação do *Revenue Act*, os Estados Unidos estabeleceram 23 tratados tributários com várias nações, destinados a coordenar os mecanismos fiscais entre os países selecionados. Em 1965, sob pressão da Suprema Corte estadunidense, o Banco Mundial criou o *International Center of Settlement of Investment Disputes*, dedicado à conciliação de disputas entre países e investidores e à criação de tratados, cláusulas modelos e leis destinadas a estimular a internacionalização do capital privado (Panitch & Gindin, 2012, p. 116-7; Gilpin, 1975, p. 143; Fatemi & Williams, 1975, p. 144).

A internacionalização das corporações estadunidenses representou a constituição de uma poderosa força social, onde a experiência econômica, as normas sociais e os hábitos culturais amarraram as economias dos países receptores dentro de uma realidade social mais ampla, tendo sua economia e seu modo de vida como epicentro. Os investimentos externos e as práticas destas corporações foram ideologicamente associados à constituição de um mundo livre, ao desenvolvimento econômico, à democracia plural e ao compromisso com a paz via cooperação (Panitch & Gindin, 2012, p. 111; Gilpin, 1975, p. 148, Black, 1962, p. 20-59).

3. O PADRÃO DE IDE NO PÓS-GUERRA

A forma de investimento direto externo realizada pelos Estados Unidos, por meio de suas corporações, diz muito sobre o padrão de integração adotado entre as economias capitalistas no pós-guerra. As tabelas abaixo ratificaram dois modelos bem estabelecidos de integração econômica – um relacionado aos países periféricos e outro relacionado aos países economicamente avançados.

Tabela 3 - Valor do IDE dos EUA por Setores e pelo Valor Contábil
(em bilhões de dólares e percentualmente)

Indústria (US\$ bilhões)	1929	1950	1960	1970	Indústria (%)	1929	1950	1960	1970
Indústria de Transformação	1,8	3,8	11,1	32,2	Indústria de Transformação	24,0	32,2	34,8	41,2
Petróleo	1,1	3,4	10,8	21,8	Petróleo	14,7	28,8	33,9	27,9
Mineração e correlatos	1,2	1,1	3,0	6,1	Mineração e correlatos	16,0	9,3	9,4	7,8
Outros	3,4	3,5	7,0	17,9	Outros	45,3	29,7	21,9	22,9
Total	7,5	11,8	31,9	78,1	Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *US Tariff Commission*, 1973, p. 105.

Tabela 4 - Valor do IDE dos EUA por Área Geográfica
(em bilhões de dólares e percentualmente)

Área	Valor contábil no final do ano				Área	Percentual			
	1929	1950	1960	1970		1929	1950	1960	1970
Canadá	2,0	3,6	11,2	22,8	Canadá	26,7	30,5	35,0	29,2
Europa Ocidental	1,4	1,7	6,7	24,5	Europa Ocidental	18,7	14,4	20,9	31,4
Japão	0,3	-	0,4	1,5	Japão	4,0	-	1,3	1,9
Outras Áreas Desenvolvidas	-	0,4	1,3	4,4	Outras Áreas Desenvolvidas	-	3,4	4,1	5,6
América Latina	3,5	4,4	8,4	14,7	América Latina	46,7	37,3	26,3	18,8
Oriente Médio	-	-	1,1	2,0	Oriente Médio	-	-	3,4	2,6
Outras Áreas Não Desenvolvidas	-	-	1,4	4,6	Outras Áreas Não Desenvolvidas	-	-	4,4	5,9
Não Relacionadas	0,3	1,7	1,5	3,6	Não Relacionadas	4,0	14,4	4,7	4,6
Total	7,5	11,8	32,0	78,1	Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *US Tariff Commission*, 1973, p. 97.

O fluxo de Investimento Direto Externo (IDE) proveniente dos Estados Unidos se concentrou, majoritariamente, na Europa Ocidental. Entre 1950 e 1970, observou-se uma elevação expressiva desses investimentos, que passaram de US\$1,7 bilhão – correspondentes a 14,4% do total – para US\$24,5 bilhões – equivalentes a 31,4% do montante global. Em 1970, os países desenvolvidos passaram a absorver 68,1% dos IDEs estadunidenses, em comparação com 48,3% em 1950. Embora o volume absoluto de investimentos destinados à periferia tenha apresentado crescimento – de US\$6,1 bilhões para US\$24,9 bilhões ao longo do período analisado –, verificou-se uma expressiva redução relativa na participação desses países no total dos IDEs norte-americanos. A parcela destinada à periferia, que representava 51,7% em 1950, declinou para 31,9% em 1970. Destaca-se, ainda, a significativa redução relativa dos fluxos de investimento direcionados à América Latina no período em questão, a despeito da manutenção de um estoque de capital relativamente elevado na região.

A maior parte do investimento direto externo para os países periféricos esteve associada à indústria extrativa – petróleo e mineração –, comércio e serviços de utilidade pública. Em 1964, os investimentos nestes setores representaram 75,7% dos investimentos totais na América Latina, 86,2% na África e 81,5% na Ásia.

Tabela 5 - Distribuição Percentual do IDE dos EUA por Área e Setor em 1964 (%)

Tipo Indústria	Todas as Áreas	Canadá	Europa Ocidental	América Latina	África	Ásia	Oceania
Mineração	8,0	12,1	0,4	12,6	21,9	1,1	6,3
Petróleo	32,4	23,4	25,6	35,9	51,0	65,8	28,1
Indústria de Transformação	38,0	44,8	54,3	24,3	13,8	17,5	54,1
Utilidades Públicas	4,6	3,3	0,4	5,8	0,1	1,8	0,1
Comércio	8,4	5,8	12,2	10,7	5,7	7,8	5,5
Outros	8,6	10,6	7,1	10,7	7,5	6,0	5,9
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Magdoff, H., 1969, p. 194.

A principal característica dos investimentos diretos externos no pós-guerra foi o aumento expressivo da participação da indústria de transformação. Elas saíram de um patamar de US\$1,8 bilhão em 1929 em direção a um valor de US\$32,2 bilhões em 1970, representando uma mudança de 24,0% para 41,2% do valor total dos fluxos de investimentos nos períodos. E o principal destino das corporações relacionadas à indústria de transformação foram os países economicamente avançados, principalmente o Canadá e a Europa Ocidental. Em 1964, o fluxo desses investimentos diretos externos representou, respectivamente, 44,8% e 54,3% dos valores totais destinados a cada região.

Os Estados Unidos foram, de longe, o principal investidor dos Anos Dourados, alcançando um patamar superior a 50% de todo o estoque de investimento direto externo até 1971.

Tabela 6 - Estoque de Investimento Direto Externo entre 1967 e 1971
(em milhões de dólares e percentualmente)

Países	1967		1971	
	US\$ (milhões)	(%)	US\$ (milhões)	(%)
EUA	59.486,0	55,0	86.001,0	52,1
Grã-Bretanha	17.521,0	16,2	24.019,0	14,6
França	6.000,0	5,5	9.540,0	5,8
Alemanha Ocidental	3.015,0	2,8	7.276,0	4,4
Suíça	4.250,0	3,9	6.760,0	4,1
Canadá	3.728,0	3,4	5.930,0	3,6
Japão	1.458,0	1,3	4.480,0	2,7
Holanda	2.250,0	2,1	3.580,0	2,2
Suécia	1.514,0	1,4	3.450,0	2,1
Itália	2.110,0	2,0	3.350,0	2,0
Bélgica	2.040,0	1,9	3.250,0	2,0
Austrália	380,0	0,4	610,0	0,4
Portugal	200,0	0,2	320,0	0,2
Dinamarca	190,0	0,2	310,0	0,2
Noruega	60,0	0,1	90,0	0,1
Áustria	30,0	0,0	40,0	0,0
Outros	4.000,0	3,7	6.000,0	3,6
Total	108.200,0	100,0	165.000,0	100,0

Fonte: Fatemi & Williams, 1975, p. 275.

É possível fazer algumas observações a partir das características dos investimentos diretos externos apresentados acima. A primeira é que este padrão acentuou, com exceção de poucos países que avançaram no processo de industrialização via substituição de importações, a antiga divisão internacional do trabalho – apoiada tanto na produção de bens finais industrializados pelos países economicamente avançados, quanto na produção de matérias-primas e alimentos pelos países periféricos (Fatemi & Williams, 1975, p. 52; Magdoff, 1969, p. 116).

Por múltiplas razões, esse padrão de Investimento Direto Externo (IDE) não resultou em um aumento da autonomia dos países periféricos em relação às economias centrais. Em primeiro lugar, tal dinâmica aprofundou a dependência da periferia em relação aos bens industrializados produzidos nos países desenvolvidos. Em segundo lugar, o fluxo de IDEs não foi capaz de mitigar a tendência histórica à deterioração dos termos de troca, a qual, associada às elevadas margens de lucro obtidas pelas corporações transnacionais atuantes na periferia, consolidou um padrão de trocas desiguais, ampliando as restrições externas ao desenvolvimento. Ademais, as políticas de “portas abertas” e a diplomacia do dólar implementadas nas regiões periféricas limitaram a adoção de controles cambiais, de políticas de regulação de rendas e de mecanismos de controle sobre os investimentos estrangeiros, suprimindo, assim, quaisquer possibilidades concretas de construção de estratégias autônomas de desenvolvimento nacional (Mandel, 1982, p. 246; Block, 1980, p. 231).

A segunda observação repousa sobre a constatação de que este padrão de investimento direto externo acentuou a integração econômica entre os países economicamente avançados, principalmente entre os Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental. A ampliação destes fluxos não apenas acelerou o crescimento econômico destes países, como aprofundou o multilateralismo e a interdependência produtiva mediante a criação de fluxos comerciais e financeiros entre matriz e filiais, levando à expansão das importações e exportações de bens intermediários e finais (Furtado, 1987, p. 103). Tal processo se desenrolou em meio à intensificação da concorrência entre corporações dos países capitalistas avançados.

4. INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E A CONCORRÊNCIA INTERCAPITALISTA

O modelo de integração da economia mundial liderado pelo capital estadunidense aprofundou a concorrência entre corporações de diferentes nacionalidades, principalmente entre os Estados Unidos e da Europa Ocidental. A resposta das corporações da Europa Ocidental frente à ampliação dos investimentos diretos externos estadunidenses foi a aceleração da concentração e centralização de seus capitais e a retomada dos IDEs ao redor do mundo. A acirrada concorrência, entretanto, não foi suficiente para suplantar a liderança dos capitais estadunidenses no período (Block, 1980, p. 240; Hymer, 1972a, p. 02; Michalet, 1983, p. 154, 168, 175).

Estimulado por diversos governos da Europa Ocidental, o processo de concentração e centralização de seus capitais se manifestou sob três formas: i) aprofundamento da racionalização produtiva e transformações técnicas e administrativas em direção ao padrão estadunidense; ii) intensificação da conglomeração mediante fusões e aquisições, base para o fortalecimento do poder financeiro; iii) expansão externa das corporações subsidiárias europeias. As corporações dos Estados Unidos também responderam a este desafio mediante amplas fusões e aquisições e diversificação de seu investimento direto externo – visando à manutenção de seu tamanho e de sua posição relativa nos mercados externos. O resultado foi a mundialização da concorrência entre as corporações multinacionais (Hymer & Rowthorn, 1973, p. 60-78; Barnet & Muller, 1974, p. 40; Furtado, 1987, p. 104).

O crescimento acelerado dos mercados capitalistas dos países derrotados pela guerra e o fortalecimento de suas corporações não reduziram, entretanto, nem o peso e nem a importância das corporações estadunidenses em escala global, muito menos o poder de seu país ao redor do mundo. Pelo contrário, a expansão internacional não apenas fortaleceu o capital monopolista estadunidense, como criou um elo sólido entre a economia estadunidense e as economias capitalistas ao redor do mundo (Panitch & Gindin, 2012; p. 116).

Tabela 7 - Ranking das Quinze Maiores Corporações Multinacionais em 1971

Corporação	Vendas totais (U\$ bilhões)	Vendas externas como percentagem do total	Números de países com subsidiárias
General Motors	28,3	19	21
Exxon	18,7	50	25
Ford	16,4	26	30
Royal Dutch/Shell*	12,7	79	43
General Electric	9,4	16	32
IBM	8,3	39	80
Mobil Oil	8,2	45	62
Chrysler	8,0	24	26
Texaco	7,5	40	30
Unilever*	7,5	80	31
ITT	7,3	42	40
Gulf Oil	5,9	45	61
British Petroleum*	5,2	88	52
Philips Gloelampenfabrieken*	5,2	-	29
Standard Oil of California	5,1	45	26

*Corporações não estadunidense
Fonte: UN, *Department of Economic and Social Affairs*, 1973, p. 130.

Em termos de tamanho, notamos que, em 1971, das 15 maiores corporações mundiais, apenas quatro não tinham origem nos Estados Unidos. O volume de venda das quatro corporações não estadunidenses não representou nem 20% do total. As corporações estadunidenses também estiveram à frente de seus concorrentes em termos de produção, inovação tecnológica, formação de quadros profissionais, estrutura financeira, volume de negócios, margens de lucro e capacidade de autofinanciamento. Até o início dos anos 70, a venda das 10 maiores corporações estadunidenses era 2,5 vezes maior que a venda das 10 maiores corporações não estadunidenses (Gilpin, 1975, p. 15; Servan-Schreiber, 1967, p. 49-66; Hymer & Rowthorn, 1972, p. 51).

Enquanto as corporações estadunidenses intensificaram seus investimentos diretos externos nos países economicamente avançados, os investimentos diretos destes países foram modestos nos Estados Unidos. Eles alcançaram um patamar mínimo de apenas US\$14,1 bilhões em 1972. Uma vez que os fluxos de investimentos externos diretos estadunidenses para estes países foram de aproximadamente US\$75,2 bilhões, o crescimento da participação das corporações estrangeiras nos Estados Unidos foi apenas 18,75% do crescimento da participação das corporações estadunidenses nos países economicamente avançados. Enquanto estes penetravam nos mercados externos via exportação de mercadorias, os Estados Unidos penetravam, mediante suas corporações, via exportação de capital, acessando canais internos de comercialização e vendas dos poderosos concorrentes. Por conseguinte, a taxa de crescimento das subsidiárias estadunidenses foi bem maior que a taxa de crescimento das subsidiárias não estadunidenses (Magdoff, 1969, p. 58; Hymer & Rowthorn, 1972, p. 52-3).

Tabela 8 - Produção e Exportação Internacional dos Principais Países em 1971 (US\$ milhões)

Países	IDE	Produção Internacional Estimada	Exportações	Produção Internacional/ Exportações
Estados Unidos	86.000	172.000	43.492	4,0
Grã-Bretanha	24.020	48.000	22.368	2,1
França	9.540	19.100	20.420	0,9
Alemanha Ocidental	7.270	14.600	39.040	0,4
Suíça	6.760	13.500	5.728	2,4
Canadá	5.930	11.900	17.582	0,7
Japão	4.480	9.000	24.019	0,4
Holanda	3.580	7.200	13.927	0,5
Suecia	3.450	6.900	7.469	0,9

Itália	3.350	6.700	15.111	0,4
Bélgica	3.250	6.500	12.392	0,5
Austrália	610	1.200	5.070	0,2
Portugal	320	600	1.052	0,6
Dinamarca	310	600	3.685	0,2
Noruega	90	200	2.563	0,1
Áustria	40	100	3.169	0,0
Subtotal	159.000	318.100	237.087	1,3
Outras economias	6.000	12.000	74.818	0,2
Total	165.000	330.100	311.905	1,1

Fonte: Gilpin, 1975, p. 15.

A produção global das empresas americanas foi quase quatro vezes maior do que as exportações de seu próprio país. Exceto Grã-Bretanha e Suíça – com razões de aproximadamente 2,15 e 2,36, respectivamente –, a produção externa das empresas dos demais países não ultrapassou suas exportações. Portanto, a internacionalização dessas empresas foi significativamente menor em comparação com a internacionalização das empresas americanas.

Se o fortalecimento das corporações dos países economicamente avançados teve impacto negativo sobre as contas externas estadunidenses, é preciso ter em conta que os investimentos externos em regiões como a Europa Ocidental representaram um desafio particular aos seus capitais e sistemas econômicos. Observamos que o investimento direto externo foi acompanhado pelo aumento significativo da participação do capital estadunidense na propriedade e na produção interna de diversas áreas e setores econômicos. Além da disputa de mercado, os capitais estadunidenses alcançaram a liderança e um expressivo *market share* na produção de diversos bens.

Tabela 9 - Estimativa de Participação Estadunidense nas Indústrias da França, Alemanha e Grã-Bretanha

França em 1963	Grã-Bretanha 1964	
Refinaria de Petróleo	20%	Refinaria de Petróleo
Barbeador e Lâminas de barbear	87%	Computadores
Carros	13%	Carros
Pneus	acima de 30%	Grafite
Grafite	95%	Refrigeradores
Refrigeradores	25%	Farmacêutico
Ferramentas de Máquinas	20%	Tratores e maquinaria agrícola
Semicondutores	25%	Instrumentos
Máquinas de Lavar	27%	Barbeador e Lâminas de Barbear
Elevadores	30%	
Tratores e maquinaria agrícola	35%	
Telégrafos e equipamentos de telefone	42%	Alemanha Ocidental 1964
Maquinaria eletrônica e estatística	43%	Petróleo
Máquina de costura	70%	Maquinaria, Veículos e produtos de metal
Gilete eletrônica	60%	Alimentos industrializados
Máquina contábil	75%	Química, borracha etc.
		Instrumentos elétricos, óticos, musicais e brinquedos

Fonte: Magdoff, 1969, p. 61.

As corporações estadunidenses controlavam, em 1963, 43% do mercado de maquinaria eletrônica e estatística, 42% de gilete eletrônica, 95% de grafite e 75% de máquina contábil na França. Em 1964, eles detinham mais de 40% do mercado de refinaria de petróleo, da produção de computadores e de carros na Grã-Bretanha. Neste mesmo ano, eles controlaram 15% do mercado de maquinaria, veículos e produtos de metal, 23% da indústria eletrônica, 40% da indústria de bebidas, tabaco e alimentos, e 38% da produção de petróleo na Alemanha Ocidental. Em toda a Europa Ocidental, os Estados Unidos possuíam 15% da produção de bens de consumo – receptores de rádio e televisão, aparelhos de registro etc. –, 50% de semicondutores, 80% da produção de computadores ordenados e 95% do novo mercado de circuitos integrados (Kolko, 1972; p. 136; Servan-Schreiber, 1967, p. 13-14).

As informações apresentadas acima desqualificam as teses que buscam associar o crescimento

dos países economicamente avançados e de suas corporações à redução do poder das corporações estadunidenses. Pelo contrário, na pulsão de controlar os mercados mundiais, elas ampliaram seus horizontes de crescimento, expandiram seus horizontes de negócios e ameaçaram seus concorrentes dentro de seus próprios mercados. Portanto, o crescimento acelerado do investimento direto externo no pós-guerra transformou o desafio europeu em desafio americano (Servan-Schreiber, 1967).

5. INTERNACIONALIZAÇÃO, CONTAS EXTERNAS E O CAPITAL MULTINACIONAL

A internacionalização do capital estadunidense no pós-guerra contribuiu tanto para a redução dos desequilíbrios das contas externas estadunidenses quanto para a formação de uma nova ordem econômica internacional apoiada, não apenas no poder do seu Estado, mas na dinâmica e capilaridade econômica e sociocultural e suas corporações, agora multinacionais.

Tabela 10 - Fluxos Líquidos da Conta Capital e de Serviços Associados aos Investimentos Diretos Externos das Corporações Estadunidenses (US\$ bilhões)

Ano	1961	1966	1967	1968	1969	1970	Acum. 1961-70
Investimento Direto Externo	1,6	-3,7	-3,1	-3,2	-3,3	-4,4	-28,8
Empréstimos privados externos	-	0,7	0,5	3,4	2,4	3,9	11,2
Pagamento de juros por tomadores estrangeiros	-	-	-0,1	-0,2	-0,4	-0,6	-1,3
Renda proveniente do Investimento Direto Externo	2,8	4,0	4,5	5,0	5,7	6,0	41,8
Receita de royalties e honorários	0,7	1,3	1,4	1,5	1,7	1,9	12,4
Saldo dos Fluxos Financeiros Líquidos	1,9	2,3	3,2	6,5	6,1	6,8	35,3

Fonte: Foster, 1972, p. 172.

Embora os investimentos diretos estrangeiros tenham causado, inicialmente, efeitos negativos sobre a balança de pagamentos, os lucros, dividendos, royalties e honorários gerados contribuíram para aliviar, posteriormente, as contas externas. A tabela acima mostra que os fluxos financeiros líquidos ligados aos investimentos diretos externos das empresas americanas acumularam um superávit de US\$ 35,3 bilhões no período de 1961 a 1970.

No plano macroeconômico global, as corporações estadunidenses ajudaram a financiar o militarismo e outros aspectos da política externa de seu país, mediante o retorno de rendimentos auferidos por suas filiais e subsidiárias no exterior. Quando os EUA começaram a implantar controles de capitais, suas corporações já estavam bem alocadas em mercados como os da Europa Ocidental, América Latina e Canadá. Mediante reinvestimentos e financiamento no Euromercado, as corporações multinacionais tornaram-se menos dependentes e reduziram pressões adicionais sobre as contas externas estadunidenses (Gilpin, 1975, p. 150-7).

Mesmo considerando a redução do superávit comercial dos Estados Unidos no pós-guerra – haja vista a expansão das importações e gastos governamentais –, observou-se a importância das corporações estadunidenses para os superávits comerciais privados, indicando que, apesar dos elevados custos salariais, do câmbio valorizado e do aumento da competição internacional, elas se mantiveram competitivas nos mercados domésticos e internacionais. O ônus correspondente à formação de uma ordem internacional integrada no entorno do poder estrutural estadunidense recaiu substancialmente sobre o pequeno e médio capital – não sobre o grande.

Tabela 11 - Balanço de Pagamentos Estadunidense Privado em 1966 e 1970: Agregado e das Corporações Multinacionais (milhões de dólares)

	Agregado			Corporações Multinacionais		
	Crédito	Débito	Balanço	Crédito	Débito	Balanço
1966						
Comercial	29.387	-25.563	3.824	7.826	-5.803	2.023

Serviços	11.705	-7.689	4.016	6.424	-1.951	4.473
Transferências	-	-613	-613	-	-	-
Conta Corrente	40.992	-33.765	7.227	14.250	-7.754	6.496
1970						
Comercial	41.963	-39.799	2.164	12.988	-10.940	2.048
Serviços	17.351	-12.898	4.453	9.600	-3.200	6.400
Transferências	-	-1.012	-1.012	-	-	-
Conta Corrente	59.314	-53.709	5.605	22.588	-14.140	8.448

Fonte: Fatemi & Williams, 1975, p. 200.

A intensificação do investimento direto externo estadunidense no pós-guerra transformou, por fim, suas corporações nacionais em conglomerados multinacionais. A internacionalização expandiu os limites organizacionais, administrativos e produtivos da grande empresa, ampliando suas capacidades técnicas e financeiras, levando à maximização das economias de escala e à intensificação da conglomeração. Ela fincou os pilares de uma economia mundial integrada e impôs um padrão de acumulação transnacional assentado na universalização das relações de produção capitalista e na intensificação do comércio intrafirma. O desenvolvimento de economias supranacionais de escala, o aprofundamento da pilhagem dos recursos naturais e a aceleração permanente do progresso técnico foram algumas das consequências da integração global do espaço econômico das multinacionais (Hymer, 1972b, p. 07-13; Furtado, 1987, p. 68; Fernandes, p. 20; Michalet, 1983, p. 176, 233).

As corporações estadunidenses foram as principais responsáveis pela concentração econômica e formação da economia mundial³. No início dos anos 60, aproximadamente 57% de todo o investimento direto externo foi realizado por apenas 45 corporações – e 80% por 163 corporações. Em 1970, aproximadamente um terço da produção de manufaturas dentro dos Estados Unidos foi realizado pelas 187 maiores corporações multinacionais. As 264 corporações multinacionais eram responsáveis por aproximadamente metade das exportações de manufaturas estadunidenses. As exportações entre matriz e filiais representaram 31% do total das exportações estadunidenses neste ano. Por sua vez, em 1968, 7,9% do total das vendas mundiais das corporações multinacionais subsidiárias foi destinado aos Estados Unidos via exportações em outros países (Pereira, 2018, p. 167-175; Fatemi & Williams, 1975, p. 170, 218).

Os resultados destas transformações foram a centralização e o fortalecimento global das corporações multinacionais, além do progressivo desmantelamento dos sistemas econômicos nacionais. O processo de concentração dos negócios estadunidenses nos países estrangeiros por um reduzido grupo de empresários e administradores criou a tendência à monopolização da economia mundial, à centralização supranacional das decisões relacionadas à mobilização e alocação de recursos produtivos e financeiros e à adaptação das estruturas e instituições econômicas, políticas e socioculturais dos países receptores às exigências e dimensões destas corporações. Seja pela integração comercial e cambial multilateral, seja pelas decisões de acumulação multinacional, os Estados Nacionais foram reduzindo o controle e a capacidade decisória sobre os recursos materiais necessários às suas estratégias de desenvolvimento (Fernandes, 1973, p. 23; Magdoff, 1969, p. 191-3).

A emergência do capital multinacional sob a tutela do projeto de poder global estadunidense criou as bases prévias da formação do espaço econômico global. Estado e capital norte-americano apresentaram interesse mútuo e relação interdependente. A política de defesa e segurança externa criaram as condições para a internacionalização do seu capital. A expansão de suas corporações, por sua vez, reforçava a força de sua moeda, do seu sistema financeiro, de sua tecnologia e do seu padrão de consumo.

³ A exportação de capitais, em detrimento da exportação de mercadorias, é o eixo de diferenciação, segundo Michalet (1983), de uma economia mundial ante uma economia internacional. No último caso, a ordem econômica internacional apoia-se, primordialmente, na circulação do valor-trabalho entre formações sociais heterogêneas. No segundo caso, ela se assenta no deslocamento e na produção mundial do valor-trabalho. Por conseguinte, ela representa a própria universalização do modo de produção capitalista e do ciclo de reprodução do capital (p. 172-77).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período historicamente referido como a "Era Dourada do Capitalismo" constituiu-se também como uma etapa decisiva na consolidação do poder estrutural dos Estados Unidos, conduzindo o país à projeção de um poder de alcance global. Os Investimentos Diretos Externos (IDEs) desempenharam um papel estratégico nesse processo. No presente trabalho, buscou-se analisar as determinações subjacentes a esses fluxos de investimento, destacando-se o papel desempenhado pela política de defesa e segurança nacional, o perfil setorial e geográfico dos IDEs, a dinâmica da concorrência intercapitalista entre corporações de distintas nacionalidades, os impactos sobre as contas externas norte-americanas e a ascensão do capital multinacional, que, de forma gradual, direcionou-se para um processo de transnacionalização e de gestão unificada dos recursos produtivos em escala mundial.

A internacionalização do capital estadunidense no período pós-guerra atendeu, para além das necessidades intrínsecas de expansão e totalização do capital, aos imperativos estratégicos definidos pelo Estado norte-americano. Tal processo contribuiu de maneira positiva para o equilíbrio das contas externas dos Estados Unidos, promoveu a internacionalização das estruturas do sistema econômico norte-americano, aprofundou a divisão internacional do trabalho de forma favorável às economias avançadas, impôs significativos desafios aos concorrentes internacionais, expandiu sua presença nos mercados internos de diversos países mediante a difusão de sua ideologia, de seus padrões tecnológicos e de consumo, além de ter desempenhado um papel fundamental na consolidação de uma integração econômica multilateral, seletiva e progressivamente liberal, articulada em torno do dólar e da economia estadunidense.

O capital multinacional estadunidense foi um dos pilares do seu poder estrutural. Sua supremacia na década de 1970 e as consequências de sua internacionalização contribuíram para a consolidação do seu poder global nas décadas seguintes. As condições para a ordem neoliberal e transnacional encontravam-se, por conseguinte, maduras na década de 1970.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIBER, R. Z. *A Theory of Foreign Direct Investment*. In Charles P. Kindleberger, ed.:The International Corporation - MIT Press, Cambridge, MA, 1970.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996. 393 p.
- BARAN, P. e SWEEZY, P. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 3^a ed, 1974.
- BARNET, R. & MULLER, R. *Global Reach: The Power of the Multinational Corporation*. Simon and Schuster, New York, 1974.
- BARRATT-BROWN, M. *The Economics of Imperialism*. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books, 1974.
- BLOCK, F. *Los Orígenes del Desorden Económico Internacional: La Política Monetaria de los Estados Unidos desde la Segunda Guerra Mundial hasta Nuestros Días*. Fundo de Cultura Económica; Mexico, 1980.
- CAMPAGNA, A. S. *US National Economic Policy (1917-1985)*. New York: Wstport, Connecticut and London: Praeger Publishers, 1987.
- FATEMI, N. S. & WILLIAMS, G. W. *Multinational Corporation: The Problems and Prospects*; South Brunswick: A. S. Barnes, 1975.
- FERNANDES, F. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Biblioteca de Ciências Sociais. Ed. Zahar. São Paulo – SP, 1973.

FOSTER, S. *Impact of Direct Investment Abroad by United States Multinational Companies on the Balance of Payments*. Federal Reserve Bank of New York, Monthly Review. Jul 1972.

FURTADO, C. *Transformação e Crise na Economia Mundial*. Editora Paz e Terra S/A, Rio de Janeiro-RJ, 1987.

GILPIN, R. *U.S. Power and the Multinational Corporation: The Political Economy of Foreign Direct Investment*. Basic Books, 1975.

GRAY, G. *Report to the President on Foreign Economic Policies, US*. Government Printing Office, Washington, DC., November 1950.

HILFERDING, H. *O Capital Financeiro*. Introdução de Tom Bottmore; tradução de Reinaldo Mestrinelli; tradução de introdução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. – São Paulo: Nova Cultura, 1985.

HUDSON, M. *Super-Imperialism: The Origin and Fundamentals of U.S. World Dominance*. Pluto Press. London-Sterling-Virginia, 2003.

HYMER, S. & ROWTHORN, R. *Corporaciones Multinacionales y Oligopolio Internacional: El Desafío Norteamericano*. In: Testa, V. (org) “Empresas Multinacionales e Imperialismo”. Siglo XXI, Argentina; Editores S. A., Buenos Aires, 1972.

HYMER, S. (1972a) *La Corporación Multinacional y La Ley del Desarrollo Desigual*. In: Hymer, S. “Empresas Multinacionales: La Internacionalización del Capital”. Ediciones Periferia, S. R. L.; Chile y Buenos Aires, 1972a.

_____. *El Impacto de Las Empresas Internacionales*. In: Hymer, S. “Empresas Multinacionales: La Internacionalización del Capital”. Ediciones Periferia, S. R. L.; Chile y Buenos Aires, 1972b.

KINDEBERGER, C. *American Business Abroad: Six Lectures on Direct Investment*. Yale University Press. New Haven, 1969.

KOLKO, G. *Raíces de la Política Exterior Norteamericana*. Ed. La Oveja Negra, Colombia, 1972.

LENS, S. *A Fabricação do Império Americano. Da Revolução ao Vietnã: Uma História do Imperialismo dos Estados Unidos*. Civilização Brasileira; Rio de Janeiro, 2006.

LIPSEY, E. R. *Foreign Direct Investment in the United States: Changes Over Three Decades*. National Bureau of Economic Research; University of Chicago Press – US, 1993.

MAGDOFF, H. *The Age of Imperialism: The Economics of U.S. Foreign Policy*. Modern Reader Paperbacks. New York and London, 1969.

MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. Abril Cultural; São Paulo, 1982.

MICH ALET, C. A. *O capitalismo mundial*. Tradução de Salvador Machado Cordaro. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

MOFFITT, M. *O Dinheiro no Mundo – De Bretton Woods à Beira da Insolvência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MUSGRAVE, P. *United States Taxation of Foreign Investment Income*. Cambridge: The Law School of Harvard University, 1969.

PANITCH, L. & GINDIN, S. *The Making of Global Capitalism*. Verso, London and New York, 2012.

PEREIRA, L.R. *Supremacia Norte-Americana e a Gênese da Ordem Global: o Mito dos Anos Dourados à Luz dos Imperativos Imperialistas Estadunidenses*. Instituto de Economia/UNICAMP. Tese de Doutorado, 2018.

POLK, J. *Production abroad and Balance of Payment*. Industrial Conference Bard. New York- NY, 1966.

RIBAS, V. T. *Hegemonia e Império: Trajetória dos Estados Unidos na Segunda Metade do Século XX*. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), 2001.

SERVAN- SCHREIBER, J.J. *O Desafio Americano*. Ed. Expressão e Cultura; 6^a Edição, Rio de Janeiro – RJ, 1968.

STRANGE, S. *The persistent myth of lost hegemony*. International Organization, vol. 41, no 4, 1987.

U.N. DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. *Multinational Corporation in World Development*. New York, 1973.

U.S. BUREAU OF CENSUS. *Statistical Abstract of the United States: 1982-1983*. 103b Edition. Washington, DC, 1982.

U.S. BUREAU OF FOREIGN AND DOMESTIC COMMERCE. *Foreign Investments of the United States e Factors Limiting U.S. Investment Abroad*. Washington, D.C.: U.S. Bureau of Foreign and Domestic Commerce, 1953. Série C, relatório nº 54-21, 1953.

U.S. INTERNATIONAL DEVELOPMENT ADVISORY BOARD. *Partners in progress: A report to the President*. Washington, DC: Government Printing Office, 1951.

U.S. NATIONAL SECURITY COUNCIL. NSC 68: *United States Objectives and Programs for National Security*. Washington, D.C.: National Security Council, 1950.

U.S. TARIFF COMISSION. *Implication of Multinational Film for World Trade and Labor*. Committee on Finance of The United States Senate and its Subcommittte on International trade on investigation, nº 332-69, 1973.

VERNON, R. *Sovereignty at bay: the multinational spread of U.S. enterprise*. Basic Books. Harvard Multinational Enterprise Project. New York – NY, 1971.

TEMPORIS HIATUS¹ DE LA JOYA ESCARLATA (1900-1959): UNA PERSPECTIVA DESDE LA PENUMBRA SOBRE SU PRODUCCIÓN Y COMERCIALIZACIÓN EN EL MERCADO CANARIO

TEMPORIS HIATUS OF THE SCARLET JEWEL (1900–1959): A PERSPECTIVE FROM THE SHADOW ON ITS PRODUCTION AND MARKETING IN THE CANARY MARKET

Echedey Sánchez Bonilla^a

^aProf. Economía, Empresa y Turismo
Inv. Economía Sostenible
(Universidad de La Laguna)
Contacto principal: esanchezbon.prof.univ@gmail.com

Resumen

Este artículo analiza un intervalo cronológico (1900–1959) escasamente explorado en la historiografía agroeconómica de Canarias, enfocado en la producción y comercialización de la grana cochinilla. Esta etapa, conceptualizada como el «Temporis Hiatus de la joya escarlata», permite esbozar diversos aspectos del proceso de decadencia, marginalización e invisibilización socioeconómica de este producto natural, comúnmente considerado extinguido o desplazado por otros cultivos agroexportadores a finales del siglo XIX y comienzos del XX. Sin embargo, las fuentes históricas, archivísticas y comerciales, confirman su persistencia restringida como colorante natural valorado en la primera mitad del siglo XX. El estudio identifica dos fases condicionadas por la ambivalencia y la incertidumbre comercial, que culminan en una reactivación parcial del cultivo en la isla de Lanzarote.

Palabras claves: Historia agroeconómica; cochinilla; producción; comercialización; Canarias.

JEL Codes: N50; N53; N57.

Abstract

This article analyses a chronological interval (1900-1959) that has been largely overlooked in the agroeconomic historiography of the Canary Islands, focusing on the production and marketing of cochineal grain. This period, conceptualised as the “Temporis hiatus of the scarlet jewel”, allows for the examination of various aspects of the decline, marginalisation, and socioeconomic invisibility of this natural product, which was commonly regarded as extinct or supplanted by other agroexport crops by the late 19th and early 20th centuries. However, historical, archival, and commercial sources confirm its limited persistence as a valued natural dye during the first half of the 20th century. The study identifies two phases characterised by commercial ambivalence and uncertainty, culminating in a partial reactivation of its cultivation on the island of Lanzarote.

¹ Interrupción o discontinuidad en una secuencia temporal o registro cronológico, que denota la ausencia de datos, eventos o procesos durante un intervalo determinado. Relevante en el análisis de fenómenos históricos, geológicos, biológicos o culturales. Loc. lat.

Keywords: Internationalization of capital; Foreign Direct Investment (FDI); United States.

JEL Codes: F21; F23; F50.

INTRODUCCIÓN

En Canarias, desde épocas remotas, se ha documentado el aprovechamiento de recursos tintóreos de origen natural con el propósito de extraer pigmentos (*e.g.*, murex², orchilla, hierba pastel y cochinilla). Cada especie autóctona o invasora, presenta particularidades relevantes desde una perspectiva histórica, agronómica, socioeconómica, cultural y técnica.

En este contexto, la grana cochinilla es un producto agroalimentario de origen animal obtenido mediante la desecación natural de las hembras adultas del insecto hemíptero *Dactylopius coccus*, comúnmente conocido como cochinilla, perteneciente a la familia *Dactylopiidae* (Sánchez-Bonilla, 2023). Esta especie, de morfología reducida, establece una relación parasitaria con los cladodios de la tunera, planta del género *Opuntia*, donde completa su ciclo biológico hasta el momento de su recolección.

Desde una retrospectiva histórica, la grana cochinilla ha sido reconocida como un recurso de gran relevancia socioeconómica y cultural, especialmente debido a la extracción de ácido carmínico, un pigmento altamente valorado en la industria tintórea natural. En consecuencia, las civilizaciones precolombinas³—azteca y andina⁴— desarrollaron conocimientos tintóreos vinculados al *nocheztlī*⁵ (Sánchez-Silva y Suárez-Bosa, 2006), cuyos principios perduran en las prácticas contemporáneas.

Durante la Edad Moderna, los conquistadores españoles promovieron activamente el cultivo de la cochinilla, especialmente en el Virreinato de Nueva España, donde despuntaron como zonas productoras las regiones de Oaxaca, Tlaxcala y Mixteca (Roquero y Postigo, 1987).

El producto se integró al comercio transatlántico⁶ y adquirió un carácter estratégico dentro de la economía colonial, en respuesta a la creciente demanda en la industria textil y tintórea europea, en la que reemplazó al *kermes*⁷ como pigmento rojo de referencia (Marichal, 2006). Esta inserción comercial posicionó a la grana cochinilla como el tercer artículo de exportación de Nueva España, precedido únicamente por la plata y el oro (Portillo y Vigueras, 1998; Rodríguez *et al.*, 2001). Paralelamente, se propició la institucionalización de mecanismos de control y fiscalización como el cargo de Juez de Grana en 1572, para evitar la adulteración del producto y asegurar su calidad antes del envío a Europa (Pérez-Sandi y Becerra, 2001). En este entramado logístico, el puerto de Veracruz se erigió como el punto neurálgico para la redistribución hacia Sevilla y Cádiz, articulando un flujo comercial intercontinental que perduró durante más de tres siglos. No obstante, a partir del inicio de la primera Revolución Industrial (1760-1780), la producción mexicana experimentó una disminución sustancial a causa de una epidemia en 1784, con un declive aún mayor entre 1805 y 1819. Tras la independencia de México en 1821, el país perdió el monopolio comercial de la grana

2 Los fenicios comercializaban este molusco gasterópodo marino para extraer el color púrpura utilizado en tejidos. Aunque tradicionalmente se consideraban como murex, las especies atlánticas y mediterráneas pertenecen en realidad a otros géneros. En Canarias, la especie más conocida es la canadilla (*Thais haemastoma*).

3 La tintura de la grana cochinilla está documentada en las descripciones y representaciones esculpidas en murales y en las pinturas realizadas sobre *amatl* (papel amate) desde el período Preclásico Tardío (400 a.C. a 200 d.C.) (Pérez-Sandi y Becerra, 2001). Estos asentamientos indígenas han atestiguado numerosas evidencias sobre la producción y aplicación del rojo carmín, tanto materiales arqueológicos y etnográficos como documentación historiográfica. Entre ellas se incluyen murales, pinturas, textiles, artefactos de madera, códices, piezas de cerámica y cosméticos (Donkin, 1977; Dahlgren, 1990; Phipps, 2010; Padilla y Anderson, 2015).

4 El origen geográfico de la cochinilla es un tema de considerable debate. Algunas posturas sostienen que este insecto es originario de México (Werner, 2006), mientras que otras sugieren un origen peruano. En este último caso, se plantea que la cochinilla habría sido transportada a Norteamérica por vía marítima desde la región andina central (Rodríguez *et al.*, 2001).

5 En *náhuatl*, la lengua de los aztecas, la palabra *nocheztlī*, es la combinación de los vocablos *nochtli* (cactus nopal) y *eztlī* (sangre), que significa “sangre del nopal”. Al respecto ver Rodríguez y Niemeyer (2001).

6 Diguet (1928) afirma que la primera exportación de cochinilla a Europa se produjo en 1523, sólo dos años después de la conquista de Tenochtitlan (Méjico).

7 Desde la época egipcia, el pigmento *kermes*, extraído del insecto (*Kermococcus vermilis*) era un colorante altamente valorado debido a su rareza y difícil obtención.

cochinilla (Marichal, 2006; Werner, 2006). De forma concurrente, Guatemala⁸ emergió como principal competidor, transformando su economía exportadora hacia la producción de este producto tintóreo⁹.

En el transcurso del siglo XIX, la cochinilla del carmín fue introducida por primera vez en España (1820) a través del puerto de Cádiz¹⁰. El monarca Fernando VII respaldó esta iniciativa mediante un decreto emitido el 29 de junio de 1822, en el que instaba a las Sociedades Económicas de las provincias españolas a fomentar su cultivo en territorios con condiciones climáticas favorables, como Canarias¹¹. En el marco agroecológico, la tunera proliferaba de forma espontánea, caracterizándose por sus bajos requerimientos hídricos y una alta capacidad de adaptación xerófila. Esta cactácea se estableció como un soporte vegetal idóneo para el desarrollo y reproducción parasitaria de la cochinilla¹².

A pesar de la reticencia inicial de los agricultores canarios, preocupados ante los posibles efectos invasivos del insecto, se adoptaron medidas específicas orientadas a la regulación tanto del cultivo como de la distribución de la cochinilla (Caraballo, 1986). Durante la primera mitad del siglo XIX, el monocultivo de este recurso se consolidó, iniciándose en Tenerife y extendiéndose rápidamente al resto del archipiélago (Pallarés, 2004). Es preciso reconocer que este modelo económico emergente no solo respondió a la crítica situación del sector productivo local¹³, sino que también supuso una controvertida inserción de la economía canaria en el marco del Estado español. En particular, el surgimiento y la consolidación de dicho modelo¹⁴ se distinguió por una relativa sostenibilidad e independencia frente a los esquemas coloniales predominantes.

A partir de la década de 1830, el mercado de la grana cochinilla registró una tendencia paulatinamente ascendente en producción y exportación (véase la tabla 1), orientado al mercado europeista de las industrias textiles —principalmente española, británica, francesa y alemana¹⁵— (González-Lemus, 2001). Este producto se convirtió en el principal recurso exportador del archipiélago, contribuyendo al equilibrio temporal de la balanza comercial canaria (Caraballo, 2017). Este desarrollo estuvo condicionado por dos hitos institucionales-legislativos —la abolición de las leyes protecciónistas británicas (1846) y la promulgación del Decreto de Puertos Francos (1852)—, que impulsaron el comercio agroexportador del archipiélago hasta finales del siglo XIX (Macías, 1990; Martín-Hernández, 1995; Caraballo, 2017).

Tabla 1 - Evolución de las exportaciones y precios de la grana cochinilla canaria, 1830-1884
(agrupados en quinquenios)

Años	Exportaciones (lbs)	Exportaciones (%)	Precio medio (Londres, Rvn.)	Índice de precios (Base 100: 1845-49)
1830-1834	3.329	0,00	24,50	108,89
1835-1839	71.876	0,06	26,30	116,89
1840-1844	491.140	0,44	21,52	95,64
1845-1849	1.506.086	1,36	22,50	100,00
1850-1854	3.816.751	3,44	18,87	83,87
1855-1859	5.977.922	5,39	16,87	74,98
1860-1864	8.712.196	7,86	14,34	63,73

8 Guatemala emergió como el principal competidor de Oaxaca, superando ampliamente a Honduras en la exportación de grana cochinilla (McCreery, 1994).

9 Desde 1664, los británicos tenían conocimiento del tinte derivado de la cochinilla cultivada en México, Honduras, Costa de los Mosquitos y Belice. No obstante, el auge de su poderosa industria textil durante el siglo XVIII provocó un aumento constante en las importaciones. Recogido por González-Lemus (2001).

10 Para un análisis detallado sobre la expansión del insecto cóccido en España y su difusión hacia otros países europeos, consultese Jiménez (1984).

11 Sobre los antecedentes históricos de la introducción de la cochinilla en Canarias, véanse Bory de Saint Vincent (1827); Megliorini y De la Cruz (1833) [1826]; y De la Cruz y González (1846) [1829].

12 Respecto a los procesos de aclimatación y propagación de la cochinilla en el archipiélago canario, se recomienda Sanz Antón (1950).

13 A pesar de la introducción de un nuevo producto de exportación, la agricultura canaria seguía atravesando una situación precaria. En este marco, los agricultores valoraron la necesidad de diversificar la producción mediante la especialización en nuevos cultivos y la sustitución de los tradicionales, como la caña de azúcar, la vid, la barrilla y los cereales (Macías, 1990).

14 El modelo económico canario ha estado basado en tipologías agrícolas, así como la agricultura de autoconsumo, de abastecimiento del mercado interior, tradicional de exportación e innovadora de exportación. Para ampliar información véase Sans (1977).

15 También se registraron exportaciones de grana cochinilla hacia otros mercados, como Argelia, Estados Unidos, Marruecos y Países Bajos (Houghton, 1877; Díaz-Gutiérrez y Jiménez-Méndez, 1990).

1865-1869	18.878.963	17,03	14,87	66,09
1870-1874	28.471.007	25,68	11,26	50,04
1875-1879	23.460.839	21,16	10,73	47,69
1880-1884	19.471.007	17,56	7,33	32,58
Total	110.861.116	100		

Fuente: Elaboración propia a partir de Houghton (1877); Macías (1990); y Quintana (1992).

En la segunda mitad del siglo decimonónico, comenzaron a manifestarse signos de preocupación en las islas. De manera análoga a otros fenómenos cílicos, la dependencia excesiva de un único producto agrícola —en detrimento de la diversificación productiva— ocasionó una coyuntura de creciente complejidad en la economía canaria. En efecto, el sector agrario percibió un impasse económico y el modelo de monocultivo experimentó un punto de inflexión en su evolución operativa. Esta situación infirió negativamente a los pigmentos naturales, incluida la cochinilla del carmín, acentuada por diversos factores: a) la aparición de tintes sintéticos, como la anilina (1856), descubierta por el científico británico William Perkin (Holme, 2006); b) la acumulación de excedentes en los mercados internacionales¹⁶, que condicionó la oferta y la caída de precios (1870); c) las tensiones políticas tanto a nivel internacional —la guerra franco-prusiana (1870–1871)— como nacional —el Sexenio Revolucionario (1868–1874)—; y d) los desequilibrios estructurales internos (*e.g.*, la especulación en el mercado secundario, la codicia ante posibles máximos rendimientos por parte de los agricultores, la fragmentación de la clase mercantil y propietaria, la limitada capacidad financiera y el endeudamiento para financiar la producción).

Ante este panorama, compartido por una parte de la historiografía insular, los agricultores se vieron obligados a replantear su estrategia productiva. Como señala González-Lemus (2001), muchos tuvieron que elegir entre arrancar las tuneras o resignarse al hambre. Por tanto, la pobreza aumentó en un contexto de crecimiento demográfico, agravando la situación socioeconómica del archipiélago y generando un nuevo ciclo migratorio (Díaz-Gutiérrez y Jiménez-Méndez, 1990). Aunque la cochinilla mantenía cierta relevancia en las exportaciones isleñas hasta 1890, el ciclo de este monocultivo se encontraba en franca decadencia. En respuesta a esta crisis, la actividad agrícola se compelió a explorar alternativas para revitalizar la economía canaria a través de la reintroducción de los cultivos alternativos, con la finalidad de integrarse en el mercado peninsular y desvincularse del mercado británico (Macías, 1990).

Sin más dilación, el presente artículo propone una aproximación histórica y teórica al fenómeno de retracción y ambivalencia del cultivo de la cochinilla en Canarias durante la primera mitad del siglo XX, a partir del concepto de *temporis hiatus*. Esta categoría interpretativa se concibe como un intervalo temporal definido por la pérdida de centralidad económica del producto y la coexistencia de posturas divergentes en torno a la proyección futura.

Desde una perspectiva metodológica, el estudio adopta un enfoque histórico-analítico sustentado en una metodología cualitativa. Se ha realizado una revisión exhaustiva de fuentes primarias y secundarias: literatura científica especializada, archivos municipales y privados, informes institucionales, testimonios orales y registros hemerográficos procedentes de plataformas como JABLE (ULPGC) y Maresía (ULL). Esta base documental, tratada desde un enfoque historiográfico crítico y comparativo, ha permitido reconstruir minuciosamente los discursos técnicos, económicos, sociales y políticos que configuraron la interpretación de la decadencia del mercado de la cochinilla. Asimismo, se examinaron las estrategias afirmacionistas y negacionistas respecto a la continuidad del cultivo y los efectos asociados —económicos, sociales y ambientales— derivados de su abandono o preservación en las distintas fases del periodo estudiado.

Por tanto, el objetivo del trabajo es doble: por un lado, ofrecer una lectura renovada sobre la trayectoria del monocultivo de la cochinilla en Canarias y su repercusión en el sistema agrario insular; por otro, contribuir a la reflexión sobre la pertinencia de rescatar los cultivos históricos que, pese a haber perdido su protagonismo en los mercados globales, conservan un valor patrimonial y estratégico para las economías locales y la agricultura sostenible.

Los resultados obtenidos evidencian una transformación del cultivo de la cochinilla

¹⁶ Principalmente atribuible a la gestión deficiente de los consignatarios londinenses de las empresas creadas para comercializar el producto.

estructurada en dos fases: una primera, de ambivalencia agroexportadora (1900–1935), caracterizada por la parcialidad del monocultivo y el surgimiento de producciones alternativas; y una segunda, de reconfiguración productiva en un escenario autárquico (1936–1959). En ambas etapas se constata la persistencia del cultivo en zonas rurales periféricas, la limitada actividad en el mercado, la relevancia de los debates contrapuestos contemporáneos, los procesos de modernización agraria, las iniciativas industriales de valorización del carmín y las normativas orientadas a la recuperación de los estándares de calidad del producto.

La noción de *temporis hiatus*, aplicada como herramienta analítica, permite reinterpretar los factores de ruptura, resistencia y adaptación que condicionaron la evolución del sector de la cochinilla en Canarias, superando una visión meramente económica y destacando su complejidad estructural. Esta dualidad —entre declive y posibilidad de regeneración— resulta especialmente clave en los debates contemporáneos sobre soberanía alimentaria, la patrimonialización del paisaje agrícola y la transición hacia sistemas de producción sostenibles. En este sentido, cabe plantear la siguiente cuestión: ¿fue este el verdadero ocaso del cultivo de la cochinilla o, más bien, el inicio de una etapa menos documentada, pero no por ello inexistente?

1. EL TEMPORIS HIATUS DE LA JOYA ESCARLATA

Como se ha argumentado previamente, hacia finales del siglo XIX, el sector productivo de la cochinilla experimentó un declive en la economía canaria, historiográficamente denominado como el “*crack* de la cochinilla”. Esta contracción productiva y comercial respondió a un entramado de causas interrelacionadas, tales como: la guerra franco-prusiana (1870-1871), que interrumpió el comercio y desestabilizó los mercados financieros europeos; la posterior depresión económica a nivel nacional, marcada por la inestabilidad política del Sexenio Revolucionario (1868-1874), la restauración de la monarquía borbónica con Alfonso XII (1874-1885) y la regencia de María Cristina de Habsburgo (1885-1902); la aplicación masiva de colorantes sintéticos (anilinas); y la tendencia descendente en las cotizaciones de la grana cochinilla, agravada por el incremento de *stocks* en los mercados de destino.

Tabla 2 - Volumen y valor estimado de las exportaciones trienales de grana cochinilla de Canarias

Período	Cantidad (en libras)	Valor total aproximado (Ptas.)	Valor medio estimado (Ptas./kg)
1886-1888	5.219.950	28.901.366,58	5,54
1889-1891	3.363.173	3.299.615,45	0,98
1892-1894	1.230.046	2.431.795,25	1,98
1895-1897	1.204.099	2.374.666,74	1,97
1898-1900	1.234.049	3.621.104,42	2,93

Fuente: Elaboración propia a partir de datos recopilados en diversos periódicos (1886-1900) en Jable. Archivo de prensa digital de Canarias [<https://jable.ulpgc.es>]; Maresia. Biblioteca de la Universidad de La Laguna [<https://h3-bbtk-ull-es.accedys2.bbtk.ull.es/>]; y Quintana (1992).

La convergencia de estos factores provocó un colapso tanto en el valor de la grana cochinilla como en su capacidad de comercialización, generando efectos devastadores en el plano socioeconómico del archipiélago. Entre las repercusiones inmediatas se encontraron el aumento de la tasa de desempleo, el endeudamiento de los trabajadores del campo —pequeños propietarios, cosecheros y jornaleros—, y la consiguiente pérdida o abandono de tierras de cultivo (González-Lemus, 2001). Tal fue el caso, que impulsó procesos de migración interna hacia núcleos urbanos y una notable emigración transatlántica, especialmente con destino a distintos países de Iberoamérica (Díaz-Gutiérrez y Jiménez-Méndez, 1990).

Este escenario puso de manifiesto el cataclismo del modelo agroexportador tradicional basado en el monocultivo de la cochinilla. Como respuesta, se produjo un repliegue de la agricultura de subsistencia, adoptada como estrategia de resistencia frente a la inestabilidad del mercado internacional. Paralelamente, se introdujeron cultivos alternativos como el plátano y el tomate, que, con el transcurso del tiempo, se consolidaron como pilares fundamentales de la agricultura exportadora canaria en el siglo XX. Del mismo modo, se generalizó el cultivo de la papa, adquiriendo relevancia tanto en el abastecimiento alimentario interno como en el sostenimiento de la economía del archipiélago (Yanes, 2002).

El siglo decimonónico concluyó con indicios incipientes de transformación económica. Por un lado, se mejoraron las técnicas y los rendimientos de las explotaciones agrícolas, suponiendo un avance en la productividad del sector primario. Por otro, sucedió una notable expansión de las actividades portuarias, favorecidas por la inyección de capital extranjero, fundamentalmente británico, que dinamizó la economía marítima y comercial de Canarias.

A comienzos del siglo XX, a pesar de los cambios multidimensionales experimentados —de índole económico, social, política y cultural— que marcaron la transición histórica del período, la sociedad canaria conservaba un predominio rural. De hecho, persistía una estructura agraria basada en la concentración de la propiedad de la tierra y de los recursos hídricos en manos de una oligarquía latifundista, a la que se incorporó progresivamente la burguesía comercial favorecida por el régimen de Puertos Francos (1852). Esta élite encontró en los nuevos cultivos de exportación una vía de acumulación de capital y expansión económica (Millares *et al.*, 2011), consolidando así un modelo económico agroexportador profundamente estratificado.

Como se puede ver, el sector primario configuraba el eje vertebrador de la actividad económica, siendo la agricultura la práctica más resaltada tanto por la extensión de la superficie cultivada como por su notable aportación a la producción agraria total. Esta incluía una amplia diversidad de productos agrícolas (*e.g.*, caña de azúcar, cereales, leguminosas, hortalizas, forrajes, ajos, cebollas, tubérculos, tomates, plátanos, naranjas, almendras, dátiles, viñedos, café, tabaco y cochinilla).

El surgimiento y la consolidación de cultivos alternativos propició las dinámicas del medio rural, impulsando la diversificación agrícola y la reconfiguración de los sistemas de cultivo (*e.g.*, el policultivo de secano en áreas medias y altas, el monocultivo de regadío en las zonas costeras, o las técnicas específicas de cultivo de enarenado y jable en Lanzarote). Este proceso de renovación agraria acarreó como contrapartida el abandono sucesivo del histórico monocultivo de la cochinilla. Frente a esta realidad, cabe entonces interrogarse: ¿ha sido la cochinilla completamente desplazada o persiste, aunque de manera marginal, en el paisaje agrario canario?

Esta circunstancia condicionó de manera decisiva el debate con respecto a cuál era el sistema económico más idóneo para Canarias. Desde finales del siglo XIX —aunque con mayor fundamentación a comienzos del siglo XX—, surgieron diversos pensadores que, independientemente de su posicionamiento ideológico y estamento social, manifestaron las principales preocupaciones sobre el monocultivo de la cochinilla. Entre estos teóricos se encontraban intelectuales, ilustrados, políticos, juristas, científicos, médicos, economistas, mercantilistas, docentes, periodistas, escritores y cosecheros de la época, tanto a nivel nacional como internacional. El discurso abordaba el análisis de las posibilidades de crecimiento económico vinculadas a la producción y comercialización de la grana cochinilla. Esta corriente de pensamiento coincidía en un punto fundamental: el bienestar social, así como el modelo socioeconómico y político más adecuado, debía garantizar la seguridad alimentaria. En este sentido, el conflicto adquirió un carácter paradigmático entre tradición y modernidad en el agro canario.

Sin embargo, en esta línea surgieron discrepancias que reflejaron una polarización dentro de las perspectivas académicas y técnicas, expresada en dos vertientes interpretativas. Por un lado, se encontraba la postura negacionista, fundamentada en una corriente discursiva que rechazaba sistemáticamente la continuidad del cultivo de la cochinilla, a partir de la constatación de su irreversible declive económico. Desde una actitud crítica y nostálgica, esta visión abogaba por su sustitución mediante cultivos alternativos más productivos, impulsados por la modernización agrícola. Por otro lado, se posicionaba el enfoque afirmacionista, basado en una convicción firme que defendía la continuidad del cultivo de la cochinilla como símbolo identitario y pilar de la prosperidad económica. Aunque reconocía su decadencia, esta idea asumía que el proceso era reversible mediante una regeneración estratégica dirigida a su recuperación y revitalización productiva.

Ambas concepciones, aparentemente antagónicas, coexistieron de manera simultánea desde finales del siglo XIX hasta aproximadamente la primera mitad del siglo XX (véase la tabla 3). A lo largo de este margen temporal, sucedieron una serie de acontecimientos que afectaron, directa o indirectamente, en el cultivo y la comercialización de la cochinilla. Estos cambios no solo incidieron en las dinámicas productivas y comerciales, sino que también contribuyeron decisivamente a la configuración de los fundamentos de un fenómeno histórico, que ha sido objeto de estudio y controversia entre algunos contemporáneos, quienes formularon distintas teorías para su interpretación y comprensión.

Tabla 3 - Contraste entre vertientes afirmacionistas y negacionistas sobre el cultivo y mercado de la cochinilla de Canarias (1900-1935)

Categoría	Vertiente afirmacionista	Vertiente negacionista
Período discursivo dominante	Primera mitad del siglo XX, con énfasis entre 1900 y 1935.	Desde finales del siglo XIX hasta las tres primeras décadas del siglo XX.
Ideología subyacente	Agrarismo identitario y conservador, fundamentado en el regeneracionismo tradicionalista y legitimación del monocultivo como eje económico y sociocultural.	Pragmatismo reformista y pensamiento tecnocrático orientado a la diversificación productiva como estrategia para la superación de la dependencia agrícola.
Agenda programática	Reactivación del cultivo histórico de la cochinilla con fines de dinamización en valor de sus atributos agroproductivos, comerciales y simbólicos.	Reemplazamiento del monocultivo por la introducción de cultivos alternativos, mejoras agrarias, sanidad rural y aplicación de técnicas agrícolas modernas.
Retórica y tono	Retrospectiva nostálgica, sentimental y crítica frente a la desidia y abandono institucional del cultivo. Apela al pasado y plantea la necesidad de una regeneración agrícola para el producto.	Tendencia racionalista y modernizadora, con sesgo deliberadamente provocador, en torno a principios de optimización de recursos, progreso técnico y adaptación a las dinámicas del mercado capitalista.
Modelo de desarrollo agrario	Reconversión del modelo agrícola tradicional centrado en restaurar la economía canaria, valorizar los recursos endógenos y reintegrar las dinámicas contemporáneas del sector.	Reestructuración integral del espacio rural canario, con el objetivo de alcanzar una soberanía productiva relativa y una inserción competitiva en los circuitos mercantiles transnacionales.
Representantes clave ¹⁷	<ul style="list-style-type: none"> - Reitter, C.¹⁸ (1900), escritor y periodista canario. - Domínguez-Alfonso, A. (1907), abogado, político y cronista español. - García del Real, E. (1928), médico español. - Granderye, L.M. (1935), doctor y científico francés. - Rosales-Quevedo, T. (1935), profesor de comercio y analista económico canario. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mackenzie, M. (1890), médico británico, crítico del impacto sanitario y económico del monocultivo. - Zurita, A. (1899), agrónomo canario y defensor de nuevas técnicas agrícolas. - Madán, E.V. (1900), periodista y ensayista canario. - Rodríguez-Ballester, J. (1910), médico militar canario. - Lerroux-García, A. (1922), político republicano español.

Fuente: Elaboración propia.

En este nuevo contexto analítico, se aplica la expresión del *temporis hiatus* a un producto relativo en la historia económica de Canarias. Pero lo cierto es que esta noción acuñada en el presente estudio, constituye una propuesta teórica que permite visibilizar con precisión las restricciones estructurales y coyunturales que afectaron el desarrollo de un mercado emblemático supeditado a profundas transformaciones de índole multidimensional.

Por tanto, la teoría del «*temporis hiatus* de la joya escarlata» ilustra el período histórico correspondiente a la primera mitad del siglo XX, caracterizado por las vicisitudes socioeconómicas que suscitaron un sentimiento generalizado de decadencia, pesimismo e incluso nihilismo en torno a la actividad productiva y comercial de la grana cochinilla en Canarias. Queda así constituido un fenómeno que redefinió profundamente la estructura del cultivo de la cochinilla, transitando desde una situación de ambivalencia agropecuaria y limitada repercusión agroexportadora hasta la subsecuente reactivación en la isla de Lanzarote a comienzos de la década de 1950. En este sentido, se registró una recuperación moderada a nivel insular, aunque no alcanzó para erradicar completamente la persistencia de factores anacrónicos.

17 Los años que figuran entre paréntesis no corresponden a fechas de nacimiento o defunción, sino al momento en que cada autor expresó públicamente su posicionamiento.

18 Seudónimo adoptado por Antonio María Manrique y Saavedra en el ejercicio de su actividad intelectual.

Aunque implícitamente ya se había planteado con anterioridad, el contexto histórico de este período refleja un conjunto de cambios notables agrupados en varias categorías interrelacionadas: a) la grana cochinilla subsistió como un recurso agrícola de alta carga simbólica, funcional dentro de un escenario de capitalismo periférico y colonialismo económico. La posición tricontinental del archipiélago y su capacidad de integrar productos agroexportables en los circuitos de acumulación capitalista otorgaban una posición estratégica. La continuidad del cultivo, en franco retroceso, respondió a la necesidad de mantener una base productiva rural y se vinculó a una lógica modernizadora promovida desde la metrópoli, al tiempo que reproducía formas de dependencia propias de una economía colonial subordinada; b) pese a la volatilidad de los mercados internacionales y la incertidumbre respecto al retorno de su rentabilidad, las plantaciones de nopal se conservaron en muchos puntos del archipiélago. Así pues, el mercado de la grana cochinilla durante este período se caracterizó por una notable inestabilidad, reflejada en fuertes oscilaciones en la intensidad de su demanda y rentabilidad. No obstante, diversos informes técnicos europeos del momento coincidían en destacar la alta calidad y el superior rendimiento productivo de la cochinilla cultivada en Canarias; c) la reconversión agrícola impulsó la adopción de cultivos alternativos y nuevas técnicas agronómicas. Tal y como señalan González-Morales y De León (2003), evidenció un proceso de modernización productiva que diversificó el sistema agrario insular; d) otro aspecto destacado, fue el crecimiento de pequeñas concentraciones empresariales —particularmente en los sectores alimentario, salinero y tabaquero—, fortalecidas por la internacionalización de los intercambios, especialmente con las Antillas Españolas y diversas capitales europeas. Estos promovieron beneficios económicos sustanciales y ayudaron a compensar la pérdida de ingresos derivados de la cochinilla; e) el aumento poblacional, la reducción de la mortalidad, las mejoras en alimentación, higiene y transporte (como la llegada de las guaguas o los tendidos eléctricos) incrementaron la disponibilidad de mano de obra y dinamizaron sectores complementarios; f) la predominancia de una serie de acontecimientos políticos (*e.g.*, la Primera Guerra Mundial, la dictadura de Primo de Rivera, la II República y la gran parte de la dictadura franquista) afectó profundamente el desarrollo socioeconómico canario; y g) las corrientes culturales y artísticas, que dejaron una huella considerable en las islas (*e.g.*, el arte contemporáneo, el modernismo, el eclecticismo, el racionalismo, el simbolismo modernista y el surrealismo), influyeron en la configuración identitaria del territorio e integraron nuevas perspectivas en la vida cotidiana.

Todos estos factores, articulados en un entramado de desigualdades, fragmentación e inercias históricas, conformaron el terreno fértil sobre el que se desarrolló el fenómeno interpretado como *temporis hiatus* de la joya escarlata. Desde este prisma, la relectura del período permite identificar una serie de propuestas afirmacionistas que abogaron por la reconfiguración del cultivo de *Dactylopius coccus*, al tiempo que formulaban la siguiente cuestión: ¿podría la economía canaria experimentar un resurgimiento análogo al que, en el pasado, convirtió al cultivo de la cochinilla en uno de sus principales emporios de riqueza?

En todo caso, la pausa temporal de la cochinilla atravesó dos fases distintas. La primera fase conforma los estragos heredados del colapso de la grana cochinilla y las sucesivas transiciones entre diferentes alternativas de gobierno hasta la Guerra Civil. En Canarias continuaban los vaivenes económicos y sociales, aunque se observó una ligera mejoría general que, en todo caso, no sirvió para eliminar la persistencia de determinados arcaísmos que afectaban al analfabetismo, la emigración, las limitaciones en sus relaciones con el exterior debido a las restricciones impuestas, las malas comunicaciones internas, el caciquismo, la reclamación de la supremacía insular, etc. Por otro lado, la segunda fase, que abarca desde la Guerra Civil hasta la década de 1950, estuvo caracterizada por una situación económica que no empezó a transformarse hasta la reactivación del cultivo de la cochinilla (Lanzarote) y el desarrollo del sector turístico. Durante este período, la debilidad económica se intensificó debido a la dictadura franquista y las medidas restrictivas implementadas.

1.1. PRIMERA FASE: VICISITUD AGROECONÓMICA DEL CULTIVO DE LA COCHINILLA EN CANARIAS. 1900-1935

Durante la primera y convulsa década del siglo XX, el cultivo de la cochinilla atravesó una encrucijada agroexportadora entre la prorrogación de la agricultura tradicional y la reorientación hacia nuevas alternativas productivas. Esta indefinición ambigua suscitó un intenso debate público,

cuya resonancia quedó ampliamente reflejada en la prensa de la época, en torno a la supremacía de determinados arquetipos agroeconómicos. El debate respondió a una pugna de intereses divergentes expresados desde distintos sectores socioeconómicos y políticos, tanto endógenos como exógenos a Canarias.

En ese escenario de transición e incertidumbre, la grana cochinilla se mantenía como uno de los pocos productos del sector exportador canario con una cotización relativamente estable en los mercados europeos. La literatura teórica y los estudios empíricos han señalado la persistencia de este artículo tintóreo, aunque el mérito comercial de las exportaciones recaía principalmente en los puertos de destino europeos, donde la mercancía adquiría mayor visibilidad y valor.

El protagonismo de los puertos canarios trasciende la mera funcionalidad logística: su centralidad intermediaria en las redes comerciales internacionales incidió a reconfigurar el sector agrícola insular. Estos nodos operativos, gestionados por consignatarios locales y firmas comerciales extranjeras de reconocido prestigio —frecuentemente integradas en conglomerados empresariales diversificados—, concentraban una parte sustancial de las transacciones del archipiélago, reforzando su rol estratégico en el comercio exterior.

Sin embargo, como advierte Henríquez-Martorell (1990), la limitada capacidad de interlocución política entre Canarias y los centros decisores del Estado permitió el anidamiento de un sentimiento de marginalidad. Esta percepción, visible en ciertos discursos publicados en la prensa de la época —con afinidades ideológicas cercanas a corrientes regionalistas e incluso independentistas— denunciaba la cesión de soberanía económica a potencias extranjeras, especialmente británicos y franceses. Tal malestar se agudizó con la introducción de nuevos cultivos agroexportadores cuya inserción internacional intensificó, paradójicamente, la marginalización económica del insecto tintóreo en la economía canaria.

La configuración portuaria y las dinámicas económicas descritas no lograron contrarrestar los rendimientos decrecientes de la grana cochinilla. Desde un enfoque socioeconómico, la sociedad mostraba signos de polarización: mientras los sectores dominantes (oligarquía y alta burguesía) preservaban un nivel relativo de bienestar, el grupo social intermedio y la clase explotada enfrentaban condiciones de extrema penuria que presagiaba procesos incipientes de despoblamiento y descomposición del tejido agrario tradicional a corto plazo. La agricultura, principal fuente de riqueza, atravesaba un franco retroceso debido a la escasez de mano de obra calificada y a la reducción sustancial de la capacidad productiva¹⁹.

La rentabilidad marginal del mercado de la cochinilla ocasionó una reducción en la actividad comercial y un malestar social generalizado. Este se tradujo en la formación naciente de un movimiento obrero —la Sociedad Obrera en 1902—, como respuesta para organizar la fuerza laboral en un contexto de creciente austeridad (Montelongo y Falero, 2000). Este proceso evidenciaba el declive paulatino del capital humano y material que había fundamentado la economía canaria.

En lo referente al mercado de la grana cochinilla, durante este periodo representó una fuente mínima de ingresos con rendimientos inferiores a los obtenidos en épocas anteriores. Si bien se registró un leve repunte en la demanda, las transacciones comerciales no reflejaron mejoras en las cotizaciones. En 1900, el precio en almacén se situaba en 0,72 ptas./lbs.²⁰, síntomas de un mercado estancado, sin actividad significativa y dificultades para establecer precios de referencia en las principales ciudades receptoras. En 1903, el valor ascendió ligeramente hasta 1,50 ptas.²¹. Posteriormente, en 1906, el cultivo recuperó cierto protagonismo, alcanzando volúmenes considerables en diversas variedades de grana, excepto en las madres naturales. Los precios fluctuaron en función de la calidad del producto y del mercado en las ciudades europeas y norteamericanas²² (véase la tabla 4).

Tabla 4 - Exportaciones y precios de distintas variedades de grana cochinilla canaria en los principales mercados receptores (1906)

19 Reitter, C. (1900, 01 de octubre). La riqueza de Lanzarote. *La Opinión*, Santa Cruz de Tenerife, nº 2.451, pp. 1-2.

20 La Aurora. (1900, 28 de diciembre). *Mercado de frutos*. Puerto de Cabras, Fuerteventura, nº 8, p. 3.

21 Op. Cit. (1903, 29 de agosto). *Crónica general*. Puerto de Cabras, Fuerteventura, nº 136, p. 3

22 Unión conservadora. (1901, 26 de julio). *Sección Comercial*. Santa Cruz de Tenerife, nº 352, p. 2.

Ciudades	Cantidad (sacos)	Valor
Hamburgo	600	1,80 marcos/kg
Marsella	2.130	4,25 francos/kg
New York	---	42-43 centavos/libra
Liverpool	1.092	1,7-1,8 libras esterlinas/libra
Londres	1.035	1,7-1,8 libras esterlinas/libra
París	---	4,50-4,75 francos/kg
Total	4.857	---

Fuente: Elaboración propia a partir de la documentación obtenida de JABLE. Archivo de prensa digital de la ULPGC [<https://jable.ulpgc.es/viewer.vm?id=1091161>]. En Las canarias y nuestras posesiones africanas (1907, 31 de octubre).

Durante el segundo lustro de la primera década del siglo XX, la coyuntura mercantil de la grana cochinilla experimentó un lapso de contracción y desvalorización, reflejado en la regularidad de la actividad comercial, el debilitamiento de la demanda y el deterioro cualitativo del producto ofertado. Los compradores extranjeros estaban cada vez más reticentes a realizar pedidos, ante la falta de confianza en el producto y el reemplazo del colorante natural por pigmentos artificiales más económicos.

Entre 1906-1908, este retramiento de los consumidores, acompañado de una paralización parcial de las operaciones comerciales, desembocó en una tendencia generalizada a la baja tanto en los precios como en las ventas esporádicas, concretamente en las variedades blanca y gris. La variedad negra, por su parte, resultó prácticamente invendible²³, debido a la adulteración con arena —conocida como «arenillado»—. La crisis fue atribuida a esta adulteración sistemática del producto mediante la adición excesiva de sustancias inertes, con el objetivo de incrementar artificialmente el peso de los lotes, y a la saturación del mercado europeo, particularmente el británico²⁴, donde el consumo comenzó a disminuir.

Diversos informes comerciales y casas importadoras europeas —entre ellas Knowles & Foster (Londres), Sperling & Williams (Londres), African Association Limited (Liverpool), Les Fils de Giraud et Frères (Marsella), Sigmund Robinow & Sohn (Hamburgo) o Lenschau Rendtorff (Hamburgo)— denunciaron reiteradamente el deterioro del producto y las prácticas de adulteración como factores determinantes en la pérdida de competitividad internacional²⁵.

En el plano local, la prensa de las islas capitalinas inició una campaña crítica contra estas praxis fraudulentas, señalando al pueblo de Agaete como uno de los focos principales de adulteración²⁶. Análogamente, en 1908, el director general de Agricultura encomendó al ingeniero jefe de la Región Agronómica de Canarias la elaboración de un informe técnico sobre la adulteración del artículo²⁷, reconociendo oficialmente la gravedad del problema y la necesidad de intervención estatal. Entre las medidas propuestas se incluyó la creación de *trusts* o asociaciones de cosecheros para controlar colectivamente la exportación²⁸, evitando intermediarios y erradicando prácticas deshonestas.

En este contexto, entre 1908 y 1910, los precios continuaron mostrando una alta variabilidad interinsular, denotando un mercado aún desestructurado, condicionado por desequilibrios persistentes en la demanda y en los mecanismos de formación de precios. En todo caso, la afección sobre la estructura comercial vinculada al cultivo de la cochinilla puede atribuirse a varios factores que comprometieron su sostenibilidad dentro del sistema económico canario: a) la reiteración de prácticas fraudulentas, principalmente la incorporación de arena hasta alcanzar proporciones del 30 % del peso total del producto²⁹; b) la depreciación generalizada de cultivos clave en 1909, como el vino y la cochinilla³⁰, especialmente acentuada en determinados municipios canarios; y c) los seísmos registrados ese mismo año en Agaete, que ocasionaron daños materiales en viviendas y almacenes

23 El Tiempo. (1907, 17 de abril). *Revista comercial*. Santa Cruz de Tenerife, nº 1.215, p. 2.

24 La Opinión. (1906, 12 de febrero). *Notas comerciales*. Santa Cruz de Tenerife, nº 4.047, p. 2.

25 La Aurora. (1906, 29 de enero). *De interés provincial*. Puerto de Cabras, Fuerteventura, nº 251, p. 1; El Progreso. (1907, 26 de octubre). *En segunda plana. Muerte trágica*. La prensa isleña. Santa Cruz de Tenerife, nº 647, p. 1; Las Canarias. (1907, 31 de octubre). *La cochinilla*. Madrid, nº 736, p. 1; y Diario de Tenerife. (1907, 19 de noviembre). *Mercado de frutos*. Santa Cruz de Tenerife, nº 6.318, p. 1.

26 La Opinión. (1907, 15 de octubre). *Por la provincia*. Santa Cruz de Tenerife, nº 4.544, p. 1.

27 El Progreso. (1908, 18 de enero). *La prensa isleña*. Santa Cruz de Tenerife, nº 716, p. 1.

28 El Tabaco. (1906, 17 de mayo). *La cochinilla*. Santa Cruz de La Palma, nº 4, p. 5.

29 *Op. Cit.* (1906, 17 de mayo). *La cochinilla*. Santa Cruz de La Palma, nº 4, p. 5.

30 La Asociación Agrícola. (1909, 10 de enero). *Desde Fuencaliente*. Santa Cruz de Tenerife, nº 34, p. 10.

destinados a la conservación de productos agrícolas, entre ellos la cochinilla³¹.

Pese a esta situación desfavorable, ciertos elementos propiciaron la subsistencia del comercio de la grana cochinilla. Destaca en este sentido la actuación del exportador Manuel Ramírez Filpes, quien promocionó el prestigio de los productos locales en eventos como la Exposición Hispano-Francesa de Zaragoza (1908)³². Asimismo, diversas disposiciones oficiales ratificaron la legitimidad del uso de la cochinilla en procesos industriales, tales como la coloración de vinagres con sustancias inocuas³³, entre ellas el caramelo y la propia cochinilla. El Boletín Oficial de la Cámara de Comercio de Madrid registró en 1909 un repunte de la demanda en el mercado otomano, donde el tinte natural comenzó a recuperarse tras los resultados insatisfactorios de los colorantes sintéticos de anilina³⁴. Sin embargo, a pesar de estos indicios de recuperación, el volumen de transacciones permanecía limitado³⁵, probablemente debido a la persistencia de barreras comerciales en el sector.

A partir de 1910, el mercado canario de la cochinilla adoptó una posición secundaria, marcada por una dinámica discreta en la que coexistían reconocimientos esporádicos —tanto institucionales como comerciales— con una serie de problemáticas sistémicas arraigadas. Puede decirse que, superada parcialmente la disrupción económica anterior, comenzaron a proliferar iniciativas dirigidas a su reactivación: a) la participación de empresas como Pantaleón Quevedo y Hermanos en la Exposición Internacional de Bruselas (1910), que pretendía proyectar la producción regional en el exterior³⁶; b) la obtención de distinciones en dicha exposición por parte de cosecheros canarios en la categoría de tintóreos naturales, afianzando el prestigio de la cochinilla entre círculos europeos especializados³⁷; c) en 1911, el embarque de aproximadamente 2.000 sacos desde puertos secundarios como Tazacorte³⁸, confirmando su permanencia mínima en el sistema agroexportador canario, sobre todo en áreas con estructuras agrícolas tradicionales; d) en 1912, la documentación de su incorporación en formulaciones farmacéuticas y de higiene —como polvos dentífricos³⁹—, inscribiendo una diversificación funcional hacia sectores de mayor valor añadido; y e) registros de importación en ciudades británicas como Perth y Glasgow hasta 1912, vinculados a industrias tintóreas especializadas —tales como J. Pullers Sons & Co., British Dye Wood & Chemical Co. Ltd. o Leisler Bock & Co—⁴⁰, que acreditan una demanda residual.

Durante esta fase, determinada por una economía agrícola de dualidad productiva tanto para el mercado interior como para la exportación tradicional⁴¹, se registraron cosechas excepcionales y una redistribución activa a nivel interinsular⁴². La grana cochinilla destacó como producto tintóreo de alto valor en ambas modalidades. No obstante, el comercio sufrió una contracción sin precedentes⁴³, insertada en un marco de crisis comercial agravada por factores geopolíticos y logísticos.

La irrupción de la Primera Guerra Mundial (1914-1918) alteró las dinámicas del mercado exterior canario en el que la economía dependía en gran medida de la exportación de productos agrícolas y tintóreos (Betancort-Cejudo, 1984). Paralelamente, la inauguración del Canal de Panamá en 1914 facilitó el acceso de la cochinilla peruana al mercado europeo, desplazando gradualmente a Canarias como principal proveedor (Pérez-Sandi y Becerra, 2001). No obstante, diversos registros hemerográficos documentan la continuidad del tráfico comercial, evidenciado en el movimiento de pailebotes y vapores entre puertos de Canarias que transportaban cargamentos de cochinilla⁴⁴, así

31 Las Canarias. (1909, 16 de enero). *Terremotos en Canarias*. Madrid, nº 794, p. 2.

32 El Progreso. (1908, 16 de junio). *Canarias en Zaragoza*. Santa Cruz de Tenerife, nº 839, p. 2.

33 Boletín Oficial de Las Provincias de Canarias. (1909, 06 de enero). *Ministerio de la Gobernación*. Santa Cruz de Tenerife, nº 3, p. 3.

34 El Progreso. (1908, 06 de julio). *Crónica general*. Santa Cruz de Tenerife, nº 1.135, p. 2.

35 Diario de Tenerife. (1909, 28 de octubre). *Mercado de frutos*. Santa Cruz de Tenerife, nº 6.892, p. 1.

36 La Opinión. (1910, 06 de abril). *La Exposición de Bruselas*. Santa Cruz de Tenerife, nº 5.281, p. 1.

37 La Opinión. (1911, 24 de octubre). *De una Exposición*. Santa Cruz de Tenerife, nº 5.745, p. 2.

38 El Progreso. (1911, 20 de julio). *Crónica*. Santa Cruz de Tenerife, nº 1.768, p. 2.

39 Gaceta de Tenerife. (1912, 09 de febrero). *Polvos dentífricos*. Santa Cruz de Tenerife, nº 674, p. 3.

40 Las Canarias. (1912, 04 de octubre). *Los calados y la cochinilla*. Madrid, nº 941, p. 3.

41 Leek, B.J. (1909, 28 de junio). *Las Islas Canarias. El tráfico de frutos*. *El Tiempo*. Santa Cruz de Tenerife, nº 1.891, p. 1.

42 El Progreso. (1912, 07 de junio). *Lo que tienen y lo que necesitan los pueblos. San Miguel*. Santa Cruz de Tenerife, nº 2.039, p. 1; y Cuba y Canarias. (1912, 22 de septiembre). *La isla de Fuerteventura. La Habana, Cuba*, nº 3, pp. 8-9.

43 Gaceta de Tenerife. (1915, 19 de enero). *De frutos*. Santa Cruz de Tenerife, nº 1.632, p. 1.

44 Diario de Tenerife. (1915, 11 de noviembre). *El Puerto*. Santa Cruz de Tenerife, nº 9.351, p. 1; El Imparcial. (1917, 02 de febrero). *Una información y de paso una respuesta a "Gaceta de Tenerife"*. Santa Cruz de Tenerife, nº 43, p. 1; y El Progreso. (1918, 14 de diciembre). *Notas marítimas*. Santa Cruz de Tenerife, nº 4.014, p. 2.

como en las gestiones institucionales para reactivar el comercio transatlántico mediante subvenciones y escalas de buques en Canarias⁴⁵.

Si bien es cierto que Canarias inició una fase de recuperación tras el impacto socioeconómico derivado de la Primera Guerra Mundial (1914-1918). De hecho, el período comprendido entre 1920 y 1936 supuso para la grana cochinilla canaria un tránsito entre la residualidad y el intento de revalorización industrial. Estos rasgos enmarcados entre las coyunturas económicas adversas y el resurgimiento breve alentado por el consumo de pigmentos naturales, especialmente en la industria cosmética (Betancort-Cejudo, 1984), constituyeron los últimos esfuerzos por integrar este producto en las dinámicas del comercio agroexportador moderno antes del estallido de la Guerra Civil Española.

A medida que los años veinte avanzaron, pese a haber sido desplazada en gran medida por los tintes sintéticos, la grana cochinilla canaria recuperó transitoriamente cierta relevancia económica⁴⁶. De este modo, determinadas áreas agrícolas se consolidaron como núcleos predominantes para la producción⁴⁷ (e.g., Arucas y Agaete en Gran Canaria; Fuencaliente, Los Llanos de Aridane y Tazacorte⁴⁸ en La Palma; La Orotava y Granadilla en Tenerife; y diferentes pagos de Lanzarote) y se registraron exportaciones significativas como la cochinilla madre y la cochinilla plateada⁴⁹ desde los principales puertos canarios, confirmando su continuidad como bien comercializable. Este repunte coincidió también en un período de vulnerabilidad marcado por la creciente dependencia del monocultivo del plátano y las primeras señales de inestabilidad en su comercio exterior⁵⁰.

Sin embargo, el mercado de la grana cochinilla en Canarias atravesó un lapso de transformaciones normativas, restricciones comerciales y propuestas de revitalización económica e industrial. Esta coyuntura fortaleció las políticas arancelarias proteccionistas adoptadas por el gobierno español en relación con los productos del archipiélago, entre ellos la “joya escarlata”. Según la Real Orden de 20 de diciembre de 1921, este artículo tintóreo fue exonerado de todo gravamen en el territorio nacional⁵¹. Esta disposición fiscal incentivaba el comercio interior y ralentizaba el exterior, repercutiendo a los países importadores y provocando el colapso de las exportaciones de la grana cochinilla de Canarias (Cabrera y Díaz, 1991). Como consecuencia, la demanda internacional disminuyó drásticamente y la escasa rentabilidad derivada del nuevo marco fiscal desincentivó parcialmente el cultivo. En 1927, en respuesta al descenso de la calidad percibida del producto y con el propósito de conservar la competitividad en los mercados internacionales, las juntas mixtas⁵² elevaron una solicitud a la Dirección General de Agricultura y Montes para que la cochinilla fuese incorporada al listado de artículos sujetos a control e inspección oficial⁵³. Este esfuerzo se institucionalizó en 1928 con la implantación de un sistema obligatorio de certificación de calidad para la exportación. La normativa, basada en el Real Decreto de 29 de abril de 1927, establecía que la cochinilla debía ser reconocida por

45 La Cámara Agrícola de Las Palmas solicitó al Gobierno subvenciones para vapores con destino a Francia e Inglaterra, así como la inclusión del puerto en las escalas de la Compañía Trasatlántica hacia Nueva York, con el fin de exportar productos como tomates, almendras y cochinilla. El Imparcial. (1917, 14 de agosto). *Por la Provincia*. Santa Cruz de Tenerife, nº 206, p. 2.

46 La grana cochinilla experimentó un alza en los precios y se exportaron cantidades relevantes a Inglaterra y Francia. Gaceta de Tenerife. (1925, 03 de noviembre). *La exportación de cochinilla*. Santa Cruz de Tenerife, nº 4.788, p. 3.

47 Durante el primer tercio del siglo XX, el cultivo de la cochinilla se preservó, retornó y emanó en distintos territorios de Canarias, propiciado por la demanda de colorantes naturales y los precios considerables en el mercado (1920-1936). A pesar de las limitaciones socioeconómicas, infraestructurales y logísticas, su exportación persistió junto a otros productos agrícolas. Esta continuidad refleja la resiliencia del sistema agroproductivo y su relevancia económica-cultural en ambientes insulares. Gaceta de Tenerife. (1926, 28 de noviembre). *El cultivo de la cochinilla*. Santa Cruz de Tenerife, nº 4.109, p. 3.; Hespérides. (1927, 23 de enero). *Datos informativos de Tazacorte*. Santa Cruz de Tenerife, nº 56, p. 10.; Gaceta de Tenerife. (1927, 05 de julio). *El problema forestal*. Santa Cruz de Tenerife, nº 4.293, p. 1.; Patria isleña. (1928, 01 de octubre). *Lanzarote*. La Habana, nº 29, p. 17.; y Gaceta de Tenerife. (1930, 09 de mayo). *Los premios otorgados en el Pabellón de Canarias*. Santa Cruz de Tenerife, nº 6.166, p. 1.

48 En 1925, Tazacorte protagonizó un simbólico intento de independencia de España como expresión de su identidad económica y social, centrada en su puerto agrícola. Aunque la secesión duró solo tres días, ese mismo año logró su segregación administrativa del municipio de Los Llanos de Aridane. Véase González Vázquez, S. (2004). Historia contemporánea de La Palma (1766-2000). *Revista de estudios generales de la Isla de La Palma*, (0), 65-122.

49 Ruiz Benítez de Lugo, R. (1928, 19 de septiembre). Una exposición agrícola. *El Progreso*, Santa Cruz de Tenerife, nº 7.044, p. 1.

50 Alemán Benítez, F. (1927, 01 de octubre). Hablando con Bravo de Laguna. *Canarias: órgano de la Asociación Canaria de Socorros Mutuos de la República Argentina*. Buenos Aires, nº 199, p. 9.

51 El Progreso. (1921, 31 de agosto). *Los nuevos aranceles*. Santa Cruz de Tenerife, nº 4.939, p. 1.

52 El 21 de septiembre se celebró en Las Palmas de Gran Canaria una reunión de la Junta Fitopatológica, con representantes institucionales del archipiélago, en la que se acordaron por unanimidad las condiciones fitosanitarias exigidas a los frutos para su exportación, así como las tarifas aplicables por reconocimiento oficial y certificación. Gaceta de Tenerife. (1927, 27 de septiembre). *La inspección fitopatológica en Canarias*. Santa Cruz de Tenerife, nº 4.865, p. 2.

53 *Ibid.*

la Junta de Inspección Fitopatológica y de Calidad de la Aduana antes de su salida desde los puertos canarios⁵⁴. A partir de 1929, se fijó un límite máximo del 2% de impurezas, rechazándose las partidas que no cumplieran con este estándar⁵⁵.

De forma análoga, se articularon discursos y propuestas de carácter tanto negacionista como afirmacionista en torno al porvenir de la cochinilla cultivada en Canarias. Desde una perspectiva crítica y negacionista, destacó la intervención del político republicano Alejandro Lerroux García (1922), quien aludió retrospectivamente a la frágil dependencia de los monocultivos. Como ejemplo ilustrativo, señaló la depreciación de la grana cochinilla canaria durante la Primera Guerra Mundial⁵⁶. En contraposición, surgieron vertientes afirmacionistas de índole tecnocientífico. Por un lado, en el marco de los debates sobre los riesgos sanitarios de los cosméticos celebrados en la Sociedad de Higiene de Madrid (1928), el doctor Eduardo García del Real y otros especialistas advirtieron sobre la toxicidad de los compuestos minerales utilizados en la cosmética femenina, como los derivados del plomo y el mercurio⁵⁷. Si bien el carmín de cochinilla también fue declarado como potencialmente nocivo, su consideración como alternativa natural frente a sustancias sintéticas más peligrosas benefició su inserción efectiva en la industria cosmética y su valor como recurso económico en un contexto de cambio productivo⁵⁸. Por otro lado, a mediados de los años treinta abundaron iniciativas afirmacionistas centradas en la innovación tecnológica e industrial. En esta línea, el ingeniero y doctor en ciencias L.M. Granderye (1935) propuso valorizar la materia prima mediante su transformación en derivados de mayor rentabilidad, como el carmín y el ácido carmínico⁵⁹. El proyecto contemplaba la constitución de un comité técnico-comercial en Canarias y la implantación de una planta industrial para el tratamiento del insecto, con el objetivo de mitigar la depreciación del producto en los mercados internacionales y recuperar su competitividad⁶⁰. Esta estrategia se fundamentaba en constataciones agronómicas que demostraban un mayor rendimiento y calidad de la cochinilla cultivada en el archipiélago respecto a otras regiones, incluido Perú⁶¹. Por tanto, se vislumbraba la posibilidad de potencializar el cultivo como expectativa para restituir el dinamismo económico del sector.

Entre finales de los años veinte y mediados de los treinta, la producción y comercialización de grana cochinilla en Canarias evidenciaban un reflejo de continuidad y confianza en su viabilidad futura (véase la figura 1). El interés dialéctico en torno a la nocividad de la indumentaria femenina se había mantenido vigente. En efecto, el Estado exigió la acreditación de certificados emitidos por las juntas de inspección aduanera para toda exportación de grana cochinilla⁶², garantizando así su control sanitario en 1928. Esta medida coincidió con la presencia destacada de la cochinilla en foros científicos y eventos internacionales, como la Exposición Iberoamericana de Sevilla, donde se otorgaron premios a cosecheros y expositores canarios⁶³. A partir de 1930, se registró un repunte coyuntural en la demanda internacional (véase la gráfica 1), vinculado al uso creciente del colorante natural en cosmética⁶⁴ (especialmente labiales y dentífricos⁶⁵), favorecido por las restricciones al uso de tintes sintéticos en algunos países europeos por razones de salud pública⁶⁶.

Figura 1 - Distribución del cultivo de la tunera para la producción de cochinilla en Canarias (1900-1936)

54 El Progreso. (1928, 14 de julio). *La exportación de cochinilla*. Santa Cruz de Tenerife, nº 6.987, p. 2.

55 Normativa que buscaba proteger la reputación del producto tintóreo en los mercados internacionales. El Progreso. (1929, 10 de enero). *La cochinilla*. Santa Cruz de Tenerife, nº 7.130, p. 2.

56 El Progreso. (1922, 29 de septiembre). *Tenerife, industrial*. Santa Cruz de Tenerife, nº 5.268, p. 1.

57 El Progreso. (1928, 19 de abril). *Pintarse los labios es peligrosísimo*. Santa Cruz de Tenerife, nº 6.915, p. 2.

58 *Ibid.*

59 Gaceta de Tenerife. (1935, 15 de septiembre). *Para revalorizar la exportación de cochinillas*. Santa Cruz de Tenerife, nº 8.113, p. 8.

60 *Ibid.*

61 *Ibid.*

62 El Real Decreto de 29 de abril de 1927 y sus disposiciones complementarias establecían que los certificados de inspección de calidad exigidos para la exportación de grana cochinilla debían ser emitidos por las juntas de inspección aduanera, con un arancel del 0,50% sobre el valor de la expedición, a cargo del exportador y con las limitaciones previstas en el artículo 7 del citado decreto. El Progreso. (1928, 14 de julio). *La exportación de cochinilla*. Santa Cruz de Tenerife, nº 6.987, p. 2.

63 Se concedieron distinciones al Ayuntamiento de Fuencaliente y a Pedro Hernández Monterrey en reconocimiento a su destacada contribución a la producción y promoción de la grana cochinilla. Ruíz Benítez de Lugo, R. (1928, 05 de julio). Si dentro divididos, fuera unidos. *El Progreso*, Santa Cruz de Tenerife, nº 6.978, p. 2.

64 Albino, F. (1931, 19 de mayo). Los nacientes del sur. *Gaceta de Tenerife*, Santa Cruz de Tenerife, nº 6.483, p. 1.

65 Diario Republicano de Tenerife. (1932, 10 de agosto). Fórmulas de higiene y tocador. Santa Cruz de Tenerife, nº 16, p. 8.

66 Voz del Norte. (1932, 03 de julio). *Mercado de frutos*. Santa María de Guía de Gran Canaria, nº 79, p. 5.

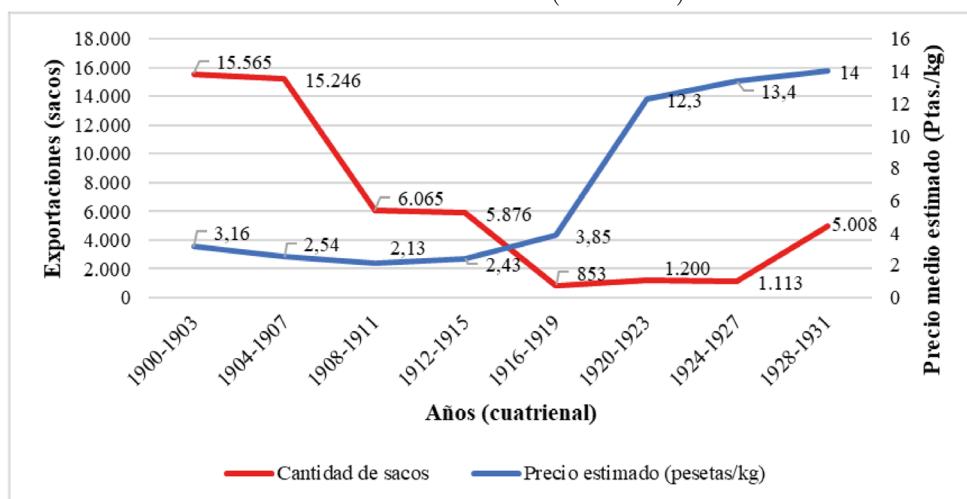


Fuente: Elaboración propia.

Económicamente, las cosechas alcanzaron un volumen de 3.000 quintales métricos, con un valor estimado de 2.530.000 pesetas, y Gran Canaria se consolidó como la de mayor productividad⁶⁷. Por ende, se estableció reglamentariamente que toda exportación de grana cochinilla canaria debía canalizarse exclusivamente a través del muelle de Santa Catalina (Puerto de la Luz)⁶⁸. Paralelamente, la Federación de Sindicatos Insulares, bajo función tutelar de los cabildos, promovió iniciativas de representación del sector en los principales mercados europeos y norteamericano⁶⁹. Este escenario comercial fortaleció la posición internacional de la grana cochinilla canaria, propiciada por las disposiciones adoptadas en el Reino Unido en 1932, que prohibieron el uso de colorantes químicos en cosméticos y tejidos, incentivando así la demanda de colorantes naturales⁷⁰.

De forma complementaria, los factores climáticos adversos en las islas más orientales — como olas de calor y sequías persistentes— limitaron la producción, desembocando el aumento del desempleo y la imposibilidad de emigrar hacia América Latina, también afectada por la depresión global de 1929 (Montelongo y Falero, 2000).

Gráfica 1 - Evolución cuatrienal de las exportaciones aproximadas y el precio medio de la grana cochinilla en el mercado canario (1900-1931)



Fuente: Elaboración propia a partir de la documentación obtenida de JABLE. Archivo de prensa digital de la ULPGC [1900-1936].

67 Fernández de Rota, A. (1930, 05 de febrero). El oasis canario. *Gaceta de Tenerife*, Santa Cruz de Tenerife, nº 6.087, p. 1.

68 El Progreso. (1929, 08 de julio). *Telegramas*. Santa Cruz de Tenerife, nº 7.187, p. 3.

69 Gutiérrez Penedo, J. (1931, 06 de junio). Encuesta de PROA. *Acción Político Social*, Santa Cruz de Tenerife, nº 10, p. 8.

70 Voz del Norte. *Op. Cit.*

1.2. SEGUNDA FASE: AUTARQUÍA E INESTABILIDAD COMERCIAL. 1936-1959

Los años previos a la Guerra Civil Española (1936-1939) constituyeron un período de vicisitudes e incertidumbre. Esta tesisura afectó especialmente al mercado de la grana cochinilla canaria, acentuado por una confluencia de factores geopolíticos y económicos exógenos⁷¹. En tales circunstancias, el 18 de julio de 1936 se desencadenó la sublevación militar dirigida por el general Francisco Franco en Canarias, preludio del régimen dictatorial que se consolidaría en 1939 y perduraría hasta 1975. La instauración de dicho sistema fascista supuso una reconfiguración de la economía del archipiélago, alterando directamente el aparato productivo y desarticulando las tradicionales redes comerciales tricontinentales.

En este sentido, la segunda fase del *temporis hiatus* de la grana cochinilla puede definirse como un episodio umbrío, pero con signos de resiliencia productiva, caracterizado por la persistencia del cultivo en espacios económicos periféricos del archipiélago canario. Adicionalmente, este periodo revela el valor intrínseco del recurso natural, a pesar de su marginación dentro de los circuitos comerciales dominantes, confirmando un arraigo socioeconómico y medioambiental frente a los procesos de desarticulación del modelo agroexportador tradicional. Conviene destacar que esta coyuntura estuvo determinada por una regresión sistémica, resultado del aislamiento comercial y de la inestabilidad en los intercambios económicos, consecuencias directas tanto del conflicto bélico civil como de la política totalitaria desarrollada durante los primeros años del régimen franquista (1939-1959). Así, la situación económica era críticamente vulnerable, representada por una estrategia de repliegue basada en la autosuficiencia forzada, enmarcada en un modelo autárquico con un alto grado de intervencionismo estatal en Canarias.

Como ya se ha señalado en líneas anteriores, el modelo político franquista implantó principios de control rígido sobre la producción, la distribución, los precios y los salarios, con el propósito de minimizar la dependencia del exterior. Sin embargo, resultaba inviable articular una economía autosuficiente en un territorio insular cuya organización económica había estado históricamente orientada al comercio exterior, y que además carecía de una base industrial capaz de sustituir las importaciones. De ahí que, en 1941 se crease el Mando Económico de Canarias, un organismo que fusionaba la jefatura militar y la organización económica en un intento por centralizar la gestión del archipiélago (Guerra, 2003).

Aunado a esta fase, puede afirmarse que la grana cochinilla canaria —aunque relegada a una posición marginal— persistió pese a las dificultades en un contexto de inestabilidad política y comercial. Nada más iniciarse la guerra en 1936, dentro de un clima inquietante y de crispación, se exportaron más de un millar de sacos de grana cochinilla⁷² con destino a mercados en el Reino Unido, Francia, India y Japón⁷³. Estas operaciones se realizaron a través de los respectivos puertos de Santa Cruz de Tenerife y Puerto de La Luz⁷⁴. La subsistencia del mercado vinculado al pigmento natural constituyó un indicio palpable de mecanismos de autogestión privada, evidenciados en la inserción de anuncios comerciales en la prensa local para la adquisición de grana cochinilla (véase la figura 2).

Figura 2 - Anuncio publicitario de un comerciante de cochinilla y otros productos



Fuente: Amanecer (1938, 14 de abril).

71 Cabe considerar, por otra parte, que estos elementos coexistieron con factores económicos de carácter endógeno, como la competencia con otros cultivos agroexportadores en el ámbito canario.

72 Gaceta de Tenerife. (1936, 17 de diciembre). *Casa inglesa compra cochinilla*. Santa Cruz de Tenerife, nº 8.803, p. 2; y Acción. (1936, 22 de febrero). *Exportación*. Las Palmas de Gran Canaria, nº 262, p. 7.

73 Principalmente destinadas a industrias tintóreas que prescinden del uso de compuestos químicos sintéticos. Bittini, R. (1936, 27 de junio). *Los plátanos, riqueza fundamental de las Islas Canarias*. Acción, Las Palmas de Gran Canaria, nº 366, p. 11.

74 Gaceta de Tenerife. (1936, 17 de diciembre); y Acción. (1936, 22 de febrero). *Op. Cit.*

Pese a ello, el ámbito socioeconómico no era propicio para planteamientos idealistas o desarrollos marginales. Entre 1936 y 1939, el sector de la grana cochinilla canaria se convirtió en un referente discursivo recurrente en los debates sobre la vulnerabilidad del modelo económico insular, caracterizado por su dependencia de monocultivos como el plátano, el tomate y el tabaco⁷⁵. Numerosos analistas y representantes políticos de la época aludieron al proceso de decadencia de la cochinilla como un ejemplo paradigmático del destino que podrían sufrir los cultivos hegemónicos ante posibles disruptciones en los mercados internacionales. Simultáneamente, el arquitecto grancanario Martín-Fernández de la Torre (1936) advertía que la economía de las islas había abandonado formas productivas modestas que, en tiempos de dificultades, habrían contribuido a mitigar sus efectos, como ocurrió en su momento con la cochinilla⁷⁶. En esta línea, se registró la candidatura al Parlamento de la tinerfeña Josefina Perdomo Benítez, cuya retirada fue lamentada por los cosechadores de cochinilla. Esta figura política manifestó en diversas ocasiones una posición favorable hacia la revitalización del carmín⁷⁷.

En lo que respecta a la producción y comercialización, en 1939 la superficie destinada al cultivo de grana cochinilla en Canarias alcanzaba las 430 hectáreas⁷⁸. Posteriormente, en 1941, se registraron 344 hectáreas de tuneras en régimen parcialmente silvestre, con una recolección estimada de 5.850 kilogramos de grana cochinilla (Caraballo, 1986). Asimismo, la producción anual superaba las 200 toneladas⁷⁹, de las cuales se exportaban alrededor de 124 toneladas de promedio entre 1936 y 1940 (Rodríguez-Brito, 1986). En 1943 se contabilizó la exportación de 3.000 toneladas del producto, procedentes de cosechas almacenadas de ciclos productivos anteriores⁸⁰. Estos datos evidencian una reducción progresiva del rendimiento por hectárea, reflejo tanto de la precarización del sector como de su capacidad de resistencia adaptativa dentro del marco de una economía autárquica. A pesar de ello, el cultivo no desapareció totalmente por completo (Díaz-Gutiérrez y Jiménez-Méndez, 1990) y, desde entonces, permaneció en áreas limitadas de Tenerife⁸¹, El Hierro⁸², Fuerteventura⁸³, Gran Canaria⁸⁴ y Lanzarote⁸⁵.

La economía canaria experimentó un proceso de ruralización, exacerbado por la escasez generalizada de bienes de consumo, el control estatal estricto, la represión del movimiento obrero y la carencia de mecanismos eficaces para la reactivación económica. Este escenario favoreció una significativa oleada migratoria, especialmente hacia Venezuela (Cabrera y Díaz, 1991; Montelongo y Falero, 2000).

En este panorama de precariedad, algunos productos agrícolas tradicionales recuperaron protagonismo simbólico y económico. En la Exposición Canaria celebrada en Madrid en 1941, se destacaron cultivos como los nopales destinados a la cría de grana cochinilla. El jefe de la Sección Económica del evento, Francisco Alonso Luengo —técnico comercial del Estado—, subrayó la importancia de estos cultivos de exportación, rememorando la versatilidad y valor histórico de este insecto tintóreo en la economía canaria⁸⁶. También, la participación de Canarias en la I Feria Nacional

75 Diario Republicano de Tenerife. (1936, 16 de enero). *Apoyamos fervorosamente las que hoy tiene que es la manera de alentar nuevas instalaciones*. Santa Cruz de Tenerife, nº 1.116, p. 1

76 Acción. (1936, 21 de abril). *Interesante discurso del señor Martín F. de la Torre sobre economía insular*. Las Palmas de Gran Canaria, nº 309, p. 6.

77 Diario Republicano de Tenerife. (1936, 29 de enero). *Una distinguida señorita de la localidad*. Santa Cruz de Tenerife, nº 1.126, p. 3.

78 Recogido Rodríguez, W. (1986), pp. 32-33. Según el Mapa Agronómico Nacional de 1943, la extensión estaba distribuida de la siguiente manera: Gran Canaria 250 ha.; Tenerife 150 ha; y Lanzarote, 30 ha.

79 Esta producción registraba 140 toneladas correspondientes a la provincia de Las Palmas y 60 toneladas a Santa Cruz de Tenerife (Betancort-Cejudo, 1984; Caraballo-Umpiérrez, 1986; Fajardo-Feo, 1986).

80 Falange. (1943, 29 de junio). *La economía canaria vista por un técnico del Estadio*, Las Palmas de Gran Canaria, nº 2.848, p. 3.

81 Goyanes, J. (1938, 08 de enero). Conferencia pronunciada recientemente en el Radio Club por el doctor Goyanes. *Amanecer*, Santa Cruz de Tenerife, nº 144, p. 3.

82 Cabrera Gómez, F. (1943, 01 de enero). El Hierro. *Canarias: órgano de la Asociación Canaria de Socorros Mutuos de la República Argentina*, Buenos Aires, nº 382, pp. 5-6.

83 El Guanche. (1945, 01 de abril). *Va a recoger una gran herencia en Venezuela*, Buenos Aires, nº 12, pp. 18-20.

84 Falange. (1945, 05 de abril). *Hoy llega una expedición científica de estudiantes de Caminos, Canales y Puertos*, Las Palmas de Gran Canaria, nº 5.486, p. 5.

85 Benítez Toledo, J.M. (1945, 01 de agosto). Enciclopedia Gráfica: Lanzarote-Fuerteventura. *Canarias: órgano de la Asociación Canaria de Socorros Mutuos de la República Argentina*, Buenos Aires, nº 413, p. 22.

86 Falange. (1941, 19 de marzo). *La exposición dará a conocer detalladamente nuestra economía*, Las Palmas de Gran Canaria, nº 1.548, p. 1.

del Campo (Madrid), celebrada en 1950, consolidó esta revalorización de los productos autóctonos. En dicha ocasión, la grana cochinilla atrajo notable atención del público peninsular, al tratarse de un colorante “desconocido para la mayoría”, a pesar de su relevancia histórica⁸⁷. A su vez, diversas voces críticas advirtieron sobre el riesgo de imponer desde la administración un modelo agrícola uniforme, ajeno a la compleja y transformadora realidad del campesinado canario⁸⁸.

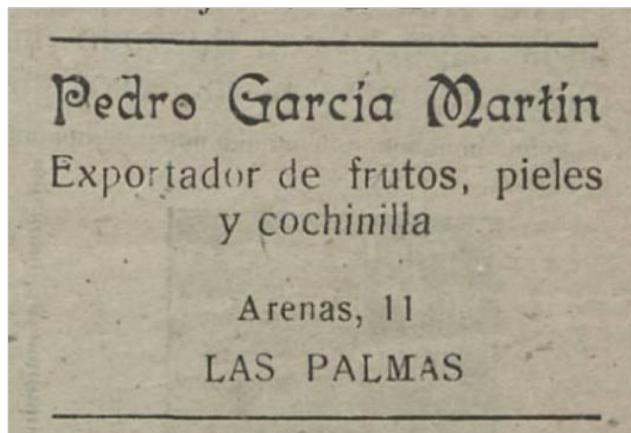
A mediados del siglo XX, el desarrollo del sector agroalimentario y la creciente necesidad de optimizar las propiedades organolépticas de los alimentos procesados impulsaron un notable incremento en el uso de colorantes sintéticos (Fajardo-Feo, 1986). Pronto surgieron preocupaciones respecto a sus posibles efectos adversos para la salud (Borges *et al.*, 2012). Esta inquietud encauzó la realización de múltiples estudios científicos que documentaron reacciones alérgicas y riesgos cancerígenos asociados a determinados aditivos artificiales (Pérez-Sandi y Becerra, 2001).

Como resultado, numerosos países adoptaron normativas más estrictas en materia de seguridad alimentaria, incentivando la transición hacia colorantes naturales como el carmín de cochinilla, considerados más seguros y menos perjudiciales. En este proceso destacaron dos marcos regulatorios de influencia global: la *Food and Drug Administration* (FDA) de los Estados Unidos y la normativa vigente en la Comunidad Económica Europea (CEE) (Fajardo, 1986; Pérez-Sandi y Becerra, 2001). Estos sistemas fueron asumidos como referencia en la elaboración de normativas nacionales en numerosos países, ejerciendo una influencia relevante sobre la configuración de políticas internacionales (Fajardo, 1986).

El nuevo marco legal permitió aplicar extensivamente el carmín de cochinilla en las industrias alimentaria, cosmética, textil y farmacéutica (Fajardo, 1986; Pérez-Sandi y Becerra, 2001; Borges *et al.*, 2012). El progresivo endurecimiento de la legislación internacional en materia de aditivos alimentarios favoreció el reposicionamiento estratégico de la cochinilla y su derivado, el carmín, en los mercados globales. Esta circunstancia generó una demanda en torno a las 30 toneladas anuales en Canarias, consolidándose como uno de los principales exportadores de grana cochinilla a escala mundial (Pérez-Sandi y Becerra, 2001).

Dado que la demanda internacional supera la oferta, el precio del artículo experimentó un alza notoria, incentivando el cultivo en zonas con condiciones agroclimáticas favorables. En Canarias, se observa una incipiente recuperación del cultivo de tuneras en áreas costeras, consideradas más apropiadas y productivas⁸⁹. Esta reactivación se produce en un contexto en el que la grana cochinilla nunca desapareció por completo de los circuitos de exportación (véase la figura 3), manteniéndose la comercialización de varios centenares de kilogramos anuales⁹⁰.

Figura 3 - Anuncio comercial (1947-1952)



Fuente: Islas Canarias (1952, 01 de enero).

⁸⁷ Araima, L. (1950, 30 de mayo). La participación canaria en la I Feria Nacional del Campo. *Falange*, Las Palmas de Gran Canaria, nº 6.170, p. 8.

⁸⁸ Tal fue el caso del debate suscitado en torno al Plan de Obras Públicas de 1941. Araima, L. (1941, 19 de octubre). La memoria con el plan general de Obras Públicas hace un estudio completísimo de las características generales en este aspecto. *Falange*, Las Palmas de Gran Canaria, nº 1.734, p. 1.

⁸⁹ Suárez Falcón, J. (1951, 10 de agosto). La cochinilla en Canarias. *Falange*, Las Palmas de Gran Canaria, nº 6.543, p. 2.

⁹⁰ Falange. (1953, 04 de enero). *Notas sobre Comercio Exterior*, Las Palmas de Gran Canaria, nº 6.978, p. 6.

Según González-Morales y De León (2003), el cultivo de la cochinilla había quedado prácticamente relegado a los pagos de Mala y Guatiza, en el noreste de la isla de Lanzarote, donde se mantenía una superficie cultivada de aproximadamente 200 hectáreas. Este enclave lanzaroteño se consolidó como el principal núcleo productor del archipiélago (Rodríguez-Brito, 1986), dado que en el resto de las islas el cultivo había desaparecido casi por completo. En la actualidad, Guatiza, Mala y ciertas áreas de Tenerife continúan representando los principales focos de producción —aunque a una escala menor—, manteniéndose además un *stock* considerable de grana cochinilla seca almacenada.

Finalmente, la década de 1950 marca el cierre de la etapa del *temporis hiatus* en la trayectoria histórica de la grana cochinilla canaria. A partir de entonces, se inicia una nueva fase acuñada como “la irrupción de la grana cochinilla en la isla de Lanzarote”, cuyo desarrollo productivo y comercial adquiere mayor protagonismo. Esta etapa, centrada especialmente en los núcleos poblacionales de Mala y Guatiza, se extendió de manera ininterrumpida hasta la década de 1990.

CONCLUSIONES

El análisis del *temporis hiatus* de la grana cochinilla en Canarias durante la primera mitad del siglo XX revela un período de latencia funcional, pero no de extinción, en la trayectoria de este cultivo históricamente emblemático. Lejos de implicar una desaparición total, el periodo comprendido entre 1900–1959 se configura como una etapa ambivalente, caracterizada por la contracción económica, la adaptación de los sistemas productivos y la persistencia marginal del insecto tintóreo en enclaves estratégicos del archipiélago.

Desde una perspectiva historiográfica, esta etapa permite reconfigurar la narrativa de la supuesta decadencia del monocultivo de la cochinilla, al visibilizar su continuidad operativa y simbólica en contextos de crisis y transición agroeconómica. La aplicación del concepto *temporis hiatus* no solo posibilita la identificación de disruptivas cronológicas en la trayectoria del cultivo, sino que también rescata su potencial como agente de resistencia agraria y como vector de patrimonio agroproductivo. En este sentido, el estudio epistemológico demuestra que las fases de aparente inactividad comercial encubren dinámicas resilientes, estrategias de reproducción tanto socioeconómicas como socioculturales y discursos afirmacionistas que defendieron la viabilidad económica y la densidad cultural.

El cultivo de la cochinilla, aunque desplazado por la expansión de los colorantes sintéticos y por los procesos de reconversión agroexportadora, conservó un grado de funcionalidad residual en circuitos comerciales a nivel internacional. La cotización del producto fue reactivada intermitentemente por modificaciones en la normativa sanitaria internacional, el incremento de la demanda de pigmentos naturales en las industrias cosmética y alimentaria, y el discurso de recuperación identitaria en el marco del régimen autárquico. Estas circunstancias corroboran que el artículo no desapareció, sino que atravesó un intervalo de opacidad interpretativa, frecuentemente omitido en la historiografía canaria.

Por tanto, el «*temporis hiatus* de la joya escarlata» no debe concebirse como un lapso de vacío absoluto, sino como una etapa cargada de tensiones sistémicas, contradicciones productivas y potencialidades emergentes, que articula una experiencia socioeconómica compleja e interdependiente. Este trabajo resulta crucial para reformular el debate en torno a los modelos agrarios sostenibles, la valorización de cultivos patrimoniales y la soberanía alimentaria en territorios insulares sujetos a la volatilidad inherente del sistema capitalista global.

REFERENCIAS

BETANCORT, J.F. (1984). *Fábrica de carmín de cochinilla*. Escuela Superior de Ingeniería Informática de Las Palmas, Las Palmas de Gran Canaria, pp. 1-119 [inédita].

BIBLIOTECA DE LA UNIVERSIDAD DE LA LAGUNA (2024). *Documentación obtenida de Maresía. Prensa digitalizada y Patrimonio documental de la Universidad de La Laguna*. [consulta en línea]. San Cristóbal de La Laguna. Disponible en: <https://h3-bbtk-ull-es.accedys2.bbtk.ull.es/>

BIBLIOTECA DE LA UNIVERSIDAD DE LAS PALMAS DE GRAN CANARIA (2024). *Documentación obtenida de JABLE. Archivo de prensa digital de la ULPGC* [consulta en línea]. Las Palmas de Gran Canaria. Disponible en: <https://jable.ulpgc.es>

BORGES, M.; TEJERA, R.; DÍAZ, L.; ESPARZA, P.; IBÁÑEZ, E. (2012). Natural dyes extraction from cochineal (*Dactylopius coccus*). New extraction methods. *Food Chemistry*, (132): 1855-1860.

CABRERA, L.; DÍAZ, A. (1991). *La economía contemporánea (I): el proceso de consolidación capitalista*. En Morales Padrón, F. (ed.). Historia de Canarias. Siglos XIX-XX. Editorial Prensa Ibérica, Valencia: (4): pp. 693-712.

CARABALLO, L. (1986). *Cultivo intensivo de la cochinilla "Dactylopius coccus"*. Escuela Universitaria de Ingeniería Técnica Agrícola de La Laguna. Universidad Politécnica de Canarias, pp. 2-20 [inédita].

CARABALLO, L. (2017). Avatares de la cochinilla en Lanzarote. *Revista AGROPALCA*, (36): 34.

DAHLGREN DE JORDÁN, B. (1990). *La grana cochinilla*. Universidad Nacional Autónoma de México, México, 341.

DE LA CRUZ, S.; GONZÁLEZ, S. (1846) [1829]. *Nueva instrucción sobre el cultivo del nopal y cría de la cochinilla de América para uso de los labradores canarios*. F. Montero y Ruiz, Santa Cruz de Tenerife.

DÍAZ, A.; JIMÉNEZ, A.M. (1990). Aproximación al cultivo de la cochinilla en la isla de Lanzarote: su articulación en el espacio agrario. *II Jornadas de historia de Lanzarote y Fuerteventura*, Cabildo Insular de Lanzarote, (2): 36-47.

DIGUET, L. (1928). *Les cactacées utiles du Mexique*. Ouvrage posthume, revupar André Guillaumin. Rouen-imprimerie, Lecerf fils, París.

DONKIN, R.A. (1977). Spanish Red. An Ethnogeographical Study of Cochineal and the Opuntia Cactus. *Transactions of the American Philosophical Society*, (67):1-84.

FAJARDO, B. (1986). *Obtención de carmín de la cochinilla*. Escuela Universitaria de Ingeniería Técnica Agrícola de La Laguna. Universidad Politécnica de Canarias, pp. 5-31 [inédita].

GONZÁLEZ, A.; DE LEÓN, E. (2003). Los cultivos americanos en la agricultura de Canarias: El caso de la isla de Lanzarote. *Tebeto: Anuario del Archivo Histórico Insular de Fuerteventura*, (16): 293-300.

GONZÁLEZ, N. (2001). La explotación de la cochinilla en las Canarias del siglo XIX. *Universidade dos Açores*, (5): 175-192.

GUERRA, R. (2003). El racionamiento en Canarias durante el período del Mando Económico del archipiélago (1941-1946): una primera caracterización. *Revista de Historia Canaria*, (185): 211-236.

HENRÍQUEZ, M. (1990). La Crónica de Lanzarote. *II Jornadas de Historia de Lanzarote y Fuerteventura*, 2: 330-347.

HOLME, I. (2006): *Sir William Henry Perkin: a review of his life, work and legacy*. Coloration Technology, 122, pp. 235-251.

HOUGHTON, R. (1877). *La cochinilla. Memoria demostrativa de las causas que han producido la decadencia de este renglón de comercio en los últimos años*. Real Sociedad Económica de Amigos del País de Gran Canaria, Imprenta de La Verdad, Gran Canaria, pp. 23-95.

JIMÉNEZ, R.A. (1984). La sociedad Económica de amigos del país de Cádiz aproximación al estudio de su labor educativa. *Tavira*, (1): 81-98.

MACÍAS, A. (1990). El papel de la agricultura en el desarrollo regional en la Europa mediterránea, 1750-1980. Canarias, 1830-1890: El papel de la grana en la economía isleña. *Áreas: Revista de Ciencias Sociales*, (12): 246-247.

MARICHAL, C. (2006). La cochinilla mexicana y la demanda europea de tintes americanos, 1550-1850. *De la plata a la cocaína: cadenas de productos básicos latinoamericanos y la construcción de la economía mundial, 1500-2000*, 76-92.

MARTÍN, U. (1995). La Crisis de la Cochinilla en Lanzarote, 1875-1890. *Cabildo Insular de Lanzarote y Cabildo Insular de Fuerteventura*, 216-246.

MCCREERY, D. (1994). *A History of Rural Guatemala, 1760-1940*. Stanford University Press, California, (10): 49-129.

MEGLIORINI, J.; DE LA CRUZ, S. (1833) [1826]. *Memoria sobre el nopal y cría de la cochinilla de América. Para el uso de los labradores canarios*. Juan Díaz Machado, La Laguna.

MILLARES, A.; MILLARES, S.; QUINTANA, F.; SUÁREZ, M. (2011). *Historia contemporánea de Canarias*. Caja Insular de Ahorros de Canarias, Obra Social, Las Palmas de Gran Canaria, pp. 171-382.

MONTELONGO, A.J.; FALERO, M.A. (2000). *El puerto del Arrecife*. Ayuntamiento de Arrecife, Lanzarote, pp. 124-163.

PADILLA, C.; ANDERSON, B. (Coords.). (2015). *A Red Like No Other. How Cochineal Colored the World*. Skira Rizzoli-Museum of International Folk Art, Nueva York-Santa Fe.

PALLARÉS, A. (2004). Tres productos históricos en la economía de Lanzarote: la orchilla, la barrilla y la cochinilla. Académico Correspondiente. *Amigos de la Cultura Científica*, 31-43.

PÉREZ, M.; BECERRA, R. (2001). Nocheztlí: el insecto del rojo carmín. *Biodiversitas*, (36): 1-8.

PHIPPS, E. (2010). *Cochineal Red: The Art History of a Color*. Yale University Press. Metropolitan Museum of Art. Nueva York, New Haven y Londres.

PORILLO L.; VIGUERAS A.L. (1998). Natural enemies of cochineal (*Dactylopius coccus Costa*): importance in Mexico. *Journal of the Professional Associated Cactus Development 1998*, (3): 43-49.

QUINTANA, F. (1992). *Informes consulares británicos sobre Canarias (1856-1914)*. UNED - Universidad Nacional de Educación a Distancia, Centro Asociado de Las Palmas de Gran Canaria, Madrid, pp. 86-1101.

RODRÍGUEZ, L.; NIEMEYER, H. (2001). Cochineal production: a reviving precolumbian industry. *Athena Review*, (24): 76-78.

RODRÍGUEZ, L.C.; MÉNDEZ, M.A.; NIEMEYER, H.M. (2001). Direction of dispersion of cochineal (*Dactylopius coccus Costa*) within the Americas. *Antiquity*, (75): 73-77.

RODRÍGUEZ, W. (1986). *Agricultura de exportación en Canarias 1940-1980*. Gobierno de Canarias, Consejería de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación, Santa Cruz de Tenerife, pp. 31-34.

ROQUERO, A.; POSTIGO, C. (1987). *La cochinilla: una materia tintórea prehispánica y su*

introducción en Europa. Instituto de Cooperación Iberoamericana, Madrid.

SAINT VINCENT, B. (1827). Notice Regarding the Naturalization of Cochineal Insect to Spain. *The Edinburgh Journal of Science*, London, 326-327.

SÁNCHEZ, C.S.; SUÁREZ, M. (2006). Evolución de la producción y el comercio mundial de la grana cochinilla, siglos XVI-XIX. *Revista de Indias*, (237): 473-490.

SÁNCHEZ, E. (30 de noviembre y 1-2 de diciembre de 2023). La tunera y sus derivados: un enfoque sistémico desde la economía sostenible. En PERERA, S. (coor.), *II Jornadas Tunera, tuno y cochinilla*, celebrado en Guatiza del 30 de noviembre y 1-2 de diciembre. Asociación Cultural, Patrimonial y Agrícola (Milana), Mala, Lanzarote. [<https://sembrandolanzarote.wordpress.com/2023/11/21/las-rutas-de-la-cochinilla-una-historia-de-superacion/>].

SANS, J. (1977). *La crisis de la agricultura en Canarias*. Mancomunidad de Cabildos de Las Palmas. Plan Cultural. Ed. Idea, Madrid, pp. 23-31.

SANZ ANTÓN, J.A. (1950). Un capítulo olvidado del ayer económico agrario: la cochinilla. *Estudios geográficos*, (38): 73-91.

WERNER, L. (2006). *A bug of reds & riches: since pre-Columbian times, an insect harvested in the Americas has provided the world with a highly valued dye*, <http://www.thefreelibrary.com/A+bug+of+reds+%26+riches%3A+since+pre-Columbian+times,+an+insect...-a0141091823>.

YANES, J.A. (2002). Prensa y opinión pública en Canarias en el ocaso de la Restauración acerca de la ambivalencia de la papa en el sector agrario de la economía insular, 1914-1918. *Anuario de Estudios Atlánticos*, (48): 505-518.

O PREÇO DO DINHEIRO: AS (DES)RAZÕES DOS JUROS NO BRASIL ENTRE AS DÉCADAS FINAIS DO SÉCULO XX E INÍCIOS DO XXI

THE PRICE OF MONEY: THE (UN)REASONS FOR INTEREST IN BRAZIL BETWEEN THE FINAL DECADES OF THE 20TH CENTURY AND THE EARLY 21TH

Francisco Assis de Queiroz^a

^a Graduado em História (USP) e Ciências Econômicas (PUC-SP), doutor em História Social/História da Ciência (USP); professor de História da Ciência e do Programa de Pós-Graduação em História Econômica (USP). Contatos principais: frantota@uol.com.br; franqueiroz@usp.br

Resumo

Os juros estão presentes na economia e na sociedade desde há milhares de anos. Com o desenvolvimento da chamada sociedade ou economia de mercado, os juros tornam-se uma variável passível de análise teórica por uma área mais autônoma ou especializada de conhecimento – a economia, como aconteceu com outras variáveis de outras áreas do conhecimento e da ciência. Este artigo tem como objetivo analisar o sistema de metas de inflação, bem como suas possíveis aplicações e implicações práticas para política monetária no Brasil. Trata-se, sobretudo, de apresentar e analisar as razões mais recorrentemente aventadas para explicar o fato de o Brasil ter apresentado, por décadas, as mais elevadas taxas de juros do mundo.

Palavras-chave: Juros no Brasil; Metas de Inflação; Política Monetária; Economia Brasileira.

Códigos JEL: E4; E43.

Abstract

Interest rates have been present in the economy and society for thousands of years. With the development of the so-called market economy, interest becomes a variable that can be theoretically analyzed by a more autonomous or specialized area of knowledge - economics, as happened with other variables in other areas of knowledge and science. This article aims to analyze the inflation targeting system, as well as its possible applications and practical implications for monetary policy in Brazil. Above all, it seeks to present and analyze the reasons most frequently given to explain the fact that Brazil has had, for decades, the highest interest rates in the world.

Keywords: Interest Rates in Brazil; Inflation Targets; Monetary Policy; Brazilian Economy.

JEL Codes: E4; E43.

INTRODUÇÃO

A elevada taxa de juros no Brasil tem sido uma das mais comentadas questões econômicas, seja na academia, na mídia e na sociedade nas últimas décadas. Importante variável econômica, diz respeito a decisões de investimento, ao crescimento econômico, implicações sobre o emprego,

distribuição de renda, etc.

A década de 1980 foi marcada, no Brasil, por recessão e inflação crescente, que haviam passado de 55,80% ao ano em 1979, 110% em 1980, para 235% em 1985, período do último governo militar, o do general João Batista Figueiredo (BAER, 2002, p. 489). Com o fim do regime militar e, tendo a emenda por eleições diretas de 1984 sido rejeitada na Câmara dos deputados, o chamado Colégio Eleitoral escolheu os civis Tancredo Neves como presidente da República e José Sarney como vice. Com o agravamento de seu já precário estado de saúde, Tancredo ficou internado por mais de um mês e, vindo a falecer, assumiu o vice José Sarney, cuja medida de maior impacto foi a decretação, em fevereiro de 1986, do Plano de Estabilização Econômica ou Plano Inflação Zero, mais conhecido como Plano Cruzado (nome da nova moeda, que substituiu o cruzeiro), com o objetivo de debelar a inflação e manter o poder aquisitivo da moeda. Para tanto, foi imposto o congelamento de preços, da taxa cambial e dos salários.

Conduzido pelo ministro Dílson Funaro, o plano logo angariou expressivo apoio popular, como o dos vigilantes autodenominados “fiscais do Sarney”. Alguns meses depois o plano mostrava sua ineeficácia, deixando, contudo, como significativa conquista política, a vitória nas eleições de 15 de novembro do mesmo ano, da maioria dos governadores do PMDB e a maior bancada do partido para o Congresso Nacional. Da passageira deflação durante alguns meses do Plano Cruzado em 1986 – a taxa de inflação anual foi de 65% -, em 1988 atingiu-se a elevadíssima taxa de 1038%, chegando a 1783% em 1989! (BAER, 2002, pp. 489-490). Com o persistente recrudescimento da inflação, outro plano de estabilização ainda foi lançado até o fim do governo Sarney, o chamado plano Verão, do ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, sem conseguir os resultados almejados.

Em dezembro de 1989, para a sucessão do governo Sarney, foi eleito presidente, com contundente retórica neoliberal, Fernando Collor de Mello. Logo que assumiu em 15 de março de 1990, decretou o Plano Collor I, incluindo um surpreendente confisco da poupança e depósitos bancários privados, além de determinar a privatização de empresas e abertura às importações. Nesse ano a inflação se reduziu um pouco, mas não saiu dos quatro dígitos, chegando a 1476,71%. O combate econômico fracassa e abre caminho à recessão. Outra tentativa de tratamento de choque contra a inflação foi o plano Collor II, apresentado pela mesma ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, no início de 1991, o qual mostrou-se novamente incapaz de reverter as persistentes expectativas inflacionárias, embora tenha tido uma redução para três dígitos, ficando a taxa anual em 480,23%, nível ainda sobremaneira elevado (BAER, 2002, p. 490). Nesse mesmo ano, com sucessivos casos de corrupção vindo à tona, seguindo às investigações do Congresso e manifestações de rua com intensa participação de jovens (“caras pintadas”), Collor de Mello acabou por sofrer o *impeachment* (impedimento) – votado pelo Congresso -, sendo obrigado a deixar a presidência no final daquele ano, além de ter os direitos políticos suspensos por oito anos.

Assumiu então a presidência seu vice, Itamar Franco, que logo se deparou com uma taxa anual de inflação de incríveis 2708,17% em 1993! (BAER, 2002, p. 490). Ocupando o cargo de ministro de Relações Exteriores, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, nome de maior destaque de sua equipe de governo, em maio daquele ano foi convidado para assumir o Ministério da Fazenda, quando reuniu um grupo de economistas, como André Lara Resende, Edmar Bacha, Gustavo Franco e Périco Arida, entre outros, alguns dos quais foram colaboradores do Plano Cruzado e viam agora a oportunidade de elaborar um plano consistente de estabilização numa nova conjuntura política.

Os diversos planos de estabilização da economia brasileira na década 1980 e início da década de 1990 adotaram medidas que foram denominadas de choque heterodoxo, caracterizado este sobretudo pelo congelamento de preços e salários. Deve-se considerar que o contexto em que vão se dar essas medidas é o do momento em que a inflação brasileira atinge a casa dos três dígitos em 1980, chegando ao final da década e início da década de 1990 aos quatro dígitos, redundando no que os economistas chamam de hiperinflação.

1. ANTECEDENTES DO PLANO REAL

A tabela 1, a seguir, mostra essa evolução da inflação entre o início da década de 1980 e 1993, ano anterior à implementação do Plano Real:

Tabela 1 - Inflação brasileira – Variação anual – 1980 a 1993

Ano	Variação Acumulada no Ano (%)
1980	110
1981	95
1982	100
1983	211
1984	224
1985	235
1986	65
1987	416
1988	1038
1989	1783
1990	1476
1991	480
1992	1158
1993	2708

Fonte: *Conjuntura Econômica*, cf. BAER, 2002, p. 489-490.

Na verdade, inflação alta é fenômeno recorrente na economia brasileira, marcada por estudos clássicos, como *A Inflação Brasileira* (1963), de Inácio Rangel,¹ até a teoria da inflação inercial de Francisco Lopes,² Bresser-Pereira e Nakano, Lara Resende e Arida, etc. E os referidos planos partem desse diagnóstico de inflação inercial, ou seja, tendência de todos os preços, em função da forte indexação da economia, serem sempre reajustados pela inflação passada, realimentando a inflação futura. Daí as propostas de choque heterodoxo e congelamento geral de preços.

O Plano Cruzado foi o mais heterodoxo de todos, congelando preços e salários pela média dos últimos seis meses, com abono de 8% para os salários e 16% para o salário mínimo. Adotou política monetária e fiscal passivas. Problemas de concepção e administração, incluindo assincronia nos reajustes de preços, contração dos fluxos internacionais de capital, depois maquiagem de preços e produtos, ágio, o momento eleitoral, etc., acabaram por levar ao retorno da inflação, que também não foi debelada, como vimos, nos planos que se seguiram, apesar da mescla com medidas ortodoxas, como política monetária contracionista e a busca de controle do déficit público nos planos Bresser e Verão ou nos planos Collor, que acabou levando à recessão, mas adotando medidas também, como câmbio flutuante, privatizações e abertura comercial, entre outras.

O Plano Collor (I em 1990, e II em 1992) foi o último dos cinco que fracassaram na tentativa de estabilização da economia brasileira, antes da adoção da moeda indexada, proposta por Périco Arida e Lara Resende adotada depois no Plano Real, como veremos. Além do congelamento de preços e salários, a medida mais drástica do Plano Collor foi o confisco de depósitos e ativos financeiros

1 Para Inácio Rangel a inflação está associada a questões estruturais, como a concentração de renda (o aumento de juros encarece o crédito, mas expande a renda das camadas superiores), as estruturas de mercado (monopólios e oligopólios) e ao problema da inércia (indexação).

2 “A teoria expectacional da tendência inflacionária... enfatiza o papel das antecipações sobre a evolução futura das políticas macroeconómicas. Nossa teoria alternativa enfatiza a natureza inercial da tendência inflacionária: na ausência de choques inflacionários a inflação corrente é determinada pela inflação passada, independentemente do estado das expectativas” (LOPES, 1985, p. 137).

dos correntistas do país. Com a retirada de liquidez da economia, política fiscal restritiva, há uma forte redução da demanda agregada, acabando por levar o país à recessão. É o governo que começa a adotar diretrizes do chamado Consenso de Washington (de 1989), como privatizações, abertura comercial, redução do papel do Estado, entre outras medidas, com a proposta de demissão de centenas de milhares de funcionários públicos. A recessão decorrente das medidas adotadas, o retorno e a persistência da inflação, além da revelação de escândalos e corrupção que o envolviam pessoalmente, acabaram por coroar o fracasso do plano com seu *impeachment* em outubro de 1992. As sucessivas e, não raro, amargas experiências, ao menos legaram algum aprendizado a ser incorporado ao novo esforço de estabilização da economia brasileira, como veremos.

2. O PLANO REAL

O Plano Real foi concebido de maneira a ser implementado de forma gradualista, diferentemente do congelamento de preços, como se deu nos planos anteriores. O Plano constava de três fases: a primeira tinha como objetivo promover um ajuste fiscal que equilibrasse as contas do governo e, assim, reduzir a inflação; esta medida partia da concepção da origem fiscal da inflação. Os dois instrumentos para esse ajuste de que se lançou mão foram o Programa de Ação Imediata (PAI) – em 14 de junho de 1993, visando à redução dos gastos da União, combate à sonegação, controle das dívidas de estados e municípios com a União, maior controle dos bancos estaduais e saneamento dos bancos federais e incremento do programa de privatizações – e o Fundo Social de Emergência (FSE), em 28 de fevereiro de 1994, para financiamento de programas sociais e áreas de saúde, educação, previdência e assistência social. Como destaca Lavínia de Castro, “o fato é que as mudanças introduzidas pelo PAI e pelo FSE não se mostraram suficientes para assegurar o equilíbrio fiscal sequer em 1995” (CASTRO, 2011, p. 145). A inflação cresceu em 1993 e no primeiro semestre de 1994. Além disso, sem desprezar a condição fiscal brasileira, Castro afirma que “o ajuste fiscal proposto pelo Plano Real, em suma, não foi eficaz e sua ausência não impediu a queda da inflação no período” (CASTRO, 2011, p. 146). Mas no começo a inflação apresentou resistência à sua redução, alcançando 33% nos primeiros 12 meses do Plano Real (julho 1994-junho 1995), conforme a variação de preços medida pelo INPC (GIAMBIAGI, 2011, p. 167).³

A segunda fase do Plano Real,

buscava eliminar o componente inercial da inflação. Partiu-se do princípio de que para acabar com a inflação era preciso ‘zerar a memória inflacionária’. Mas, em vez da utilização de congelamento de preços, a desindexação seria feita de forma voluntária, através de uma quase moeda, que reduziria o período de reajustes de preços (CASTRO, 2011, p. 147).

Essa quase moeda foi a chamada Unidade Real de Valor (URV), que foi utilizada de 1º de março a 30 de junho de 1994, período em que “o Banco Central fixou diariamente a paridade entre o cruzeiro real e a URV, tendo por base a perda do poder aquisitivo do cruzeiro real. Em 1º de julho de 1994 foi lançado o Real – e extinta a URV” (CASTRO, 2011, p. 148-149). Como padrão estável de valor e unidade de conta com paridade fixa em relação ao dólar, a URV foi um fator de transição para nova moeda, tendo sido utilizada na conversão de salários e benefícios previdenciários pela média real dos últimos quatro meses, em preços, tarifas e contratos, etc.

Com uma fase de transição e ajuste alguns meses antes, em 1º de julho de 1994 o governo Itamar Franco lançou o Plano Real (nome da nova moeda), estancando a escalada da inflação e reduzindo seus índices de 1093,89% em 1994 para 14,78% em 1995, até o patamar de um dígito, 9,34% em 1996, patamar atingido pela primeira vez desde a década de 1950 (BAER, 2002, pp. 489-490). Essa terceira fase é a da consolidação da reforma monetária com a implementação da nova moeda, o real; com todos os preços “urvizados”, a URV é trocada pelo real: R\$1,00 = 1 URV = U\$1,00 = CR\$2.750,00. Na política monetária são fixados limites máximos de emissão, com metas podendo ser revistas em até 20%. Os juros se mantêm elevados e há uma rápida redução da inflação, valorização cambial (real e nominal), com entrada de recursos externos e abertura comercial, aumento

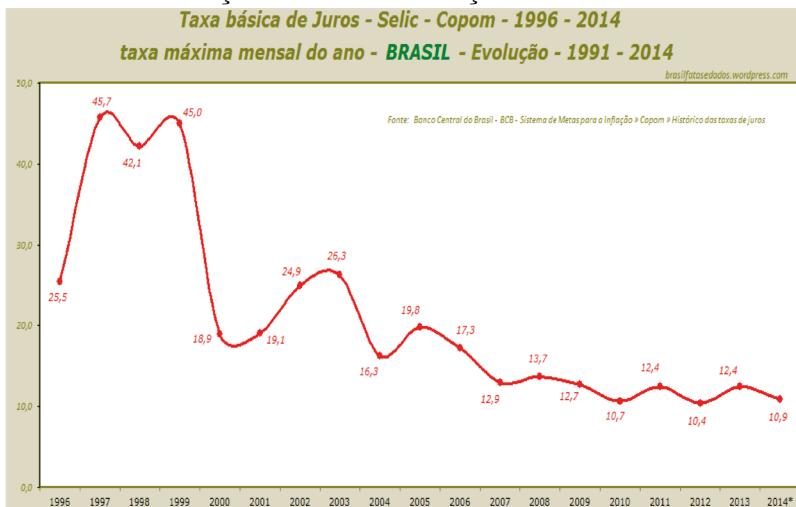
3 “Posteriormente, em 1999, com a adoção do sistema de metas de inflação, o índice mais relevante passou a ser o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), que tem uma composição da cesta de consumo mais abrangente” (GIAMBIAGI, 2011, nota 2, p. 194).

de consumo, entre outros aspectos.

Deve-se lembrar que Fernando Henrique Cardoso ocupou o Ministério da Fazenda até março de 1994, quando renunciou para se candidatar às eleições para a Presidência da República. Tendo sido eleito no rastro do Plano Real, seu mandato teve início em 1º de janeiro de 1995.⁴ A fase inicial do Plano Real (1994-1998) coincide, assim, em grande medida, com seu primeiro mandato (1995-1998).

Nesse período (1994-1998) as taxas de juros foram mantidas em níveis elevados, com algumas reduções em períodos posteriores, mas ainda longe dos níveis vigentes nos países desenvolvidos, naqueles de mesmo nível do Brasil e, de forma reveladora, naqueles em condições econômicas mais precárias. A tendência apontada, assim como a permanência de longa data de elevadas taxas de juros no Brasil, em comparação com outros países, podem ser observadas no gráfico 1 e tabela 2 a seguir.

Gráfico 1 - Inflação brasileira – Variação anual – 1980 a 1993



Fonte: *Conjuntura Econômica*, cf. BAER, 2002, p. 489-490.

Tabela 2 - Maiores Taxas de Juros Reais, 2003-2015 (%) (WEISBROT et al, 2017, p. 8)

País	Taxa de Juros
Gâmbia	12,82
Tadjiquistão	12,67
Belize	10,19
Congo, República Democrática	9,11
Brasil	6,35
Gana	3,66
Quênia	3,49
Bahamas	3,08
São Tomé e Príncipe	3,00
Senegal	2,51

Fonte e Notas: Dados para 68 países que têm disponíveis informações para os últimos cinco anos, pelo menos. IMF [FMI] (2016c).

A despeito da continuidade dos juros elevados, “o Plano Real fica na história como uma estratégia complexa e bem-sucedida de desmonte de um sofisticado sistema de indexação, construído ao longo de

⁴ Adotou, entre outras, medidas para atrair capital estrangeiro, buscando abertura da economia e implementando um intenso programa de privatizações de grandes empresas de diversos setores, como mineração, energia, ferrovias e telecomunicações, entre outros. Tal política continuou com sua reeleição em 1998, tornada possível a partir de controvertidos esforços para aprovar emenda constitucional, em pleno mandato, que garantisse a disputa por mais um mandato. Reeleito, manteve também nos outros quatro anos de governo no comando da equipe econômica o mesmo ministro da Fazenda, Pedro Sampaio Malan.

30 anos, desde 1964. Todavia, o problema da indexação, infelizmente, não desapareceu por completo, permanecendo um desafio para os próximos governos” (CASTRO, 2011, p. 161).

3. CÂMBIO FLUTUANTE, DESVALORIZAÇÃO DO REAL, METAS DE INFLAÇÃO E JUROS

Como temos visto, as décadas de 1980 e 1990 - a despeito do início da redução da inflação a partir de meados desta última -, para a América Latina, têm sido chamadas pelos economistas e historiadores econômicos, de “décadas perdidas”, por seu reduzido crescimento econômico, agravando ou gerando a precarização das condições de vida para amplas camadas de suas populações: “entre 1980 e 1989-1991 o PIB cresceu, em média, a 1,77% ao ano; entre 1989-1991 e 2000 essa taxa alcançou os 2,48% anuais” (BONELI, 2006, p. 403).⁵

É nesse contexto e seguindo a tendência de alguns países desenvolvidos que vinham passando por elevadas taxas de inflação, não obstante já com tendências declinantes, que o Brasil decide adotar o mesmo expediente de política monetária conhecido como "metas inflacionárias". No início do Plano Real e até 1999 o controle da inflação se dava por sistema de bandas cambiais, uma espécie de âncora no processo de formação de preços, buscando a estabilização dos mesmos. Com o Plano Real, altas taxas de juros tiveram como objetivo também manter a paridade da moeda em relação ao dólar. Com o abandono do regime de bandas cambiais, a flutuação do real e sobretudo o estabelecimento de metas de inflação, as taxas reais de juros no Brasil continuaram deveras elevadas para padrões internacionais (CHERNAVSKY, 2007, p. 18-19). A preocupação do Banco Central passa a ser fundamentalmente o controle inflacionário utilizando, para tanto, a definição periódica da taxa básica de juros da economia.

Por que o Brasil adotou o sistema de metas de inflação?

A adoção do sistema foi fruto de um processo de exclusão de alternativas tais como: a volta ao câmbio fixo ou administrado (que nunca durou muito); a criação de uma caixa de conversão como a da Argentina (um rígido currency board); a introdução de metas monetárias (notoriamente instáveis); ou a simples condução da política monetária sem meta explícita para a inflação (FRAGA NETO, 2011, p. 26).

Como destaca Fraga Neto (2011), ao adotar o sistema de metas para a inflação o país estava seguindo países que tinham implantado este sistema há alguns anos, como Reino Unido, Suécia e Nova Zelândia.

Ainda no caso do Brasil, adotar tal medida parecia o caminho natural, pelo menos no olhar retrospectivo de um de seus proponentes:

Olhando para trás, ficou claro que o problema era quase que de livro texto: a política fiscal era insustentável, assim como era também a taxa de câmbio, dadas, especialmente, as circunstâncias difíceis do momento (crises da Rússia e do Long-Term Capital Management – LTCM). Com o compromisso (e a prática) de austeridade fiscal e a flutuação cambial, só faltava uma nova âncora nominal: o sistema de metas de inflação (FRAGA NETO, 2011, p. 27).

Os primeiros países desenvolvidos a adotarem o regime de metas de inflação foram Nova Zelândia (1990), Canadá (1991), Reino Unido (1992), Finlândia (1993), Suécia (1993), Austrália (1993) e Espanha (1994). Entre os países em desenvolvimento o regime passou a ser adotado por Chile (1991), Israel (1992), Polônia (1998), República Tcheca (1998), Colômbia (1999), México (1999) e Brasil (1999),⁶ entre outros. O regime de metas de inflação no Brasil foi instituído pelo Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999 e pela Resolução nº 2614 de 30 de junho de 1999 do Conselho Monetário Nacional (CMN), depois da adoção do regime de câmbio flutuante em janeiro do mesmo ano, quando o real sofre forte pressão especulativa e uma mega desvalorização. O câmbio, “que antes da desvalorização estava em torno de R\$1,20, escalou rapidamente para mais de R\$2,00 em menos de

5 “De 1930 a 1980, o crescimento foi sustentado e crescente, com taxa média anual de 6,7%” (REIS, BLANCO, MORANDI, MEDINA, ABREU, 2006, p. 512).

6 Armínio Fraga era, então, o presidente do Banco Central.

45 dias" (GIAMBIAGI, 2011, p. 176).⁷

O regime de metas de inflação "propõe uma meta de crescimento para algum índice de preços, que é anunciada no início de determinado período. A meta é estabelecida pelo governo e/ou parlamento e deve ser perseguida pelo banco central cuja política monetária passa a ter um único objetivo: alcançar a meta inflacionária determinada" (CARVALHO, 2007, p. 139; SICSÚ, 2002, p. 23).⁸ As metas no Brasil são propostas pelo Ministro da Fazenda, sendo determinadas e anunciadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é integrado pelo mesmo Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central. Levando em conta o centro da meta, dado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, o CMN determina uma banda ou intervalo de tolerância, cuja variação tem sido entre 2% e 2,5% acima ou abaixo do centro da meta, o que dá certa flexibilidade à política monetária. O Comitê de Política Monetária (COPOM), composto pela diretoria do Banco Central, a partir de reuniões periódicas a cada 45 dias, determina a taxa básica de juros, a taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), considerada apta ao cumprimento das metas inflacionárias estabelecidas.⁹ "Para o ano de 1999, a inflação estabelecida foi de 8% com tolerância de 2% para cima ou para baixo, isto é, foi estabelecida uma meta-intervalo de 6 a 10%. Para o ano 2000, foi fixada uma meta-intervalo de 4 a 8%, e para 2001 foi anunciada uma meta entre 2 e 6%" (SICSÚ, 2002, p. 24). Na tabela 3 pode-se observar essas variações a partir da implementação do sistema de metas para a inflação no início do segundo governo Fernando Henrique, o resultado observado e a taxa de juros real até o final do segundo governo Lula.

Tabela 3 - Inflação - Taxas alvo e observadas da variação janeiro/dezembro do IPCA(%)
(In: GIAMBIAGI, 2011, p. 225):

Ano	Meta original	Resultado	Variação cotação	Taxa Selic real ^b
		observado	R\$/US\$ ^a	
1999	8,00	8,94	48,0	15,3
2000	6,00	5,97	9,3	10,8
2001	4,00	7,67	18,7	9,0
2002	3,50	12,53	52,3	5,9
2003	3,25[4,00]	9,30	-18,2	12,9
2004	3,75	7,60	- 8,1	8,0
2005	4,50	5,69[5,59]	-11,8	12,6
2006	4,50	3,14	- 8,7	11,6
2007	4,50	4,46	17,2	7,1
2008	4,50	5,90	31,9	6,2
2009	4,50	4,31	25,5	5,4
2010	4,50	5,91	- 4,3	3,6

a Refere-se à cotação no final de dezembro.

b Deflator: IPCA.

Obs.: Para 2004 e 2005, adotou-se uma margem de tolerância de + ou - 2,50% em relação à meta. Para os demais anos, a margem foi de + ou - 2,00%.

Fontes: Banco Central, IBGE.

Uma questão recorrente no período foi a persistência da elevada taxa de juros no Brasil. Quais as razões para tal? "Quatro são os fatores chave que podem fornecer explicação para a alta taxa de

7 "Até então a política monetária vinha sendo conduzida com base no regime monetário de meta cambial, com a taxa de câmbio funcionando como âncora nominal das expectativas dos agentes" (FREITAS, 2010, p.186).

8 O regime de metas de inflação é ainda controverso e não apresenta evidências empíricas de sua eficácia para a redução significativa da inflação. (CHERNAVSKY, 2007, p. 83; SICSÚ, 2002, entre outros).

9 Desde sua criação em 1986, o menor percentual anual da Selic no período foi de 7,25%, que vigorou de outubro de 2012 a abril de 2013.

juros: estabilizar os preços via contenção da demanda interna; garantir o financiamento do déficit em transações correntes; evitar ataques especulativos contra o câmbio; e altos *spreads* cobrados pelos bancos aos empréstimos para o setor privado" (OMAR, 2008, p. 472).¹⁰ A estabilização de preços e a contenção da inflação continuaram sendo um desafio para o país com o correlato esforço de conduzir a taxa de juros a patamares mais próximos daqueles dos países desenvolvidos. E quais os entraves do lado dos preços?

Um dos pontos críticos da persistência de uma taxa de inflação ainda desconfortável no Brasil (em comparação com a inflação prevalecente em outros países) está relacionado ao peso dos preços administrados no cálculo do IPCA, que tem sido de cerca de 30%. Esses preços em geral têm crescido mais do que os preços livres, pressionando o IPCA para cima (CARVALHO, 2007, p. 144).

Em perspectiva algo diferente, Chernavsky também discute quatro abordagens mais frequentes na literatura "para explicar a singularidade das taxas de juro vigentes no Brasil". Elas se referem a medidas relacionadas: a) à característica inercial da inflação brasileira; b) à incerteza jurisdicional; c) ao resultado fiscal; d) a variações na percepção do risco. Com relação ao primeiro aspecto, conforme estudos apresentados pelo autor, o componente de inércia inflacionária deixou de ser particularmente relevante para a manutenção de elevadas taxas de juros desde sobretudo o plano de estabilização do real e com a adoção do regime de metas de inflação (CHERNAVSKY, 2007, pp. 40-41). Quanto ao segundo aspecto, o autor conclui que "a incerteza jurisdicional, a inconversibilidade da moeda e a interação entre ambas não são capazes de explicar satisfatoriamente as diferenças verificadas entre as taxas reais de juro de curto prazo vigentes em diferentes países" (CHERNAVSKY, 2007, p. 45). "O conceito de incerteza jurisdicional parte da constatação de inexistência de um mercado de crédito e de títulos a longo prazo funcionando sob jurisdição brasileira, apesar de tais mercados para credores e devedores brasileiros existirem quando sob jurisdição estrangeira" (Idem, p. 42). O terceiro aspecto, o resultado fiscal, diz respeito à percepção de risco pelos agentes, assim como seu efeito direto sobre a demanda agregada (Idem, p. 45). Conforme o autor, a política fiscal aponta para provável baixa relevância empírica em termos de impacto nas taxas de juro (Idem, p. 46). Nesse aspecto aponta-se com frequência a fragilidade das contas públicas ou endividamento do governo para justificar juros reais mais elevados; tal alegação também não se sustenta empiricamente, embora apareça em comunicados difundidos pelo próprio COPOM (Idem, pp. 55-56). Em relação ao quarto aspecto, a experiência indica a pouca relevância de classificação de risco por agências na explicação da taxa de juros (Idem, p. 60).

André Perfeito destaca e analisa cinco razões para os juros altos, quais sejam (PERFEITO, 2013):

- a) Reduzida Eficácia da Política Monetária (pp. 72-87): a LFT e a memória inflacionária (pp. 73-80); preços administrados e elevada indexação (pp. 80-85); o BNDES e o financiamento de longo prazo (p. 85-87).
- b) Equilíbrios Múltiplos na Taxa de Juros (pp. 87-92): duplo equilíbrio da taxa de juros; um instrumento para múltiplos objetivos.
- c) Convenção Pró-Conservadora na Taxa de Juros [Política Monetária] (pp. 92-94).
- d) Incerteza Jurisdicional (pp. 94-97): ou tendência de não cumprimento dos contratos (o que compromete projetos de longo prazo – a questão das instituições), tese levantada sobretudo por Pérsio Arida, Edmar Bacha e André Lara-Resende, baseada em estudos de Lamounier e Souza (2002). Para Salles (2006, p. 37) a insegurança jurisdicional não é, na verdade, a causa da elevada

10 As taxas de juros têm sua redução interrompida ou são elevadas também "nas situações em que a economia brasileira passou a sofrer as influências de choques externos, e, consequentemente, o Banco Central passou a moldar sua política de juros de acordo com os acontecimentos no cenário externo. Assim, as taxas de juros aumentaram em janeiro de 1995, como resposta à crise do México; novembro de 1997, como resposta à crise da Ásia; outubro de 1998, como resposta à crise da Rússia; fevereiro de 1999, como resposta à crise cambial brasileira; e abril de 2001, como resposta à crise da Argentina, aumentando novamente no final de 2002 como resultado da incerteza política que acompanhou as eleições presidenciais do Brasil" (OMAR, 2008, p. 469).

taxa de juros no Brasil (PERFEITO, 2013, p. 97).¹¹

e) Baixa Poupança Doméstica (97-98). O autor reconhece que existem outras teses além dessas que ele mesmo analisou.

Em palestra realizada em Oxford em 14 de maio de 2017 sobre seu novo livro – então prestes a ser lançado – *Juros, Moeda, Ortodoxia* – e no próprio livro, André Lara Resende apresenta (outras) várias respostas que foram ensaiadas para explicar os elevados juros nominais e reais no Brasil após o Plano Real, entre as quais: a) distorções psicológicas e institucionais ligadas à ideia de que havia uma memória inflacionária e que no Brasil havia ainda resquícios de indexação; b) a de que a política monetária no país é pouco eficiente (porque uma grande proporção do crédito no Brasil é subsidiado e não afetado pela taxa de juros controlada pelo Banco Central, ou seja, a parte de crédito que a taxa de juros afeta é pequena); c) que a maior parte da dívida pública brasileira é composta por títulos de indexação financeira, as chamadas LFT (Letras Financeiras do Tesouro), títulos que tem uma taxa de juros diária baseada na taxa básica do *open market* (menciona que esses títulos foram criados por ele quando estava no BC – na época se chamavam LBC, Letras do Banco Central e não LFT, como são hoje); d) e uma explicação que ele julga que sempre lhe pareceu mais razoável (a explicação macroeconômica), a de que no Brasil a taxa de poupança é muito baixa, tanto a do setor privado quanto a do setor público (a do setor público é o superávit; como o setor público é deficitário, ele despoupa); somadas as poupanças do setor público e privado, no Brasil a poupança é perto de 17%, na China é quase 40% e 25 a 27% em países mais ou menos estabilizados. Como destaca Resende, o Brasil poupa pouco e gasta muito; então, a taxa de juros está sempre induzindo as pessoas a pouparem mais, a adiarem o consumo, o que não conseguem.¹²

Assim, estes são aspectos importantes, mas a questão vai além deles e do problemático equacionamento entre taxa de juros e inflação. Como destaca Freitas,

O formato do regime de metas no Brasil é pouco flexível e tem inegável viés anti crescimento. O BCB tende a reagir de forma exagerada sempre que há uma alta no IPCA, elevando a meta da taxa Selic mesmo quando é notório que as pressões inflacionárias decorrem de elevação de custos. (...). A estabilidade de preços é importante, mas não deve ser objetivo exclusivo da política monetária. (...). Para aqueles que acreditam que o regime de metas é, sim, a melhor prática de política monetária, a experiência internacional mostra que esse regime comporta formatos e execução muito mais flexíveis do que o brasileiro. Igualmente, comporta coordenação com a política cambial, seja mediante a flutuação suja, seja mediante a introdução de controle de capital (FREITAS, 2010, pp. 200-201).

Isso mostra que o regime de metas de inflação é ainda controverso e não apresenta evidências empíricas de sua eficácia para a redução significativa da inflação. (CHERNAVSKY, 2007, p. 83; SICSÚ, 2002). É o que, de certa forma, mostra a tabela 4 a seguir:

Tabela 4 - Série Histórica dos Acumulados no Ano – IPCA [Inflação]

Ano	Variação Acumulada no Ano	
	(%)	IPCA
Jul a Dez/94		18,57
1995		22,41
1996		9,56
1997		5,22

11 Em perspectiva crítica a certas concepções neoinstitucionalistas, Ha-Joon Chang afirma que "A segurança dos direitos de propriedade não pode ser encarada como algo bom em si. A história é pródiga em exemplos de preservação desses direitos que resultou nociva para o desenvolvimento econômico, assim como de violações dos direitos de propriedade existentes (com a criação de outros novos) que foram benéficas para o desenvolvimento econômico" (CHANG, 2004, p. 144). E continua: "O que importa para o desenvolvimento econômico não é, portanto, a mera proteção de todos os direitos de propriedade em vigor, independentemente de sua natureza, e sim qual direito de propriedade está sendo protegido e em que condições. Havendo grupos capazes de utilizar melhor certas propriedades do que seus proprietários, é possível que convenha mais à sociedade não proteger o direito de propriedade vigente e criar outro, novo, que transfira o patrimônio àqueles grupos" (CHANG, 2004, p. 145).

12 RESENDE, André Lara, Juros, Moeda e Ortodoxia; palestra realizada em Oxford (14/05/2017), in: <https://www.youtube.com/watch?v=vw9uDdpHSzE>, e RESENDE, 2017, p.111.

1998	1,65
1999	8,94
2000	5,97
2001	7,67
2002	12,53
2003	9,30
2004	7,60
2005	5,69
2006	3,14
2007	4,46
2008	5,90
2009	4,31
2010	5,91
2011	6,50
2012	5,84
2013	5,91
2014	6,41
2015	10,67
2016	6,29
Variação Acumulada no Ano	
Ano	(%)
	IPCA
Acumulado no Real	464,97

Fonte: IBGE - Série Histórica dos Acumulados no Ano – IPCA:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201705_3.shtml, acesso em 25/06/2017.

A relação entre inflação e taxa de juros é mais complexa do que, em geral, costuma ser apresentada em generalizações teóricas e por executores de política econômica. Como destaca Nakano:

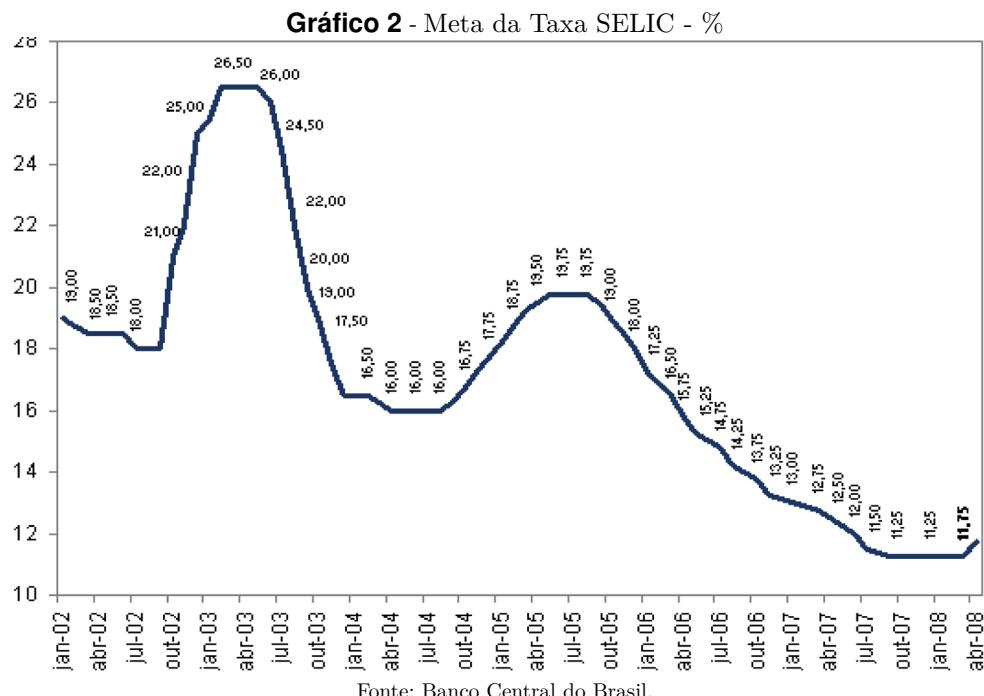
O aparente limite à expansão da atividade econômica, diferentemente dos países desenvolvidos, está na capacidade física instalada de alguns setores, particularmente o de bens intermediários... Mas, logo argumentará o economista do livro-texto: os preços aumentarão e teremos inflação. Isto é uma visão estática. E se ela prevalecer, jamais teremos crescimento. Para que o mercado funcione como um mecanismo de coordenação da atividade econômica, é preciso que os preços relativos aumentem, sinalizando para os empresários investirem em aumento da capacidade. Se, com elevação da taxa de juros e compressão, a demanda dos preços relativos for contida aqui, o mercado deixará de emitir esse sinal e a expansão econômica será impossível. Além disso, a elevação de preços em alguns setores não implica inflação, elevação generalizada de preços, e, muito menos, alta persistente de preços (...). Portanto, existe muito espaço para a redução da taxa de juros. Se isto acontecer, os aumentos de preços relativos dos setores com esgotamento da capacidade instalada levarão os empresários dos mesmos setores a investirem aumentando a sua capacidade produtiva (NAKANO, 2004, p. 11, apud OMAR, 2008, p. 484).

O ano de 2002 foi marcado pela tensão pré-eleitoral do mercado, com a possibilidade de escolha, no Brasil, de um candidato à esquerda do espectro político, o ex-líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A questão é como compreender o “medo” da mudança da alternância democrática do poder e o que veio, enfim, a ser o chamado risco-Brasil, que rondou, pelo menos desde abril de 2002 até às vésperas da eleição de outubro do mesmo ano, a quase totalidade dos meios de comunicação, políticos e analistas estrangeiros e brasileiros, porta-vozes de agentes financeiros do mercado com medo de que, no processo eleitoral *democrático* em curso no Brasil, pudesse ganhar aquele que supostamente poria em risco a estabilidade e promoveria alguma ruptura do ponto de vista econômico (itálico nosso).

Neste contexto, a Carta ao Povo Brasileiro de junho de 2002 sinalizava com um governo moderado e de manutenção dos principais pilares da política econômica anterior, relativos à continuidade do regime de metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário para pagamento da dívida, seguindo-se em agosto o compromisso de respeitar o acordo com o FMI negociado no final do governo FHC.¹³ Eleito no final de 2002, Lula tomou posse no dia 1º de janeiro do ano seguinte.

O desempenho da economia brasileira a partir de 2003 foi decisivamente influenciado pela evolução da economia internacional e, face à continuidade do regime de metas de inflação, que tinha sido inaugurado em 1999, também da taxa de câmbio e da inflação. Isto é, após o anúncio das novas metas – de 8,5% para 2003 e de 5,5% para 2004 – as decisões mensais acerca da taxa básica de juros nas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central sempre foram tomadas em função da tentativa de atingir o alvo proposto, que, de 2005 em diante, seria de 4,5 a.a. (Giambiagi, 2011, p. 211).

Já as metas da taxa Selic são as constantes no seguinte gráfico:



Giambiagi apresenta uma síntese comparativa dos dois períodos dos governos FHC(1995-1998 e 1999-2002) e Lula (2003-2006 e 2007-2010) quanto à taxa Selic real média, mostrando que,

Enquanto que entre 1995-1998 a taxa Selic real média foi de 22% a.a., no período 1999-2002 ela caiu para 10% a.a., subindo para 13% a.a. em 2003 e cedendo para 8% em 2004. A rigor, com a nova alta da Selic depois observada em 2005, a taxa de juros real anual média de 11% a.a. do primeiro Governo Lula (2003-2006) foi ligeiramente superior à do segundo Governo FHC, embora depois tenha diminuído significativamente, para 6% a.a., no segundo Governo (2007-2010) (GIAMBIAGI, 2011, p. 211).

Em contraste e fazendo uma apreciação geral dos anos Lula, Giambiagi afirma que,

(...) além de na década ter havido uma recuperação do crescimento e do investimento, com um impacto muito favorável sobre o emprego, a dívida líquida do setor público diminuiu em 1/3; o país tornou-se credor líquido do exterior, uma vez que a dívida externa líquida tornou-se negativa; e as reservas atingiram quase US\$290 bilhões em 2010. Em compensação, as reformas estruturais limitaram-se a uma reforma da Previdência restrita ao âmbito do funcionalismo e de importância modesta (GIAMBIAGI, 2011, p. 229).

13 Entre os principais nomes da equipe econômica do governo Lula estavam o moderado do PT, médico e então prefeito de Ribeirão Preto Antônio Palocci no Ministério da Fazenda (jan. 2003-mar. 2006) e o engenheiro, ex-presidente internacional do BankBoston e eleito deputado federal pelo PSDB Henrique Meirelles na presidência do Banco Central (jan. 2003-jan. 2011).

No governo Dilma Rousseff a controvérsia continuou se estabelecendo sobre a questão dos juros a cada anúncio, pelo Banco Central, sobre a redução, aumento ou manutenção dos mesmos juros. A despeito dos refinamentos da análise econômica desde o século XX, não existem consensos tão abrangentes nessa ou em outras questões. É certo que existem consensos nas ciências, mais fortes em umas - o que não impediu contestações, por exemplo, às teorias quântica e relativística desde o início - e mais frágeis em outras, mas consenso não é unanimidade. E o próprio consenso também é construído historicamente, portanto, mutável. A ciência ou qualquer atividade humana não estão isentas de paixões, injunções políticas, ideológicas, culturais, etc. No nosso caso, as reações a uma mudança na taxa de juros em agosto de 2011 são ilustrativas do referido acima, como sintetizado por Delfim Netto, como segue:

Fomos surpreendidos semana passada [última de agosto de 2011] por dois fatos: 1º) a redução da taxa Selic de 12,50% para 12% ao ano, promovida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central e 2º) a reação hidrofóbica de analistas do mercado financeiro que se pensam portadores da "verdadeira" ciência monetária. Para estes, o Copom teria violado não só as recomendações da tal "ciência", como teria comprometido, irremediavelmente, a credibilidade do Banco Central. Qual a razão da crítica fumegante? Segundo seus autores, a decisão "foi claramente política" e desrespeitou os cânones da "ciência" que supõem praticar. O Copom teria trocado sua "autonomia operacional" pelas graças do governo... Para alguns, reforçou-se, assim, a necessidade de reconhecer que essa "autonomia" é insuficiente: o BC precisa mesmo, é ser "independente" do poder incumbente que ignora a ciência e é corrupto por definição! (...). Tais críticas têm duas fraquezas: 1º) a tal "ciência monetária" não existe. A política monetária deve ser uma combinação de sólidos conhecimentos da situação conjuntural e de como reagem os agentes econômicos (trabalhadores e empresários) ante as manobras da taxa de juros real. Ela é uma "arte" que comporta visões alternativas diante das incertezas do futuro. Como os efeitos monetários se fazem sentir ao longo do tempo, só este é capaz de dizer "a posteriori" se a perspectiva escolhida foi certa ou errada. (...) e 2º) a acusação que o "BC rendeu-se ao governo" é irresponsável, injusta e arrogante. Irresponsável, porque colhida furtivamente de "fontes preservadas" e que talvez seja apenas a imaginação conveniente, desmentida, aliás, pela existência de votos divergentes. Injusta, porque pela primeira vez em duas décadas o Banco Central é, efetivamente, um órgão de Estado, com menor influência do setor financeiro privado. E arrogante, porque supõe que nenhuma visão e interpretação da realidade que não seja a sua possa ser adequada. É hora de saudar a "estatização" do BC e a sua decisão (DELFIN NETTO, 2011, p. 3).

Meses depois, conforme nota em jornal, o próprio mercado se retrataria da crítica feita à decisão do Banco Central, justificando o alerta e a análise feita por Delfim anteriormente:

Em agosto do ano passado [2011], quando inverteu o movimento dos juros, interrompendo um processo de alta, o atual comandante do BC, Alexandre Tombini, foi acusado de deixar de lado a autonomia do BC e fazer o jogo da presidente. Hoje, boa parte do mercado avalia que ele estava certo, mas ainda discute se o banco mantém a independência (Folha de S. Paulo, 31 de agosto de 2012, caderno Mercado).

A questão é sobre quais são os objetivos do Banco Central. Outra discussão ainda, é a relativa à independência do BC – independência de política governamental? No Brasil, como vimos, com o sistema de metas a preocupação do Banco Central é, fundamentalmente, o controle inflacionário, utilizando a definição periódica da taxa básica de juros da economia. Na avaliação de Sicsú,

A decisão tomada pelo governo brasileiro foi, no mínimo, precipitada e, talvez, incorreta. Nenhum país, entre aqueles de economia desenvolvida, reduziu a inflação em razão da adoção de metas. Como foi mostrado, não há evidências de que conceder ao banco central a tarefa única de alcançar uma meta de inflação seja benéfico. O Federal Reserve System tem explicitamente dois objetivos, conter a inflação (sem qualquer meta fixada) e buscar o pleno emprego. E ninguém pode negar que os Estados Unidos foi o país que obteve mais sucessos econômicos na década de 1990 (SICSÚ, 2002, p. 30).

Como destaca Chernavsky, no Brasil “o Banco Central pauta (quase que) totalmente suas ações em função das expectativas dos mercados financeiros, definindo o caminho das taxas de juros de acordo ao [sic] que estes mercados esperam” (CHERNAVSKY, 2007, p. 103). Além disso, um Banco Central independente, não necessariamente garante a credibilidade da política monetária,

como defendem os novo-clássicos. Os economistas do *mainstream* (ou ortodoxos) consideram que o objetivo único da política monetária conduzida pelo BC é buscar a estabilidade de preços. Assim, “há uma convergência da vertente ortodoxa para a ideia de que a inflação baixa e estável promove o crescimento e a eficiência da economia” (VAL MUNHOZ, 2006, p. 18).

Quanto ao que deve ser feito, afinal, para reduzir as taxas de juros, Omar (2008) aponta cinco medidas: a) Diminuição da razão dívida pública/PIB: adotando “medidas necessárias para aumentar o PIB, aumentar o superávit primário e estabilizar a taxa de câmbio em nível compatível com as necessidades da política econômica” (p. 483); b) Política monetária expansionista: “... uma política monetária expansionista e responsável pode ser recomendada sem medo de efeitos inflacionários” (p. 484); c) Política fiscal restritiva: reduzindo os gastos do governo para reduzir o déficit operacional ou aumentando o superávit primário, “Apesar de essa política poder alcançar o objetivo de diminuir a taxa de juros, seu preço é alto demais em termos de estagnação econômica e taxa alta de desemprego, além do corte nos gastos sociais, necessários para a sociedade” (p. 484); d) Equacionamento do setor externo brasileiro: “... ocasionado, principalmente, pela remessa de lucros e juros ao exterior. A solução desse problema está sendo tratada de forma a alcançar superávit alto na balança comercial. Isso será saudável para a economia se os superávits forem convertidos em investimentos reais, seja dentro ou fora do país” (p. 485); e) Atacar os *spreads* altos cobrados pelos bancos: “A principal medida a ser tomada nesse sentido é o governo rever a estrutura do mercado bancário através da atuação efetiva do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC)” (p. 486).

Para Resende (2017), em função da crise de 2008, a velha ortodoxia baseada em alguma versão da Teoria Quantitativa da Moeda foi completamente desmoralizada com o *quantitative easing* (QE), aumento gigantesco da base monetária, como fez o Fed, que

(...) aumentou as reservas bancárias de 50 bilhões para 3 trilhões de dólares, ou seja, multiplicou a base monetária por 60, num período inferior a dez anos. A inflação não explodiu: ao contrário, continuou baixa, por incrível que pudesse parecer. O mesmo aconteceu no Japão, na Inglaterra e nas economias da zona do euro. Diante do aumento, de fato extraordinário, da oferta de moeda, a inflação se manteve excepcionalmente baixa e ainda menos volátil (RESENDE, 2017, p. 114).

Conforme Resende, a nova ortodoxia também tem sido questionada. E toma como base o trabalho de John Cochrane (“Michelson-Morley, Occam and Fisher: The Radical Implications of Stable Inflation at Near-Zero Interest Rates”, Hoover Institution, Universidade de Stanford, dez. 2016), destacando que o que aparece de mais revolucionário no trabalho dele é a hipótese neofisheriana (homenagem a Irving Fisher), segundo a qual se a taxa de juros ficar muito tempo alta, ela acaba por provocar expectativa de inflação alta; e se ela ficar muito tempo baixa, acaba por provocar expectativa de inflação baixa. No referido artigo, Cochrane “conclui que o longo período de baixa inflação com taxas nominais de juros próximas de zero sugere que a teoria monetária está errada. Taxas de juros nominais mais altas, no longo prazo, resultam em inflação mais alta” (RESENDE, 2017, p. 117). Este trabalho de Resende tem estimulado acaloradas discussões entre seus pares. Não deixa de ser – e assim tem sido visto – um novo desafio a certa ortodoxia, o que é próprio da busca da ciência e do conhecimento em geral.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito de serem classificadas como décadas perdidas do ponto de vista do crescimento econômico no Brasil e América Latina, as décadas de 1980 e 1990 foram aquelas em que os economistas travaram verdadeiras batalhas intelectuais e empreenderam seus melhores esforços para explicar e debelar as elevadas taxas de inflação no Brasil. Muitas pesquisas foram realizadas e diversos artigos produzidos. Muitos desses esforços se traduziram na implementação de cinco planos de estabilização, alguns de resultados tão rápidos quanto efêmeros, como o Plano Cruzado do governo Sarney (1986), o Plano Bresser (1987), o Plano Verão (1989) e os Planos Collor I (1990) e Collor II (1991), até o plano mais gradativo, mais duradouro e bem-sucedido, o Plano Real (1994), gestado no governo Itamar Franco. De fato, a inflação sofreu forte redução, mas cuja contenção levou os economistas a um outro desafio, o de explicar e lidar com as então persistentes e elevadas taxas de juros, desconfortável aspecto que situava o país entre os primeiros colocados do mundo, como vimos.

A estabilidade econômica, com menores taxas de inflação e taxas de juros mais condizentes com

aquelas dos países desenvolvidos, continuava, portanto, sendo um desafio para a política econômica do Brasil.

O que significava ainda, por exemplo, a taxa básica de juros da economia, a Selic de 6,5% (maio de 2019), quando os juros rotativos do cartão de crédito eram de cerca de 300% e do cheque especial era de 322% ao ano? (*Folha de S. Paulo*, 27/05/2019). Pesquisa do Banco Central mostrou que em 2016 (desde havia 6 anos em que a pesquisa é feita), os juros rotativo do cartão de crédito chegou a quase 500% no Brasil, enquanto na Argentina foi de cerca de 43%, Colômbia e Paraguai em torno de 30% e nos EUA de menos de 14%. O que explica essa enorme disparidade entre as taxas no país e as de outros países? São aventadas como causas a inadimplência dos tomadores de empréstimo (então os bancos devem rever seus modelos de concessão de crédito), mas é muito provável que tenha a ver com a concentração – apenas cinco dos maiores bancos brasileiros são detentores de quase 80% de todos os ativos do sistema financeiro - e baixa concorrência do setor bancário e ainda mais provável com a simples busca de lucros gigantescos pelo setor. Não há nenhuma explicação razoável quando se considera o comportamento das instituições bancárias em países mais próximos da realidade brasileira ou dos desenvolvidos.

A persistente dívida pública do país e a insegurança jurídica são também razões recorrentemente aventadas por diversos economistas para os elevados juros por tanto tempo vigentes no Brasil. Quanto à dívida pública, a crítica volta-se para crescentes gastos do governo para se financiar e implementar programas sociais, etc., gastando sempre mais do que arrecada. Comparando-se esse endividamento e esses gastos com países desenvolvidos ou do mesmo nível de desenvolvimento, são recomendadas contenção de gastos, ajuste fiscal, ou seja, justifica-se sempre cortes, mas não aumento de receitas que possibilitem mais adequado financiamento e investimento para suprir as persistentes carências de parcelas significativas da população.

A questão que permanece é sobre quem paga a conta. Medidas de ajuste, de taxação e aumento de impostos, entre outras medidas chamadas de reformas, seja trabalhista, previdenciária, entre outras, quase sempre penalizam as classes pobres e médias, preservando interesses e, mais que isso, privilégios de setores desde sempre já privilegiados. Quanto a esse aspecto, boa parte dos analistas “esquecem” de referir a experiência internacional dos países mais desenvolvidos que adotam imposto progressivo, maior taxação sobre fortunas e herança, taxação de lucros e dividendos, entre outras medidas. Deve-se pensar na gênese da dívida e no uso da riqueza gerada. Quem se apropria da riqueza gerada no país e como a utiliza? Dizia-se que a elevada taxa de juros era uma jabuticaba, uma excepcionalidade brasileira. Mas nessa discussão não se menciona outra jabuticaba, a mais fundamental, que é a secular e abissal desigualdade dessa mesma sociedade em relação, inclusive, a países do mesmo continente e de formações históricas parecidas.

Quanto à insegurança jurídica, trata-se do histórico não muito abonador ou respeitoso do país no trato das finanças, desde as sucessivas moratórias da dívida desde o século XIX, passando pelo confisco da poupança e outros ativos financeiros no governo Collor no início dos anos 1990. Para a concepção institucionalista, o país não apresenta instituições suficientemente boas e confiáveis, não respeita contratos, o que o torna forte candidato a sofrer punições por parte de potenciais e eventuais investidores. A questão é o que são boas instituições e para quem? Para os porta-vozes do *mainstream*, boas instituições são aquelas que atendem sobretudo aos interesses do chamado mercado, não raro, grandes investidores, aplicadores, defensores do *status quo*; se for o caso, prescindem dos alardeados valores da democracia e da liberdade de expressão, enquanto propugnam pelo Estado mínimo, que evocam de acordo com os seus particulares interesses. Dessa forma, não hesitam em apoiar regimes ditatoriais, como no Chile, Argentina, Brasil, etc. entre as décadas de 1960 e 1990 e outras rupturas democráticas posteriores.

No nosso caso, a pobreza, a desigualdade, a injustiça e a crise se agravam porque os mais ricos não pagam impostos ou pagam proporcionalmente muito menos do que os mais pobres, conforme pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2017. Quem ganha até dois salários mínimos paga 53,9% de impostos, enquanto quem ganha acima de 30 salários mínimos paga até 29%. A política tributária é mais uma ferramenta de manutenção de privilégios de minoria que, não raro, faz uso de mecanismos ilícitos de fuga de tributação, como evasão e sonegação fiscal. Por isso, também em recente relatório a ONU considerou o Brasil um “paraíso tributário” para os “super-ricos”, que pagam uma taxa média de apenas 7% de impostos. Igualmente grave é o fato de que, de acordo com o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda (Sinprofaz), apenas em 2014

o Brasil teve cerca de R\$500 bilhões de prejuízo em sonegação fiscal.

As variáveis discutidas acima talvez indiquem que algumas das razões mais recorrentemente apontadas para as elevadas taxas de juros no Brasil – baixa poupança, insegurança jurídica, dívida pública, entre outras – tocavam apenas na superfície do problema. Pois se os juros são uma jabuticaba ou uma excepcionalidade local em relação à maioria dos países, outra jabuticaba ou excepcionalidade é o fato de o país figurar como um dos mais desiguais do mundo. E uma jabuticaba não explica a outra, ou seja, não era a taxa de juros o maior problema do país, como frequentemente se destacava e se discutia em jornais, rádios, TV e internet e não é ela que explica porque o Brasil está também entre os primeiros do mundo em termos de desigualdade e concentração de renda.

Uma visão mais restrita do papel do Banco Central diferencia sua atuação em relação ao papel de outros bancos centrais do mundo. A diretriz básica da política monetária do Banco Central do Brasil é definir a taxa básica de juros, considerando o relatório sobre a inflação. Já o Congresso norte-americano estabeleceu como objetivos para a política monetária do Federal Reserve a busca por “emprego máximo, preços estáveis e taxas de juros de longo prazo moderadas”, enquanto o Banco Central da Argentina tem como objetivos “promover a estabilidade monetária, a estabilidade financeira, o emprego e o desenvolvimento econômico com equidade social”.

A taxa de juros é uma variável relevante, mas não explica muito se isolada da complexidade da realidade, cuja compreensão exige uma abordagem sistêmica, que trate das conexões entre as diversas variáveis e suas implicações mútuas. As teorias, dissertações e teses para explicar as então elevadas taxas de juros no Brasil e o desafio para conduzi-las o mais próximo possível daquelas de patamares internacionais lembram os esforços da aventura do conhecimento aventados em “Da Análise”, do grande poeta brasileiro Mário Quintana:

Eis um problema! E cada sábio nele aplica
As suas lentes abismais.
Mas quem com isso ganha é o problema, que fica
Sempre com um x a mais... (QUINTANA, 2005, p. 216).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAER, Werner. *A Economia Brasileira*. Trad. de Edite Sciulli – 2^a ed. rev. e atual. - São Paulo: Nobel, 2002.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *História do BC*. <http://www.bcb.gov.br/?HISTORIABC>. Acesso em 04/12/2013.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Plano Real: Do Sucesso ao Impasse; *Economia Aplicada*, V. 3, N. Especial, 1999, pp. 79-93.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador*. Trad. de André Telles; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BONELI, Regis. Nível de Atividade e Mudança Estrutural. In: *IBGE – Estatísticas do Século XX*; Rio de Janeiro, 2006.
- BRASSEUL, Jacques. *História Econômica do Mundo: Das Origens aos Subprimes*. Trad. de Hélder Viçoso; Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2011.
- CABRAL, Carlos Eduardo F. *A Moeda: Marx e Keynes*; São Paulo: PUC-SP, dissertação de mestrado, 2009.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim de [et al.]. *Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- CASTRO, Lavínia Barros de. Privatização, Abertura e Desindexação: A Primeira Metade dos Anos

90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, Fábio et al (ogs.). *Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2^a. ed., 2011, pp. 131-164.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada: A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica*. Trad. de Luiz Antônio Oliveira de Araújo; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHERNAVSKY, Emilio. *Sobre a Construção da Política Econômica: Uma Discussão dos Determinantes da Taxa Real de Juros no Brasil*. São Paulo: FEA/USP, dissertação de mestrado, 2007.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*. São Paulo: Makron Books, 1999.

DELFIN NETTO, Antonio. As amarras. *Folha de S. Paulo*, 16 de maio de 2012, p. 3.

_____. Duplo espanto. *Folha de S. Paulo*, 07 de setembro de 2011, p. 3.

FRAGA NETO, Armínio. Dez Anos de Metas para a Inflação. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Dez Anos de Metas para a Inflação no Brasil, 1999-2009*, Brasília, 2011.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. Banco Central e Política Macroeconômica: o Regime de Metas de Inflação. In: MARCOLINO, Luiz Cláudio e CARNEIRO, Ricardo (orgs.). *Sistema Financeiro e Desenvolvimento no Brasil: do Plano Real à Crise Financeira*. São Paulo: Publisher Brasil e Editora Gráfica Atitude Ltda., 2010, pp. 177-207.

FRIEDMAN, Milton. The Role of Monetary Policy. *The American Economic Review*, Vol. 58, N° 1, March 1968, pp. 1-17.

GIAMBIAGI, Fábio et al (ogs.). *Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2^a. ed., 2011.

GIAMBIAGI, Fábio. Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI, Fábio et al (ogs.). *Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2^a. ed., 2011, pp. 165-195.

_____. Rompendo com a Ruptura: O Governo Lula (2003-2010). In: GIAMBIAGI, Fábio et al (ogs.). *Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2^a. ed., 2011, pp. 197-237.

GIANNETTI, Eduardo. *O Valor do Amanhã: Ensaio sobre a Natureza dos Juros*; São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOMER, Sidney and SYLLA, Richard. *A History of Interest Rates*. New Jersey: Rutgers University Press, Fourth edition, 2005.

KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Trad. de Mário R. da Cruz; revisão técnica de Cláudio Roberto Contador; São Paulo: Atlas, 2007.

LACERDA, Antonio Correa et al. *Economia Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 4^a ed. rev. e atual., 2010.

LANDES, David S. *Prometeu Desacorrentado: Transformação Tecnológica e Desenvolvimento Industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a Nossa Época*. Trad. de Vera Ribeiro; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

_____. *A Riqueza e a Pobreza das Nações: Por que Algumas são tão Ricas e Outras são tão Pobres*; tradução de Álvaro Cabral; Rio de Janeiro: Campus, 1998.

LOPES, Francisco Lafaiete. Inflação Inercial, Hiperinflação e Desinflação: Notas e Conjecturas. *Revista de Economia Política*, Vol. 5, nº 2, abril-junho/1985.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de Economia: Tratado Introdutório*. Vol. I. Introd. de Ottolmy Strauch. Trad. revista de Rômulo Almeida e Ottolmy Strauch; São Paulo: Editora Nova Cultural/Círculo do Livro, 1996 (Col. Os Economistas).

MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação Brasileira – Os Ensinamentos desde a Crise dos Anos 30. *Economia Contemporânea*, Nº 1, Jan. - Jun. de 1997.

OMAR, Jabr H. D. Taxa de Juros: Comportamento, Determinação e Implicações para a Economia Brasileira; *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, pp. 463-490, set./dez. 2008.

PERFEITO, André Guilherme Pereira. *Hipótese Sobre a Elevada Taxa de Juros Brasileira: Uma Abordagem Pós-Keynesiana*; São Paulo: PUC-SP, dissertação de mestrado, 2013.

QUINTANA, Mario. *Poesia Completa*. Organização: Tania Franco Carvalhal; Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

REIS, Eustáquio, BLANCO, Fernando, MORANDI, Lucilene, MEDINA, Mérida e ABREU, Marcelo de Paiva. Século XX nas Contas Nacionais. In: *IBGE – Estatísticas do Século XX*; Rio de Janeiro, 2006.

RESENDE, André Lara. *Juros, Moeda e Ortodoxia: Teorias Monetárias e Controvérsias Políticas*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2017.

RITTER, Lawrence S. and SILBER, William L. *Money*. New York: Basic Books, Inc., Publishers, Third and revised edition, 1977.

SICSÚ, João. Teoria e Evidências do Regime de Metas Inflacionárias; *Revista de Economia Política*, vol. 22, nº 1 (85), janeiro-março/2002, pp. 23-33.

SILVA, Fabiana de Lima. *O Sistema de Metas de Inflação e a Crítica Pós-Keynesiana: Uma Aplicação para o Brasil*. São Paulo: FEA/PUC-SP, dissertação de mestrado, 2009.

SINGLETON, John. *Central Banking in the Twentieth Century*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2011.

VAL MUNHOZ, Vanessa da Costa Val. *Determinação dos Juros e Metas de Inflação no Brasil: Uma Crítica Através da Abordagem Pós-Keynesiana*; Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

WEATHERFORD, Jack McIver. *A História do Dinheiro*. Trad. de June Camargo; São Paulo: Negócio Editora, 2000.

WEISBROT, Mark, JOHNSTON, Jake, CARRILLO, Julia Villarruel e MELLO, Vítro. A Enorme Taxa de Juros do Brasil: Será que os Brasileiros Conseguem Suportá-la? *Center for Economic and Policy Research*, Washington, DC, EUA, Abril de 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Francisco/Documents/MONOGRAFIA%20E%20ECONOMIA%20MONETÁRIA/Taxa%20de%20Juros%20-%20Estatísticas.pdf>. Acesso em 19/06/2017.

O USO DO ESTANHO PARA PRODUÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, OBRAS DA COROA E DISPOSITIVOS DE BENEFICIAMENTO AGRÍCOLA NO RIO DE JANEIRO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

THE USE OF TIN FOR THE PRODUCTION OF HOUSEHOLD UTENSILS, CROWN WORKS AND AGRICULTURAL PROCESSING DEVICES IN RIO DE JANEIRO IN THE SECOND HALF OF THE 18TH CENTURY

Alexander Lima Reis^a

^a Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestrado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde na Casa de Oswaldo Cruz
Contato principal: alexanderlimareis@hotmail.com

Resumo

O estanho foi muito utilizado no Rio de Janeiro colonial. A partir deste metal, eram produzidos utensílios para as tarefas diárias da casa e da agricultura. Muitos objetos de estanho foram registrados em listas de inventários da segunda metade do século XVIII. Em geral, os estudos históricos sobre metais no período colonial tem foco predominante sobre o ferro e os metais preciosos. Os outros metais são estudados de maneira secundária e ocasional. Neste artigo, busca-se analisar o estanho para uso doméstico, em embarcações e para uso em unidades produtivas da cultura do anil e do arroz. Desse modo, o objetivo é explorar o circuito do estanho e seus usos no Rio de Janeiro da segunda metade do século XVIII.

Palabras claves: Rio de Janeiro; Estanho; Circuito; Oficina; Unidade Produtiva Agrícola.

Códigos JEL: L61; O13; P28.

Abstract

Tin was widely used in colonial Rio de Janeiro. This metal produced utensils for daily household and agricultural tasks. Many objects of tin were recorded in wills from the second half of the 18th century. In general, historical studies of metals in the colonial period focus predominantly on iron and precious metals. The other metals are studied only occasionally.

In this article, we seek to analyze the domestic use of tin, in vessels and in indigo and rice production. In this way, we aim to explore the tin circuit and uses in Rio de Janeiro in the second half of the 18th century.

Keywords: Rio de Janeiro; Estanho; Circuito; Oficina; Unidade Produtiva Agrícola.

JEL Codes: L61; O13; P28.

INTRODUÇÃO

O estanho, a lata ou a folha de flandres foi um metal muito utilizado no Rio de Janeiro colonial. Muitos objetos desse mineral são encontrados em listas de inventários de grandes fazendas, estabelecimentos estatais e pequenas propriedades da segunda metade do século XVIII. Neste artigo, busca-se analisar alguns documentos com registros de objetos desse tipo de metal. Além de objetos manufaturados, há recorrência de safras com medidas em libra e arroba registradas nos inventários. Esses itens inventariados podem indicar material bruto ou semi beneficiado em barras, chapas e folhas que entravam pelo porto e eram manufaturados em oficinas de artesãos de diferentes ofícios. Tanto o estanho quanto o cobre eram trabalhados por latoeiros, picheleiros, ferreiros e outros profissionais do período colonial que, a partir do material sem refino, produziam diversos tipos de objetos. O estanho também poderia ser utilizado como uma liga metálica para soldagem de peças. Nesse caso, além do uso, intenta-se refletir sobre a importação e produção local de objetos de estanho.

João Manso Pereira mencionou barrinhas de estanho da Bósnia e da Málaca na *Memória sobre a reforma dos alambiques*. Para ele, o estanho dessas regiões era mais resistente do que o estanho da Inglaterra (Pereira, 2008 [1797]). A principal fonte de estanho é um mineral classificado como cassiterita SnO₂. A cassiterita pode ser extraída em depósitos primário e aluvião. Craig Merideth (1998) expõe, por meio de mapas, os locais identificados com depósitos primários de estanho na península Ibérica, na Inglaterra, na França e na fronteira entre a República Tcheca e a Alemanha. Também são identificados depósitos primários e secundários na África, na Ásia e na Oceania. Na América do Sul, há jazidas primárias na Bolívia e depósitos menores no litoral brasileiro.

O estudo de Edward Palmer Thompson (1998 [1980]) demonstra que na região da Cornualha na Inglaterra havia muitos mineiros de estanho que participavam dos motins em período de escassez. Robert King Merton (1984 [1938]) informa que, no final do século XVII, a indústria da mineração e a indústria têxtil eram as atividades mais rentáveis na Inglaterra. Em relação à extração de minerais, o autor menciona o carvão, o estanho, o ferro e o cobre. Entre 1747 e 1749, o diplomata D. Luís da Cunha, em carta ao futuro rei D. José I, registrou que Portugal era abastecido de estanho pela Inglaterra e também pela Holanda. Esta última reexportava o minério vindo de outras nações mais ao norte, como a Noruega e a Suécia (Cunha, 1976 [1747-49]).

Até o momento, há poucas informações sobre a proveniência do estanho utilizado no Rio de Janeiro. A maior parte era importado semi beneficiado, mas não se exclui totalmente a extração em jazidas locais. No jornal *O Patriota*, o cirurgião João Manuel Antunes da Frota informou, sem precisar a data, que um caldeireiro tinha produzido alguns pratos a partir de estanho localizado nas vizinhanças de Corumbá da capitania de Goiás (*O Patriota*, N. 6, T. 2, 1814). Em 1765, um morador da capitania do Rio de Janeiro, Domingos Ferreira Pereira, obteve um privilégio exclusivo para minerar diferentes metais na capitania de São Paulo, inclusive o estanho (Lima, 1970).

O padre missionário Friedrich Ludwig Langstedt registrou, em seu relato de 1782, a entrada no porto do Rio de Janeiro de chapas de estanho, de chumbo, de cobre e de ferro vindas da Inglaterra (Oberacker Jr., 1973). Friedrich Ludwig Langstedt especificou a entrada de muitos objetos domésticos de cobre importados da Inglaterra (Oberacker Jr., 1973). A entrada desses objetos de cobre não significa que o cobre não era beneficiado no Rio de Janeiro e, ao contrário, também não significa que todos os objetos de cobre ou estanho eram beneficiados localmente. As maiores fortunas de artesãos do Rio de Janeiro, estudadas por Carlos Alberto Medeiros Lima (2008), eram de caldeireiros que trabalhavam em particular com o cobre. O artesão latoeiro também trabalhava com o cobre. Entretanto, o relato do missionário católico sobre a entrada de chapas de diferentes metais e a existência de safras de estanho em libra/arroba registrada em inventários são dados importantes para

inferir que algum tipo de beneficiamento era realizado a nível local nas oficinas artesanais do Rio de Janeiro.

Além desse uso mais comum de utensílios para as tarefas diárias da casa, o estanho também foi utilizado como matéria-prima para a elaboração de dispositivos utilizados em experimentos de beneficiamento agrícola. Nesse sentido, após refletir sobre o uso e a produção de objetos domésticos de estanho, foca-se no uso de objetos deste metal na cultura do anil e do arroz. Em relação à produção do corante azul da planta anil, analisa-se um texto manuscrito do cônego Januário da Cunha Barbosa que informou sobre algumas experiências públicas para extração do anil em um aparato de tanques de "lata". Na rizicultura, analisa-se a mudança de crivo de material de couro para crivo de estanho que era acoplado aos moinhos para descascar e limpar o arroz, bem como se analisa a construção de um instrumento projetado para produzir o novo crivo de estanho. Desse modo, tem-se o objetivo de rastrear o circuito do estanho e os diferentes usos no Rio de Janeiro do período delimitado neste artigo.

1. A HISTÓRIA DA TÉCNICA E A MANUFATURA DE METAIS NO BRASIL

A história da produção de metais no Brasil tem enfoque predominante nos séculos XIX e XX. As principais obras de história da técnica e da industrialização no Brasil foram elaboradas no momento em que se estabelecia a indústria de base no período desenvolvimentista, sobretudo, no governo do presidente Getúlio Dornelles Vargas. Nesses trabalhos, a manufatura de metais em oficinas artesanais do período colonial foram concebidas como dependentes de infraestrutura externa e suas técnicas eram consideradas primitivas. Nesse sentido, os textos buscavam as origens do trabalho com metais e apresentavam atividades esparsas da época da colonização para depois adentrar no período considerado mais importante delimitado entre os séculos acima mencionados. O primeiro marco histórico significativo desse processo foi demarcado com a criação da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema no período de D. João VI (Simonsen, 1973 [1939]; Holanda, 1994 [1956]; Fonseca, 1961; Lima, 1970).

O estanho foi pouco estudado e a atenção se manteve sobre a produção do ferro. De maneira geral, o estanho é mencionado de forma secundária nos trabalhos da história da indústria (Simonsen, 1973 [1939]; Lima, 1970). Algumas oficinas de ferreiros e jazidas de ferro foram tematizadas como uma forma de demonstrar o trabalho existente em diferentes temporalidades da colonização. Sérgio Buarque de Holanda (1994 [1956]) analisa uma ferraria construída pelo provedor Diogo de Quadros em São Paulo no início do século XVII e menciona brevemente uma ferraria com geração de energia hidráulica chamada "Casa da Roda" no final do século XVIII. O fundador da Escola Técnica Nacional (ETN) e professor do ensino industrial no Brasil, Celso Suckow da Fonseca (1961), considera que as atividades de manufaturar o ferro em São Paulo começaram a partir do trabalho do artesão ferreiro Mateus Nogueira no século XVI. Heitor Ferreira Lima informa sobre a descoberta de uma jazida de ferro em meados do século XVI e a obtenção de um privilégio exclusivo de meados do século XVIII na capitania de São Paulo: "Em 1765, por Carta Régia, Domingos Ferreira Pereira, morador da capitania do Rio de Janeiro, obtinha privilégio para, na comarca de São Paulo, minerar ferro, chumbo e estanho, estando, ademais, autorizado a caldear esses metais." (Lima, 1970, 43).

Fernando Antônio Novais (1989 [1973]) é outro autor que expõe as tentativas de produção de ferro para explicar que, embora fosse proibido o tear de tecidos finos, a partir do alvará de proibição de manufaturas que vigorou entre 1785 e 1808, ocorreram incentivos para a confecção de outros produtos. As pesquisas para a produção de ferro não era proibida como os tecidos finos, porque não entrava em conflito com a política econômica do pacto colonial que proibia manufaturas estratégicas produzidas em Portugal e exportadas para a América portuguesa. Nesse sentido, vale lembrar que, na segunda metade do século XVIII, do outro lado do Atlântico, em Angola, o governador Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho estabeleceu a Real Fábrica de Ferro Nova Oeiras na capitania de Massangano entre os anos 1764 e 1772 (Silva, 2008).

Em obra mais recente sobre os artesãos, Luiz Antônio Cunha (2000) expõe que nas fazendas da Companhia de Jesus havia oficinas de ferreiros para a produção de ferramentas para o trabalho doméstico, para a pesca e para a agricultura. Maura Silveira Gonçalves de Britto (2012) ressalta que, além da fábrica de ferro em São Paulo, o trabalho de manufatura em ferrarias artesanais em Minas

Gerais ainda era importante mesmo no século XIX. Os outros metais como o chumbo, o aço, o bronze, o cobre e o estanho ainda não são objetos de pesquisa na historiografia brasileira e as poucas menções foram ocasionais. No próximo tópico, busca-se adentrar especificamente no uso do estanho no Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII.

2. O USO DO ESTANHO EM PROPRIEDADES RELIGIOSAS, ESTABELECIMENTOS DA COROA PORTUGUESA E PEQUENAS PROPRIEDADES

Um vaso ou jarro de estanho poderia ser chamado de pichel ou almotolia no século XVIII. No *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*, o verbete "pichel" significa: "Vaso de tirar vinho das pipas e ter uma porção para se beber ou distribuir." (Silva, 1789.b, v. II, 200). O picheleiro era o artesão que construía vasilhames de metal e trabalhava em uma oficina chamada de pichelaria. O ofício de picheleiro foi incorporado aos ofícios organizados pela irmandade São Jorge no Rio de Janeiro na década de 1790 (Lima, 2008). A necessidade de regulamentação do ofício de picheleiro é um dado que pode ser interpretado como um aumento e autonomia deste ofício que produzia recipientes e manipulava o metal estanho. O recipiente chamado pichel não apareceu como item entre os inventários consultados, mas a almotolia apareceu com frequência. O verbete "almotolia" no mesmo dicionário significa: "Vaso de bojo e garganta curta que serve para azeite. É de barro, lata." (Silva, 1789.a, v. I, 64). Além do artesão picheleiro, havia a figura do latoeiro que também trabalhava com o estanho, o cobre e outros metais. No mesmo dicionário, o latoeiro é descrito como um artesão que trabalhava com o latão: "O que faz obras de latão." (Silva, 1789.b, v. II, 10). Beatriz Catão Cruz Santos (2010) faz menção às oficinas de latoeiro no Rio de Janeiro que produziam ferros de passar, panelas de cobre, tachos, chocolateiras e outros utensílios domésticos. Mais abaixo, ver-se-á que os objetos de estanho, de cobre e de latão eram listados juntos e também em seções separadas nos inventários, sem haver um critério evidente de diferenciação.

Em inventários de grandes propriedades religiosas e estabelecimentos estatais do final do século XVIII no Rio de Janeiro foram localizados pratos, potes, vasos, almotolias e outros objetos de estanho. Em 1759, o padre João Pereira de Araújo e Azevedo enviou um ofício ao secretário de Estado, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, em que há uma cópia do inventário da igreja da Companhia de Jesus na aldeia de São Pedro de Cabo Frio. No documento foi listado que havia uma bacia, um jarro e algumas tigelas de estanho (AHU-Rio de Janeiro, C. 56, D. 5485). Em 1791, o vice-rei Conde de Resende enviou um ofício ao secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, no qual foi anexado um inventário sobre os bens da fazenda de Santa Cruz. Em relação ao estanho, foram listadas três almotolias e um pote grande de folha de flandres (AHU-Rio de Janeiro, C. 142, D. 11072). A folha de flandres não consta como um verbete específico no sobredito dicionário, mas no verbete sobre o artesão "picheleiro" está registrado que trabalhava com esse insumo: "O que faz vaso de estanho e de lata de Flandres." (Silva, 1789.b, v. II, 200). Um estudo recente de engenharia e de geologia informa que a folha de flandres é produzida com a aplicação primária do estanho (Dias, Chaves e Cardoso, 2018).

No que concerne aos inventários de pequenas e médias propriedades, faz-se, a título de pequena amostragem, referência a alguns documentos com registro de objetos de estanho. No inventário de Ana Maria de Jesus Pádua, datado de 1782, foram listados pratos ricos e fundos de estanho (AN, Inventário, N. 18, C. 3650). Em 1796, foram registrados pratos de estanho no inventário de Manoel da Cruz Macieira (AN, Inventário, N. 8941, C. 1117). Em 1811, no inventário do caldeireiro José Francisco de Oliveira, foram listados pratos de estanho no tópico sobre "Cobres da cozinha" (AN, Inventário, N. 8912, C. 1117). Uma cópia do inventário do capitão de mar e guerra, Frederico Hesselberg, foi encontrada entre os ofícios do Marquês de Lavradio no Arquivo Histórico Ultramarino. Na cópia desse inventário, datado de 1778, foi listada uma almotolia de folha velha (AHU-Rio de Janeiro, C. 107, D. 8953).¹

¹ Frederico Hesselberg morreu em combate no sul da América portuguesa, pois era um militar que participou ao lado dos portugueses dos conflitos contra os espanhóis na região da capitania do Rio Grande de São Pedro (Salgado, 2022). Uma cópia do inventário dos pertences deste militar foi requerida diretamente ao vice-rei Marquês de Lavradio a partir de uma solicitação apresentada pelo cônsul da Dinamarca Frederico Stiephen.

Alguns inventários reuniam os materiais de estanho e cobre, mas não era uma regra, pois poderiam vir descritos separadamente. No inventário de Ana Joaquina Gurgel do Amaral, datado de 1788, foi colocado um tópico a mais com o título de "Latão". Os itens de estanho seguiram o padrão de objetos de cozinha neste inventário, como por exemplo, havia uma caneca e diferentes tamanhos de pratos de estanho, porém entre os itens registrados como latão figuram objetos aparentemente mais resistentes como bacias, tachos e um "cendeiro" de três velas. A bacia e o tacho também poderiam ser de cobre, mas neste inventário esses três insumos e seus objetos foram descritos como latão, separadamente do estanho e do cobre (AN, Inventário, N. 15, C. 3630). No inventário do sobredito artesão caldeireiro, foi registrado prato de estanho na seção sobre "Cobres de cozinha" e uma bacia de latão estava presente no tópico nomeado como "Ferramentas de cobre" (AN, Inventário, N. 8912, C. 1117).

Os inventários de propriedades na Europa ocidental apresentam uma situação similar. Peter Burke (2010 [1978]) informa que as pessoas comuns, como famílias de agricultores, poderiam ter um bom conjunto de guarda louças de estanho. As vasilhas e outros utensílios de madeira foram substituídos por material de estanho no final do século XVI nas áreas rurais da Inglaterra. A situação também não parece ser muito diferente nas colônias inglesas na América, pois Benjamin Franklin, em sua autobiografia, narrou que levava uma vida modesta com a sua esposa na cidade da Filadélfia na colônia Pensilvânia. Nesse caso, entre os elementos que foram registrados como atestação de simplicidade, foram mencionados alguns utensílios presentes na cozinha. A refeição matutina era feita com uma tigela de barro e uma colher de estanho, mas com o passar do tempo e aumento dos seus recursos financeiros: "Observe-se, porém, como o luxo entra nas famílias e faz progresso, apesar do princípio: sendo chamado certa manhã para o desjejum, encontrei-o em uma tigela de porcelana, com uma colher de prata!" (Franklin, 2019 [1793], 92). No tópico sobre os itens de prata do caldeireiro José Francisco de Oliveira consta o registro de colheres e garfos de prata (AN, Inventário, N. 8912, C. 1117). É importante destacar que esse caldeireiro era um dos artesãos mais ricos da cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX (Lima, 2008).

Além dos utensílios da cozinha e demais objetos, aparecem safras de estanho listadas nos inventários com montantes em medidas de libra e de arroba. Essa informação é importante porque pode se tratar de material bruto para ser manufaturado em oficinas locais. No inventário da igreja São Pedro de Cabo Frio havia uma oficina de ferraria com safra, torno e mais acessórios que não foram listados individualmente (AHU-Rio de Janeiro, C. 56, D. 5485). Nos estabelecimentos estatais da Coroa portuguesa também é possível rastrear essas safras. No inventário da fazenda de Santa Cruz de 1791 havia libras de latão (AHU-Rio de Janeiro, C. 142, D. 11072). No dossiê da marinha do fundo do vice-reinado salvaguardado no Arquivo Nacional, constam informações sobre o conserto de diversas embarcações no estaleiro Ribeira das Naus. Na relação de ferragens para o conserto da nau Conde D. Henrique foi listada a compra de quarenta folhas de flandres em "lojas particulares" (AN, Correspondência, L. D9.CAI.0.498). No início do vice-reinado do Marquês de Lavradio, foram elaboradas instruções para inspecionar as obras realizadas na Casa do Trem. Os materiais de metal e madeira passavam por contagem após o término do trabalho dos artesãos da companhia dos artífices da Casa do Trem:

Todas as obras de ferro serão pesadas depois acabadas, como também o ferro autos que se entrega para a mesma obra - descontando a diminuição pelo fogo e limas segundo o costume praticado e atendendo aos diferentes qualidades do ferro; todas as obras de chumbo se pesarão antes e depois do trabalho, a diminuição descontada segundo a circunstância das obras; e as obras de folha de flandres do mesmo modo, etc., etc. (AN, Instruções, L. RD.0.DDF.65, 1771, s.p.).

Alguns metais eram utilizados para fazer ligamento por soldagem. No verbete "solda" do *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva ...* consta que é uma matéria utilizada para soldar metais, mas sem descrever com quais elementos (Silva, 1789.b). A solda de prata aparece registrada em documentos para fazer ligamento fundido entre peças metálicas. No mapa da companhia dos artífices da Casa do Trem consta que havia um oitavo de solda de prata e meia libra de latão na seção sobre os materiais utilizados na semana de trabalho de 25 a 31 de julho de 1773 (AN, Mapa, L. RD.0.CTB.63). O estanho também pode ser aproveitado como liga entre os metais e misturado com o cobre gera um

metal mais resistente: o bronze (Dias, Chaves e Cardoso, 2018). Peter Burke menciona que alguns ingleses observaram que as xícaras na Rússia eram de madeira da árvore bétula e concluíram que era por ausência da liga de estanho (Burke, 2010 [1978]).

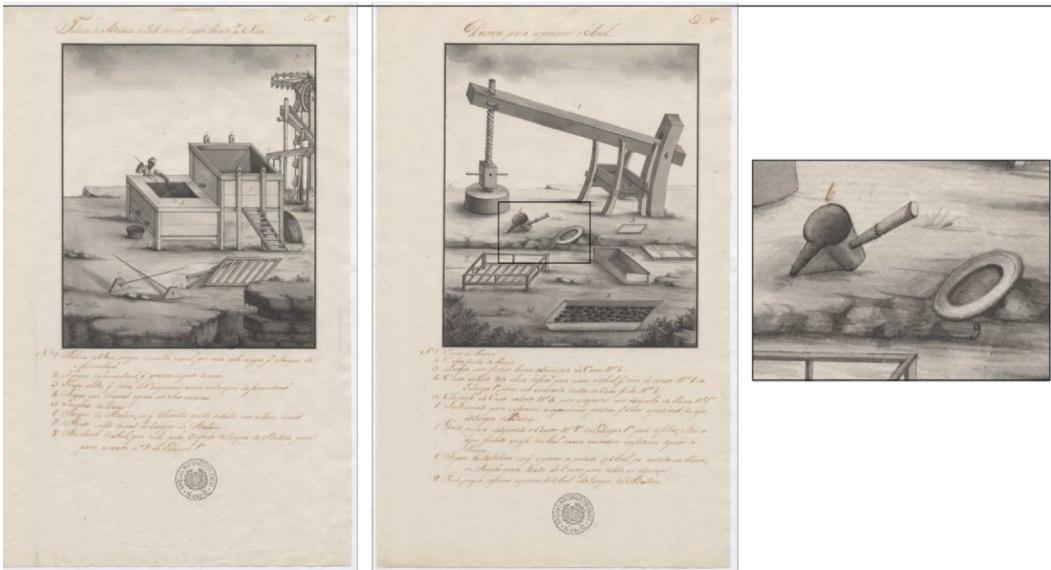
3. O USO DO ESTANHO EM DISPOSITIVOS DE BENEFICIAMENTO AGRÍCOLA

Até aqui, buscou-se analisar como o estanho estava presente em propriedades religiosas, pequenas propriedades e estabelecimentos estatais do Rio de Janeiro nas últimas décadas do período colonial. Adiante, ver-se-á que o estanho também estava presente nas unidades produtivas agrícolas voltadas para a exportação. Na *Memória sobre a reforma dos alambiques*, publicada em 1797, João Manso Pereira informou que o seu projeto de alambique foi construído com serpentina de "folha de lata", mas não tinha ficado resistente e foi alvo de críticas dos mestres aguardenteiros. Estes diziam que a serpentina deveria ser de cobre, mas segundo João Manso Pereira, o cobre não era bom para a saúde: "Certamente o rosalgar, solimão e a cicuta não têm morto tanta gente como o cobre; daqueles, todos se acautelam, por conhecidos; deste, ninguém se teme, por assolapado." (Pereira, 2008 [1797], 78).

No caso da cultura da planta anil, o estanho teve um uso singular porque foi utilizado como recipiente para realização de experiências de extração do corante azul dessa planta. Os grandes recipientes mais comuns para a extração desse corante eram de alvenaria ou de madeira. Um relatório com mapas de tabela e outro com estampas sobre as unidades produtivas de anil do Rio de Janeiro foi enviado em duas cartas para a Coroa portuguesa, respectivamente em 1784 e 1785 (AHU-Rio de Janeiro, C. 123, D. 9937; AHU-Lisboa, Iconografia, D. 01-00G-00079-87). Os desenhos das estampas de beneficiamento desse corante permitem inferir que os utensílios mais comuns eram de madeira, mas também constam objetos metálicos como pratos, copos e recipientes utilizados para retirar pequenas porções para examinar a substância. Na figura abaixo, há uma estampa de um modelo de aparato de beneficiamento do anil com dois tanques sobrepostos e ao lado uma estampa de uma prensa. No detalhe da estampa da prensa consta um recipiente com bico de pichel e um prato. Infere-se que o recipiente era de estanho por conta do formato com dobraduras comumente feitas em metal e o prato porque era muito comum ser de estanho como exposto nos registros dos inventários do tópico anterior (Figura 1).

A primeira etapa do beneficiamento do corante da cultura anileira era realizada no tanque superior representado na primeira estampa. A planta de anil era submersa em água e o tanque era fechado com uma grade de madeira que pode ser observada no chão da paisagem na primeira estampa. A grade era utilizada para fechar o tanque, devido à planta hidratada aumentar de volume e sair do tanque. Nessa etapa, a fécula da planta se soltava na água após um processo de fermentação. Na segunda etapa, a planta era descartada e a água era transferida para o segundo tanque. Nesse estágio, era necessário agitar a substância para o corante ser decantado e com o peso ir para o fundo do tanque, por isso, o segundo tanque era chamado de tanque de bateria. A água era descartada e o corante depositado no fundo era coletado e prensado para retirar o restante da umidade. Após a prensagem, o corante era separado em bolas ou tabletas para a exportação, como pode ser visto no tabuleiro na segunda estampa. Os recipientes, destacados no detalhe da estampa, serviam para verificar se a decantação estava finalizada. Na legenda é informado que o recipiente com bico de pichel servia como: "Instrumento para se fazerem as experiências precisas para se ver a graduação da água do tanque da bateria." (AHU-Lisboa, Iconografia, D. 01-00G-00087). Já a legenda do prato informa: "Prato em que se fazem as provas do anil do tanque da bateria." (AHU-Lisboa, Iconografia, D. 01-00G-00087). Desse modo, após verificar que a água não tinha mais vestígios da fécula da planta, concluía-se que o corante estava decantado no fundo do segundo tanque. Neste tanque contém dois furos sobrepostos. O furo de cima era para retirar a água que seria descartada e o segundo furo era para coletar o corante com o recipiente de madeira abaixo do furo.

Figura 1 - Estampas de tanque e prensa de anil com destaque para utensílios



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa. Iconografia, D. 01-00G-00082 e 01-00G-00087.
Imagens reunidas pelo autor.

O processo de extrair o corante azul da planta anil não era simples e exigiu diversas experiências. Em 1772, Jerônimo Vieira de Abreu desenvolveu um método de extrair a tinta dessa planta (Alden, 1965; Pesavento, 2005; Reis, 2022). O cônego Januário da Cunha Barbosa deixou registrado no pequeno texto *Nota sobre o anil* que o homem de negócio Antônio Oliveira Durão soube da experiência bem-sucedida. Uma demonstração da extração do corante foi observada pelo homem de negócio Manoel da Costa Cardozo, o médico José Henriques de Paiva e o cirurgião Ildefonso José da Costa Abreu. O vice-rei Marquês de Lavradio foi comunicado sobre a experiência e prontamente: "Ofereceu-se a impetrar de sua majestade o privilégio exclusivo para Durão e Cardozo, mostrando a ele e patenteando as regras para o feliz êxito daquele ramo de riqueza e ensinando a praticá-las." (IHGB, L. 21, P. 18, 01).

O introdutor do método, Jerônimo Vieira de Abreu, ficou de fora da sociedade. O cônego Januário da Cunha Barbosa acrescentou que João de Marins também procurou o homem de negócio Manoel da Costa Cardozo e disse que era "perito na operação química do anil" (IHGB, L. 21, P. 18, 02). É importante destacar que Manoel da Costa Cardozo já tinha realizado experiências com essa cultura e tinha um aparato com tanques de alvenaria que estava desativado, devido a ninguém ter conhecimento sobre o método de extração do corante. No relatório do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa (1860 [1790]), essas primeiras experiências e as experiências de João de Marins foram relatadas de forma breve por falta de êxito, contudo, o cônego Januário acrescentou que essa situação motivou ao Jerônimo Vieira de Abreu de se colocar como o introdutor das operações de beneficiamento do corante no Rio de Janeiro: "Foi principalmente por isto que Jerônimo Vieira de Abreu fez o mais público possível a demonstração da sua descoberta." (IHGB, L. 21, P. 18, 02). O cônego narrou que ele realizou novas demonstrações na residência do capitão-mor Domingos Vianna, na casa do doutor Francisco Valdetaro e em presença de muitas pessoas na freguesia de São Gonçalo. Além do mais, fez outras demonstrações na casa do capitão Francisco José dos Santos, de Antônio Ribeiro (possivelmente o boticário) e em outras partes da cidade e das freguesias rurais. No tocante aos aparelhos e utensílios utilizados, o cônego Januário deixou uma pista ao mencionar que ele passou a realizar ensaios públicos com um aparato de "tanques de lata" que se supõe que os tanques fossem de estanho. Na residência do capitão-mor Domingos Vianna foi utilizado um utensílio improvisado de madeira para extração do corante chamado gamela, cujo item também era registrado com recorrência em inventários. Os tanques para produção tanto de madeira quanto de alvenaria eram grandes para conter um grande volume de água com plantas. A opção de Jerônimo Vieira de Abreu de usar uma gamela ou tanques de lata era porque poderiam ser transportados para realizar as exibições itinerantes com objetivo de tornar pública a sua descoberta.

Então, no início da década de 1770, iniciou-se as primeiras experiências com êxito, mas ainda não tinha a qualidade pretendida. Isso motivou que outros agentes se empenhassem nas experiências de extração do corante. No Arquivo Histórico Ultramarino há registro da inspeção de lotes diferentes do corante pelo boticário Antônio Ribeiro Paiva em 1774 (AHU-Rio de Janeiro, C. 96, D. 8324).

Alguns anos depois, há registro de novas experiências de extração realizadas pelo bispo José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco (AHU-Rio de Janeiro, C. 115, D. 9448). Na década de 1780, o processo de beneficiamento foi efetivamente estabilizado e Jerônimo Vieira de Abreu tornou-se o inspetor da produção deste corante. No início da década de 1790, havia 406 unidades produtivas de anil espalhadas por toda a capitania do Rio de Janeiro, como ficou registrado no relatório de sucessão do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa (1860 [1790]).

Antes das experiências de extração do corante de anil do início da década de 1770, Jerônimo Vieira de Abreu já tinha utilizado o estanho para outra experiência na agricultura. Adiante, passa-se a analisar dois inventos construídos para um moinho de beneficiamento de arroz na década de 1760. Trata-se de uma reforma a partir da introdução de um dispositivo de estanho no lugar de um antigo dispositivo de couro. Esse dispositivo era um modelo de crivo utilizado para descascar e limpar o arroz. No dicionário acima citado, de Rafael Bluteau e Antônio de Moraes Silva, consta que o verbete "crivo" significa: "Espécie de peneira de couro cru furado com muitos buracos para se limpar trigo." (Silva, 1789.a, v. I, 349). Nesse verbete é informado que o crivo era produzido com insumo de couro cru, mas, após a invenção introduziu-se o crivo de estanho, chamado nos documentos de época de "pano de arame" como se verá mais abaixo (AHU-Rio de Janeiro, C. 166, D. 12378). No léxico galego, a palavra "criva", presente no dicionário online *Estraviz*, significa: "Instrumento, normalmente de couro, usado na agricultura para crivar sementes." (*Estraviz*, s.d., s.p.). Jerônimo Vieira de Abreu modificou o insumo do crivo com a introdução do estanho e elaborou um instrumento para a produção desse crivo de metal, porque o novo crivo não era produzido por nenhum artesão. Um tipo diferente de crivo era utilizado para auxiliar o trabalho da mineração do ouro. No acervo do Museu de Artes e Ofícios (MAO) localizado em Belo Horizonte consta um modelo de crivo das áreas de mineração do ouro, cujo uso tinha a função de separar as pedras preciosas em tamanhos diferentes. Antes de se estabelecer na cidade do Rio de Janeiro, Jerônimo Vieira de Abreu viveu na região das minas na capitania de Minas Gerais (ANTT, M. 10, D. 155).

No final de sua vida, Jerônimo Vieira de Abreu procurou registrar as suas contribuições voltadas para os novos cultivos e formas de beneficiamentos em um processo de representação sobre as suas principais ideias e inventos. Ele buscou legitimar as suas invenções com objetivo de solicitar uma mercê à Coroa portuguesa. No meio dos autos do processo, há uma seção com alguns testemunhos que foram realizados na casa do juiz de fora Baltasar da Silva Lisboa sob o título *Inquirição de testemunhas do justificante Jerônimo Vieira de Abreu assentada* (AHU-Rio de Janeiro, C. 166, D. 12378). Para este artigo, analisa-se a terceira pergunta da inquirição que se refere à introdução do dispositivo de estanho no aparato da unidade produtiva de arroz, bem como a construção do instrumento para produção do novo crivo de metal. Então, entre os meses de novembro e dezembro de 1792 ocorreram as audiências desta inquirição para atestar a veracidade das invenções que foram representadas por uma petição no início da pasta do processo (AHU-Rio de Janeiro, C. 166, D. 12378). Nem todas as testemunhas presenciaram o fato contido na pergunta do artigo três porque tinha ocorrido na década de 1760 e o processo como um todo tratava de diferentes invenções entre as décadas de 1760, 1770 e 1780. Desse modo, das dez testemunhas da inquirição, oito fizeram alguma consideração sobre o ocorrido, mas algumas não foram testemunhas oculares e recorreram ao recurso narrativo de que sabiam da invenção do novo crivo "por ser público".

Jerônimo Vieira de Abreu registrou treze artigos sobre as suas contribuições para a agricultura na petição de abertura do processo. No artigo três da petição consta que, após desenvolver a reforma de introdução do novo crivo, o aparato de beneficiamento de arroz passou a descascar por dia, regularmente, quarenta sacos de arroz grande e cinquenta de arroz pequeno. Antes da reforma, a unidade produtiva descascava entre vinte e trinta sacos de arroz grande e entre trinta e quarenta do arroz pequeno. O aumento na produção envolvia outros fatores como a regulamentação do preço do arroz na Câmara para estimular os lavradores no cultivo desse cereal; a aclimatação de uma espécie de arroz branco transplantada do Estado do Maranhão, cuja produção diária passou para setenta sacos com a nova espécie; o aprimoramento do acondicionamento e transporte até porto da cidade. Logo após expor os fatores do aumento da exportação, o artigo três da petição é finalizado com o seguinte informação:

[...] tudo com menor despesa e número de escravatura, por favor dos instrumentos que inventou para fazer panos de arame e para picar folhas de flandres com notável igualdade e destreza; e até hoje graciosamente tem picado muitas em benefício dos moleiros e padeiros, que assim a limpam prontamente

os seus trigos (AHU-Rio de Janeiro, C. 166, D. 12378, 05-06).

A partir da citação, é possível perceber que o invento do crivo de estanho não ficou restrito à produção de arroz, visto que passou a ser utilizado em moinhos de beneficiamento de outros cereais.

A ordem das perguntas da *Inquirição de testemunhas do justificante Jerônimo Vieira de Abreu assentada* foi orientada a partir da sobredita petição que inicia o dossiê do processo. Os testemunhos foram coletados em quatro audiências que ocorreram nos dias 23, 24, 26 de novembro e o último no dia 07 de dezembro de 1792. A primeira testemunha da inquirição foi o homem de negócio, senhor de engenho e capitão, Manoel Martins dos Santos Vianna, de cinquenta e três anos, morador da cidade do Rio de Janeiro. Essa primeira testemunha relatou sobre a utilidade do instrumento para "picar" a folha de flandres, bem como informou sobre o novo dispositivo colocado no aparato de beneficiamento do arroz. A testemunha atestou que também estava em uso no beneficiamento do trigo por moleiros e padeiros (AHU-Rio de Janeiro, C. 166, D. 12378).

O capitão José Caetano Alvares tinha sessenta e três anos. Ele foi a segunda testemunha da inquirição. Era homem de negócio e vivia na cidade. Em relação ao artigo três, o capitão expôs que era vizinho do justificante na época e acrescentou uma informação sobre o irmão do autor do processo, pois Manoel Luís Vieira e seus sócios "conheciam e confessavam" sobre a melhoria na produção promovida pelo sócio minoritário e irmão, Jerônimo Vieira de Abreu. Em relação ao dispositivo de estanho, a testemunha informou: "[...] o justificante a reedificou [a unidade produtiva] e aumentou com instrumentos que ideou para fazer panos de arame e picar folhas de flandres com tal certeza e velocidade que ainda até hoje não tem havido nesta cidade quem pudesse imitá-lo [...]" (AHU-Rio de Janeiro, C. 166, D. 12378, 51).

A terceira testemunha do processo foi o capitão Antônio Nascente Pinto de cinquenta e dois anos, morador na cidade. Ele informou que a unidade produtiva de arroz estava localizada no Andaraí. O local era parte da freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho (Santos, 1965). A testemunha comentou que os panos de arames eram úteis para descascar e limpar o arroz. Um dado importante desse testemunho foi a estratégia em atribuir valor ao trabalho realizado pelo justificante da petição por meio de expor nos autos que viajantes estrangeiros visitavam os locais com invenções de Jerônimo Vieira de Abreu: "[...] que fabricou a folha de flandres, que fez picar com a maior destreza os seus trigos com o que não só tem ingressado muito o comércio, como tem feito admiração do estrangeiro, que chegam a esta capital e tem ido admirar os inventos tão úteis, e mais não disse deste." (AHU-Rio de Janeiro, C. 166, D. 12378, 56).

A quarta testemunha foi o senhor de engenho João Vás Pinheiro de cinquenta e oito anos, morador na cidade e com propriedade situada na freguesia de Inhaúma. Em relação ao artigo três da petição, foi informado que preparou panos de arame para descascar e limpar o arroz e também informou que o instrumento de picar a folha de flandres era útil aos moleiros e padeiros, de modo que: "[...] com muita facilidade a limpam os seus trigos devendo ao justificante fazê-los gratuitamente participantes desse benefício porque pelo seu arbítrio se pica a folha de flandres com muita destreza e igualdade, e mais não disse deste." (AHU-Rio de Janeiro, C. 166, D. 12378, 61). A quinta testemunha não disse nada sobre o artigo três. A sexta testemunha, o capitão e senhor de engenho Domingos Pinto de Miranda tinha quarenta e oito anos com engenho localizado na freguesia Lagoa Rodrigo de Freitas. O seu relato corrobora a afirmação dos demais sobre o aumento na produção e também mencionou que o instrumento de picar folha de flandres era utilizado por moleiros e padeiros pela facilidade de limpar o trigo.

A sétima testemunha foi o tenente e senhor de engenho também da freguesia de Inhaúma, Francisco Teixeira da Cunha, tinha vinte e nove anos. Em relação ao artigo três, relatou que Jerônimo Vieira de Abreu criou panos de arame e: "[...] igualmente fez um modelo para picar folhas de flandres com o que não só se limpa com considerável quantidade de arroz com menos despesa e serviço de escravos, como ainda os moleiros e padeiros para limparem muito comodamente os seus trigos, e mais não disse deste." (AHU-Rio de Janeiro, C. 166, D. 12378, 75-76). A informação de diminuir a despesa e o trabalho da mão de obra em situação de escravidão é importante na medida que se considera que não havia incentivo ao desenvolvimento técnico e racionalização dos processos nos espaços coloniais por ter mão de obra abundante. De certo modo, esse exemplo, mesmo que excepcional, contraria essa perspectiva.

A oitava testemunha, o homem de negócio e capitão Luís Monteiro da Silva tinha cinquenta

e nove anos e morava na cidade. Ele informou que "sabia pelo ver" sobre o invento do pano de arame e do instrumento para construir o que ele chamou de "folha de flandres picada". Esse homem de negócio reafirmou que o invento tinha contribuído para um aumento considerável da exportação do arroz. A nona testemunha, o capitão e senhor de engenho Manoel Luís da Motta, tinha cinquenta e sete anos, morava na cidade e não há informações sobre a localização do seu engenho. No que se refere ao artigo três, o capitão informou que sabia "por ser público" que o aparato descascava maior quantidade de arroz. Essa testemunha trouxe a palavra que faltava para associar o pano de arame ao crivo propriamente, pois a testemunha relatou que Jerônimo Vieira de Abreu tinha desenvolvido "crivos de folhas de flandres" (AHU-Rio de Janeiro, C. 166, D. 12378). A décima testemunha foi o senhor de engenho José de Mesquita com trinta anos. O seu engenho estava situado na freguesia de Irajá. Essa testemunha não adentrou no artigo três da petição. O senhor de engenho limitou-se a mencionar que o novo método resultou em um maior volume de exportação de arroz para a Europa. A palavra crivo só foi mencionada pela nona testemunha do processo. Essa informação foi fundamental para corroborar a hipótese de que o antigo crivo de couro cru, compreendido a partir do dicionário de Rafael Bluteau e Antônio de Moraes Silva, foi substituído por um novo crivo de folha de flandres, i.e., o pano de arame.

Após analisar os testemunhos, busca-se acrescentar outros documentos com dados sobre o dispositivo e o instrumento utilizado para a construção do novo crivo. Os pertences da unidade produtiva de arroz foram listados pelo irmão e sócio principal do estabelecimento, Manoel Luís Vieira. A relação inventariada foi anexada a um ofício do Marquês de Lavradio remetido ao Marquês de Pombal. O objetivo de Manoel Luís Vieira era restabelecer a unidade produtiva que tinha sido fechada por conta da sua prisão entre 1762 e 1767, após ser acusado de fraude sobre recursos financeiros de outro homem de negócios. O ofício e a relação foram publicados na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no ano de 1962. O crivo foi listado em três itens diferentes da unidade produtiva: seis crivos movidos por água, sete crivos de limpar à mão e seis crivos de sacudir. Esses dados são importantes por possibilitar depreender uso de energia hidráulica e manual. Outro item importante na relação é o instrumento para produzir a crivo que foi chamado de "tear" nesse documento. Esse dado reforça a produção local do crivo de estanho. A relação com os pertences da unidade produtiva revela que havia várias etapas na realização do beneficiamento do arroz. Além do aparato de beneficiamento, consta no documento que havia uma infraestrutura de armazéns, carretas de tração animal para transportar o arroz, casa para os animais, tulhas como recipiente para o arroz em etapas diferentes e estendais para secar ao sol. O aparato principal foi registrado com três "rodas mestras de todos os movimentos". Por conseguinte, foram listadas vinte e quatro rodas, pedras para tirar a primeira casca (mó) e os crivos mencionados no interior do estabelecimento. Em seguida, foram registrados assopros para separar a casca do arroz sem precisar o tipo de geração de energia. Por fim, há outros itens como o pilão e a etapa de lustro para polir e preparar para o acondicionamento (Vieira, 1962 [1770]).

O crivo de limpar o trigo era de couro, como foi informado no dicionário supracitado de Rafael Bluteau e Antônio de Moraes Silva, mas após a reforma no moinho de beneficiamento de arroz, o dispositivo passou a ser feito com estanho. As testemunhas narraram que muitos padeiros e moleiros faziam uso desse dispositivo para realizar o beneficiamento do trigo. No inventário de José Nunes Pacheco, datado de 1797, consta um aparato para limpar o trigo que pode estar relacionado com essa invenção de Jerônimo Vieira de Abreu. De acordo com Carlos Alberto Medeiros Lima: "José Nunes Pacheco era proprietário de uma pedreira. Além da casa que possuía, a qual alugava por 8\$000 ao mês, investira razoáveis 50\$000 em dois caixões, um *que serve de peneirar farinha de trigo com todos os seus pertences e outro de folha de alimpar trigo.*" (Lima, 2008, 206-07, grifo do autor). A referência a folha para limpar o trigo pode estar relacionada ao crivo de metal estanho que passou a ser utilizado por moleiros e padeiros.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se apresentar como o estanho estava integrado no cotidiano das pessoas que viviam no Rio de Janeiro da segunda metade do século XVIII. Muitos objetos eram construídos a partir desse metal, fosse para uso doméstico, forração de embarcações ou para o trabalho em

unidade produtiva agrícola. O estanho adquiria valor ao ser manufaturado em pichel, almotolia, prato, copo, caixa e outros utensílios e dispositivos de aparatos de beneficiamento agrícola. O circuito de importação de insumo de estanho em barra ou estado bruto ainda não foi aprofundado pela historiografia brasileira. João Manso Pereira mencionou "barrinhas" de estanho vindas da Inglaterra, de Málaca e da Bósnia. O diplomata D. Luís da Cunha também mencionou a importação de estanho para Portugal, vindos da Inglaterra e da Holanda. Algumas jazidas locais de estanho também foram registradas nas capitania de São Paulo e Goiás.

Em relação às áreas de mineração na Inglaterra, o trabalho clássico de Edward Palmer Thompson explora as reações de mineiros de estanho da Cornualha em período de insuficiência de alimentos. O autor explica que a escassez de alimentos afetava as regiões produtoras de tecido, as áreas agrícolas e as áreas de mineração de estanho que eram densamente povoadas na Inglaterra da segunda metade do século XVIII: "Os levantes dos mineiros de estanho da Cornualha eram precedidos por cenas angustiantes: os homens desmaiavam no trabalho e tinham de ser carregados para casa pelos colegas, que não estavam em melhor estado." (Thompson, 1998 [1980], 181). No caso do estanho, novos estudos podem demonstrar uma inversão entre o trabalho de mineração e o trabalho manufaturado. Dessa forma, o circuito do estanho pode contribuir para introduzir algumas exceções que permite repensar o modelo clássico de Divisão Internacional do Trabalho (DIT) no período colonial em que se considera que as áreas coloniais produziam só matéria-prima e as metrópoles produziam as manufaturas. Ao mesmo tempo, é preciso compreender que o estanho não era um metal precioso, mas era amplamente consumido e comercializado.

FONTES PRIMÁRIAS

ABREU, Jerônimo Vieira de. *Mapa assinado por Jerônimo Vieira de Abreu, registrando o exame realizado ao estabelecimento, funcionamento e produção das fábricas de anil na capitania do Rio de Janeiro*. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Rio de Janeiro: Caixa: 123, Documento: 9937.

ABREU, Jerônimo Vieira de. *Nove estampas das fábricas do anil nos distritos do Rio de Janeiro*. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa: Iconografia, Documento: 01-00G-00079-87.

ABREU, Jerônimo Vieira de. *Ofício [Representação] do inspetor da cultura do anil Jerônimo Vieira de Abreu ao secretário de Estado Dom Rodrigo de Sousa Coutinho*. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Rio de Janeiro: Caixa: 166, Documento: 12378.

ABREU, Jerônimo Vieira de. *Habilitação*. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Lisboa, maço 10, doc. 155.

[AMARAL], Ana Joaquina Gurgel do. *Inventário*. 1788. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes. Número: 15. Caixa: 3630.

AZEVEDO, João Pereira de Araújo e. *Ofício de João Pereira de Araújo e Azevedo ao secretário de estado Tomé Joaquim da Costa Corte Real*. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Rio de Janeiro: Caixa: 56, Documento: 5485.

BARBOSA, Januário da Cunha. *Nota sobre o anil*. Manuscrito. Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Lata: 21, Pasta: 18.

CASTRO, Martinho de Melo e. *Ofício do secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa*. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Rio de Janeiro: Caixa: 115, Documento: 9448.

CORRESPONDÊNCIA da Marinha. Arquivo Nacional (AN). Fundo: vice-reinado. Localização: D9.CAI.0.498.

INSTRUÇÕES para os oficiais de artilharia da companhia dos artífices quando fazem serviço no REIS, ALEXANDER LIMA

Trem do Rio de Janeiro, 1771. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Marquês do Lavradio. Localização: RD.0.DDF.65.

LAVRADIO, Marquês de. *Ofício do vice-rei Marquês do Lavradio ao secretário de Estado Martinho de Melo e Castro*. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Rio de Janeiro: Caixa: 96, Documento: 8324.

LAVRADIO, Marquês do. *Ofício do vice-rei Marquês do Lavradio ao secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, remetendo cópia do inventário do capitão Frederico Hesselberg*. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Rio de Janeiro: Caixa: 107, Documento: 8953.

MACIEIRA, Manoel da Cruz. *Inventário*. 1796. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes. Número: 8941, Caixa: 1117.

MAPA do trabalho que fizeram no Trem os artífices militares mestre, aprendizes e particulares em a semana que principiou a 25 e acabou a 31 de julho de 1773. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Marquês do Lavradio. Localização: RD.0.CTB.63.

OLIVEIRA, José Francisco de. *Inventário*. 1811. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes. Número: 8912, Caixa: 1117.

PÁDUA, Ana Maria de Jesus. *Inventário*. 1782. Arquivo Nacional (AN). Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes. Número: 18, Caixa: 3650.

RESENDE, Conde de. *Ofício do vice-rei conde de Resende ao secretário de Estado Martinho de Melo e Castro*. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Rio de Janeiro: Caixa: 142, Documento: 11072.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDEN, Dauril. The Growth and Decline of Indigo Production in Colonial Brazil: A Study in Comparative Economic History. *The Journal of Economic History*, n. 1, v. 25, 1965. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2116392>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRITTO, Maura Silveira Gonçalves de. O ferreiro e a forja no universo da escravidão: experiências de homens de cor nas Minas do ferro escravistas. *Anais do XVIII Encontro Regional de História da Anpuh-Mg*, 2012. Disponível em: <https://www.encontro2012.mg.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 17 mar. 2024.

BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*: Europa 1500-1800. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [1ª edição 1978].

CUNHA, D. Luís da. *Testamento político*; ou Carta escrita pelo grande D. Luís da Cunha ao Senhor Rei D. José I antes do seu governo, o qual foi do Conselho dos Senhores D. Pedro II e D. João V e seu embaixador às cortes de Viena, Haia e de Paris, onde morreu em 1749; nota introdutória da professora Nanci Leonzo. Série Testemunhas da história, v. 1. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, Distrito Federal: Flacso, 2000. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/44570.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.

DIAS, Coralie Heinis, CHAVES, Mario Luiz de Sá Carneiro e CARDOSO, Daniel Kroeling Rodrigues. Estanho. In: SOARES, Antônio Carlos Pedrosa, VOLLM, Elaine, CUNHA, Edson Campos (coordenadores). *Recurso de Minas Gerais Online*: síntese do conhecimento sobre as riquezas minerais, história geológica, e meio ambiente e mineração em Minas Gerais. Belo Horizonte: Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE), 2018. Disponível em: <http://recursomineralmg.com.br>.

codemge.com.br/. Acesso em: 01 jul. 2025.

DICIONÁRIO ONLINE ESTRAVIZ. Criva, s.d.. Disponível em: <https://estraviz.org>. Acesso em: 06 abril. 2024.

FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Escola Técnica Nacional, 1961.

FRANKLIN, Benjamin. *Benjamin Franklin*: autobiografia. São Paulo: Editora LeBooks, 2019 [1ª edição 1793]. Disponível em: <https://lebooks.com.br/shop/benjamin-franklin-autobiografia/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

FROTA, João Manuel Antunes da. Extrato da História da Capitania de Goiás (conclusão). In: *O Patriota*: Jornal Literário, Político, Mercantil do Rio de Janeiro, número 6, tomo 2, nov. dez., 1814. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6815>. Acesso 17 ago. 2024.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 3ª ed., 1994 [1ª edição 1956].

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2008.

LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/395>. Acesso em: 14 set. 2024.

MERIDETH, Craig. *An Archaeometallurgical Survey for Ancient Tin Mines and Smelting Sites in Spain and Portugal*. BRITISH ARCHAEOLOGICAL REPORTS (BAR), International series 714, 1998.

MERTON, Robert King. *Ciencia, tecnología y sociedad en la Inglaterra del siglo XVII*. Tradução de Néstor Míguez. Madri: Editora Alianza Editorial, 1984 [1ª edição 1938].

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 5ª ed., 1989 [1ª edição 1973].

OBERACKER Jr., Carlos. O Rio de Janeiro de 1782 visto pelo pastor F. L Langstedt. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do IHGB*, t. 299, 1973.

PEREIRA, João Manso. *Memória sobre a reforma dos alambiques*. [edição e pesquisa Anna Paula Martins]. Rio de Janeiro: Dantes, 2008 [1ª edição 1797].

PESAVENTO, Fábio. *O azul fluminense: o anil no Rio de Janeiro colonial, 1749 – 1818*. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2005. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/17800>. Acesso em: 25 mai. 2024.

REIS, Alexander Lima. *Um inventor no Rio de Janeiro do século XVIII: Jerônimo Vieira de Abreu e a cultura do anil em perspectiva global*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ppgh/producao-academica/dissertacoes-de-mestrado-e-egressos-pasta/arquivos/ALEXANDERLIMAREIS.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.

SALGADO, Augusto Alves (org.). *Viagens e operações navais (1668–1823)*. Academia de Marinha, 2022. Disponível em: <https://bibliografia.bnportugal.gov.pt/bnp/bnp.exe/registo?2129195>. Acesso em: 14 jan. 2024.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Irmandades, oficiais mecânicos e cidadania no Rio de Janeiro do século XVIII. *Revista Varia*, v. 26 n. 43, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/7Km96vfwY93QBFPVCvr3WHC/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

SANTOS, Francisco Agenor de Noronha. *As freguesias do Rio antigo*, vistas por Noronha Santos. Introdução, notas e bibliografia por Paulo Berger. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Vol. I. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789.a. Biblioteca Brasiliiana Guita e José Mindlin (BBM). Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412>. Acesso em: 28 abri. 2024.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Vol. II. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789.b. Biblioteca Brasiliiana Guita e José Mindlin (BBM). Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>. Acesso em: 28 abri. 2024.

SILVA, Juliana Ribeiro da. *Homens de ferro. Os ferreiros da África central no século XIX*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. Seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1973 [1ª edição 1939]. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/398>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SOUSA, Luís de Vasconcelos e. Relatório do vice-rei do Estado do Brasil: Luís de Vasconcelos ao entregar o governo ao seu sucessor o conde de Resende [1790]. *Revista do IHGB*. t. 23, p. 143-239, 1860.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1ª edição 1980].

VIEIRA, Manoel Luís. Oficinas e pertences do lavor da fábrica [1770]. Correspondência do Conde de Azambuja e do Marquês de Lavradio. *Revista do IHGB*, t. 255, 1962.

HISTÓRIA AGRÁRIA NO BRASIL: NOVAS PERSPECTIVAS DE PESQUISA POR MEIO DO GEORREFERENCIAMENTO

AGRARIAN HISTORY IN BRAZIL: NEW RESEARCH PERSPECTIVES THROUGH GEOREFERENCING

Mônica Ribeiro de Oliveira^a

^aDoutora em História pela Universidade Federal Fluminense; professora titular de História do Brasil no Departamento de História e no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora e pesquisadora da FAPEMIG. Tem pós-doutorado na UFRJ e na Universidad Pablo de Olavide de Sevilla
Contato principal: monica.ribeiro@ufjf.br

Rafael Laguardia^b

^bMestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, tem pós-doutorado na Universidade Federal de São Paulo. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira
Contato principal: rafaellaguardia1@gmail.com

Resumo

Neste trabalho buscamos traçar as linhas gerais da evolução da História Agrária brasileira, entendendo-a a partir da contribuição de numerosos especialistas em História Econômica que promoveram um rico debate sobre as origens da formação social e econômica do Brasil. Gerações sucessivas de pesquisadores foram se formando, acumulando conhecimentos, absorvendo influências internacionais e alargando os limites da compreensão da questão agrária no Brasil. Na segunda parte, vamos centrar nossa atenção e analisar o impacto das inovações em termos técnicos e metodológicos disponibilizadas pela utilização dos SIG Históricos e sua relação com a História Agrária. Nosso objetivo foi reunir, além de uma bibliografia especializada, uma abordagem metodológica baseada na espacialização da informação proveniente das fontes históricas, através de um reencontro com a Geografia, com o intuito de oferecer mais um recurso para ampliar o instrumental para pesquisas em História Agrária.

Palavras-chave: História Agrária; SIG histórico; Historiografia.

Códigos JEL: N56; N76; O33; R12.

Abstract

In this paper, we seek to outline the evolution of Brazilian Agrarian History, using the contributions of numerous specialists in economic history who have produced a rich debate on the origins of Brazil's social and economic formation. Successive generations of researchers have been trained, accumulating knowledge, absorbing international influences, and broadening the limits of understanding of the agrarian issue in Brazil. In the second part, we will focus our attention on analyzing the impact of technical and methodological innovations made available using Historical GIS and their relationship with Agrarian History. Our goal was to bring together, in addition to a specialized bibliography, a methodological approach

based on the spatialization of information from historical sources, through an exchange with geography.

Keywords: Agrarian History; Historical GIS; Historiography.

JEL Codes: N56; N76; O33; R12.

Esta pesquisa foi financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), processo nº E-26/210.718/2024.

INTRODUÇÃO

Esse artigo se propõe a analisar o papel assumido pela História Agrária na História Econômica Brasileira, uma vez que, sua importância e centralidade na História Econômica já foi, por muitas vezes, referenciado e comprovado por vasta historiografia¹. Nos dias de hoje esta questão ainda apresenta centralidade, principalmente, quando entramos no debate público. Cabe indagar se questões como a concentração fundiária, a exclusão de milhares de cidadãos do acesso à terra, os debates contemporâneos sobre os direitos dos povos originários e a construção de um modelo agrícola sustentável não seriam razões suficientes para conferir novo vigor e perenidade a essa linha de investigação. Também é importante acompanhar a revolução tecnológica do século XXI e revolucionar não só técnicas, mas também métodos, permitindo que novos dados, perspectivas e dimensões sejam construídos.

Desde a criação nos anos 1930 dos primeiros cursos de História no Brasil², sucessivas gerações de intelectuais historiadores, somados a economistas e sociólogos, convergiram muitos de seus estudos à História Econômica e, mais especificamente, à História Agrária. Neste trabalho vamos discorrer sobre aqueles que mais marcaram suas épocas e deixaram seus rastros na historiografia brasileira dos dias atuais, com o foco nos métodos e técnicas utilizados. Antes de tudo, estes intelectuais promoveram um rico e potente debate sobre as origens de nossa formação social e econômica deixando para nós em legado inestimável, reflexo de um amplo debate interno ao país, mas que não deixou de reinterpretar importantes conceitos da historiografia internacional. Constitui nosso objetivo também, estender nossa pequena amostragem aos nossos historiadores contemporâneos procurando acompanhar o estado atual da arte.

Intelectuais brasileiros dos anos 1940 em diante, em seus trabalhos ensaísticos, se debruçavam sobre a formação socioeconômica brasileira e, inevitavelmente, sobre a estrutura agrária brasileira. Destaca-se Prado Júnior, C. (1972), ao buscar compreender o sentido da colonização do Brasil e as razões de nossa dependência. Inserido em um capitalismo internacional, o país teria se tornado uma empresa agrícola latifundiária, monocultora e escravista, em função da extração de riquezas para os países europeus. A presença escrava impediria a plenitude do capitalismo, que só poderia ser entendido por meio do braço livre e da venda de sua força de trabalho³.

Na década de 1960, destaca-se Franco, M.S.C.F. (1983) envolvida nas questões do mundo rural brasileiro que, para além do entendimento de uma colônia amalgamada ao capitalismo internacional, introduz uma nova variável na discussão: o homem livre pobre. Desta forma, Franco traz grande contribuição ao entendimento das bases da formação socioeconômica e social brasileira, ao dar ênfase ao estudo dos conflitos e tensões entre homens livres pobres, inclusive em seus espaços de sociabilidade, uma vez que antes dela ou à exceção dela, homens livres pobres eram tratados sob o estigma da vadiagem e indolência⁴.

Nos anos 1970 ressaltamos a obra de Novaes. F. (1985) que se soma a de Caio Prado, cunhando um conceito que se tornaria uma grande referência por décadas subsequentes: o Antigo Sistema

1 FURTADO, C. Economia Colonial no Brasil nos séculos XVII e XVIII. São Paulo: HUCITEC/ABPHE, [1948] 2001; FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1959] 2007; SZMRECSÁNYI, T. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. Nova Economia. Belo Horizonte, 14 (1), p.11-37, janeiro-abril de 2004.

2 Os primeiros cursos superiores de História no Brasil foram institucionalizados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934, e pela Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, que mais tarde (1939) seria reestruturado na Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) da Universidade do Brasil, futura UFRJ.

3 Prado Júnior, Caio - Formação do Brasil Contemporâneo. 12a edição, São Paulo, Brasiliense, 1972.

4 Franco, Maria Silvia de Carvalho - Homens Livres na Ordem Escravocrata. 3a edição, São Paulo, Kairós, 1983.

Colonial, cuja dinâmica de exploração da metrópole sobre a colônia se perpetuaria, marcando as raízes da dependência econômica e política na fase do Capitalismo Comercial⁵. Naquele período, a obra de Novais evidencia a concepção ensaística do fazer historiográfico e as interpretações macro analíticas, permanecendo a opção pelo modelo do latifúndio monocultor e escravista⁶.

Os anos 1980 inauguraram uma nova fase na História Agrária por meio da trajetória de Linhares, M.Y. (1981) somada a de Cardoso, C.F.S. (1980), ambos responsáveis pela formação de uma ampla rede de pesquisadores⁷. Era um fazer historiográfico vinculado à segunda geração dos Annales⁸ com a aplicação dos conceitos de estruturas da sociedade e tempo conjuntural, o tempo da economia e de seus ciclos. O método da história serial, quantitativa e o estatuto da história econômica como ciência, fruto dos debates travados entre os intelectuais franceses, influenciaram fortemente os trabalhos no Brasil. Estes passaram a ter uma forte preocupação com a empiria, com a história dos agregados anônimos, com os dados massivos e agregados. A terra, enquanto unidade de produção familiar camponesa ou mercadoria, como questão central, é esmiuçada nas fontes cartorárias cíveis, promovendo uma explosão de informações sobre títulos, posse, propriedade, acumulação, mercado e seus variados agentes sociais.

É importante ressaltar o amplo debate acerca dos modelos explicativos que dessem conta não só do entendimento das raízes da dependência ou de um sentido de pertencimento vinculado à anexação à metrópole portuguesa, mas havia, antes de tudo, um compromisso político transformador daquela realidade vivenciada, subdesenvolvida e de terceiro mundo. Em sua obra, Cardoso aprofundou as perspectivas metodológicas da história da agricultura à luz da abordagem marxista, realizando críticas aos trabalhos de Novais e avançando no conceito de economia camponesa⁹. É cunhado um conceito próprio de modo de produção, a partir da análise das características específicas e contradições internas da formação social e econômica brasileira, sendo criado a teoria de um modo de produção escravista colonial¹⁰.

Nesse contexto de crítica dos esquemas explicativos anteriores, o debate se aprofunda com a participação de Gorender, J. (1985) com a obra o Escravismo Colonial¹¹. Para Gorender, o Modo de produção Escravista Colonial era um modo de produção historicamente novo, uma especificidade das Américas, no qual trabalhadores livres assalariados teriam uma posição secundária e subsidiária e a propriedade de escravos cumpriria a função econômica principal e decisiva. Gorender, formado no interior do partido comunista e sem a formação acadêmica clássica, desenvolve as leis de funcionamento do novo modo de produção sob a luz da teoria marxista. Realiza um ensaio de grande impacto, desconectado de qualquer preocupação com a necessária comprovação empírica: seu conceito de plantagem e a secundarização de quaisquer atividades fora desse eixo e realizada por homens livres não era considerada e, desta forma, Gorender atualiza o conceito de latifúndio monocultor¹².

Nos anos finais da década de 1970 e por todos os anos 1980 e 1990, poderíamos considerar o período de maior vigor da História Agrária no Brasil. Seja pelos legados interpretativos de Caio Prado Júnior e Fernando Novais, pelo rigor teórico dos debates entre Ciro Cardoso e J. Gorender, ou pela defesa de uma história estrutural e empirista de Maria Yêda Linhares. Diferentes métodos,

5 Novais, Fernando - Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). 3a edição, São Paulo, Hucitec, 1985

6 Dos anos 70 em diante um amplo debate se instaurou na historiografia brasileira, afinal, as universidades brasileiras entravam em um novo percurso, como reflexo dos acontecimentos políticos, da reforma universitária instaurada em 1968 e da tentativa de silenciamento de pesquisadores e intelectuais.

7 Linhares, M. Yêda, L e Silva, Francisco Carlos T. A História da Agricultura Brasileira. SP: Brasiliense, 1981 Cardoso Ciro Flamarión Santana "Sobre os Modos de Produção Coloniais da América" in: Santiago, Théo (org.) - América Colonial. Ensaios. Rio de Janeiro, Pallas, 1975; Cardoso, Ciro Flamarión Santana - Agricultura, Escravidão e Capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1980; João, Manolo, Hebe.

8 BRAUDEL, Fernand. O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II. 2ª edição. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1995; LABROUSSE, Ernest. Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle. Paris : Dalloz, 1933.

9 Cardoso, Ciro Flamarión Santana - Agricultura, Escravidão e Capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1980; Cardoso, Ciro Flamarión Santana "As concepções acerca do Sistema Mundial e do Antigo Sistema Colonial: a preocupação obsessiva com a Extração Excedente" in: Amaral Lapa (org.) Modo de Produção e Realidade Brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980; Escravo ou camponês? _____ O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

10 Cardoso Ciro Flamarión Santana "Sobre os Modos de Produção Coloniais da América" in: Santiago, Théo (org.) - América Colonial. Ensaios. Rio de Janeiro, Pallas, 1975; destacamos a obra de José de Souza Martins com O Cativeiro da Terra. Martins, mais focado na crise do escravismo, discorda da utilização de um conceito de modo de produção para a América latina. Para o autor emergência do trabalho livre preservou o padrão de realização do capitalismo no Brasil. Martins, Jose de Souza – O Cativeiro da Terra. 3a edição, São Paulo, Ciências Humanas, 1986.

11 Gorender, Jacob - O Escravismo Colonial. 4a edição, São Paulo, Ática, 1985.

12 Gorender, Jacob - O Escravismo Colonial. 4a edição, São Paulo, Ática, 1985; A Escravidão Reabilitada. São Paulo, Ática, 1990.

exigiam a descoberta de novos suportes documentais e recortes espaciais e temporais sendo realizado um verdadeiro escrutínio de arquivos locais e regionais. Novos agentes sociais são redescobertos e revisados os conceitos. Aquele que foi mais impactado pelas novas pesquisas foi o de latifúndio monocultor escravista. De monografias, a dissertações e teses, comprovou-se a concomitância desses diferentes regimes de propriedade, como também amplas regiões marcadas por um dinâmico mercado interno, associadas à grande produção ou simplesmente de autossubsistência¹³.

Os recortes regionais criados, promoveram um aprofundamento das pesquisas e acabaram contribuindo para colocar em xeque as interpretações globalizantes. Citamos o trabalho do importante brasiliense Dean, W. (1977). O autor, ao lado de muitos outros brasilienses que no Brasil deram continuidade às suas carreiras acadêmicas¹⁴, analisou o processo de expropriação da terra no processo de expansão cafeeira na região, baseando-se em extensas fontes documentais. Posteriormente, ofereceu importante contribuição à chamada História ambiental, analisando impactos do desmatamento e da agressão ambiental em um momento em que estes temas ainda não eram centrais na academia¹⁵.

A regionalização das pesquisas foi extremamente benéfica para um país marcado historicamente por diferentes períodos de expansão europeia em seu território, motivados por diferentes influxos econômicos, pelo litoral ou por regiões interioranas, visando abastecimento e novas formas de acumulação, buscando de ouro e demais riquezas acumuláveis. Muitas capitâncias foram marcadas por estes diferentes momentos e especialmente Minas Gerais se destaca por sua centralidade geográfica e por convergir interesses de mineradores, comerciantes, lavradores de alimentos e produtos de exportação. Tornou-se no século XIX a maior província escravista do país, com unidades pequenas e médias propriedades de tipo escravista ou simplesmente geridas por homens livres pobres, mas todas marcadas por alta diversificação. Estas propriedades encontrarão na nascente agro exportação cafeeira fluminense e mais tarde na própria Zona da Mata mineira o principal mercado para seus produtos. Uma variedade de trabalhos de História Agrária se multiplicou sobre todo o extenso Vale do Paraíba e afluentes, buscando mapear as elites agrárias, a origens dos capitais, os efeitos diversificadores e entender os impactos da desarticulação econômica regional¹⁶.

Como dito no início desse trabalho, é importante assinalar que gerações sucessivas de pesquisadores foram se formando, acumulando conhecimentos, criando grupos de trabalhos e associações parcerias científicas nacionais e internacionais foram criadas, alargando os limites da compreensão da questão agrária no Brasil. A despeito de muitos debates e controvérsias, o diálogo interno foi promovido e pressupostos que, de alguma forma, estavam presentes na segunda geração dos Annales, ultrapassam fronteiras. Referimo-nos a Kula, W. (1962) , em seus estudos sobre os problemas e métodos da História Econômica¹⁷. Kula ressaltou a importância do raciocínio com categorias globais, mas fora de análises desligadas de um contexto, a importância das concepções quantitativas e o máximo aproveitamento das conquistas de outras ciências sociais, a exemplo da economia, etnologia, demografia, estatística, dentre outras. Um de seus pressupostos era a defesa da heterogeneidade dos sistemas socioeconômicos existentes no mundo, ressaltando o papel da História regional, ao mobilizar especialistas e fontes em um esforço de síntese.

Emerge de suas concepções o conceito de Sistema Agrário, que seria tão bem aproveitado nas pesquisas brasileiras acerca da expansão da cafeicultura no sudeste brasileiro¹⁸. Dada a heterogeneidade dos sistemas que conduziria a ausência de um modelo único, este deveria ser construído a partir de próprias características socioeconômicas e geográficas e, desta forma, dá-se a elaboração do conceito de Sistema Agrário cafeicultor, cujas rendas, bem como seu abastecimento, passariam pelo mercado. Um sistema heterogêneo, baseado na agricultura extensiva de baixo nível técnico e que necessitava da

13 Castro, Hebe de - Ao Sul da História. São Paulo, Brasiliense, 1987 ; Faria, Sheila de C. A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial (Sudeste, Século XVIII); Motta, Márcia Maria Meneses Motta. Nas Fronteiras do Poder. Conflito e Direito à Terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/ Vicio de Leitura, 1998.

14 Dean, W. Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura - 1820-1920, (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977), Eisenberg, Peter - Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Editora da Unicamp, 1977; Stein, S. Vassouras: um município brasileiro do café. RJ: Nova Fronteira, 1990.

15 Dean, W. A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira, São Paulo, Cia das letras, 1996.

16 Importante destacar os trabalhos fundadores da história agrária mineira: Robert Wayne Slenes, "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX", Estudos Econômicos, v. 18, n. 3 (1988), pp. 449-495. Roberto Borges Martins, "Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth Century Minas Gerais, Brazil", tese de Doutorado, Vanderbilt University, 1980.

17 Kula, W. Teoria Econômica do Sistema Feudal; Problemas e Métodos da História Econômica.

18 Fragoso, João. Barões do café e sistema agrário escravista. Paraíba do Sul/Rio de Janeiro. RJ: 7letras, 2013.

incorporação de terras virgens para manter sua reprodução mercantil e escravista. Este sistema teria se reproduzido nas extensas áreas do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A História Agrária brasileira diante de todo este legado que procuramos discorrer nesse breve texto continuou a receber inúmeras contribuições e influências de outros intelectuais e pesquisadores internacionais. Quando o tema realçou a organização e produção camponesas, um outro trabalho que ultrapassou fronteiras da Europa Oriental e chegou até as terras brasileiras, impactando profundamente os debates é Alexander Chayanov, A. (1974)¹⁹. Diferentemente de Karl Marx para o qual o campesinato é visto enquanto classe, inserido em um sistema econômico mundial, parte de um modo de produção e visto como um dos resquícios de um sistema feudal ainda a ser superado, para Chayanov, o camponês toma decisões dentro de um sistema micro, sobre o qual ele não possui plena consciência. Daí a importância da família, vista como unidade de exploração agrícola e seu ciclo de desenvolvimento.

Ao criar o conceito de “unidade econômica camponesa”, Chayanov defendeu que a essência do campesinato era o trabalho familiar e que a relação entre essa força de trabalho e a necessidade de consumo durante o ciclo da vida permite que cada família se constitua de acordo com suas próprias características. Para o autor, não era o tamanho da família que determinava o volume da atividade econômica, ao contrário, era o grau de atividade agrícola (as alternativas) que determinava a composição da família. O camponês providenciaria uma família de acordo com sua segurança material. O seu conceito de família ultrapassou o biológico, e passou a incluir “aqueles que comiam à mesma mesa e mesma hora”, promovendo uma grande contribuição aos debates sobre as unidades camponesas.

Para o Brasil, a categoria campesinato foi entendida, sobretudo, pela forma de se organizar, pautada na mão de obra familiar e na forma como se relacionava com os mercados locais. No entanto, a escravidão com toda sua persistência e abrangência nunca permitiu uma perspectiva de sociedade camponesa homogênea, sobressaindo o entendimento de uma variação e diversidade de situações no espaço agrário brasileiro. Sob inúmeras discordâncias prevaleceu a perspectiva de uma configuração rural diversa, formada por pequenos trabalhadores livres, posseiros, dentre outros, com vínculos diretos ou indiretos com a escravidão²⁰.

No geral, a História Agrária consolidou-se como um campo multifacetado, que integrou diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Todos os autores e correntes aqui revisitados — apesar de suas divergências — atribuíram centralidade ao espaço agrário, às relações de propriedade e às dinâmicas sociais e econômicas que nele se desenvolvem. As fontes utilizadas, extensas e variadas, permitiram identificar tanto regularidades estruturais quanto as múltiplas descontinuidades que compõem o mosaico agrário nacional. A partir desse legado, impõe-se uma nova perspectiva historiográfica: compreender o espaço agrário não apenas como cenário, mas como dimensão constitutiva das transformações históricas do Brasil.

Diante desse cenário, parte-se da seguinte questão: em que medida novas formas metodológicas podem complementar tão rica produção? É importante considerar que, atualmente, o campo da História Agrária enfrenta muitos desafios. Suas estratégias metodológicas de pesquisa precisarão ser revistas em virtude do impacto da História digital, dos dados massivos hoje disponibilizados pela digitalização, arquivos da web e plataformas livres de compartilhamento de dados. Perguntamos, especialmente, como os clássicos problemas da História Agrária, tais como a evolução do sistema de uso da propriedade, a expansão das monoculturas e seus impactos ambientais, a análise das mudanças da paisagem e uso da terra, dentre outros, serão impactados pelo uso de diferentes tecnologias?

Identificamos nesse contexto tecnológico, que o uso de ferramentas da História Espacial Digital combinadas com os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) permitirão aos historiadores aprofundar

19 Chayanov, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974; há outras abordagens clássicas lidas e reinterpretadas no Brasil: Lenin, Karl Kautsky; Kautsky, Karl. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, 1986; SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: Paulino, Eliane Tomiasi; Fabrini, João Edmilson. (Orgs.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

20 Queiroz, Maria Isaura Pereira de. O Campesinato Brasileiro. Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis, RJ; São Paulo: Vozes; Edusp, 1973. Linhares, Maria Yedda; Silva, Francisco Carlos Teixeira. História da Agricultura Brasileira. Combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981. Carrara, Ângelo Alves. Camponês: uma controvérsia conceitual. In: Olinto, Beatriz Anselmo; Motta Márcia Menendes; Oliveira, Oséias de. (Org.). História Agrária: Propriedade e Conflito. Iriti: UNICENTRO, 2008. Palacios, Guillermo. Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud en la época de la Revolución Industrial. México, DF: Colegio de México; Fondo de Cultura, 1998.

uma série de questões. Ferramentas digitais podem reconstruir contextos e revelar espacialidades invisíveis nos arquivos tradicionais e a combinação destas metodologias possibilita a alternância entre diferentes escalas, de eventos locais a estruturas amplas, sem a perda de densidade interpretativa (MADDEM, 2022).

Fontes clássicas da História Agrária brasileira, como registros paroquiais de terras, sesmarias, plantas, inventários e cadastros, ao serem reorganizadas em um formato não usual através de um banco de dados espaciais, possibilitam revigorar esse campo historiográfico, abrindo novas perguntas, permitindo o aprofundamento de hipóteses e refinando a análise da estrutura fundiária, dos ritmos diferenciados de desenvolvimento regional e dos conflitos em torno da apropriação da terra, no horizonte mais completo de uma história espacial.

2. HISTÓRIA AGRÁRIA E A DIMENSÃO ESPACIAL

Nesta seção o foco será o potencial da análise espacial para a história agrária. A História Agrária tende a se complementar em seu propósito quando o espaço surge como categoria e se converte em variável interpretativa do seu próprio argumento, em termos de vantagens e desvantagens competitivas natural. Não propomos substituir tradições metodológicas ou interpretativas consagradas, mas reconhecer que certas perguntas, sobretudo as que se relacionam a ritmos de desenvolvimento de localidades se complementam quando explicitamos o “onde” como condição do “como” e do “por quê”. Com essa proposta, buscamos sanar uma lacuna de menor atenção aos condicionantes espaciais e ampliar o alcance da complexidade histórica.

A “virada espacial” nas humanidades mostrou, há mais de duas décadas, que localizar não é ilustrar.²¹ Trazer a espacialização para a análise é (re)estruturar a informação de fontes históricas e reorganizar o problema da pesquisa no espaço, abrindo caminhos para questões, indícios e hipóteses que a leitura exclusivamente textual tende a ocultar. Espacializar é promover a passagem de um arquivo de documentos para uma infraestrutura de dados espacializados. O resultado, na interface do software sugere uma nova fonte de informações, ou melhor uma metafonte²², na forma de uma ou várias camadas (layers) de dados no espaço. O ponto é que, as leituras em História Agrária tendem a não dar a devida atenção ao espaço, ora por receio de um determinismo geográfico, mas em maior medida por não ter meios concretos para análises que possam de fato precisar a influência do meio sobre o homem. Não falamos aqui em defesa de qualquer outro determinismo, até porque consideramos que esse debate foi devidamente enfrentado por Fernand Braudel e superado (SAHLI, 1965; MAURICE, 1988). O que apontamos é, se o processo é dialético, o homem e meio, os atuais recursos tecnológicos ampliam as possibilidades de análise histórica em contexto espacial a partir dos softwares do Sistema de Informações Geográficas (SIG).

Quando o espaço é melhor reconhecido na análise diante de suas características naturais fica nítido um conjunto de condicionantes e custos de oportunidades (Von Thünen, 1966) capazes de produzir assimetrias na implantação e desenvolvimento de determinado tipo de organização econômica, o que obviamente interferiu no processo de tomada de decisão dos agentes históricos condicionando a organização das sociedades, especialmente aquelas consideradas de “baixa densidade tecnológica”, termo usado por Butzer (1989).

Location and climate have large effects on income levels and income growth through their effects on transport costs, disease burdens, and agricultural productivity, among other channels. Geography also seems to affect economic policy choices. Many geographic regions that have not been conducive to modern economic growth have high population densities and are experiencing rapid increases in

²¹ “*visualization and spatial history are not about producing illustrations or maps to communicate things that you have discovered by other means. It is a means of doing research; it generates questions that might otherwise go unasked...*” (White, 2010).

²² Chamo de metafonte o resultado da integração, normalização e georreferenciamento de fontes das mais diversas séries heterogêneas, fontes históricas e informações geográficas (rios, caminhos, altimetria, declividade, clima etc): as quais no contexto de sua produção nunca foram pensadas para se relacionarem ou reconstruírem uma representação de sociedade, mas que assim definimos sua finalidade em um mesmo esquema relacional e espacial. Essa metafonte não se confunde com nenhuma das peças originais, ela é produzida por decisões de modelagem e representação resultantes de operações espaciais (georreferenciamento, geocodificação, inferência de polígonos) e por escolhas de resolução de escalas.

population. At particular disadvantage are regions located far from coasts and ocean-navigable rivers, for which the transport costs of international trade are high, and tropical regions, which bear a heavy burden of disease. Moreover, a large portion of population growth over the next thirty years is expected to occur in these geographically disadvantaged regions (Gallup, Sachs e Mellinger, 1999)²³.

As vantagens e desvantagens naturais estavam dadas e as diversas sociedades de variadas localidades tiveram de lidar com sua realidade específica. Proximidade a portos e entrepostos, custos topográficos do deslocamento, qualidade e drenagem dos solos, regime de chuvas, acessos a travessias seguras de rios e aos “caminhos” oficiais ou oficiosos são variáveis que, nos variados ritmos das durações históricas (Braudel, 1949), impõe maior ou menor velocidade de desenvolvimento econômico, político e, por isso, social a uma localidade. O queremos dizer é que atualmente é possível mensurar as vantagens ou desvantagens naturais que determinada localidade possuía, isto era dado pelo ambiente físico-geográfico, imutável em muitos casos. Em termos analíticos, isso significa que a espacialização permite testar, com base empírica, hipóteses clássicas, como por exemplo, a diferenciação regional, como os modelos de Von Thünen (1826) sobre custos e composição de culturas, e também revisar consensos, como aquelas pesquisas de Brian Donahue em estudo sobre Concord (Massachusetts), que a agricultura colonial local configurou um regime de manejo relativamente sustentável, resultado de arranjos entre solos, drenagem, prados e rotações, e não de uma trajetória linear de degradação. Ainda, em Geoff Cunfer (2018), ao reavaliar o “ícone” do Dust Bowl com dados espacializados, sustentou que a distribuição e a intensidade das tempestades de poeira se explicam sobretudo pela variabilidade climática (secas prolongadas) em interação com usos do solo, relativizando leituras moralizantes centradas na “ganância” dos agricultores. Essas leituras emergem em contextos específicos: no caso do Dust Bowl, um meio técnico-institucional robusto (malha ferroviária extensa, educação e pesquisa agronômica formalizadas) e, no de Concord, um regime colonial pré-industrial; ambos diferem das condições institucionais e infraestruturais do Brasil, majoritariamente agrário e, mais do que isso, com uma elite econômica que queria que se mantivesse assim para seu futuro; seu sentido da colonização (Furtado, 1959; Prado Jr., 1942). Sendo assim, faz ainda mais sentido pensar em desvantagens e vantagens naturais: incorporar relevo, rede hidrográfica, regimes climáticos, tipos de solos, altimetria entre outros, como uma infraestrutura natural, que oportunizará ritmos de desenvolvimento de variadas localidades ou regiões do Brasil. Atribuir localização as informações das fontes históricas mais tradicionais de História Agrária podem revelar regiões com núcleos de vantagem natural e, em contrapartida, regiões em desvantagem, onde a fricção espacial era capaz de restringir desenvolvimentos e acessos aos mercados, incentivando diferenciação regional²⁴, através de dados da geografia física que não estão nítidos ou são silenciosos na documentação histórica. Por outro lado, a espacialização de títulos de propriedade, confrontações e registros paroquiais de terras, entre outros em ambiente SIG também abre a possibilidade de identificar sobreposições indevidas, incoerências cadastrais e deslocamentos artificiais de limites, elementos recorrentes em práticas de grilagem de terras.

Para viabilizar essa incorporação do espaço de fato ao documento histórico a tradução operacional é simples de enunciar, mas exigente de executar (GREGORY; ELL, 2007; BODENHAMER; CORRIGAN; HARRIS, 2010): construir em softwares específicos de SIG bancos de dados espaciais que anexem coordenadas de localização a atributos históricos e que permitam cruzar camadas das mais diversas fontes históricas. Em exemplos, cartografia histórica, séries fiscais, inventários, registros paroquiais, relatos de viajantes etc. Bem como quando alguma nova estrutura de dados e informações surgem de partes de dados e documentos adjacentes, de forma serial, ou diferentes; espalhados entre várias fontes, ou seja, tanto em comparações intrafonte (dentro do mesmo conjunto documental) quanto interfonte (entre diferentes séries, e as heterogêneas que se pode identificar). Tudo com o propósito de possibilitar identificar padrões espaciais e suas mudanças temporais. Mas

23 “A localização e o clima exercem grandes efeitos sobre os níveis e o crescimento da renda, por meio de seus impactos nos custos de transporte, na carga de doenças e na produtividade agrícola, entre outros canais. A geografia também parece influenciar a própria escolha de políticas econômicas. Muitas regiões geográficas que não foram propícias ao crescimento econômico moderno apresentam altas densidades populacionais e experimentam rápidas taxas de aumento da população. Estão em desvantagem particular as regiões situadas longe dos litorais e de rios oceano-navegáveis, para as quais os custos de transporte do comércio internacional são elevados, bem como as regiões tropicais, que suportam pesada carga de doenças. Além disso, espera-se que uma parcela importante do crescimento populacional nos próximos trinta anos ocorra justamente nessas regiões geograficamente desfavorecidas.”(Tradução Nossa)

24 Uma abordagem próxima pode ser visualizada com a ideia first nature em REDDING; VENABLES (2004).

não apenas a espacialização das fontes históricas é fundamental agrega-las com dados do meio físico, como relevo, altimetria, rede hidrográfica, solos, clima e traçados viários entre outros, o Sistema de Informações Geográfica (SIG) e, mais especificamente, o HGIS, são o ambiente técnico privilegiado para essa costura (Gregory & Ell, 2007). O objetivo central não é “fazer mapas”, antes, produzir perguntas que levam a necessidade de produzir mapas e, uma vez prontos, identificar as questões que surgem a partir desses mapas produzidos. Inclusive, os próprios mapas, a partir da acurácia do historiador podem sugerir hipóteses para esses novos questionamentos, que não seriam possíveis em um documento textual de leitura linear. É nesse processo que as “vantagens/desvantagens naturais” deixam de ser uma intuição e tornam-se mensuráveis, a cultura da cana de açúcar pede as margens dos rios (SCHWARTZ, 1988; EMBRAPA, 2009), o café a encosta dos morros (DEAN, 1996; STEIN, 1990), o ouro de aluvião (BOXER, 2000).

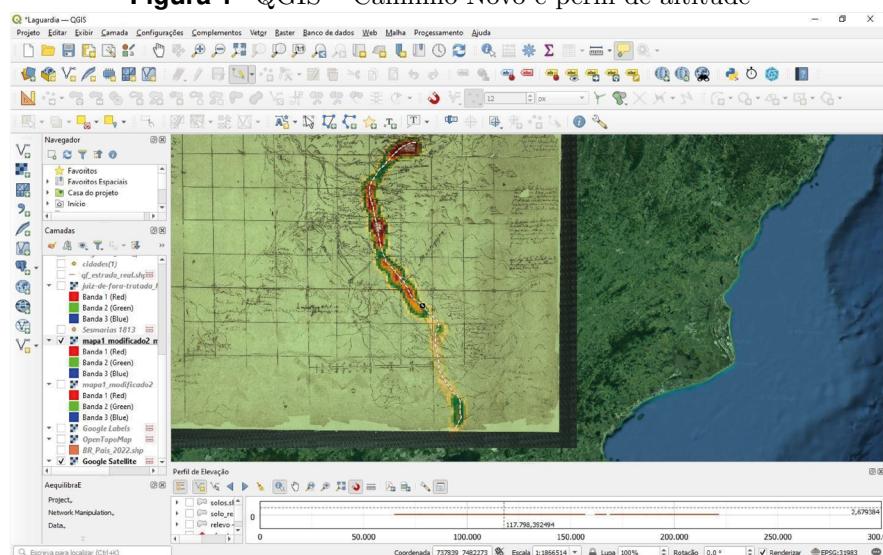
No Brasil, coletâneas como “O retorno dos mapas” e “SIG histórico em Perspectivas” sistematizaram percursos e usos do SIG em história e iluminaram o binômio possibilidades e limitações, no caso dessas obras para o uso do SIG em história, pode-se identificar uma concentração de competências e habilidades dos historiadores em campos específicos, e também amadurecimento técnico para georreferenciar cartas, geocodificar sesmarias e propriedades, inferir redes de vizinhança (como em Laguardia, 2011; 2015) etc.

As dificuldades de operacionalização metodológicas ainda se fazem presentes: financiamento da pesquisa, curva de aprendizado entre historiadores, assimetrias de precisão de localização por parte das características das fontes históricas, permanecem, mas são menos barreiras epistemológicas do que convites à explicitação de decisões de modelagem e à documentação de incertezas. Isto é, a consolidação metodológica do trabalho de espacializar as fontes históricas. Ora, esse binômio já vem sendo mensurado com grande cautela entre os historiadores há bastante tempo, portanto, habilitando a sua utilização.

O convite aqui é também aplicar o binômio possibilidades e limitações para avaliar vantagens e desvantagens naturais as realidades históricas específicas para o desenvolvimento de uma localidade (Vila, freguesia, cidade, região, país). Qual a vantagem ou desvantagem de uma localidade diante de um contexto histórico econômico específicos? Você consegue pensar em uma localidade que sofreu intenso desenvolvimento ou inflexões econômicas diante de mudanças de demandas produtivas? Essas vantagens ou desvantagens estabeleceram ritmos de ocupação, hierarquias de lugares, entre outros possíveis. A chave para tanto é transformar menções em objetos espaciais interrogáveis.

Além da espacialização das fontes históricas, agregar de fato as informações geográficas, modelos digitais de elevação, como no exemplo a seguir que mostra a declividade do Caminho Novo,

Figura 1 - QGIS – Caminho Novo e perfil de altitude²⁵



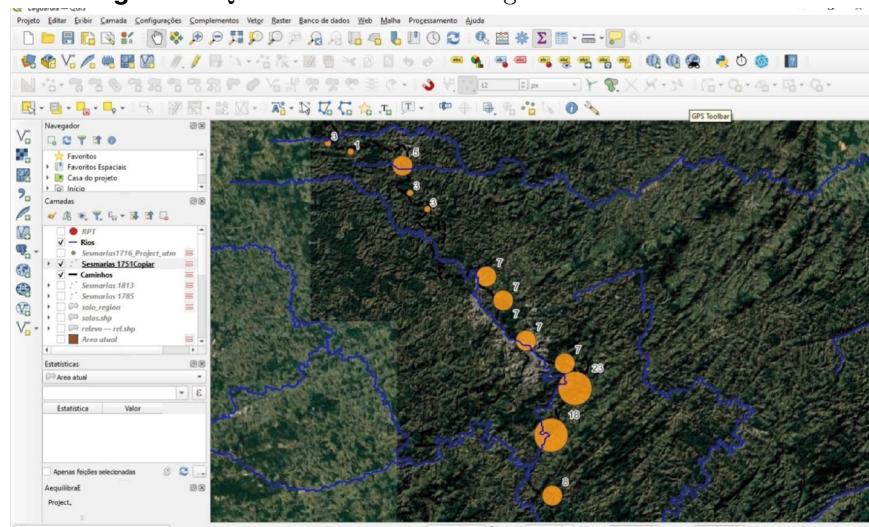
25 Uma linha vetorial do traço do Caminho Novo é confrontada a um Modelo Digital de Elevação (DEM) para obtenção de um perfil altimétrico. A combinação de vetor-MDE transforma o desenho em esforço: declive, aumento de elevação, rampa revelam percursos rápidos de desafiadores, oportunidades de pausa/descanso se tornam mensuráveis.

A figura apresenta uma cartografia histórica sobreposta a um mapa base (google satélite). A partir da fonte histórica o mapeamento do Caminho Novo e conforme um Modelo digital de elevação (MDE) a representação da altimetria e declividade do Caminho Novo. Em sua espacialização, o Caminho Novo é desnaturalizado deixa de ser apenas um traço inerte em uma cartografia histórica e passa a significar tempo, custo e oportunidade não só de viagem medido com exatidão, mas também a infraestrutura que viabiliza o crescimento de localidades e inflexão em outras.

hidrografia, climas; bem como, uma das mais importantes informações: as demandas de determinada cultura, são um caminho para resposta fundamentada não só em documentação histórica, mas também diante de dados do SIG, elemento crucial quando se quantificam vantagens/desvantagens de uma localidade/território. Desta forma, identifica-se também uma ponte da pesquisa em história agrária para se conectar diretamente com a história ambiental, revelando mais claramente do que até então é mais uma intuição do que uma explicação evidenciada.

Uma sesmaria, por exemplo, deixa de ser apenas um item em ofício para tornar-se um ponto ou polígono com atributos (produção, mão de obra, dízimos, crédito, vínculos de vizinhança). Esses objetos podem ser analisados por distância a cursos d'água, acessibilidade a caminhos oficiais e de “atalhos”, declividade e aptidão de solos. O resultado é apresentado em padrões de concentração e dispersão de riquezas (manchas de calor), de proximidade, padrões e variações, e notas sobre incerteza. Como no exemplo a seguir:

Figura 2 - QGIS – Sesmarias da freguesia do Caminho Novo



Interface do QGIS com mapa-base de relevo sombreado e, sobreposto, camada vetorial de símbolos proporcionais dimensionados pelo percentual dos dízimos ao longo do Caminho Novo, representando as sesmarias de maior produção e a consequente espacialização da riqueza. A camada resulta da geocodificação de concessões de sesmarias e séries de dízimos, com inferência poligonal a partir de confrontações, constituindo uma cartografia temática/estatística por símbolos proporcionais. Trata-se de um mapa analítico — inexistente como artefato histórico — que distribui dados de fontes primárias no espaço e no tempo, permitindo testar padrões de concentração, difusão e especialização e abrindo caminho para novas hipóteses sobre a paisagem econômica, colonial, cultural e social.

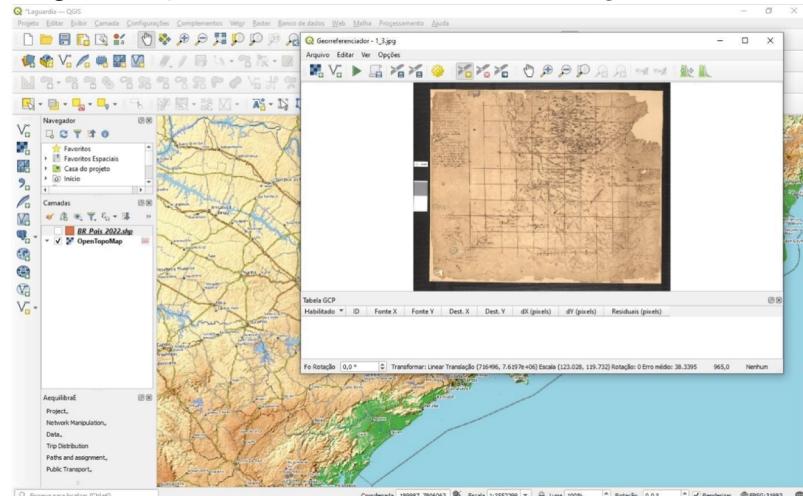
As posições de intermediação em redes de confrontações (centralidades), e gradientes de especialização produtiva em função de custos de transporte e barreiras naturais, são possibilidade de visualização que sem o SIG pouco tem a dizer. Em linguagem braudeliana, a longa duração geográfica deixa de servir apenas de cenário e passa a disputar causalidade, inclusive como matriz de vantagens e desvantagens naturais.

A cartografia histórica, frequentemente a fonte mais “pronta” para o ambiente SIG, exemplifica a combinação de possibilidades e limitações. Georreferenciar implica reconciliar escalas, projeções e meridianos, lidando com distorções e intencionalidade daqueles que as produziram. O ganho é imediato: cartas podem ser sobrepostas a bases atuais, alinhadas a modelos de elevação e cruzadas com outras camadas, permitindo (re) constituir caminhos, aferir barreiras naturais e qualificar acesso e viabilidade. Eleger um Caminho oficial e proibir outros é também definir uma região que irá se desenvolver de outra que terá menor oportunidade.

Um ganho adicional é possibilidade de uma “arqueologia da localidade”, da cartografia antiga (mapas e plantas), não apenas apresenta informações espaciais do passado, mas também fixa e as

identifica no espaço presente: onde estaria atualmente algum elemento, objeto ou estruturas antigas (senzalas, casa grande, espaços de produção, caminhos, antigos centros urbanos e mesmo áreas naturais dos povos originários, recursos disponíveis ou razões que fundamentam a necessidade de migrações sazonais) oriunda de uma fonte histórica? Bem como, possibilita identificar a cultura material remanescente no presente, como antigas construções ou marcas dos homens do passado (STATUTO; CILLIS; PICUNO, 2017). Isso reclassifica espacialmente “vantagens” antes supostas: um passo de vau estável, um trecho com menor declividade média, a presença de terraços naturais, variados regimes pluviométricos, pequenas diferenças que, acumuladas, tornam-se vantagens ou desvantagens naturais; sua persistência dependerá das demandas produtivas e organizacionais de uma sociedade.

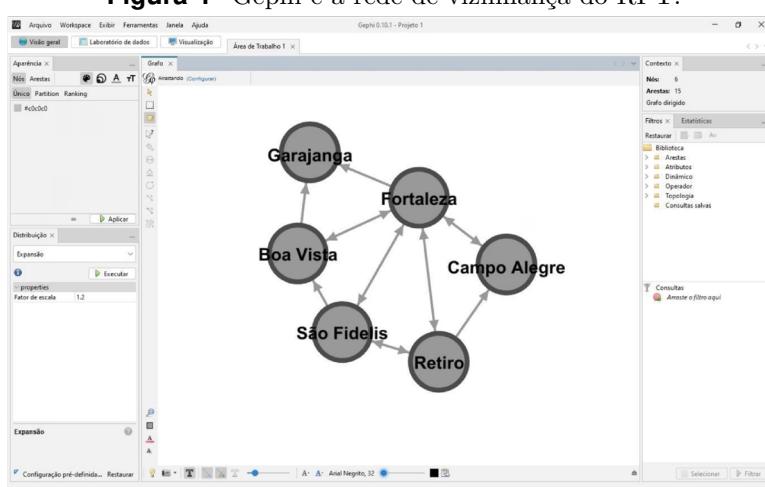
Figura 3 - QGIS – Georreferenciamento de Cartografia histórica²⁶



Interface do software QGIS com camadas do Open Street Map e Cartografia histórica em processos de georreferenciamento

Não menos promissora é a espacialização dos RPTs por meio das confrontações: proprietários ausentes dos registros reaparecem como confrontantes de terceiros, redesenhandos hierarquias locais e explicitando quem ocupa posições nodais em zonas de escoamento favorável (Laguardia, 2011; Carrara & Laguardia, 2013; Laguardia, 2015).

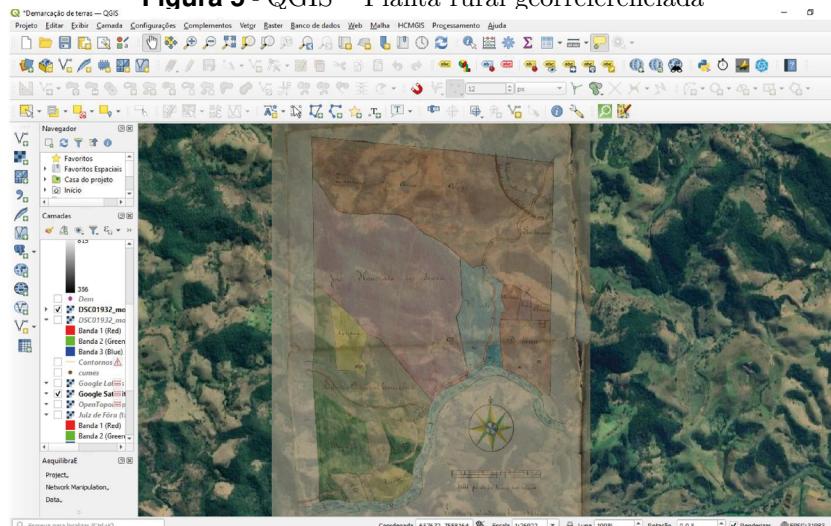
Figura 4 - Gephi e a rede de vizinhança do RPT.



²⁶ Tradução operacional: escolher pontos de controle em características estáveis entre os dias atuais e o período da Cartografia histórica, selecionar qual tipo de transformação melhor se adapta à distorção no original – um exemplo bem aplicado: no mapa de Couto Reis, Gamma e Valencia construíram interessante alternativa técnica para superar esse desafio - avaliar resíduos e armazenar um raster com indicação de seu CRS. O documento inteiro é ancorado (não apenas entidades recolhidas) para que a tabela GCP pertença ao dossiê de origem, os erros residuais e o relatório de transformação também. Neste momento, o material não é mais uma "imagem antiga" e engaja-se na profundidade de materiais modernos (OpenStreetMap, bases topográficas) que permite todas as métricas atuais e correções para atualização da cartografia histórica fazer mais sentido em nosso entendimento do espaço. Georreferenciar é ancorá-la num sistema de coordenadas que torna possível calcular distâncias, áreas, ângulos e integrar camadas complementares, relevo, hidrografia, solos, rede viária, de forma a confrontar hipóteses sobre ocupação, circulação e hierarquias de lugares.

Fonte: Registro Paroquial de Terras de Santo Antônio do Paraibuna. A setas correspondem a declaração dos confrontantes e os círculos são rotulados com o nome das fazendas. Esta é a interface do software GEPHI, um programa de redes, ainda que sem base cartográfica as confrontações nas declarações do RPT possibilitem especializar e representar as confrontações. Forma-se a possibilidade de análise de rede e topónimia a partir de vizinhanças declaradas por limites espaciais.

Figura 5 - QGIS – Planta rural georreferenciada



A figura apresenta a interface do QGIS, como mapa base a imagem do google satélites e a camada em modelo raster a planta rural identificada na fonte histórica demarcação de terras, com confrontações espacializadas em coordenadas.

Finalmente, a análise de rede com base em vizinhos declarados e limites revela hierarquias locais e estruturas de intermediação apenas parcialmente visíveis em listagens baseadas em texto. Essas são algumas maneiras pelas quais trazer a espacialização das fontes históricas e o espaço para centro da análise possibilitam identificar vantagens e desvantagens naturais que podem ser traduzidos para método em HGIS, aumentando a capacidade de análise da complexidade histórica, apresentando melhor contextualização as fontes históricas e produzindo metafontes ampliando significativamente o arcabouço de análises para pesquisas em História Agrária.

Convém destacar que mapas são enunciados. A crítica de Brian Harley ao poder cartográfico continua decisiva para ler cartas coloniais, imperiais, republicanas e administrativas, que, ao escolher escala, legenda e topónímia, projetam hierarquias e invisibilizações. A transmutação dos arquivos e informações das variadas e mais heterogêneas fontes históricas em metafonte não nos desobriga da crítica de autoria, contexto, finalidade e convenções cartográficas; ao contrário, redobra a atenção para os efeitos de poder e para os silêncios de cada documento, lembrando que mapas são construções sociais. O contra mapeamento, tal como formulado por Harris e Hazen (2005), é uma possibilidade que minimiza os efeitos anteriores, delimitar “vantagens” não é neutro: espaços classificados como “aptos” podem refletir interesses e apagamentos atribuir a um destino antes que ele pudesse se concretizar. O HGIS não neutraliza essas tensões; ele as torna evidentes, confrontando fontes entre si, registrando margens de erro do georreferenciamento e rastreando como decisões técnicas impactam diagnósticos de vantagem/desvantagem.

3.CONSIDERAÇÕES FINAIS

De toda a reflexão proposta aqui, resta uma importante questão: O uso das geotecnologias pode oferecer novas dimensões ao campo da História Agrária? O uso do georreferenciamento de fontes primárias enriquece significativamente o campo da História Agrária, fornecendo uma compreensão mais precisa e abrangente do uso histórico da terra, limites de propriedades e mudanças ambientais. Essa abordagem permite que os historiadores integrem dados espaciais aos registros históricos, oferecendo novos insights sobre a dinâmica socioeconômica e ambiental das sociedades agrárias passadas. A integração do georreferenciamento com dados históricos facilita uma análise mais matizada da propriedade da terra, das práticas agrícolas e das mudanças territoriais ao longo do tempo.

Certamente, ao integrar a crítica entre fontes textuais, cartográficas e imagens modernas para gerar resultados quantificados e visualmente interpretáveis, o uso do georreferenciamento

pode favorecer políticas de planejamento e conservação, como também a reavaliação das narrativas históricas locais e regionais ao ampliar perguntas de pesquisa. No entanto, é importante também observar os desafios que seu uso trás, como incerteza das fontes, erros de georreferenciamento, escala e temporalidade heterogênea, além do risco de usar SIG como estética tecnológica sem diálogo com hipóteses históricas.

Em síntese, tratar o espaço como protagonista é ampliar o repertório de complexidade das sociedades inscritas em realidades históricas regionalizadas. Quando a pergunta exige localizar, escalar e conectar, o HGIS organiza dados, explicita incertezas e torna demonstráveis as assimetrias de posição, as vantagens e desvantagens naturais, que estruturam oportunidades. É nesse sentido que a espacialização não substitui nada: ela acrescenta e, ao acrescentar, reequilibra o que podemos ver e sustentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYMARD, Maurice. F. Braudel, L'identité de la France, t. I, Espace et Histoire; t. II e III, Les hommes et les choses. *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, v. 43, n. 1, p. 111–115, 1988. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1988_num_43_1_283477_t1_0111_0000_001. Acesso em: 5 out. 2025.
- BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1977.
- BIANCONI, Renata. *Dinâmica econômica e formas de sociabilidade: aspectos da diversificação das atividades urbanas em Campinas (1870–1905)*. 2002. 135 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2002.
- BODENHAMER, David J.; CORRIGAN, John; HARRIS, Trevor M. *The spatial humanities: GIS and the future of humanities scholarship*. Bloomington: Indiana University Press, 2010.
- BODENHAMER, David J.; CORRIGAN, John; HARRIS, Trevor M. *Deep maps and spatial narratives*. Bloomington: Indiana University Press, 2015.
- BOXER, Charles Ralph. *A idade de ouro do Brasil, 1695–1750: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3. ed. Tradução de Nair de Lacerda; prefácio à 1. ed. de Carlos Rizzini; prefácio à 3. ed. de Arno Wehling. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, [1949] 1995.
- BUTZER, Karl W. *Cultural ecology*. 1989. Disponível em: <https://sites.utexas.edu/butzer>. Acesso em: 5 out. 2025.
- CARDOSO, Ciro Flamarión Santana. Sobre os Modos de Produção Coloniais da América. In: SANTIAGO, T. (org.). *América Colonial: ensaios*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.
- CARDOSO, Ciro Flamarión Santana. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CARDOSO, Ciro Flamarión Santana. As concepções acerca do Sistema Mundial e do Antigo Sistema Colonial: a preocupação obsessiva com a Extração Excedente. In: AMARAL, L. (org.). *Modo de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CARDOSO, Ciro Flamarión Santana. *O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARRARA, Ângelo Alves. Camponês: uma controvérsia conceitual. In: OLINTO, B. A.; MOTTA, M. M.; OLIVEIRA, O. (org.). *História agrária: propriedade e conflito*. Irati: Unicentro, 2008.

CARRARA, Ângelo A.; LAGUARDIA, Rafael M. de O. Potencialidades do georreferenciamento em história agrária: um modelo para os registros de terras de meados do século XIX. *Sæculum – Revista de História*, n. 29, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/19822>. Acesso em: 1 out. 2023.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

CASTRO, H. *Ao Sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CINTRA, Jorge P. *A cartografia digital como ferramenta para a cartografia histórica*. São Paulo: USP, 2010.

CORRÊA, Arsênio Eduardo. O pensamento político de Campos Sales. *Revista Estudos Filosóficos UFSJ*, [S. l.], n. 3, 2017.

CUNFER, Geoff. Re-evaluating an environmental history icon: The American Dust Bowl. In: GREGORY, Ian; DEBATS, Don; LAFRENIERE, Don (org.). *The Routledge Companion to Spatial History*. Abingdon; New York: Routledge, 2018.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820–1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEAN, Warren. *Ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEAR, Michael; KETCHUM, Joshua; LURIA, Sarah; RICHARDSON, Douglas. *GeoHumanities: art, history, text at the edge of place*. London: Routledge, 2011.

DONALDSON, Christopher E.; GREGORY, Ian N.; TAYLOR, Joanna E. Locating the beautiful, picturesque, sublime and majestic: spatially analysing the application of aesthetic terminology in descriptions of the English Lake District. *Journal of Historical Geography*, v. 56, p. 43–60, 2017. DOI: 10.1016/j.jhg.2017.01.006.

DONAHUE, Brian. *The Great Meadow: Farmers and the Land in Colonial Concord*. New Haven; London: Yale University Press, 2004.

DOTTI, Iago Frizzarin. Uma contribuição para a história econômica da abolição: a lei de 1881 como parte da estratégia campineira. *Escrita da História*, v. 9, n. 18, p. 1–15, 2023.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840–1910)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

EMBRAPA. *Sistema brasileiro de classificação de solos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2009.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FOOK, K.; MUSA, D.; VIJAYKUMAR, N.; MARIANO, R.; MORAIS, G.; SILVA, R.; SANSIGOLO,

G.; REBELO, L.; FERLA, L.; ALMEIDA, C.; NASCIMENTO, L.; FONTES DA SILVA, V.; SANTOS, M.; TORRES, A.; PEREIRA, Â.; ATIQUE, F.; LESSER, J.; ROGERS, T.; BRITT, A.; LAGUARDIA, R.; BARBOUR, A.; FARÍAS, O.; MARCO, A.; DICKINSON, C.; CAMARGO, S. Collaborative Historical Platform for Historians: Extended Functionalities in Pauliceia 2.0. In: *WEBIST – 17th International Conference on Web Information Systems and Technologies*. [S. l.]: SciTePress, 2021. p. 460–466. DOI: 10.5220/0010713400003058.

FRAGOSO, João. *Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.

FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALLUP, John Luke; SACHS, Jeffrey D.; MELLINGER, Andrew D. Geography and economic development. *International Regional Science Review*, v. 22, n. 2, p. 179–232, 1999. DOI: 10.1177/016001799761012386.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

GREGORY, Ian; ELL, Paul S. *Historical GIS: technology, methodology, scholarship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

GREGORY, Ian; GEDDES, Alistair (ed.). *Toward spatial humanities: historical GIS and spatial history*. Bloomington: Indiana University Press, 2014.

GREGORY, Ian N.; HEALEY, Richard G. Historical GIS: structuring, mapping and analysing geographies of the past. *Progress in Human Geography*, v. 31, n. 5, p. 638–653, 2007. DOI: 10.1177/0309132507081495.

HARLEY, J. B. Deconstructing the map. *Cartographica*, v. 26, n. 2, p. 1–20, 1989.

HARLEY, J. B. *The new nature of maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

HARRIS, Trevor J.; HAZEN, Helen P. Power of Maps: (Counter) Mapping and Civic Society? *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, v. 4, n. 1, p. 80–91, 2005/2006.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KNOWLES, Anne (ed.). The Spatial Turn in Social Science History. *Social Science History*, v. 24, 2000. (Número especial.)

KNOWLES, Anne (ed.). *Past time, past place: GIS for history*. Redlands, CA: ESRI Press, 2002.

KULA, Witold. *Théorie économique du système féodal: pour un modèle de l'économie polonaise, 16e–18e siècles*. Berlin: Walter de Gruyter, 1970. (Reimpr. 2011.)

KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia económica*. 3. ed. Barcelona: Ediciones Península,

1977. (Historia, ciencia, sociedad; 100). Tradução do polonês por Melitón Bustamante. ISBN 84-297-0899-5.

LABROUSSE, Ernest. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle*. Paris: Dalloz, 1933.

LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. *Sorte de terra, fazenda, sesmaria... georreferenciamento como instrumento de análise do registro de terras*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2435>. Acesso em: 14 out. 2025.

LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. *Dos dízimos à demarcação de terras: geoprocessamento aplicado a módulos rurais (Juiz de Fora, séculos XVIII–XIX)*. 2015. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/5278>. Acesso em: 14 out. 2025.

LEVY, Maria Bárbara; MARQUES DE SAES, Flávio A. Dívida externa brasileira, 1850–1913: empréstimos públicos e privados. *História Econômica & História de Empresas*, v. 4, n. 1, 2012. DOI: 10.29182/hehe.v4i1.87.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MADDEN, Amanda. *Menocchio Mapped: Italian Microhistory and the Digital Spatial Turn*. Disponível em: <https://www.degruyterbrill.com/document/doi/10.1515/9783111317779-004/html>. Acesso em 25 nov.2025

MADRY, Scott; JONES, Alan; TICKNER, Stella; MURRAY, S. Une micro-histoire de la terre et de l'utilisation des ressources: l'intégration des GIS-H (systèmes d'information géographique historiques) et des données qui y sont liées en Bourgogne du Sud. *Le Monde des Cartes*, n. 208, p. 75–94, 2011.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1986.

MARTINS, Roberto Borges. *Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth Century Minas Gerais, Brazil*. 1980. Tese (Doutorado em História) — Vanderbilt University, Nashville, 1980.

MORAES, L.; CARVALHO, C.; RENDEIRO, M.; GIL, T. Eliminando manchas brancas: um desmonte da cartografia indigenista de Curt Nimuendajú. *História da Historiografia*, v. 14, n. 37, p. 17–61, 2022. DOI: 10.15848/hh.v14i37.1686.

MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777–1808)*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1985.

PALACIOS, Guillermo. *Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud en la época de la Revolución Industrial*. México: El Colegio de México/Fondo de Cultura Económica, 1998.

PORTO DA GAMA, M.; VALENCIA VILLA, C. E. Georreferenciación del mapa histórico de Couto Reis de Campos en 1785. Río de Janeiro, Brasil. *Fronteras de la Historia*, v. 23, n. 2, p. 82–116, 2018. DOI: 10.22380/20274688.448.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1973.

REDDING, Stephen J.; VENABLES, Anthony J. Economic geography and international inequality. *Journal of International Economics*, v. 62, n. 1, p. 53–82, 2004.

SAHLI, M.-C. *Le déterminisme géographique*. In: DÉCOLONISER l'histoire: introduction à l'histoire du Maghreb. Paris: La Découverte, 1965. p. 59–62. Disponível em: <https://shs.cairn.info/decoloniser-l-histoire--9782348038921-page-59?lang=fr>. Acesso em: 5 out. 2025.

SANTOS, M. M. D. dos; MENEZES, P. M. L. de; COSTA, A. G. Georreferenciamento de mapas históricos: finalidades e procedimentos. *Revista Geografias*, v. 5, n. 2, p. 23–35, 2009. DOI: 10.35699/2237-549X.13268.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550–1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 18, n. 3, p. 449–495, 1988.

STATUTO, D.; CILLIS, G.; PICUNO, P. Using Historical Maps within a GIS to Analyze Two Centuries of Rural Landscape Changes in Southern Italy. *Land*, v. 6, n. 3, p. 65, 2017. DOI: 10.3390/land6030065.

STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. *Nova Economia*, v. 14, n. 1, 2004. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaconomia/article/view/423>. Acesso em: 1 out. 2023.

THÜNEN, Johann Heinrich von. *Isolated state: an English edition of Der isolierte Staat*. Editado por Peter Hall. Oxford: Pergamon Press, [1826] 1966.

UMBELINO, G.; CARVALHO, R.; ANTUNES, A. Uso da cartografia histórica e do SIG para a reconstituição dos caminhos da Estrada Real. *Revista Brasileira de Cartografia*, v. 61, n. 1, 2009. DOI: 10.14393/rbcv61n1-44855.

VALENCIA, C.; GIL, T. *O retorno dos mapas: sistemas de informação geográfica em História*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

VILLA, C. E. V. Georreferência de mapas históricos: os casos de Cartagena de Indias Colonial e do Rio de Janeiro Imperial. *Locus: Revista de História*, v. 21, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20809>. Acesso em: 5 out. 2025.

WHITE, Richard. *What is Spatial History?* Stanford: Spatial History Project, 2010. Disponível em: <https://web.stanford.edu/group/spatialhistory/static/media/images/publication/what%20is%20spatial%20history%20pub%20020110.pdf>. Acesso em: 14 out. 2025.

ZHAO, F.; FU, Y.; LUAN, G.; ZHANG, S.; CAI, J.; DING, J.; QIAN, J.; XIE, Z. Spatial-temporal characteristic analysis of ethnic toponyms based on spatial information entropy at the rural level in Northeast China. *Entropy (Basel)*, v. 22, n. 4, p. 393, 2020. DOI: 10.3390/e22040393.

UMBELINO, G., Carvalho, R. e Antunes, A. (2009) “Uso Da Cartografia Histórica E Do Sig Para A Reconstituição Dos Caminhos Da Estrada Real”, *Revista Brasileira de Cartografia*, 61(1). doi: 10.14393/rbcv61n1-44855.

DA PROVÍNCIA AO ESTADO: O SISTEMA TRIBUTÁRIO E AS ORIGENS DO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO EM GOIÁS

FROM PROVINCE TO STATE: THE TAX SYSTEM AND THE ORIGINS OF PUBLIC DEBT IN GOIÁS

Deborah Oliveira Martins dos Reis^a

^aDoutorado em História Econômica (FFLCH/USP) professora do Departamento de economia da FACE/UnB

Contato principal: deborahreis@unb.br

A autora agradece ao MESP-GO/UnB pelo apoio financeiro dado à pesquisa.

Resumo

O artigo investiga as origens do endividamento público em Goiás nas últimas décadas do século XIX, período marcado pela transição do Império para a República. Argumenta-se que, apesar das mudanças introduzidas pela Constituição de 1891, não houve ruptura substancial na estrutura fiscal. Goiás, cuja economia permanecia fortemente vinculada à pecuária, mantinha baixa capacidade arrecadatória e apresentava déficits recorrentes, supridos por operações de crédito e transferências do governo central. A ampliação da base tributária, com a criação de novos impostos, resultou em fragmentação das receitas sem alterar a dependência de rubricas tradicionais. Fundamentado em documentação variada (leis orçamentárias, relatórios de presidentes goianos e balanços financeiros), o estudo demonstra que o endividamento funcionava como mecanismo regular de fechamento das contas públicas. Conclui-se que a experiência goiana revela continuidades entre os dois regimes políticos.

Palavras-chave: Goiás no século XIX; Sistema Tributário; Endividamento Público.

Códigos JEL: N38; H6; H7.

Abstract

The article investigates the origins of public debt in Goiás during the final decades of the 19th century, a period marked by the transition from Empire to Republic. It argues that, despite the changes introduced by the 1891 Constitution, no substantial rupture occurred in the fiscal structure. Goiás, whose economy remained strongly tied to cattle ranching, had low revenue capacity and recurrent deficits, covered by borrowing and transfers from the central government. The expansion of the tax base, through the creation of new taxes, resulted in fragmented revenues without reducing dependence on traditional sources. Based on a wide range of documentation (budget laws, presidential reports, and financial statements) the study demonstrates that indebtedness functioned as a regular mechanism for balancing public accounts. It concludes that Goiás's experience reveals continuities between the two political regimes.

Keywords: 19th century Goiás; Tax system; Public Debt.

JEL Codes: N38; H6; H7.

INTRODUÇÃO

A relação entre sistema tributário e endividamento público constitui tema central para a compreensão das finanças públicas das províncias brasileiras (depois estados) no século XIX. Diversos estudos ressaltam que, durante o Império, a estrutura fiscal brasileira apresentava uma forte centralização em que cabia à administração imperial arrecadar as receitas mais robustas enquanto às províncias restavam fontes menos dinâmicas e de mais difícil cobrança, baseadas na produção e na circulação interna de mercadorias. Essa configuração restringia a autonomia das províncias e acentuava a vulnerabilidade fiscal das regiões menos ligadas aos grandes circuitos exportadores.

Goiás, província interiorana, inseria-se nesse quadro com agravantes próprios como a baixa integração comercial, reduzida capacidade arrecadatória e dependência crescente de operações de crédito para equilibrar as contas. Localizada à margem dos principais centros dinâmicos do país, a província encerrou o período imperial em situação de fragilidade orçamentária. Sua economia, fortemente assentada na pecuária, gerava a menor arrecadação própria entre as províncias brasileiras, resultando em déficits recorrentes cobertos por meios extraordinários.

A transição do regime imperial para o republicano trouxe mudanças no arranjo fiscal e na repartição de competências tributárias entre o governo central e as antigas províncias, agora estados federados. A Constituição de 1891 manteve em grande medida a estrutura herdada do Império, mas discriminou com maior precisão as competências exclusivas de União e estados. Nesse novo contexto, Goiás pôde ampliar modestamente sua base tributária, introduzindo impostos até então inexistentes, que se somaram às rubricas tradicionais do erário estadual.

Entretanto, a elevação de Goiás à condição de estado implicou novos compromissos orçamentários, já que serviços antes custeados pela União passaram a ser financiados localmente. A ausência de um crescimento econômico significativo impediu que a expansão da base tributária acompanhasse o aumento das despesas. Uma década após a mudança de regime, Goiás ainda ocupava a última posição no ranking de receitas entre os estados brasileiros, evidenciando a persistência de entraves econômicos e fiscais. Já nos primeiros orçamentos republicanos, o legislativo estadual autorizava despesas superiores à receita prevista, institucionalizando déficits a serem cobertos, como já acontecia no Império, por meio de receitas extraordinárias, representativas de um elevado endividamento.

O caso de Goiás ilumina, pois, uma dimensão pouco explorada pela historiografia: como estados periféricos, de baixa arrecadação, experimentaram a transição do Império para a República em termos fiscais. Dessa forma, o presente trabalho pretende examinar as origens do endividamento público em Goiás nas últimas décadas do século XIX, destacando as continuidades e limites no sistema tributário e nos orçamentos goianos na viragem do império para a República. Buscamos demonstrar que a passagem do regime imperial para a ordem republicana, embora tenha trazido novos instrumentos de arrecadação e uma estrutura fiscal mais descentralizada, não representou, em essência, uma ruptura nas bases fiscais que sustentavam a economia provincial, tendo o estado em seus primeiros anos enfrentando déficits recorrentes e recorrido sistematicamente ao endividamento como complemento às receitas ordinárias, contando ainda com a expectativa de transferências federais para equilibrar suas contas.

Para tal, apoiamo-nos em uma base documental diversa – relatórios de presidentes da província/estado, livros de orçamentos e balanços de receitas e despesas, leis orçamentárias, conta corrente de apólices da dívida pública – ressaltando aspectos ligados a base tributária e composição das receitas, saldos e mecanismos de fechamento das contas, possibilidade de financiamento/endividamento e administração da dívida pública; apresentados em duas seções além dessa rápida introdução e das considerações finais.

1. A BASE TRIBUTÁRIA

No início do século XIX, o sistema tributário brasileiro era extremamente fragmentado com 125 fontes de arrecadação que incidiam principalmente sobre a produção, consumo e circulação de mercadorias e pessoas escravizadas (Scacchetti, 2021). Em 1832, a primeira Lei Orçamentária do Império reorganizou esse quadro ao separar a receita pública em geral e provincial; especificaram-se

as fontes que integrariam a primeira e deixando-se, por exclusão, o restante para a segunda, ou seja, todos os impostos existentes não listados como pertencentes à receita geral passariam a constituir receita provincial. Os cofres centrais concentraram, então, as fontes mais lucrativas, sobretudo os impostos alfandegários sobre exportações e importações, restando às províncias basicamente os impostos que taxavam as atividades internas. Na sequência, o Ato Adicional de 1834 ampliou a autonomia provincial ao permitir a elaboração de orçamentos próprios e a criação de novas fontes de receita. Essa autonomia, no entanto, era limitada: não poderia afetar a arrecadação da renda geral, que permanecia sob controle do governo imperial. Na prática, as províncias dependiam de tributos locais incidentes sobre a produção e a circulação interna e interprovincial, altamente influenciados pelas especificidades econômicas de cada região.

Uma nova lei tributária, marcando alguma mudança na base distributiva de obtenção de receitas só seria implementada em 1891, após o pacto federativo. Com a Proclamação da República em 1889 e a subsequente promulgação da Constituição de 1891, o Brasil tornou-se uma federação¹, mas, uma “federação possível”. No que podemos chamar de primeira reforma tributária republicana,² os temas relacionados à problemática fiscal focaram principalmente na maneira de dividir os recursos entre os estados e a União.

A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 adotou, sem maiores modificações, a composição do sistema tributário existente ao final do Império. Porém, tendo em vista a adoção do regime federativo, era necessário dotar os estados e municípios de receitas que lhes permitissem a autonomia financeira. Foi adotado o regime de separação de fontes tributárias, sendo discriminados os impostos de competência exclusiva da União e dos estados (Versano, 1996).

Com o estabelecimento de uma divisão constitucional dos elementos sujeitos à tributação, o que resultou em uma maior margem para a arrecadação a nível local, Goiás pôde iniciar uma gradual expansão da sua base tributária. A República brasileira herdou do Império boa parte de sua estrutura tributária, tendo a Constituição de 1891 adotado, sem maiores modificações, a composição do sistema anterior e introduzido, ademais, a separação das fontes tributárias como avançado. A referida Constituição, em seu

(...) artigo 8º determinou a competência privativa dos Estados para decretar impostos sobre: a) propriedade territorial, exceto urbana; b) transmissão de propriedade causa mortis; c) transmissão de propriedade imobiliária intervivos, inclusive a sua incorporação ao capital da sociedade; d) consumo de combustíveis de motor de explosão; e) vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores, inclusive os industriais, ficando isenta a primeira operação do pequeno produtor, como tal definido na lei estadual; f) exportação das mercadorias de sua produção até o máximo de 10% ad valorem, vedados quaisquer adicionais; g) indústrias e profissões; h) atos emanados do seu governo e negócios da sua economia ou regulados por lei estadual (Carrara, 2022, p.265-266).

Tentou-se descentralizar a arrecadação por meio da transferência do imposto de exportação aos estados, mas, desse modo, coube aos estados a continuidade das bases fiscais desiguais em que passaram a se assentar as finanças estaduais, a partir do imposto sobre o comércio de exportação “A profunda diferenciação econômica, que se estabeleceu ao longo do século XIX, fazia confrontar na Constituinte, estados extremamente desiguais no plano do desenvolvimento econômico, vale dizer com desigual potencialidade de produção de recursos fiscais” (Costa, 1998, p.156).

Dentro dessa heterogeneidade regional brasileira, com potencialidades exportadoras distribuídas de forma não igualitária e sendo refletidas nas arrecadações locais, Goiás, que no decorrer do século XIX avançou à margem das principais regiões econômicas do país mantendo uma produção ligada a atividades agropastoris e cujo comércio permaneceu fortemente atrelado à criação e à circulação

1 Grossso modo, pode-se dizer que o federalismo é uma forma de organização do Estado Nacional, caracterizado pela divisão territorial igualitária de poder entre um ente central e as unidades subnacionais. Os estados e municípios ganham alguma autonomia administrativa, tributária e financeira e perdem algumas atribuições para o governo central. Assim, os diferentes níveis da administração pública têm competências exclusivas.

2 Entre 1891 e 1988, o Brasil passou por sete Constituições (mais a Emenda Constitucional de 1969). Todas elas ampliaram ou modificaram o sistema tributário. Todavia, ainda hoje o formato da tributação no Brasil é complexo, disperso e em muito dependente de impostos sobre a circulação e consumo, como estruturado no período imperial. Não à toa, estão em tramitação no Congresso projetos que visam unificar os tributos incidentes sobre o consumo.

de gado bovino, continuava a manter posição pouco relevante no contexto brasileiro. Ao final do Império, em 1885/86, Goiás arrecadou tão somente 221:678\$408, valor ao menos 16 vezes menor que aquele verificado para as principais províncias sudestinas (cf. Tabela 1), as mais economicamente dinâmicas do país.

A dependência da venda de gado fez com que Goiás fosse a província de menor arrecadação própria entre todas as províncias brasileiras reconhecidas àquele tempo, a de menor participação na arrecadação para os cofres centrais e deficitária para esses mesmos cofres. Ademais, essa dependência levou Goiás a dificuldades na execução de seus orçamentos ao longo dos anos (...) Uma vez que grande parte da arrecadação provincial era advinda da incidência de tributos sobre a atividade pecuária, as flutuações do veio comercial dessa atividade acabaram por assumir maior espaço, ainda que não único, entre as preocupações do governo goiano e na justificativa para as flutuações na arrecadação das rendas provinciais (Reis, 2025, p.160).

Tabela 1 - Receita das províncias/estados brasileiros: 1885/86, 1897, 1899 e 1901
(réis - valores correntes)

Província/Estado	Receita			
	1885/86	1897	1899	1901
Rio de Janeiro	4.993:801\$952	14.135:000\$000	9.706:000\$000	8.441:000\$000
São Paulo	3.802:199\$858	48.571:000\$000	43.114:000\$000	45.685:000\$000
Minas Gerais	3.651:353\$450	20.952:000\$000	18.588:000\$000	16.571:000\$000
Pará	3.181:247\$599	19.818:000\$000	23.242:000\$000	13.158:000\$000
Rio Grande do Sul	2.671:166\$368	9.636:000\$000	11.314:000\$000	8.835:000\$000
Bahia	2.624:098\$797	11.807:000\$000	11.496:000\$000	11.946:000\$000
Pernambuco	2.466:423\$019	9.300:000\$000	10.400:000\$000	7.331:000\$000
Amazonas	1.613:315\$153	20.424:000\$000	8.021:000\$000	16.899:000\$000
Ceará	1.059:755\$226	2.510:000\$000	2.758:000\$000	2.661:000\$000
Maranhão	685:644\$820	1.660:000\$000	2.308:000\$000	2.137:000\$000
Alagoas	560:537\$367	1.694:000\$000	2.151:000\$000	2.363:000\$000
Paraná	537:845\$719	1.973:000\$000	1.128:000\$000	2.313:000\$000
Paraíba	500:730\$094	1.108:000\$000	1.095:000\$000	1.066:000\$000
Espírito Santo	488:437\$730	4.170:000\$000	3.147:000\$000	2.469:000\$000
Santa Catarina	413:472\$689	1.737:000\$000	1.754:000\$000	1.212:000\$000
Sergipe	413:000\$273	1.346:000\$000	1.775:000\$000	1.634:000\$000
Rio Grande do Norte	409:141\$539	986:000\$000	1.130:000\$000	1.101:000\$000
Mato Grosso	276:165\$072	919:000\$000	1.121:000\$000	1.258:000\$000
Piauí	238:920\$337	671:000\$000	936:000\$000	771:000\$000
Goiás	221:678\$407	595:000\$000	686:000\$000	844:000\$000

Fontes: Para 1885/86 Carreira (1889, p. 545); demais anos IBGE (1941, p. 122-125)

Uma década após a República ser proclamada, o estado de Goiás ainda era o que menor receita obtinha entre todos os estados então existentes na federação brasileira, dependente que era da atividade pecuária. A tabela 1 mostra os valores em réis para a receita dos estados brasileiros em 1897, 1899 e 1901. Nela pode-se notar a grande distância que Goiás encontrava-se das maiores economias estaduais à época e sua posição ao final do ranking de arrecadação. Enquanto São Paulo, maior exportador de café do país, tinha em 1897 uma arrecadação que superava os 48.500:000\$000 e Amazonas e Pará que viram sua economia crescer e viviam o auge da exportação da borracha amealhavam ganhos da ordem de 20.000:000\$000, a receita goiana para o mesmo ano foi de tão somente 595:000\$000 e, ainda que tenha crescido algo em torno de 42% em valores nominais entre 1897 e 1901, ao entrar no século XX superava em arrecadação apenas o Piauí.

Porém, a Constituição Federal de 1891, em sua liberalidade ao estabelecer a competência privativa de União e Estados para decretar impostos acabou por fazer, digamos, uma partilha constitucional dos itens passíveis de cobrança, dando maior espaço para a arrecadação local, oportunidade essa aproveitada pelo jovem estado de Goiás, cuja base tributária viu-se ampliada paulatinamente a partir da criação de novos impostos, possível com as modificações trazidas pela nova Constituição.

Como parte dos Estados Unidos do Brasil, o Estado de Goiás promulgou sua própria Constituição em 1º de junho de 1891, segundo o regime estabelecido pela Constituição Federal.

Quanto à arrecadação, nela ficou estabelecido que:

Art. 66 – É da privativa competencia da camara dos deputados decretar os seguintes impostos: § 1º – Exportação; § 2º – Transmissão de propriedade; § 3º – Heranças e legados; § 4º – Velhos e novos direitos; § 5º – Sobre aposentadoria e lotação de **offícios** de justiça; § 6º – Os que sob a designação de emolumentos e expediente se cobram nas repartições do Estado; § 7º – Sobre titulos de nomeação e vencimentos dos empregados publicos do Estado; § 8º – Sobre vendas de terras pertencentes ao Estado; § 9º – Taxa itineraria e passagens de rios.

Expandiu-se, pois, a possibilidade de impostos estaduais para a transmissão de propriedade e a venda de terras pertencentes ao Estado, além de exportações para fora do Brasil. Diferente da questão territorial que pôde ser incorporada com algum ganho pelas leis goianas, a mudança na cobrança por exportações pouco ou nada afetou as finanças do estado.

Entre os novos direitos de exportação encontramos, a partir de 1893, a borracha, produto novo dentre as atividades econômicas locais e com demanda crescente no mercado internacional, mas sem grande participação goiana nesse mercado crescente. Alguma arrecadação de Goiás com a borracha foi encontrada em 1893, quando foi quase nula, só 79\$800. E em 1899 e 1900, quando aumentou sua participação na receita auferida pelo estado e chegou a gerar 15:320\$175, 2,2% da renda ordinária e 4,7% do valor total dos direitos de exportação.

Na distribuição das riquezas entre os entes da federação, há um item que em geral é pouco notado, mas que não pode de modo algum ser deixado de lado na análise. Trata-se do artigo 64 da Constituição, que adjudicou aos estados “as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais” (Carrara, 2022, p.266).

Assim, uma vez detentora de grandes áreas devolutas e outras de ocupação agrícola já consolidada, Goiás tratou logo de criar um imposto territorial e autorizar a venda de terras, como forma de ampliação da renda para seu erário. Em 1892, o presidente do estado em exercício recorria a câmara apontando que “*A receita do Estado é insuficiente para fazer face às despesas que nos acarreta o regimen federativo. No orçamento que ides decretar tereis de abrir novas fontes de renda. Lembro-vos como uma dentre as mais abundantes, o imposto territorial.*” (RPE, 1892, p.6), tendo sido o imposto aprovado em lei específica naquele mesmo ano (lei nº 12 de 20 de julho de 1892) e constante da lei orçamentária votada no mês seguinte para o exercício financeiro de 1893, quando começou a ser cobrado com dificuldades. Já em 1893, tratou-se de avançar em discurso presidencial, com a questão das vendas de terras públicas:

Deveis curar também dos meios de aproveitar o Estado a grande quantidade de terras devolutas que possue elle, regulando por lei os meios mais próprios para alienal-as e aforal-as, conforme as circunstâncias. A renda que provirá da venda e aforamento das terras devolutas em concomitância com a que produzira o imposto territorial, augmentado como proponho, virá aliviar em grande parte o ônus que de presente pésa sobre o Thesouro. Grande parte das terras devolutas do Estado, como sabeis, estão ocupadas por particulares que aproveitam-nas gratuitamente – já no serviço da lavoura, já no da indústria pastoril (RPE, 1893, p.4-5).

Tal discurso precedeu a lei nº 28 promulgada em julho de 1893, no qual foram autorizadas e estabelecidas, em 32 artigos, as regras sob as quais “*Art. 1º. Fica o Governo autorizado a vender em hasta pública, ou fora dela, as terras devolutas pertencentes ao Estado.*”

Todas as demais possibilidades de cobrança mencionadas em sua Constituição própria foram levadas a cabo por Goiás – ainda que, à exceção dos impostos já tradicionais, tenham tido pouca ou nenhuma representatividade na composição das receitas ordinárias efetivamente arrecadadas, como se verá. As taxas e impostos que tiveram alguma participação na receita arrecadada nos diferentes anos financeiros entre 1872 e 1883, contavam-se entre 21 e 24. Esses números quase se repetem ainda em 1891 (22 rubricas) e 1892(26). Com a primeira Constituição estadual e, a partir dela uma nova lei orçamentária aprovada para ano de 1893, verifica-se uma ampliação no número de itens que passou a 34. A partir daí e até 1901, as taxas/impostos com registro de arrecadação variaram entre 32 e 36 sendo a média calculada em 34 componentes para o período de 1893 a 1901. É clara, pois, a

ampliação das cobranças a constituir a base da arrecadação goiana a partir das possibilidades abertas pelas mudanças na legislação fiscal advindas com a República.

Contudo, fragmentou-se a arrecadação em um número maior de rubricas, mantendo-se o peso maior da arrecadação em uma atividade produtiva principal: a pecuária. Ainda que a base tributária tenha sido expandida, essa expansão não representou mudanças na estrutura fiscal goiana, qual seja, a tributação da produção e da circulação de bens diversos, em especial, aqueles produzidos localmente e voltados ao mercado local ou inter-regional. De acordo com Reis (2025) apesar da grande fragmentação existente na tributação, que implicava uma estrutura tributária incidente sobre diferentes aspectos da economia e da vida na província, era evidente que a maior parte da arrecadação ordinária era devida aos direitos de exportação interprovincial (encargos sobre a venda do gado em pé, couro e escravizados), com destaque para a “venda de gado para fora da província, que, dentre os direitos de exportação interprovincial, era a cobrança que tinha maior importância.”

Assim, em continuidade, nos derradeiros anos do Oitocentos a arrecadação ainda era baseada, em participação nos valores arrecados, nos direitos de exportação, mormente de gado, alvo da preocupação e atenção da administração pública. Essa permanência é clara na observação dos números para contas públicas e das palavras proferidas por diferentes presidentes goianos da década de 1890; a exemplo do exposto no relatório presidencial de 1896 em que fica explicita a preocupação com a pequena exportação de gado goiano no ano anterior, devido à concorrência que o produto enfrentava no mercado do Rio de Janeiro para onde eram *“tocadas as boiadas retiradas em campos goyanos”* e à febre aftosa que atrapalhou os negócios com o gado dos estados de Goiás e da vizinha Minas Gerais. Ademais, argumentava-se que a persistência das causas da baixa procura pelo gado levaria a uma deterioração das finanças do estado, *“por quanto, produzindo o imposto de exportação do gado e consequentes impostos de passagens de rios e taxa itinerária, cerca de um terço do total das rendas, havendo considerável redução neste, nenhum outro imposto poderá substituir-o de pronto, para fazer face ao desfalque que produzir no orçamento”* (RPE, 1896, p.26).

A Tabela 2 apresenta os dados apurados para a participação percentual na arrecadação ordinária do novo estado devida aos principais impostos da época. De fato, corroborando o que foi colocado no relatório presidencial, ao menos um terço da receita ordinária efetivada por Goiás entre os anos fiscais de 1891 e 1901 era devida aos direitos de exportação em que se sobressaía, como historicamente havia sido, a venda de gado para fora das fronteiras goianas. Com a ampliação dos itens tributados a partir de 1893, a participação da pecuária na composição da arrecadação efetivada diminuiu, não deixando, porém, de representar a principal fonte de renda para o Estado.

Em 1891 a exportação de gado respondeu por 49,3% de toda a renda ordinária; em 1892 esse percentual foi calculado em 46,7%.³ No último lustro do Oitocentos e anos iniciais da centúria seguinte flutuou de maneira errática entre 27,7% (1899) e 38% (1901). Os menores percentuais foram encontrados para os anos financeiros de 1893 (23,3%) e 1895 (20,2%), anos em que a pecuária de exportação perde espaço para os nascentes impostos territoriais e de transmissão de propriedade. Juntos, os impostos territorial e de transmissão de propriedade, e a venda de terras chegaram a ser responsáveis por 29% da arrecadação goiana em 1895, valor que havia sido de 20,3% no ano anterior e não menor que 14% de 1896 em diante. Entre eles, destaque-se o imposto sobre transmissão de propriedade que, sozinho, teve participação superior a 11% em todos os anos financeiros considerados. Assim, entre 1893 e 1901, não menos de 40% (1893) da receita auferida estava concentrada, em regra, tão somente em dois tributos: exportação de gado e transmissão de propriedade imóvel, com muito maior peso recaindo sobre o primeiro.

Tabela 2 - Composição das receitas ordinárias arrecadadas por Goiás, 1891 a 1901
(% sobre valores correntes)

³ No início da primeira década republicana pode ter havido, entre outros fatores, incentivos decorrentes da política econômica, qual seja, a lei bancária de 1890, responsável por uma rápida expansão monetária, um período de inflação elevada e crescimento econômico. Os maiores preços podem ter conduzido a maiores incentivos aos produtores goianos e a maior circulação monetária foi, provavelmente, uma grande facilitadora das trocas, ampliando a demanda pelo gado.

Receitas	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	1901
direitos de exportação de gado	49,3	46,7	23,3	35,5	20,2	29,4	37,8	30,2	27,7	33,2	38,0
outras ligadas aos gados	3,6	5,4	4,6	0,5	0,4	0,3	0,0	0,0	0,3	0,3	0,3
sobre gêneros da lavoura	9,2	7,7	9,3	2,5	1,0	1,4	0,9	6,8	6,8	4,3	3,7
direitos de exportação sobre gêneros da lavoura	0,0	1,0	2,5	1,3	1,0	0,7	0,5	2,0	3,3	4,6	2,6
sobre o fumo	4,2	2,7	6,0	4,4	6,3	4,6	3,6	2,7	2,9	3,1	2,5
passagens de rios	11,0	9,0	8,2	6,8	7,4	7,4	6,2	6,3	6,2	5,3	5,8
taxa itinerária	4,5	4,5	4,7	3,8	4,8	4,8	4,3	4,3	3,8	2,9	3,3
direitos de importação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	2,8	4,8	4,2	2,4	2,4
sobre o valor locativo de prédios urbanos	3,6	3,5	2,9	0,8	0,9	0,6	0,0	0,1	0,5	0,6	0,6
imposto territorial	0,0	0,0	1,5	3,9	6,8	2,8	1,6	1,9	1,9	1,9	1,4
vendas de terra	0,0	0,0	0,0	0,6	2,2	2,7	3,5	1,5	1,2	1,0	0,9
transmissão de propriedade imóvel	3,1	3,7	16,7	15,8	20,0	17,8	11,7	14,1	12,9	12,9	11,3
adicional sobre todos os impostos estaduais	0,0	0,0	0,0	8,9	9,3	8,7	8,6	8,0	8,3	8,0	8,2
outras	11,6	15,7	20,2	15,2	19,7	18,0	18,4	17,3	20,2	19,5	18,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: Livros de orçamento e balanço de receitas e despesas estaduais, anos diversos

Dentre o percentual restante, grande parte era devida aos impostos tradicionais herdados da província, com destaque para aqueles incidentes sobre os gêneros da lavoura e sobre passagens de rios junto a taxas itinerárias. Quanto aos gêneros da lavoura, exclusive o fumo, foram agora separadas as cobranças daqueles vendidos dentro e fora do estado, com destaque para aqueles permanecentes em Goiás que, à exceção dos anos 1894 a 1896, quando parece ter havido algum problema na circulação interna de gêneros, chegou a ser responsável por pouco mais de 9% da arrecadação fiscal em 1891 e 1893, caindo a 6,8% em 1898 e 1899, chegando ao mínimo de 3,7% em 1901. A partir de 1899 os gêneros da lavoura para exportação apresentaram seus melhores resultados, respectivamente até 1901: 3,3%, 4,6% e 2,6%. Juntos, os “gêneros da lavoura consumidos, tanto os importados como exportados” responderam pelo máximo 11,3% (1893) da receita ordinária efetivada, exclusive o fumo.

Fruto da indústria local, e constituído em sua origem produtiva igualmente a partir da agropecuária, há que notar também o fumo. Se “Até 1910, a agricultura goiana atendia, essencialmente, às necessidades de autoconsumo local. No tocante à exportação, a agricultura do sul de Goiás contribuiu, predominantemente, com o fumo.” (Bertran, 1988, p. 71), que ganhou alguma importância no início do período republicano, em que o produto (consumido dentro e fora das fronteiras goianas) gerou receitas crescentes, com o máximo em participação verificado para exercício 1895: 6,3%. Entre 1897 e 1901 a presença do fumo na composição da renda goiana caiu, mantendo-se sua presença entre 2 e 3% da arrecadação ordinária efetivada.

A sua vez, passagens de rios (cobradas pelo trânsito embarcado ou em pontes em determinadas ligações por rios) e as taxas itinerárias (cobradas como uma taxa de barreira interprovincial em algumas estradas de ligação) chegaram ao primeiro lustro dos anos 1890 perfazendo em conjunto 15,5% das receitas ordinárias auferidas em 1891, em torno de 13% em 1892 e 1893, com queda nos exercícios fiscais seguintes: 10,5% em 1897 e 8,2% em 1900. Como já havia sido ao final do Império – somadas, as duas taxas tiveram sua maior representatividade em 1887-72 e 1872-3, respectivamente 24,6% e 19,1% –, individualmente, a arrecadação oriunda das passagens de rios era mais representativa do que a taxa itinerária, com uma diferença que girou em torno de 2 pontos percentuais.⁴

Essas rubricas não deixavam de ter relação com a agropecuária de abastecimento interno,

⁴ As taxas de passagem participaram com 14,3% da renda efetivada em 1872-73, 11,4% em 1873-74 e flutuaram entre 7,2% (1882-3) e 8,6% (1876-77); enquanto as taxas itinerárias responderam por 10,3% da arrecadação ordinária em 1872-73, 7,7% no exercício seguinte e flutuou na casa dos 6% entre 1874-5 e 1881-2. Somadas, as duas taxas tiveram sua maior representatividade em 1887-72 e 1872-3, respectivamente 24,6% e 19,1%.

base produtiva de Goiás, uma vez que incidiam sobre a circulação de bens interna à província/estado e interprovincial/interestadual. E, se por um lado representavam parcela significativa da arrecadação ordinária, por outro, não eram prerrogativa goiana, senão taxas comuns desde as então províncias brasileiras, o que representava

(...) problema para o comércio das províncias centrais – Mato Grosso e Goiás – cujos produtos passavam obrigatoriamente por uma ou duas províncias até chegar ao porto, o que incrementava a arrecadação das províncias vizinhas pelas quais passassem as tropas goianas e mato-grossenses carregadas (Morais, 2010, p.243).

A visível redução dos percentuais arrecadados via passagens de rios e taxas itinerárias, vai ao encontro do observado para alguns dos estados mais ricos da República, em um processo começado e intensificado ainda no período imperial. Em Minas Gerais, “Com a expansão da malha ferroviária a partir da segunda metade da década de 1870, as importações passaram a penetrar o território mineiro sobre trilhos, dentro dos vagões, o que fez diminuir a arrecadação das taxas itinerárias.” (Restitutti, 2009, p.122). Tal como em São Paulo onde “As barreiras de estradas vão perdendo a importância que possuíam para as finanças públicas por conta da queda no trânsito de pessoas, muares e mercadorias através das estradas. Tal queda é explicada pela ascensão que as ferrovias passam a adquirir nos caminhos de São Paulo.” (Scacchetti e Lopes, 2018, p.103). Menor circulação em estados vizinhos ou próximos, implicava em menor circulação também em Goiás, refletindo na arrecadação estadual.

Por fim, uma das taxas mais importantes – em termos de participação na composição da renda goiana – criada na primeira década republicana em Goiás, foi a “taxa adicional de 10% sobre todos os impostos estaduais”. Embora nunca tenha chegado a responder pelo percentual de 10% da renda ordinária efetivada (mesmo eliminando-se dos cálculos a venda de terras e a cobrança de dívidas ativas), começou a ser registrada nos balanços em 1894, ano em que gerou 8,9% da receita ordinária estadual. No ano seguinte o percentual foi calculado em 9,3%, e mantido na casa 8% a 8,7% nos demais anos aqui estudados.

2. O ORÇAMENTO

Apesar da possibilidade de adaptação e ampliação da base tributária apresentada, as primeiras leis orçamentárias do estado de Goiás apresentavam receitas bastante próximas àquelas publicadas ao longo da década de 1880, conforme se vê na Tabela 3.

As the Empire neared its end, Goiás's financial crises persisted: "Income has fallen drastically"; a president explained, "not only do the geographic conditions of the province make it difficult to collect taxes on exports, but its industry, agriculture and commerce are ruined by high freight rates, contributing to the revenue shortages (McCreery, 2006, p.51).

Para 1890, a lei foi decretada ainda sob o regime imperial. A primeira lei orçamentária decretada e executada por Goiás republicano foi do ano fiscal de 1892; nela foi orçada uma receita de 223:010\$000 – nominalmente compatível com a expectativa de arrecadação para 1881 a 1884. Em que pese as flutuações de preços no período, o jovem estado de Goiás esperava arrecadar, em valores reais, ainda menos do que havia esperado arrecadar em diferentes anos na década anterior: £11.179 em 1892 e £19.965 em 1882-83.

Tabela 3 - Receitas orçadas em lei por Goiás, 1877-78 a 1901
(réis - valores correntes, libras - valores deflacionados)

Exercício Financeiro	Receita Orçada (réis)	Receita Orçada (libras)	Variação Anual (% libras)	Exercício Financeiro	Receita Orçada (réis)	Receita Orçada (libras)	Variação Anual (% libras)
1877-78	174.376\$898	16.666	2,626	1890	193.503\$000	18.191	-
1778-79	205.322\$081	18.286	9,725	1891	sem inf.	sem inf.	-

1879-80	207:013\$481	19.057	4,214	1892	223:010\$000	11.179	-
1880-81	206:045\$710	18.807	-1,312	1893	340:240\$500	16.436	47,0
1881-82	206:045\$711	18.163	-3,424	1894	476:973\$900	20.060	22,0
1882-83	222:222\$184	19.965	9,922	1895	476:973\$900	19.750	0,9
1883-84	222:234\$026	19.156	-4,053	1896	488:808\$000	20.240	2,5
1884-85	236:657\$264	18.335	-4,288	1897	555:567\$500	17.868	-11,7
1885-86	236:657\$265	18.427	0,504	1898	522:120\$600	15.636	-12,5
1886-87	sem inf.	sem inf.	-	1899	618:465\$450	19.166	22,6
1888	207:559\$756	21.837	-	1900	724:795\$500	28.690	49,7
1889	sem inf.	sem inf.	-	1901	691:380\$000	32.841	14,5

Fonte: Leis Goianas e Relatórios Presidenciais, anos diversos

Já para o ano seguinte houve uma elevação da receita orçada em 47% e outros 22% para o ano financeiro de 1894, tendo a receita atingido 340:240\$000 (£16.436) e 476:973\$000 (£20.060), respectivamente nos referidos anos. A partir daí as receitas orçadas tiveram uma tendência à elevação em seus valores, em especial na segunda metade dos anos 1890, mas com perda de valor real, o que fez com que, por exemplo, entre 1896 e 1897 a receita apresentada em lei tenha subido de 488:808\$000 para 555:567\$000, mas seu valor em libras tenha indicado uma queda de 11,7% na arrecadação, que passaria de £20.240 para £17.868. Nos derradeiros anos dos Oitocentos e ao adentrar o século XX a receita orçada volta a subir, com destaque para o ano de 1900 em que a receita esperada foi de 724:795\$000 em termos nominais e de quase £29.000 em termos reais.

Mantida a estrutura tributária, o avanço na arrecadação foi possível pelo avanço do nível de mercantilização da economia goiana, diferente do ocorrido nas décadas anteriores. Com a expansão da cafeicultura paulista e o alargamento do seu setor de transporte ferroviário chegando a Minas Gerais nas proximidades de Goiás – a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro chegou a Uberaba em 1889 e Araguari, na fronteira com Goiás, em 1896 – o estado iniciou um processo de ligação com o complexo cafeeiro paulista e seus desdobramentos (Oliveira, 2007). Tal avanço permitiu aos produtos goianos alcançarem novos mercados possibilitando, em especial, uma maior inserção dos principais produtos locais no comércio nacional de mais longa distância.

Porém, assim como é sabido para a província, vide Reis (2025), também na votação do orçamento estadual conjunturas econômicas favoráveis em períodos imediatamente anteriores à proposta apresentada poderiam levar a um maior otimismo por parte do congresso, acarretando possibilidade de se assumir maior risco, com a aprovação do orçamento apresentando receitas mais elevadas. Desta feita, momentos anteriores em que a receita efetivada superava a esperada geravam expectativa positiva, ampliando a média calculada para a renda e permitindo que a receita votada fosse nominalmente crescente ao longo do tempo.

De fato, como apresentado na Tabela 4, para ano financeiro de 1892 a receita ordinária efetivada chegou a 288:858\$914 (£14.481), valor superior àquele total orçado (receita ordinária mais extraordinária) em lei para este ano (Tabela 8): 223:010\$000 (£11.179). Não temos dados para comparação para os anos anteriores, mas nos anos que se seguiram, tomadas somente as rendas ordinárias, viu-se repetir a arrecadação superando a estimativa. Entre 1899 e 1900, a arrecadação ordinária subiu 52,71% e entre 1900 e 1901 a elevação foi da ordem de 34%, fazendo com que nesse ano a receita ordinária auferida chegassem a 746:557\$913, valor quase 28% maior que a receita ordinária orçada em 579:650\$0000 e 8% superior a toda a renda para o exercício em tela, orçada em 691:380\$000.

Tabela 4 - Receitas ordinárias orçadas em lei e arrecadadas por Goiás, 1890 a 1901

Exercício Financeiro	Receita ordinária orçada			Receita ordinária arrecadada		
	Réis	Libras	Variação anual (% libras)	Réis	Libras	Variação anual (% libras)
1890	sem inf.	-	-	sem inf.	sem inf.	
1891	sem inf.	-	-	252:510\$834	15.683	
1892	sem inf.	-	-	288:858\$914	14.481	-7,67

1893	312:560\$500	15.099	-	333:995\$765	16.134	11,42
1894	464:473\$900	19.535	29,4	438:620\$967	18.447	14,33
1895	464:473\$900	19.232	-1,5	343:037\$35	14.204	-23,00
1896	463:408\$000	17.498	-9,0	376:433\$699	14.214	0,07
1897	520:767\$500	16.749	-4,3	581:325\$176	18.696	31,53
1898	466:120\$600	13.959	-16,7	615:593\$959	18.436	-1,39
1899	490:315\$45	15.195	8,8	560:949\$384	17.384	-5,71
1900	623:155\$5	24.667	62,3	670:651\$469	26.547	52,71
1901	579:650\$000	27.533	11,6	746:557\$913	35.462	33,58

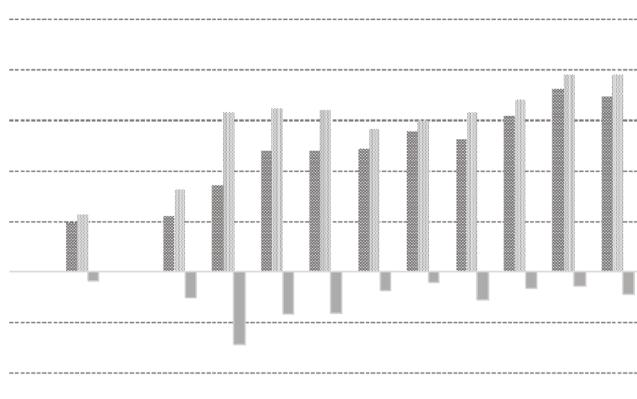
Fonte: Leis Goianas, Relatórios Presidenciais e Livros de Orçamento, anos diversos

Vale lembrar, ademais, o papel da criação de impostos, assim como elevação nas tarifas dos já existentes, na composição de expectativas para a elaboração e aprovação da lei orçamentária, sempre presente nos relatórios presidenciais: “*Com quanto progressivas as rendas do Estado, ainda são elles insuficientes para as despesas ordinarias, circunstancia esta que impõe ao legislador o imperioso dever de dotar o orçamento com outras fontes de renda, visto não ser possível cortar nas actuaes despesas, as quaes tendem todas a crescer*” (RPE, 1896, p. 23).

Destarte, ainda que permanecesse na República a regra imperial de que o orçamento seria calculado a partir das médias de valores amealhados nos três anos anteriores para os quais o balanço final já estivesse concluído, acrescia-se a eles os novos impostos criados, que tendiam a ser supervalorizados em suas possibilidades de geração de receitas para o Estado. Tomemos como exemplo o recém criado imposto territorial anteriormente apresentado. Com a lei de criação do imposto em 1892 ele pôde ser incorporado à lei orçamentária para o ano seguinte, tendo sido orçado para aquele ano inicial de cobrança em 30:000\$000, equivalente a 9,6% de toda a renda ordinária esperada. Porém, passado o período arrecadatório, no balanço final do ano fiscal de 1893, verificou-se uma renda com tal imposto de tão somente 5:390\$267, 18% do montante orçado e apenas 1,5% da receita ordinária goiana. Nos exercícios seguintes, o imposto territorial também não conseguiu atingir a cifra originalmente esperada; a maior arrecadação ocorreu em 1895 quando foram recebidos em impostos territoriais pelo estado 21:295\$276 (valores correntes).

A lei orçamentária, se existir, não foi localizada para 1889, ano da transição política entre o Estado Imperial e a República Federativa. Mas, como se vê no Gráfico 1, na década que se segue os orçamentos eram votados e publicados com expectativa de saldos negativos. Nos primeiros anos como estado, as dificuldades financeiras goianas refletidas nos déficits autorizados parecem ter sido maiores.

Gráfico 1 - Leis orçamentárias para os exercícios financeiros de 1889 a 1901
(réis - valores correntes)



RAZÃO DESPESA/RECEITA						
1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895
sem inf.	1,18	sem inf.	1,45	1,85	1,35	1,34
1896	1897	1898	1899	1900	1901	
1,15	1,08	1,21	1,11	1,07	1,13	

Fonte: Livros das Leis Goianas e Relatórios Presidenciais, anos diversos

A instalação do Estado de Goiás implicava em gastos que não foram acompanhados por um crescimento econômico ou por um avanço da base produtiva goiana capaz de se refletir de maneira firme na arrecadação, mesmo diante da ampliação da base tributária. Como identificado a época: “*Estes orçamentos foram votados com grades déficits, relativamente ás rendas do Estado, sendo o maior o do exercício de 1893, época em que passaram para o Estado diversos serviços que eram custeados pela União*” (RPE, 1896, p.24-25).

Reflexo disso, entre 1892 e 1893 as despesas fixadas saltaram, em termos nominais, de 323:988\$000 para 629:088\$000, uma elevação de 94,2%. Se considerados os valores deflacionados (£16.242 e £30.390, respectivamente), o crescimento dos gastos seria ainda muito elevado: 87,1%. O que, diante de uma elevação de menor monta da receita esperada (52,6% em valores correntes e 47% em libras) implicou, para 1893, na maior razão despesa/receita calculada, com saldo negativo de 288:848\$000.

O ano de 1893 seria justamente aquele em que novos impostos (em especial relacionados à propriedade de terras e à transmissão de imóveis) passariam a vigorar, com expectativas bastante otimistas quanto a arrecadação esperada. E ainda que não acompanhados de maior dinâmica econômica e dependentes de conjunturas de mercado favoráveis aos produtos goianos, e por isso incapazes de cobrir a totalidade dos gastos estaduais, ao que parece à medida em que impostos foram sendo criados e/ou adaptados, os déficits orçamentários foram decrescendo até o exercício financeiro de 1897, quando a razão despesa/receita cai a 1,08 e o déficit previsto é reduzido a 42:116\$000 (£1.354).

Ainda que decrescentes é inegável a presença de déficits no orçamento goiano, levando o Estado a problemas financeiros e a constante necessidade de financiamento. O endividamento foi herdado pela república e os problemas que ele impunha sobre as contas goianas explica, em parte, as dificuldades financeiras do estado presentes na primeira década republicana. Se no período imperial, a situação das finanças goianas – após diferentes declarações otimistas pela fechamento de contas via crédito – chegou a ser de tal forma preocupante, que levou o então presidente a declarar na sessão de abertura da Assembleia Legislativa em 1878 que “*São infelizmente desanimadoras as condições financeiras da Província*” (RPP, 1878, p.6); a chegada da República, longe de representar uma ruptura nesse padrão, representou uma continuidade: constante endividamento amplamente utilizado como como receita disponível em complemento à renda efetivamente arrecadada, com autorizações de tomada de crédito sempre presentes em leis (orçamentárias ou específicas). Acresce-se a isso uma maior dependência, comparativamente ao período político anterior, de recursos da União para o fechamento das contas.

Em 1897, o presidente do estado reconhecia que “*Como é sabido, há muitos annos que os orçamentos são votados e os exercícios encerrados com déficits até agora supridos por operações de credito e auxílios federaes*” (RPE, 1897, p.20). Ao longo dos anos foi sempre mencionado pela presidência estadual que o déficit de determinado exercício financeiro havia sido coberto pelo saldo de ano anterior, operações de crédito e auxílio recebido do governo federal, que não faziam parte das receitas estabelecidas pelas leis de orçamento, o que levava a entender que as condições financeiras do estado eram “*lisongeiras*” ou “*animadoras*”, com sobras de recursos que eram passados de um ano financeiro a outro, ocultando o fato de que as receitas geradas por Goiás eram insuficientes para custear todas as suas despesas correntes.

A composição das receitas arrecadadas considerando-se como tal também aquelas rendas extraordinárias, depósitos, saldo do ano anterior, repasses do governo federal e créditos vai apresentada na Tabela 5, para os exercícios financeiros de 1892 a 1898 (anos para os quais conseguimos levantar essas informações). A Tabela foi montada seguindo a apresentação encontrada nos documentos consultados, que divide a renda entre “*receita própria*” e “*outras receitas*”, que são aquelas recém listadas.

Tabela 5 - Composição da receita “geral”, 1892 a 1898
(réis - valores correntes)

Exercício financeiro	Receita própria	Outras receitas**	Receita geral
1892	309.753,202 (55,6%)	247.178,233 (44,4%)	556.931,435 (100%)
1893	370.238,267 (55,2%)	300.894,964 (44,8%)	671.133,231 (100%)
1894	451.029,404 (60,6%)	293.210,498 (39,4%)	744.239,902 (100%)
1895	376.247,924 (51,4%)	355.812,518 (48,6%)	732.060,442 (100%)
1896	404.917,781 (43,9%)	516.933,195 (56,1%)	921.850,976 (100%)
1897*	595.404,418 (66,9%)	295.016,368 (33,1%)	890.420,786 (100%)
1898*	578.144,805 (77,9%)	164.167,142 (22,1%)	742.311,947 (100%)

**receitas extraordinárias, depósitos, saldo do ano anterior, repasses do governo federal e créditos

*saldo parcial para os dez primeiros meses do ano financeiro

Fonte: Relatórios Presidenciais, anos diversos

É notório como, em todos os anos, as receitas que não aquelas próprias, decorrentes principalmente da arrecadação tributária e outras receitas correntes (como vendas de terras ou cobranças de dívida ativa), tiveram participação crucial na receita geral auferida por Goiás. Os menores percentuais foram para 1897 (33,1%) e 1898 (22,1%), com destaque para o ano financeiro de 1896, quando as “outras receitas” superaram as “receitas próprias” ao responder por 56,1% da receita geral recebida pelos cofres estaduais.

O balanço final para 1894, por exemplo, apresentou um saldo positivo de 120:357\$465. Excluídas todas as operações relativas a “outras receitas” e os gastos extraordinários com repasses específicos, o saldo final com as “*receitas e despesas próprias do anno referido*” ficou reduzido a um déficit de 76:670\$577.

Todos os relatórios presidenciais localizados para o período 1889-1901 fizeram algum tipo de menção, ora mais ora menos enfática, à abertura de crédito e/ou empréstimos, em regra, vistos com bons olhos, à continuidade do que havia sido nas décadas anteriores.⁵ A exemplo, a fala do presidente de Goiás em 1891:

Urge, portanto, se effectuem operações de credito, com máxima cautela, afim de ser debelado o déficit, que há de, forçosamente, surgir no orçamento que ides votar. Não tenhaes horror a empréstimo, desde que se possa amortizal-o e pagar os juros respectivos, dentro de cada exercício. Todas as nações, ainda as mais opulente e prosperas, devem e devem muito! Evitae sempre empréstimos onerosos e desnecessários, nunca os effectuados em boas condições. (...) Do exposto, estou certo, comprehendereis a necessidade urgente de auctorisação, em virtude da qual eu possa contrahir empréstimos convenientes (RPE, 1891, p.7-8).

A maioria dos créditos da primeira década republicana não foi especificada, assim como muito pouco se explicitou os montantes relativos às dívidas estaduais. Sabemos que a dívida passiva goiana em 1889, na viragem do Império para a República, era de 63:000\$000, sendo 33:0000\$000 de empréstimos contraídos “com o negociante desta praça Capitão Manoel Alves de Castro”, aos juros de 8% ao ano e 30:000\$000 de apólices emitidas aos juros de 6%, ainda no Império. Para 1892 houve menção a uma dívida consolidada de 35:800\$000.

Ao final dos anos 1870, a falta de numerário, de acesso ao crédito direto ou repasses do cofre central, fez com que Goiás passasse a emitir apólices de dívida pública provincial, dadas em pagamento, de forma compulsória, para os credores por dívidas e atrasados provinciais. (...) Apólices foram novamente emitidas, com o mesmo intuito, entre 1888 e 1890, apontando para a continuidade do endividamento (Reis, 2025, p.150).

⁵ Durante o Império, diante de déficits “Tinha-se no crédito a ação mais imediata, sendo sempre lembrada e executada a [...] conveniência de ser a presidencia autorizada na lei do orçamento, a fazer as operações de credito que julgar convenientes afim de se suprir o deficit, caso appareça.” Essa possibilidade foi continuamente posta nas leis orçamentárias e, quando não constante na lei do orçamento, era assunto de leis específicas em que ficava o presidente de Goiás autorizado a contrair créditos diversos. Havia àquele tempo a percepção de que endividamento via crédito era benéfico para a arrecadação e, por conseguinte, para as contas provinciais.” (Reis, 2025, p.148)

Para julho de 1895 foi relatado que os cofres do estado estavam “(...)*quasi exaustos e com uma dívida fluctuante superior a cem contos de réis, por empréstimos, a juro de sete por cento e dinheiros escripturados em deposito a seis por cento ao anno.*” (RPE, 1896, p.22) E voltou-se a explicitar números relativos ao endividamento e/ou à dívida pública de Goiás em 1898, quando ao ser fechado o balanço do exercício financeiro de 1896, apontou-se para este ano o pagamento de dívida passiva e respectivos juros no valor de 134:245\$356. Ademais, leu-se em relatório presidencial que em 1901 “*O Estado não têm dívida proveniente de emissão de apólices ou empréstimos, que não sejam os do Cofre dos Orphams. (...) importa em 167:789\$645, a quantia que exprime a dívida passiva do Estado, não compreendidos os juros respectivos*” (RPE, 1902, p.46).

Quanto aos repasses do governo central, para além daqueles regulares e com destinação específica, foi acordado para 1893 – provavelmente em virtude daquelas referidas mudanças de competência na execução de serviços público – um repasse de 500:000\$0000, equivalente a 1,4 vezes a receita total e 1,6 vezes a receita ordinária orçada para aquele ano. Foi entregue a Goiás 1/5 do valor acordado, sendo o restante recebido, não sem alguma dificuldade, ao longo dos anos seguintes. A esse respeito assim se pronunciou o presidente goiano em maio de 1895:

Quando assumi o governo do Estado em 1º de Julho de 1893 tal era o estado de nossas finanças que me vi forçado a lançar mão de operações de crédito para acudir aos diversos serviços indispensáveis para suprir assim a deficiência da lei de meios que votastes já com o déficit de 288:848\$410. Lancei mão desse recurso que me facultaste na respectiva lei do orçamento, não só por esse motivo como porque do auxílio concedido pela União, e do qual o meu antecessor apenas recebeu 100 contos, que foram aplicados em cobrir o déficit de 1892, só mais tarde, em Dezembro de 1893 e Janeiro de 1894, recebi mais cem contos, sendo parte naquele mês e parte neste, e bem assim mais 20:000\$000 para a instrução pública do Estado. Do auxílio a que me referi ainda deve a União ao Estado 300:000\$000, que até hoje não foram entregues ao mesmo, não obstante as reclamações reiteradas do governo (RPE, 1895, p.17).

Em novembro de 1895 o governo de Goiás recebeu outros 100:000\$000 dos repasses devidos pelo governo central. E os 200:000\$000 restantes chegaram aos cofres goianos no exercício de 1896, quando foram utilizados para pagar empréstimos aos credores que se negaram à consolidação de suas dívidas, “(...)*restando somente os depósitos, por amortização das apólices cujo pagamento só depende da declaração dos possuidores das mesmas de aceitarem ou não novas apólice em pagamento dos depósitos que lhes pertencem.*” (RPE, 1896, p.23).

Tais rubricas recebidas por Goiás entre os exercícios financeiros de 1893 a 1896 justificam, pois, boa parte do percentual bastante elevado apresentado para “outras receitas” na composição da renda geral goiana nesse período.

Não encontramos novos títulos da dívida goiana sendo emitidos ao longo da década de 1890, mas a presença daqueles emitidos anteriormente se fazia sentir, pois diante da persistente ausência de recursos, o governo goiano rolou, o mais que pôde, o pagamento do resgate dos títulos, tendo aprovado anualmente orçamentos com autorização de pagamento de juros a eles correspondentes. As derradeiras apólices da dívida pública goiana até então, foram resgatadas em junho de 1897.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do nosso trabalho buscamos analisar as origens do endividamento público em Goiás ao final do século XIX examinando a continuidade e as limitações do sistema tributário estadual e demonstrando que a transição do Império para a República, ou seja, da Província para o estado, apesar de introduzir novos instrumentos tributários e um arranjo federativo descentralizado, não significou ruptura. Goiás permaneceu com base fiscal estreita, enfrentando déficits recorrentes e recorrendo sistematicamente ao endividamento como complemento às receitas ordinárias.

Com o advento da República e com ela a constituição de 1891, houve uma discriminação mais específica entre a rendas da União e dos estados, dando maior espaço para a arrecadação local. Desta feita, houve, a partir de 1893, uma ampliação da base tributária do jovem estado de Goiás, que passou a taxar com alguma representatividade, para além daqueles setores tradicionais que permaneceram

sendo cobrados, a venda de terras públicas, a transmissão de bens imóveis e a propriedade de terras (imposto territorial).

Ainda assim, Goiás continuava sendo o ente subnacional de menor arrecadação entre os então existentes e as primeiras leis orçamentárias estaduais apresentavam receitas bastante próximas àquelas publicadas ao longo da década de 1880. O crescimento da receita que se seguiu – entre 1893 e 1901 as receitas ordinárias orçadas subiram 82% em termos reais e as efetivadas quase 120% – operou-se sobre a mesma base anterior, herdada do Império: a dependência de uma atividade majoritária, qual seja, direitos de exportação, em especial, aqueles relacionados à atividade criatória, contínua e novamente alvo da preocupação da administração pública.

Um peso mais igualitário na renda entre as diversas rubricas tributadas iria depender da posterior ampliação e diversificação econômica goiana que surgiu de forma lenta, ainda que tenha se intensificado, em alguma medida, com a chegada das ferrovias à fronteira do estado com Minas Gerais, representando uma maior possibilidade de integração da economia local com a economia nacional. Mantida a estrutura tributária, o aumento no nível de mercantilização da economia permitiu a concretização dos referidos avanços nas receitas (orçadas e arrecadadas).

Apesar de crescentes, os recursos advindos da efetiva arrecadação goiana não foram acompanhados por uma ampliação da base produtiva capaz de refletir de maneira firme na arrecadação, mostrando-se insuficientes para fazer frente às despesas fixadas. A instalação do estado de Goiás somada ao fato de terem passado ao estado serviços antes de responsabilidade do governo central, elevou os gastos e assim, em seus primeiros anos, as dificuldades financeiras do Estado refletidas nos déficits autorizados parecem ter sido maiores.

Na primeira década republicana as leis orçamentárias autorizavam déficits consideráveis, obrigando o Estado a entrar, repetindo o acontecido ainda no Império, em um processo de endividamento baseado na abertura de créditos, e em empréstimos, como comumente já se fazia há anos. Na década de 1890 não se emitiram mais títulos públicos, mas os efeitos de emissões anteriores ainda se faziam sentir nos pagamentos anuais de juros até 1897, quando as últimas apólices da dívida pública goiana anteriormente emitidas foram resgatadas. Também há que notar a importância que assumem os repasses da União (além dos regulares e com destinação específica), sem os quais grande parte das despesas correntes não se efetivariam.

Desta forma, ao encerramento dos diferentes exercícios financeiros mantinha-se na composição das receitas a consideração de saldos do ano anterior, repasses do governo federal e créditos, que em conjunto tiveram participação fundamental nas rendas recebidas, ocultando ciclos de endividamento sob balanços teoricamente equilibrados.

Em suma, a mudança do sistema político não representou uma ruptura, mas uma continuidade no processo de endividamento, largamente utilizado como receita disponível em complemento àquela efetivamente auferida e que demonstrou ser de caráter estrutural dentro do processo de execução das finanças públicas goianas. Estrutural também era o caráter deficitário das contas públicas, seja na consideração das leis orçamentárias, seja na consideração dos valores efetivados. Assim como, a base tributária que recaía sobre o consumo, produção e circulação de bens diversos, mantendo-se o peso maior da arrecadação em uma atividade produtiva principal: a exportação de gado.

FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIVO HISTÓRICO ESTADUAL DE GOIÁS - AHEG (Goiânia, GO)

Livros de orçamentos e balanços de receitas e despesas de Goiás (manuscritos): 1871-1872 (livro 536); 1872-1873 (livro 539); 1877-1878 (livro 650); 1878-1879 (livro 669); 1879-1880 (livro 676); 1883-1884 (livro 758); 1885-1886 (livro 821); 1890 (livro 966); 1896 (livro 1148); 1897 (livro 1180); 1898 (livro 1180); 1899 (livros 936 e 1197); 1901 (livro 1232); 1904 (livro 1261)

SITE DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL DE GOIÁS - “LEGISLAÇÃO HISTÓRICA”

Legislação do Império: 1835 a 1888

(<https://www.casacivil.go.gov.br/sobre-goias/legislacao-historica.html>)

Legislação da Primeira República: 1892 a 1901

(<https://legisla.casacivil.go.gov.br/>)

SITE DO CENTER FOR RESEARCH LIBRARY - CRL

(<https://www.crl.edu/>)

RPP - Relatórios dos presidentes da Província (impressos digitalizados): 1870 a 1883; 1886 a 1889

RPE – Relatórios dos presidentes do Estado (impressos digitalizados): 1892; 1893; 1895 a 1903

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva. A dívida pública externa do Brasil, 1824-1931, *Estudos Econômicos*, 15 (2), 1985

BERTRAN, Paulo. *Uma introdução à história econômica do centro oeste do Brasil*. Goiânia: UCG/Brasília, DF: Codeplan, 1988.

CARRARA, Ângelo Alves. *As Finanças do Estado Brasileiro: 1808-1898*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

CARREIRA, Liberato de Castro. *História financeira e orçamentária do império no Brasil*. Brasília e Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

COSTA, Wilma Peres. A questão fiscal na transformação republicana – continuidade e descontinuidade. *Economia e Sociedade*, Campinas, (10): 141-73, jun. 1998.

COSTA, Wilma Peres. *Cidadãos e contribuintes: estudos de história fiscal*. São Paulo: Alameda, 2020.

CORVAL, Paulo Roberto dos Santos. *A questão financeira na passagem do Império à República: o desenvolvimento das finanças públicas de 1850 a 1906*. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

IBGE. *Repertório estatístico do Brasil: quadros retrospectivos* (Separata do Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939/1940). Séries estatísticas retrospectivas, vol. 1. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1941.

IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro, 1835-1889*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

McCREERY, David. *Frontier Goiás, 1822 - 1889*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

MORAIS, Viviane Alves de. *Estradas interprovinciais no Brasil central: Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais (1834-1870)*. Dissertação (Mestrado) – USP, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Paulo Roberto de. *Entre rios e trilhos: as possibilidades de integração econômica de Goiás na Primeira República*. Dissertação (Mestrado) – UNESP, Franca, 2007.

REIS, Deborah Oliveira Martins dos. Estrutura orçamentária e receita tributária nas derradeiras décadas da imperial província de Goiás. *História Econômica & História de Empresas* v. 28, n.1, p. 128-164, 2025

RESTITUTTI, Cristiano Corte. Elementos da fiscalidade de Minas Gerais provincial. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n.10, p. 115-129, 2009.

SCACCHETTI, Camila; LOPES, Luciana S. A evolução da carga tributária na Província de São Paulo, 1835-1889. *Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura*. Campinas, v. 26, n. 1 [35], p. 85-116, 2018.

SCACCHETTI, Camila. *Do dízimo ao ICMS, raízes da tributação sobre o consumo*. São Paulo: Dialética, 2021.

VILLELA, André. Distribuição regional das receitas e despesas do governo central no II Reinado, 1844-1889. São Paulo: *Estudos Econômicos*, v. 37, n. 2, p. 247-274, 2007.

ZILIOOTTO, Guilherme Antonio. *Dois séculos de dívida pública: a história do endividamento público brasileiro e seus efeitos sobre o crescimento econômico (1822-2004)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

A POLÍTICA ECONÔMICA DE ERVA-MATE PARANAENSE E A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

PARANÁ'S YERBA MATE ECONOMY AND THE WAR OF THE TRIPLE ALLIANCE

Matheus Pelaquim Silva^a

^a Mestrando em História Social pela Universidade Estadual de Londrina
Contato principal: math.pelaquims@uel.br

Resumo

Este artigo busca analisar a relação da economia de erva-mate provincial paranaense com a questão militar da Guerra do Paraguai, que perdurou de dezembro de 1864 até março de 1870. Foram analisados relatórios provinciais paranaenses, conjunto de leis e decretos do Paraná, Atas do Conselho de Estado Pleno e os relatórios da Repartição dos Negócios da Guerra. Do ponto de vista teórico-metodológico, o trabalho desenvolveu-se a partir dos parâmetros da História dos Conceitos, proposta por Reinhart Koselleck e da História Política Renovada. A História dos Conceitos, como método especializado de crítica de fontes, preocupa-se com o uso de termos de relevância social e política, analisando expressões fundamentais de conteúdo do mesmo cunho. Neste estudo, utilizamos essa abordagem para pensar como os conceitos de Economia, Guerra e Política se interligam como práticas sociais, influenciando discussões e decisões históricas. Koselleck destaca que, desde a Revolução Francesa, os conceitos não apenas descrevem fatos, mas também apontam para o futuro, formulando privilégios políticos ainda por serem conquistados. Essa temporalidade presente nos discursos e documentos analisados é fundamental para compreender como a economia ervateira impulsionou a entrada do Paraná ativamente na Guerra do Paraguai. Assim, pretende-se alcançar um entendimento de que, dentre as motivações que levaram o Paraná a participar do conflito, a economia ervateira desempenhou um papel decisivo.

Palavras-chave: Erva-mate;Paraná;Guerra do Paraguai; História dos Conceitos.

Códigos JEL: N38; H7.

Abstract

This article aims to analyze the relationship between the provincial yerba mate economy in Paraná and the military aspects of the Paraguayan War, which lasted from December 1864 to March 1870. The study examines Paraná's provincial governors' reports, sets of laws and decrees from Paraná, minutes from the Council of State, and reports from the War Department. From a theoretical-methodological perspective, the research is based on the parameters of Conceptual History, as proposed by Reinhart Koselleck (2006) in *Futuro Passado*, and Renewed Political History. Conceptual History, as a specialized method for using sources, focuses on the use of socially and politically relevant terms, analyzing key expressions with similar content. This study applies this approach to understanding how the

concepts of Economy, War, and Politics intertwine as social practices, influencing historical discussions and decisions. Koselleck highlights that, since the French Revolution, concepts not only describe facts but also point toward the future, formulating political privileges yet to be achieved. This temporality, present in the analyzed discourses and documents, is essential to understanding how the yerba mate economy drove Paraná's active involvement in the Paraguayan War. Thus, this study aims to demonstrate that among the motivations leading Paraná to participate in the conflict, the yerba mate economy played a decisive role.

Keywords: Yerba mate; Paraná; Paraguayan War; Conceptual History.

JEL Codes: N38; H7.

INTRODUÇÃO

Este artigo, parte de uma pesquisa para um Trabalho de Conclusão de Curso, analisa a relação entre as conjunturas econômicas e militares do Paraná na Guerra do Paraguai sob a perspectiva da História Política Renovada. O objetivo é demonstrar que a economia erva-teira, por conta principalmente da concorrência do Paraná com o Paraguai, influenciou nas decisões militares dos presidentes da província e na elite política local.

O povoamento do território que viria a ser a comarca de Curitiba começou em meados do século XVII, impulsionado pela descoberta de ouro de aluvião nos rios que desembocavam na baía de Paranaguá. A exploração desse metal levou à fundação da vila de Paranaguá, um dos primeiros centros coloniais da região. Na tentativa de encontrar jazidas mais promissoras, exploradores avançaram para o interior, mas ao longo do século nenhuma mina de grande porte foi localizada. Diante disso, a ocupação dos campos de Curitiba ocorreu por meio da distribuição de sesmarias pela Coroa Portuguesa, o que estabeleceu os primeiros núcleos habitacionais, com doze dos vinte lotes concedidos ao longo do período.

Sem novas minas, os colonos desenvolveram atividades agrícolas e formaram pequenos povoados, assegurando a permanência da ocupação. Gradualmente, esses assentamentos deram origem a vilas como Curitiba, São José dos Pinhais, Bocaiúva do Sul, Serra Acima e Morretes. No entanto, a baixa rentabilidade da mineração limitou o crescimento populacional, pois a região não se tornou um grande polo de atração para novos colonos. Desse modo, embora a ocupação já pudesse ser considerada permanente, o desenvolvimento local seguiu um ritmo mais lento, baseado na agricultura e na organização das primeiras comunidades (Gregório, 2015).

Desde os primeiros habitantes da região de Paranaguá e Curitiba, já havia criação de gado destinada à alimentação local. Posteriormente, essa atividade passou a suprir também as áreas mineradoras emergentes, impulsionando o desenvolvimento econômico, enriquecendo algumas famílias e contribuindo para o crescimento populacional. Para expandir a criação de gado, começaram a ser concedidas sesmarias, o que resultou na distribuição de 142 lotes de terra ao longo do século XVIII. Esse processo intensificou a ocupação da região, que mais tarde se tornaria a quinta comarca da província de São Paulo. As terras doadas deram origem a novas povoações, e as fazendas pertencentes à elite agropecuária adquiriram um alto nível de autonomia, chegando a uma quase autossuficiência.

Antes mesmo da emancipação da Comarca de Curitiba se consolidar, várias discussões acerca deste tema foram realizadas nos mais diversos espaços de convivências, principalmente nas reuniões dos deputados paulistas. Cientes de que a emancipação da comarca era uma das principais reivindicações dos liberais curitibanos, os liberais paulistas negociaram um acordo: caso a região permanecesse neutra e não aderisse às revoltas, o Barão de Monte Alegre, recém-nomeado presidente da província de São Paulo, comprometer-se-ia a interceder junto ao ministério para transformar Curitiba em uma província. De fato, a comarca não se envolveu nos conflitos armados, e o levante de Sorocaba foi rapidamente reprimido pelas forças legalistas.

No entanto, a região permaneceu inquieta, e a possibilidade de apoio aos liberais paulistas ainda existia. O Barão de Monte Alegre cumpriu sua promessa e, em 30 de julho de 1842, enviou um ofício ao ministro do Império solicitando a elevação da comarca de Curitiba à categoria de província. Ele alertava para os riscos de ignorar as demandas locais, pois o descontentamento da

população poderia levar a região a adesão de movimentos revolucionários. Além disso, destacava a vulnerabilidade estratégica da comarca, especialmente devido à sua proximidade com a província do Rio Grande do Sul, um território instável naquele período.

Não era apenas o medo de uma rebelião que motivava José da Costa Carvalho. Em seu ofício, ele argumentava que Curitiba já possuía condições para se tornar uma província, citando sua população, arrecadação de tributos e a possibilidade de integração dos povos indígenas. Além disso, a grande distância da comarca em relação ao centro administrativo de São Paulo dificultava sua gestão. Quanto à capital da nova província, Monte Alegre defendia que Curitiba seria a melhor escolha, por estar centralmente localizada e facilitar o acesso às demais áreas da região. Esses mesmos argumentos seriam retomados pelos deputados que defenderiam a criação da província na Câmara, cerca de um ano depois (Gregório, 2015).

Após ser aprovada no Senado em 28 de agosto de 1850, a proposta de emancipação da comarca de Curitiba retornou à Câmara dos Deputados para nova rodada de debates. O projeto, originalmente apresentado por Carlos Carneiro de Campos, havia sido adiado por tempo indeterminado em 1843, e desde então, o cenário político brasileiro havia mudado significativamente. As razões exatas desse intervalo de três anos entre a aprovação no Senado e a retomada na Câmara não são totalmente claras, sendo provável que tais demoras fossem comuns nos trâmites legislativos do parlamento imperial.

A separação de São Paulo era vista como um enfraquecimento da província, resultando na criação de outra unidade administrativa sem grande solidez, enquanto regiões como Bahia, Minas Gerais e Pernambuco continuavam preservando sua influência política. Segundo a bancada paulista, essa situação ocorria devido à forte presença dessas províncias no parlamento, impedindo qualquer tentativa de desmembramento. Ribeiro de Andrade apontava que, apesar de algumas províncias possuírem território e população superiores aos de São Paulo, raramente surgiam propostas para dividi-las. Quando isso acontecia, suas bancadas, mais numerosas, rapidamente se organizavam para barrar qualquer mudança, perpetuando um impasse difícil de superar.

A emancipação do Paraná enfrentou debates acirrados e forte resistência de uma bancada parlamentar influente, apesar de não ser numericamente expressiva. O avanço do projeto só foi possível graças ao apoio dos representantes mineiros, que já haviam demonstrado sua relevância em 1843 ao adiar uma proposta favorável ao desmembramento, mesmo contando com o respaldo do governo central. A definição das províncias no Brasil Império ocorreu dentro do parlamento, seguindo a estrutura de um sistema representativo com características federativas. A criação oficial da província do Paraná, em 20 de agosto de 1853, representou uma derrota para os paulistas e a vitória de um plano alinhado aos interesses do governo central. No entanto, esse desfecho foi resultado de intensas articulações políticas e disputas dentro do legislativo até que o projeto fosse, enfim, aprovado (Gregório, 2015).

Apesar de a Guerra da Tríplice Aliança ser um fenômeno de grandes proporções, os seus aspectos mais específicos não devem ser desconsiderados: eles compõem a conjuntura do processo histórico e, por isso, merecem uma análise aprofundada para que se alcance um entendimento mais amplo do próprio conflito.

Durante a primeira metade do século XIX, a região do Prata foi palco de disputas entre facções políticas e intervenções estrangeiras. No Uruguai, a rivalidade entre blancos (latifundiários e protecionistas) e *colorados* (liberais e favoráveis ao livre comércio) foi intensificada pelo exílio de opositores do governo argentino de Juan Manuel de Rosas, que buscava expandir sua influência. No contexto argentino, a luta política opunha unitários (centralistas) e federales (autonomistas). Rosas utilizou métodos autoritários para consolidar seu poder, resultando na oposição de grupos como os unitários, apoiados pelo Brasil.

O Império brasileiro se posicionou contra Rosas para conter a expansão de Buenos Aires sobre o Prata, o que poderia comprometer seus interesses estratégicos. Inicialmente, adotou uma política cautelosa, evitando confronto direto e sustentando financeiramente Montevidéu e Urquiza, líder argentino contrário a Rosas. A aliança entre Brasil, Uruguai e Entre Ríos foi formalizada em 1851 e culminou na derrota de Rosas na Batalha de Monte Caseros, consolidando a influência brasileira na região.

A hegemonia brasileira no Prata após 1852 intensificou tensões com o Paraguai, cujo governo buscava maior controle sobre sua navegação fluvial e expansão comercial. As disputas fronteiriças e

comerciais entre Brasil e Paraguai tornaram-se cada vez mais evidentes, agravando a rivalidade entre os países. Nos anos 1860, mudanças políticas acentuaram os conflitos. No Paraguai, Francisco Solano López assumiu o poder e adotou uma postura mais intervencionista. No Uruguai, a guerra civil entre *blancos* e *colorados* envolveu diretamente Brasil e Argentina. O governo brasileiro, alinhado aos *colorados*, justificou sua intervenção sob a alegação de proteger seus cidadãos e interesses econômicos no país. A elite agrária sulista, fortemente integrada à economia uruguaia, também pressionou pela intervenção. A ocupação do Uruguai e a crescente rivalidade entre Brasil e Paraguai criaram um ambiente propício para a eclosão da Guerra do Paraguai, conflito resultante de décadas de disputas políticas, territoriais e comerciais na região platina.

Mapa 1 - República do Paraguai no início do século XIX



Fonte: Acervo Digital Biblioteca Nacional

Solano López estava ciente da dificuldade que o Império enfrentaria para reagir a um ataque à província de Mato Grosso, devido ao isolamento evidente da região em relação à proteção imperial. Dessa forma, suas expectativas eram de obter êxito na investida sem grandes obstáculos. Esse planejamento foi favorecido pelo levantamento de informações realizado pelo Paraguai anos antes do conflito. Em 1862, por exemplo, uma patrulha de cavalarianos percorreu o distrito de Miranda, e em 1863, um oficial da Marinha paraguaia visitou Corumbá e outros pontos estratégicos da região. Além disso, em 1864, o governo paraguaio recebeu informações militares de um deserto brasileiro do Forte Coimbra (Doratioto, 2002). Esses fatos evidenciam que a guerra já fazia parte dos interesses de Solano López, além de demonstrar a eficácia do Paraguai na coleta de informações para garantir maior segurança na invasão.

Em dezembro daquele ano, partiram de Assunção e Concepción duas incursões militares para invadir Mato Grosso. A primeira, de caráter marítimo, envolvia cerca de 4.200 soldados e tinha como principal objetivo capturar o Forte Coimbra, enquanto a segunda, terrestre, contava com aproximadamente 3.500 soldados. A província era defendida por apenas 875 combatentes, número significativamente inferior aos 3.000 que deveriam estar disponíveis, segundo estimativas. Essa discrepância contribuiu para uma sólida vitória paraguaia, essencial para a estratégia logística de Solano López, pois a ocupação de Mato Grosso permitia que ele voltasse suas atenções para o Rio da

Prata (Doratioto, 2002).

Mapa 2 - Província de Mato Grosso no século XIX



Fonte: Acervo Digital Biblioteca Nacional

Para responder à ofensiva, o Império mobilizou rapidamente seus contingentes militares. O Brasil possuía um exército de aproximadamente 18 mil homens, enquanto o Paraguai contava com cerca de 70 mil soldados. Como forma de aumentar o número de combatentes, o governo imperial recorreu à mobilização da Guarda Nacional e incentivou a participação popular através da criação dos Voluntários da Pátria. Em 7 de janeiro de 1865, a Lei nº 3.371 foi decretada, oferecendo vantagens aos homens que se alistassem voluntariamente, incluindo baixa do serviço ao final do conflito e pensões para as famílias de combatentes falecidos (Ferrer, 2004). Nos primeiros momentos, essa estratégia teve resultados positivos, superando as expectativas de recrutamento.

O conflito, no entanto, se prolongou além do esperado. Após a ocupação de Mato Grosso, as tropas paraguaias iniciaram uma nova ofensiva, com o objetivo de alcançar o Uruguai através do território argentino. Em 1865, Solano López solicitou permissão para atravessar Misiones, mas o pedido foi negado pelo governo argentino, que se declarava neutro. Como consequência, López decidiu invadir o território argentino, o que resultou na entrada formal da Argentina na guerra. A ocupação de Corrientes foi o estopim para a formação da Tríplice Aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai (Izecksohn, 2017). Apesar da aliança, houve resistência por parte da população argentina, que não via a guerra como um problema nacional, mas sim como um conflito entre Paraguai e Brasil. Ainda assim, os argentinos se dirigiram ao campo de batalha.

O Tratado da Tríplice Aliança, firmado em 1º de maio de 1865, representou um esforço diplomático significativo e possibilitou o deslocamento de tropas brasileiras para o território argentino, além de garantir à Marinha Imperial liberdade de navegação nos rios Paraná e Paraguai. Como contrapartida, o General Mitre foi designado comandante das forças aliadas, o que gerou descontentamento entre militares brasileiros, que passaram a lutar sob o comando de um estrangeiro, e entre argentinos, que viam a presença do Brasil como uma ocupação de seu território (Izecksohn, 2017). O governo argentino esperava uma guerra rápida, com a tomada de Assunção em poucos meses, mas essa previsão se mostrou equivocada.

Para Solano López, a aliança representava um golpe estratégico que o forçava a reconsiderar suas opções. Ele poderia retirar suas tropas para o território paraguaio e negociar um acordo de paz

em desvantagem ou transformar sua posição defensiva em uma ofensiva contra os aliados, buscando um impacto psicológico que favorecesse o Paraguai nas negociações (Doratioto, 2002).

Nesse contexto, ocorreu a Batalha do Riachuelo, um dos eventos decisivos do conflito. A batalha se deu ao longo de um trecho sinuoso do rio Paraná, próximo à desembocadura do riacho do Riachuelo, em uma área de difícil navegação. Os paraguaios haviam posicionado 30 canhões em um terreno elevado na margem esquerda, enquanto 3 mil soldados aguardavam em Rincón de Lagrana para o combate. A frota brasileira enfrentou dificuldades ao avançar, sendo atacada por baterias terrestres e navios inimigos. Durante o confronto, algumas embarcações brasileiras sofreram avarias e encalharam, mas conseguiram reagir, impedindo abordagens paraguaias e mantendo-se no combate.

O triunfo permitiu ao Brasil e seus aliados da Tríplice Aliança assegurarem o bloqueio da navegação paraguaia, cortando o suporte logístico essencial para suas tropas. Com o domínio sobre os rios da Bacia do Prata, as forças brasileiras garantiram a supremacia no transporte de suprimentos e soldados, consolidando uma vantagem estratégica determinante para o avanço das operações militares e aproximando-se da vitória final no conflito.

As forças paraguaias continuavam sua tentativa de invadir o Rio Grande do Sul, mesmo com a concretização da Tríplice Aliança. A ofensiva já era esperada pelos militares brasileiros, mas a província estava tão desguarnecida quanto Mato Grosso. Em junho de 1865, tropas paraguaias partiram da Argentina e atacaram São Borja, onde os brasileiros, em menor número, foram forçados a recuar. O General Estigarribia, contrariando ordens diretas de López, permitiu saques e abusos contra a população local, o que gerou grande insatisfação (Doratioto, 2004).

Após a retomada de Uruguaiana, a ofensiva passou para os aliados, que avançaram sobre Itapua e Corrientes. No entanto, dificuldades logísticas e falta de coordenação impediram um avanço rápido. Em abril de 1866, sob comando de Osório e com apoio da esquadra imperial, o grupo invadiu o Paraguai, vencendo em Passo da Pátria. O objetivo era tomar Humaitá e, depois, Assunção.

Problemas como falhas logísticas, desconhecimento do terreno e subestimação dos paraguaios enfraqueceram os aliados. Em Tuiuti, enfrentaram um ataque surpresa em Bellaco, que revelou a estratégia paraguaia de ofensivas rápidas. Em maio, Solano López reuniu 23 mil homens para atacar os 35 mil aliados. Apesar da superioridade da cavalaria paraguaia, a artilharia inimiga garantiu a vitória. Os paraguaios perderam mais da metade de suas tropas, enquanto as baixas aliadas não passaram de 4 mil. Porém, a falta de perseguição ao inimigo impediu um avanço imediato sobre Humaitá.

Os paraguaios continuaram ataques intensos, causando grandes perdas aos seus inimigos. Em setembro de 1866, Solano López tentou negociar paz com Mitre, mas sem sucesso. A ofensiva aliada contra Curupaiti fracassou devido à forte defesa paraguaia e erros estratégicos, gerando a maior derrota brasileira e argentina na guerra. Esse revés aumentou a desconfiança entre os aliados, levando à nomeação de Duque de Caxias como comandante.

Caxias reorganizou o exército, reforçando defesas, melhorando logística e combatendo epidemias, que haviam causado milhares de mortes. No entanto, problemas como a retirada argentina, a cólera e a necessidade de treinar novos soldados atrasaram o avanço. Só após essa reorganização, os aliados retomaram a ofensiva para ultrapassar Humaitá e encerrar a guerra.

Com o início dessa nova fase do conflito, o projeto militar de Caxias tinha como principal objetivo cercar Humaitá, isolando completamente a fortaleza de qualquer comunicação ou apoio vindo de Assunção ou de outras tropas paraguaias. O cerco teve início em novembro de 1867, e em resposta, López tentou deter esse avanço com um ataque ao acampamento aliado. Esse conflito ficou conhecido como "Segundo Tuiuti", no qual cerca de 8.000 soldados paraguaios, após horas de confronto, conseguiram capturar prisioneiros entre as forças aliadas. Entretanto, esse ataque custou a vida de aproximadamente 2.500 soldados paraguaios, reduzindo significativamente a guarnição de Humaitá e facilitando sua posterior queda.

Humaitá era o principal bastião militar paraguaio, tornando-se o segundo maior centro populacional do país, com mais de 30 mil habitantes no início da campanha. No entanto, diferentemente de uma cidade convencional, sua estrutura era majoritariamente militar, com poucos edifícios civis. A maior parte das tropas estava distribuída em quartéis atrás das linhas defensivas costeiras e terrestres (Nakayama, 2018).

O local foi finalmente ocupado em julho de 1868, após ordem de evacuação de López. Em obediência ao Tratado da Tríplice Aliança, Caxias ordenou a destruição das fortificações, trabalho

realizado em quinze dias por um batalhão de Voluntários da Pátria (Doratioto, 2002, p.330). A fortaleza então tornou-se a base aliada para a próxima fase da guerra: a conquista de Assunção.

No entanto, Caxias começou a questionar a continuidade da guerra, percebendo sua impopularidade crescente no Brasil. Ainda assim, devido às cláusulas do Tratado da Tríplice Aliança, os combates prosseguiram, com destaque para a "Dezembrada", que incluiu batalhas como Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura. A atuação da Guarda Nacional foi essencial nesse período. A Batalha de Avaí, por exemplo, foi retratada por Pedro Américo em 1877 e destacou-se pela resistência feroz das tropas paraguaias, incluindo crianças e adolescentes (Freitas, 2024).

Em janeiro de 1869, após essas batalhas violentas e com elevado número de baixas, Caxias e as forças aliadas chegaram a Assunção, ocupando-a entre os dias 1º e 5 de janeiro. No entanto, insatisfeito com o prolongamento da guerra, Caxias declarou encerrada sua participação no conflito e retirou-se (Vas, 2011). A guerra, contudo, ainda não estava finalizada, pois o objetivo imperial era a eliminação de Solano López.

A chegada do Conde d'Eu ao Paraguai em abril de 1869 marcou uma nova etapa do conflito. Ele liderou as forças brasileiras nas últimas grandes batalhas, como Peribebuí e Campo Grande (Acosta Ñu), e teve papel decisivo na perseguição e morte de Solano López. A historiografia o retrata como líder eficiente, porém impiedoso, especialmente pelo incêndio de Peribebuí.

Após as derrotas em Peribebuí e Campo Grande, López fugiu para Caraguataí, onde declarou a vila como a quarta capital da República. Entretanto, as forças aliadas avançaram em três colunas, cercando os paraguaios e forçando a fuga de López, que foi assassinado em 1º de março de 1870, encerrando definitivamente a guerra (Doratioto, 2009).

O Paraguai sofreu as consequências mais devastadoras do conflito, com uma drástica redução populacional e perda territorial. Estima-se que cerca de 150 mil paraguaios tenham morrido durante a guerra. O país permaneceu sob ocupação brasileira até 1876, período em que o Império garantiu sua influência sobre o Paraguai e definiu fronteiras favoráveis aos seus interesses (Doratioto, 2004, p.23).

No Brasil, o principal impacto foi o fortalecimento político do Exército, que passou a ter maior influência nos rumos do país. As queixas dos militares sobre salários baixos e falta de equipamentos, somadas às ideias positivistas disseminadas nas academias militares, foram fatores determinantes para a Proclamação da República em 1889. A participação de soldados negros também acelerou o fim da escravidão, pois o Exército começou a recusar-se a perseguir escravos fugidos, culminando na Abolição em 1888 (Menezes, 1998).

1. PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA

Uma das questões mais marcantes do conflito foi a intensa mobilização ocorrida no Império brasileiro. Embora os decretos de convocação fossem abundantes e válidos para inúmeras regiões, cada província possuía uma dinâmica própria. No caso paranaense, a situação da milícia cidadã foi particular.

Os decretos de 1850 e 1857, que tornavam obrigatório o envio de soldados desse segmento, não abrangiam o Paraná. No entanto, a elite política local se mobilizou para organizar tropas da Guarda Nacional e buscou garantir que a província fosse incluída quando um novo decreto fosse promulgado. Isso se consolidou em janeiro de 1865, com a proclamação do decreto nº 3.383, que finalmente citava o Paraná.

Iremos recorrer à metodologia presente na obra organizada por Koselleck (2006) *Futuro Passado*, mais especificamente o capítulo que trata da História dos Conceitos. Segundo o autor, esse é um método especializado da crítica de fontes que se preocupa com o uso de termos de relevância do ponto de vista social e político e que analisa expressões fundamentais de conteúdo do mesmo cunho (Koselleck, 2006).

A questão aqui é que utilizaremos a crítica proposta pelo autor para pensar o uso de conceitos que influenciam na discussão social e política presente nesta pesquisa. Além do mais:

Desde a Revolução Francesa, essa batalha se intensificou e sua estrutura se modificou: os conceitos não servem mais para apreender os fatos de tal ou tal maneira, eles apontam para o futuro. Privilégios políticos ainda por serem conquistados foram formulados primeiro na linguagem, justamente para que pudessem ser conquistados e para que fosse possível denominá-los (Koselleck, 2006, p.102).

Para o historiador alemão, a História Conceitual e a Teoria da História estão intimamente conectadas, integrando-se ao esforço interpretativo dos sujeitos históricos em atribuir significado à sua existência. Os indivíduos dependem dos conceitos para compreender e interagir com a realidade, e, por meio das experiências acumuladas e das mudanças vividas, realizam ações que se projetam no tempo e no espaço, desempenhando um papel essencial em sua autocompreensão (Bentivoglio, 2010).

Ao entender a relevância do trabalho de Koselleck e o impacto significativo de suas contribuições no campo historiográfico, torna-se possível afirmar que a História dos Conceitos, por definição, representa uma abordagem que busca não apenas compreender a evolução das ideias e conceitos ao longo do tempo, mas também explorar suas relações intrínsecas com os contextos históricos, sociais e culturais nos quais estão inseridos. Assim, podemos dizer que:

Portanto, a história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social ou político (Koselleck, 2006, p.103).

O que é denominado como “termos relevantes” pelo autor em seu texto, nada mais é do que os conceitos, e estes têm um grande impacto na sociedade. O desafio central da história conceitual é compreender como os conceitos podem contradizer seus próprios pressupostos e como ocorrem as transformações em seus significados ao longo do tempo. Nesse sentido, os conceitos não são estáticos ou imutáveis, mas devem ser analisados como elementos influenciados pela temporalidade e pela linguagem (Bentivoglio, 2010).

De acordo com o autor, é possível mensurar a importância dada por ele aos conceitos quando ele afirma que sem ideias compartilhadas, nenhuma comunidade pode existir, e, acima de tudo, torna-se impossível alcançar uma coesão na atuação política, ou seja:

Sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política. Por outro lado, os conceitos fundamentaram-se em sistemas políticos sociais que são, de longe, mais complexos do que faz supor sua compreensão como comunidades linguísticas organizadas sob determinados conceitos-chave (Koselleck, 2006, p.98).

O impacto dos conceitos ao longo da história da sociedade torna-se assim evidente, tanto pelo fato de eles serem essenciais para a fundamentação de qualquer sociedade, quanto por aquilo em que eles mesmos se fundamentaram, o que os torna ainda mais essenciais para uma análise e compreensão dos contextos sociais.

Conceitos existem na própria história (ou seja, expressos nas fontes históricas examinadas pelo historiador), e também na História (historiografia) que vai sendo construída pelo historiador à medida que ele entretece suas reflexões sobre a "história vivida" que lhe chega através dos vestígios do Passado (Assunção, 2015, p.43).

Essa abordagem evidencia como o historiador não apenas interpreta o passado a partir dos vestígios históricos, mas também constróiativamente a historiografia ao articular suas reflexões. Essa perspectiva sublinha o caráter dinâmico da historiografia, na qual o diálogo entre história vivida e história escrita amplia a compreensão dos eventos e reforça a complexidade do trabalho historiográfico:

Dessa maneira, seria possível, ao historiador considerar dois níveis de conceitos - dois planos através dos quais ele se movimenta em sua prática historiográfica: o plano das suas próprias reflexões e construções historiográficas, e o plano histórico que está sendo examinado (Assunção, 2015, p.43).

A relevância dos conceitos e de sua profunda análise fica evidente quando consideramos o momento em que passaram a ser utilizados com rigor suficiente para servir como indicadores de transformações políticas e sociais, tal como ocorre no presente (Koselleck, 2006).

O ponto fundamental dessa discussão é sempre entender a polissemia dos conceitos. Essa é a peça-chave para se analisar o conteúdo das fontes documentais neste trabalho. Existe uma diferença fundamental entre uma pura palavra e um conceito, e ela se dá justamente por esse ponto:

O sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Um conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico. Embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrava a ela (Koselleck, 2006, p.109).

As circunstâncias da aplicação de um conceito, ou o seu contexto, também influenciam sua utilização e consequente análise. O intuito é perceber se é possível delimitar a intenção do discurso presente nos documentos. A partir da análise dos conceitos e de seu contexto, obtém-se um entendimento mais amplo dos interesses daqueles que redigiram tais fontes. Isso é possível pois o método da História dos Conceitos se baseia em:

Nossa investigação se limita aos conceitos empregados especificamente naquela oração, mas nos proporciona um auxílio especialmente eficaz para que possamos compreender como propor e responder questões pertinentes à história social (Koselleck, 2006, p.100).

Essa proposta consiste em realizar a leitura do conteúdo apresentado nos documentos provinciais, com o objetivo de identificar os conceitos principais presentes nas frases, como “política”, “economia”, “guerra”, “partido”, entre outros: “Um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo, portanto, a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tomado inteligível, uma relação necessariamente tensa” (Koselleck, 1992, p.3). A análise busca compreender tanto o contexto em que esses conceitos estão inseridos quanto a função que desempenham nesse tipo de documento.

Assim, o ponto da temporalidade presente nos discursos presidenciais, a articulação conceitual e o contexto em que esses mesmos conceitos se inserem são fundamentais para a compreensão de tais documentos.

Para pensarmos os parâmetros teóricos do trabalho iremos usar a obra de René Rémond (2003) *Por uma história política*, livro no qual a própria noção de político vai se alargar abarcando inúmeras esferas:

A história como realidade, tomada no sentido da sequência dos acontecimentos, teve seu papel nessa volta às boas graças do político: a experiência das guerras, cujo desencadeamento não pode ser explicado apenas pela referência aos dados da economia, a pressão cada vez mais perceptível das relações internacionais na vida interna dos Estados lembraram que a política tinha incidência sobre o destino dos povos e as de que o político tinha uma consistência própria e dispunha mesmo de uma certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social... Outra coisa atuou no mesmo sentido para reintegrar os fatos políticos ao campo de observação da história: a ampliação do domínio da ação política com o aumento das atribuições do Estado (Rémond, 2003, p.23).

Vamos buscar uma interligação entre os conceitos de Economia, Política e Guerra para pensarmos a entrada da província do Paraná na Guerra do Paraguai. Como cita o autor, “O político não constituiu um setor separado: é uma modalidade da prática social” (Rémond, 2003, p.35). Ou seja, partiremos do ponto em que tanto a Guerra quanto a Economia são práticas sociais e são influenciadas pela Política.

2. A ECONOMIA ERVATEIRA E A POLÍTICA NO PARANÁ

A *Ilex paraguariensis*, conhecida como erva-mate, é nativa da Mata Atlântica e ocorre no sul do Brasil, norte da Argentina, Paraguai e Uruguai. Sua árvore pode ultrapassar oito metros, com caule curto, folhas ovais e pequenos frutos verde-arroxeados. Os indígenas Guaranis e Quíñcha foram os primeiros a consumir a erva em infusões, hábito que já existia antes da chegada dos colonizadores espanhóis. O termo "mate" vem do quíñcha *matty*, nome do recipiente usado para beber a infusão. Hoje, a erva-mate é consumida como chimarrão (com água quente) e tererê (com água fria ou limonada), sendo popular no Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e algumas regiões do Chile e Peru. Além do consumo tradicional, é apreciada por suas propriedades estimulantes e digestivas,

sendo encontrada também em chás quentes e gelados (Junior, *et al*, 2017).

A tradição do consumo de erva-mate no Brasil remonta ao período colonial, mas seu destaque econômico, tanto no Império brasileiro quanto na província do Paraná, consolidou-se apenas a partir do século XIX. Antes disso, os mercados platinos recebiam a planta do Paraguai, que já possuía uma tradição mais firmada com a erva, desde o século XVI (Filho, 1996).

Por ser um produto que despertava interesse nos cronistas e viajantes, a exemplo de Manuel Aires de Casal (1817), que sobre a produção e consumo da erva-mate afirmou:

O vegetal do mate é um arbusto grande com folha semelhante à da laranjeira, e gosto de malva; esta é a que se aproveita. Dizem que a melhor é a da Serra Maracaju. Não se espera que as folhas caiam: depois de colhidas são torradas por alguns dos métodos aprovados, comumente sobre couros entre duas fogueiras. Toma-se quase como chá; e por certo que tem utilidades. O uso desta bebida dominava de tempos imemoráveis entre os indígenas da parte setentrional desta província; foram eles os que o introduziram entre os primeiros habitantes de Assunção (Casal, 1817, p.80).

Nota-se a variedade nas formas de colheita e utilização para o consumo desta planta. É importante pontuar que foram os povos originários que geraram as primeiras evidências de consumo da erva-mate, especialmente na região do atual Paraguai. Além disso, nesse espaço, por mais que muitos imigrantes realizassem técnicas eficazes para o cultivo, muitas delas já eram manejadas pelos povos originários:

A partir do final do século XIX a sustentação econômica da colônia dependeu, em boa medida, do êxito do cultivo da Ilex, cujas técnicas de germinação e plantio foram desenvolvidas pelo imigrante Federico Neumann. Estas técnicas, para quebrar a dormência da semente, produzir mudas e iniciar cultivos expostos ao sol, eram conhecidas das populações indígenas no período das missões jesuítas (Gerhardt, 2013, p.217).

O fato é que a maioria das regiões onde o cultivo da erva-mate se desenvolveu de maneira forte e significativa, que eram anteriormente habitadas por caboclos ou indígenas, passou por um processo de troca de conhecimentos com esses grupos. Essa convivência permitiu que os imigrantes aprendessem técnicas essenciais para a adaptação ao ambiente, incluindo o reconhecimento de plantas, a obtenção de alimentos e o manejo da erva-mate, desde a extração até o preparo.

No Paraná, o setor ervateiro deu seus primeiros passos ainda no século XVII, período no qual a produção era voltada para o consumo interno. Tanto os ervais quanto os engenhos de produção encontravam-se na região de Curitiba. O processo de produção era bem rudimentar quando comparado a outras técnicas que havia na América Latina: a erva canchecada era preparada pelo processo manual, com os produtores utilizando o soque em pilões. Por fim, eles tinham a função de acomodar e transportar o produto resultante de seus esforços. Outro ponto que caracterizava essa fase da produção mateira paranaense era a presença predominante da mão de obra escrava e indígena.

Do século XVI até o início do XIX, a exportação do Paraná estava limitada às lógicas ainda coloniais, e sua produção normalmente se direcionava aos portos do Rio de Janeiro. A mudança desse cenário veio com algumas transformações. A primeira que podemos citar é que o Paraná se beneficiou da participação de Alzagaray e Manuel Miró, que se alocaram nas regiões de Paranaguá e Morretes a partir da década de 20 do século XIX:

As técnicas de beneficiamento, fabricação e acondicionamento introduzidas por Alzagaray, fundamentadas nas práticas ervateiras platinas e paraguaias, seriam de capital importância para o aproveitamento industrial do mate paranaense, e, sobretudo para sua colocação nos mercados externos (Balhana, 1969, p.135).

Juntamente com essas mudanças, é fundamental citar o uso de surrões¹ para embalar a erva-mate e facilitar o transporte, possibilitando o comércio ervateiro e podendo concorrer com a erva de

¹ Surrões eram sacos ou embalagens feitas de couro ou tecido grosso, utilizados para armazenar e transportar produtos como a erva-mate. Eles eram fundamentais para o comércio ervateiro, pois permitiam o acondicionamento eficiente da erva, facilitando seu transporte em longas distâncias e garantindo maior durabilidade do produto. A adoção dos surrões foi uma inovação importante no processo de comercialização da erva-mate, permitindo que a produção paranaense competisse com a de outras regiões.

outras regiões. Paralelamente a essas ações, houve uma mecanização, ainda que simples, do trabalho, ou seja, uma pequena industrialização a partir da instauração de engenhos:

Movidos inicialmente por rodas d'água, os engenhos atuavam como moinhos, refinando a erva-mate inicialmente preparada nos ervais. Neles era empregada mão de obra escrava e também livre e assalariada (Percio, 2017, p.94).

Questões internas do próprio Paraguai também influenciaram essa presença paranaense na disputa pelo mercado platino. As ações e decisões políticas de José Gaspar de Francia, governante do Paraguai de 1814 a 1840, implantaram políticas nacionalistas e restritivas à exportação de erva-mate paraguaio. O líder político desejava que os produtos de seu país circulassem somente no mercado interno. Assim, as portas para a exportação da erva brasileira, e consequentemente do paranaense, se abriram.

Para pensarmos melhor essa dimensão, trago dados sobre a média de produção do Paraguai: “Durante el Gobierno francista las exportaciones cayeron en picada. Entre 1.800 (era colonial) y 1.839 (era independiente) la exportación de yerba cae de 2.739 a 113 toneladas” (Coronel, 2012 p.183)². Aqui vemos o peso das ações de Francia em relação à exportação, ou seja, foi nesse processo que a erva paranaense conquistou espaço no mercado internacional. A título de comparação, o quadro a seguir demonstra, em toneladas, os números da exportação brasileira da erva-mate nessa mesma temporalidade explicitada no trecho anterior.

Quadro 1 - Exportação brasileira de erva-mate de 1831-1839/40.

Anos	Quantidade exportada em toneladas
1831	1347
1832	1478
1833	1658
1833/34	1805
1834/35	1207
1835/36	2345
1836/37	2139
1837/38	2566
1838/39	2321
1839/40	2547

Fonte: IBGE. 2007

Vemos que foram exportadas 1.347 toneladas em 1831 e mantém-se uma média de quase 1.500 toneladas anuais. Este quadro, porém, apresenta um salto significativo em 1835/36, quando o país ultrapassou a margem de 2.000 toneladas de erva exportada, tendência que se manteve ao longo da década. Assim, a importância do Brasil no mercado platino tendeu a crescer. A partir dessa situação, o Paraná foi ganhando força na exportação da erva-mate, enviando seu produto para lugares como Uruguai, Argentina e outras províncias do próprio Império brasileiro.

É necessário levantar aqui também o peso político de toda a relação da produção e exportação de erva-mate para o Paraná. Ressalto mais uma vez que, no período citado, o Paraná como província ainda não existia. Mesmo assim, a consciência política dos paranaenses já estava aflorada, e a produção mateira influenciou esse sentimento, como aponta Oliveira (1974, p.5): “As condições econômicas do Paraná em função da erva-mate já haviam conscientizado a classe política quanto à sua importância no mercado exterior, e sua valorização quanto à qualidade.”

Essa situação se altera de forma significativa a partir da morte de Francia e com a sucessão que coloca Carlos Antonio López no comando do Paraguai, primeiramente como cônsul, em 1841, e a partir de 1844 como presidente, ficando no cargo até 1862. Com o novo governo, o Paraguai e

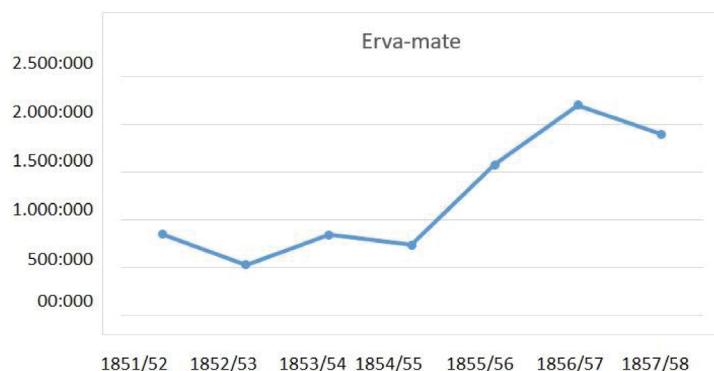
² Tradução livre: Durante o Governo francista, as exportações caíram consideravelmente. Entre 1800 (período colonial) e 1839 (período independente) a exportação da erva cai de 2.739 a 113 toneladas.

sua erva-mate voltam a se estabelecer no mercado do Prata, em detrimento da erva paranaense, que ainda era considerada de qualidade inferior.

Até esse momento, foi possível observar como a questão da erva-mate tem um peso que extrapola os limites meramente paranaenses. Desde o princípio, a tradição da exportação mateira da quinta comarca esteve ligada às decisões de vários países, com foco no Paraguai. A forma como essa dinâmica movimentou as questões sociais e políticas locais permite, portanto, compreender a luta pela emancipação da província e a opção das elites em participar da Guerra com o Paraguai. Desse modo, podemos afirmar que a dimensão econômica da situação foi fundamental para as mudanças políticas que ocorreram na região.

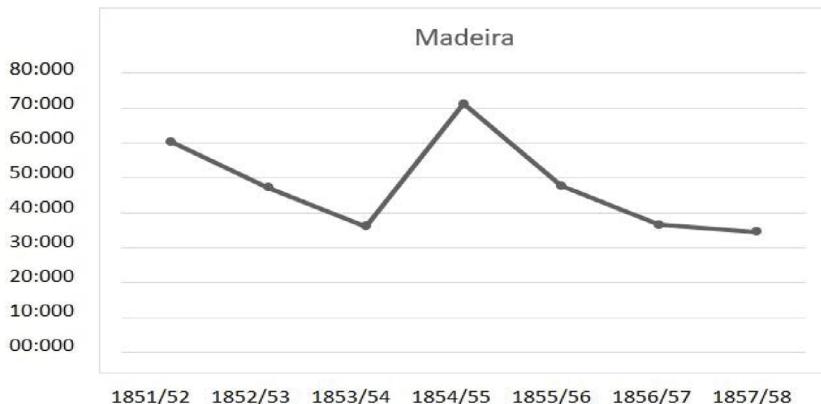
Já na década de 50 do século XIX, mais especificamente nos anos pré-emancipação paranaense, o porto de Paranaguá era, mais do que nunca, um expoente da exportação do mate. Isso fazia com que a 5^a Comarca representasse por volta de 13% da exportação mateira de toda a província de São Paulo (Balhana, 1969). A seguir, apresentamos uma tabela com o valor, em contos de réis, da exportação da erva-mate e da madeira. Comparamos esses dois artigos por serem as duas maiores exportações paranaenses da época.

Gráfico 1 - Exportação paranaense de erva-mate.



Fonte: BALHANA, Altiva. História do Paraná. Curitiba. Paraná Cultural. 1969.
Fonte: FILHO, Francisco Magalhães. Evolução histórica da economia paranaense.

Gráfico 2 - Exportação paranaense de madeira.



Fonte: BALHANA, Altiva. História do Paraná. Curitiba. Paraná Cultural. 1969.
Fonte: FILHO, Francisco Magalhães. Evolução histórica da economia paranaense.

Os anos apresentados nos gráficos anteriores se referem aos últimos momentos do Paraná como 5^a Comarca e aos primeiros anos pós-emancipação. Percebe-se como a erva-mate se destaca em relação à madeira e, após a consolidação da emancipação paranaense, sua exportação e seus ganhos só aumentam.

A ideia da emancipação emergiu mais ativamente no início do século XIX. A partir daí, sucederam-se algumas tentativas para efetivar essa separação, impulsionadas por relatos de insatisfação dos paranaenses com o Governo Provincial paulista que marcam esse período:

Desde que, a partir de 1811, os moradores da 5^a comarca da Capitania, depois província de São Paulo, passaram a reclamar governo próprio, sempre o fizeram entre outras razões, alegando que a

agricultura e o comércio paranaense não tinham maior progresso em virtude da pouca atenção que o Governo da Capitania ou Governo Provincial dispensavam aos negócios da Comarca, indiferentes aos seus problemas e às representações de seus habitantes (Balhana, 1969, p.133).

Percebe-se que o principal problema era um sentimento de descaso em relação às principais atividades econômicas da 5^a Comarca, mas outras questões também eram motivo de reclamação dos residentes, como a falta de desenvolvimento educacional, a má segurança, a falha na aplicação da justiça e a alta quantia de impostos cobrados pelo governo central paulista (Amâncio; Ipólito; Priori; Pomari, 2012). Porém, uma questão econômica torna-se fundamental para essa discussão:

Na primeira metade do século XIX, a 5^a Comarca de São Paulo sofreu importantes mudanças econômicas: a produção do mate e da madeira despontou no mercado do Prata e no Chile, ultrapassando a importância econômica do comércio de gado que havia entrado em decadência. Essa intensa atividade econômica aumentava, entre a elite paranaense, o desejo pela separação de São Paulo (Amâncio; Ipólito; Priori; Pomari, 2012, p.18).

Nota-se então que a conjuntura política paranaense e os interesses de seus representantes estão totalmente interligados com a questão econômica; A emancipação permitiu a dinamização das atividades econômicas da jovem Província:

Os engenhos de erva-mate se localizavam principalmente no litoral da Província, nas cidades de Paranaguá, Antonina e Morretes, e havia alguns poucos funcionando na capital, Curitiba. A economia do mate gerou grandes fortunas para a província e criou vários Barões do Mate, a exemplo dos grandes cafeicultores das fazendas do oeste paulista e do Vale do Paraíba. As folhas para a produção de erva-mate e o seu beneficiamento provinham do próprio engenho e o maior mercado consumidor do mate paranaense eram as repúblicas do Prata (Brito, 2011, p.28).

Diferentemente da situação anterior, quando o Paraná era uma Comarca e a produção erva-teira se concentrava na capital, o polo produtivo foi transferido para o litoral, mesmo com a permanência de alguns engenhos de destaque em Curitiba. O mapa a seguir representa as delimitações do Paraná no século XIX e destaca cidades que se tornariam referência na produção de erva-mate, como Paranaguá e a própria capital, Curitiba.

Mapa 3 - Província do Paraná, 1865



Fonte: BRITO, Edilson Pereira. Os soldados da Guarda Nacional na Província do Paraná: trabalho, recrutamento e cidadania, 1852-1889-2019

O período anterior à emancipação a predominância nas relações de trabalho era baseado na

mão de obra africana escravizada e nos povos originários, porém com a crescente a modernização da produção mateira, isso se alterou:

O tropeirismo, pelo seu caráter comercial, já havia rompido com a uniformidade dos proprietários de terra, diferenciando-os do restante do império, mas ele ainda se assentava na escravidão. O mesmo ocorreu com a economia erva-teira em suas primeiras fases. Mas com o tempo, o mate começou a exigir um processamento semi-industrial e, consequentemente, um reaparelhamento das forças produtivas que o transformariam em uma atividade verdadeiramente industrial, distanciando-o do escravagismo. Mudança essa que não se deu bruscamente, mas que foi se aprofundando conforme as exigências do sistema econômico da região, ou seja, os engenhos ajustaram-se às condições da sociedade capitalista em que estavam envolvidos a produção e a comercialização do mate (Vanali, 2010, p.16).

As transformações explicitadas anteriormente exigiram um novo processamento no setor da erva-mate, o que fez com que, gradativamente, o escravismo fosse substituído. Além da alteração da mão de obra empregada nesse serviço, uma consequência fundamental desse processo foi a emergência de uma burguesia comercial e exportadora:

A burguesia é a classe portadora do poder econômico por deter o controle dos meios de produção, mas sua caracterização não se reduz apenas à situação econômica, há também os aspectos políticos e ideológicos, ou seja, a existência econômica dessa fração se reflete em outros níveis (políticos e ideológicos) da formação social paranaense de uma maneira específica que revela a sua existência (Valani, 2010, p.16).

Vemos então que essa burguesia que se formou acabava, necessariamente, tendo que atribuir a suas ações um cunho ideológico político, justamente para defender os seus interesses, ou seja, as discussões econômicas precisavam de um respaldo político para que a economia erva-teira se desenvolvesse no Paraná, dessa maneira, temos uma consolidação de uma elite que era tanto econômica como política

Durante os primeiros anos provinciais, até a Guerra do Paraguai, esses burgueses, no campo político, tinham que discutir questões como a concorrência externa da exportação de seu mate, e das grandes taxações sobre a erva: Essa fração tornou-se um grupo forte de pressão, enviando vários abaixo assinados à Assembleia Legislativa Provincial e/ou ao Presidente da Província, encabeçados sempre pelos maiores e mais influentes exportadores de mate do período: Barão do Serro Azul, Visconde de Nácar, Francisco Fontana, Guilherme Xavier de Miranda e Manoel Miró. Alegavam sempre ser a erva-mate o principal produto paranaense exportado, sendo essa economia a fonte de riqueza do Paraná. Reivindicavam maior atenção das autoridades para os problemas que a economia do mate enfrentava, apontando suas causas e as possíveis soluções. Isso evidencia o surgimento dessa fração da classe dominante – industriais exportadores de mate - do período provincial e da sua luta por seus interesses específicos (Valani, 2010, p.18).

A atividade política dessa burguesia buscava exercer influência na Assembleia Legislativa, tanto por meio de representantes próprios quanto pelo apoio do presidente provincial, para que as políticas públicas fossem favoráveis a seus ideais. A economia de erva-mate, no entanto, estava sempre sujeita à questão política, fosse ela externa como a disputa com o Paraguai, que influenciou a exportação paranaense, fosse a política interna, na qual a elite produtora precisava se mobilizar.

Tendo isso em vista, analisa-se a estrutura política estabelecida pelos paranaenses e sua relação com a produção e exportação da erva-mate. No aspecto político geral, o período imperial do Brasil tinha dois partidos principais como expoentes da ação política: o Conservador e o Liberal:

Especificamente, o partido liberal teria surgido da institucionalização de grupos defensores das leis descentralizadoras, e o conservador, a partir de 1840, acompanhou o movimento de supressão das conquistas liberais. Ambos os partidos tinham como referências seus líderes, personalidades políticas, como a da figura de Bernardo Pereira de Vasconcelos, do partido conservador (Alves, 2014, p.32).

Na recém-emancipada província do Paraná, temos exemplos de profissionais liberais ligados ao setor econômico da erva-mate, entretanto, as grandes famílias influentes no ramo erva-teiro, e

detentora dos maiores números de exportação do erva-mate no Paraná, em grande parte, eram integrantes do Partido Conservador:

(...) o partido conservador representava os interesses das famílias comerciantes e daqueles envolvidas com a produção e comercialização da erva-mate, a “burguesia industrial e comercial”. ‘A preocupação desse agrupamento político era estabelecer sua supremacia econômica e livrar-se dos entraves jurídicos impostos pelos bacharéis dos Campos gerais, que monopolizaram a atuação administrativa da província do Paraná desde sua fundação’ (Alves, 2014, p.33).

Para analisar a força política desse partido, serão demonstrados alguns resultados de eleições e o que eles significaram para os conservadores e sua atuação política no Paraná.

A primeira eleição para Senador no Paraná ocorreu em 1854. O sistema eleitoral estava organizado segundo os preceitos gerais da Constituição de 1824 e o respectivo Ato Adicional de 1834, que consagravam um sistema de eleições indiretas (Balhana, 1969, p.144).

Havia 135 eleitores que deveriam selecionar três nomes dentre os oito candidatos. Os três mais votados entravam em uma lista que chegaria até D. Pedro II para que o Imperador fizesse sua escolha. Entre os candidatos, apenas dois eram conservadores, e um deles esteve entre os três mais votados:

E o terceiro melhor votado, coronel Modesto Gonçalves Cordeiro, era natural de Morretes, membro e líder do partido conservador desta região, ligado a Guarda Nacional, possuía engenho de erva-mate, e que junto com o baiano desembargador Agostinho Ermelino de Leão, residente em Paranaguá, representavam o litoral e este partido na disputa pelo senado (Alves, 2014, p.43).

No final das contas, Modesto Gonçalves acabou indo para a tríplice lista, não foi escolhido pelo Imperador, que optou pelo liberal Antônio Cândido Ferreira de Abreu.

Já na primeira eleição para um deputado que iria compor a Assembleia Legislativa Geral, os eleitores deveriam escolher apenas um candidato dos quatro disponíveis. Dois deles eram do partido liberal, mas o resultado para o partido conservador foi diferente:

O vitorioso foi o Dr. Antonio Cândido Ferreira de Abreu. Jovem advogado, 31 anos, juiz municipal em Curitiba. Era genro de Manoel Antonio Guimarães, grande proprietário, comerciante e industrial do litoral paranaense, do partido conservador. Guimarães, seu sogro, já era um político experiente, sendo deputado por São Paulo, representando a região de Paranaguá. A vitória de Ferreira de Abreu é uma vitória estratégica do partido conservador e do litoral paranaense, com um cidadão residente e com profissão em Curitiba. O interessante é que em 1888/89, no final do Império, quem estará como deputado geral no Rio de Janeiro será Manoel Antonio Guimarães, já com o título de Visconde de Nácar (Alves, 2014, p.44).

A situação, então, foi mais favorável para os conservadores. Mesmo que o vencedor, Antonio Cândido Ferreira de Abreu, não estivesse totalmente interligado com as questões mateiras, a importância dessa vitória para o partido foi muito significativa.

As duas eleições citadas até aqui decorreram em 1854. No ano seguinte, ocorreu a formação da primeira Assembleia Legislativa da Província do Paraná. O resultado foi a eleição de 20 deputados paranaenses, além de seis suplentes. Essa eleição foi fundamental para a consolidação do sistema político local como prática social, pois o domínio de pequenos grupos familiares com interesses econômicos específicos foi o formato que se manteve na província até a destituição da monarquia no Brasil.

Nessa composição, o partido conservador e os representantes dos interesses da erva-mate tiveram relevância. Destacam-se os seguintes conservadores: o deputado mais votado, José Mathias Gonçalves Guimarães, e o litorâneo Manoel Leocádio de Oliveira. Em termos gerais, “Dividindo arbitrariamente estes deputados entre as duas grandes fontes de renda da província do Paraná, erva-mate e tropeirismo, pode se dizer que havia um equilíbrio entre eles de 10 deputados para cada segmento econômico” (Alves, 2014, p.59).

Até este ponto, tratou-se da empolgação em torno do sucesso da economia mateira no Paraná e de sua expressão política, a partir da participação dos grandes exportadores no Partido Conservador. É importante salientar, contudo, que havia uma preocupação por parte dos políticos locais em relação a esse setor econômico tão promissor. Embora os números demonstrassem que a exportação havia

crescido, a qualidade da erva-mate paranaense ainda era tida como inferior à de seus concorrentes. No relatório de 1854, o presidente da província, Zacarias de Góes e Vasconcellos, afirmava o seguinte:

Ora, em grande mercado de Buenos Aires e Montevidéu a erva de Paranaguá vai achar uma concorrência temível na erva de Paraguai e na de Missões, que ali sempre desfrutarão melhor preço por sua superior qualidade, a qual as torna procuradas para consumo das cidades, ao passo que a de Paranaguá gasta-se na campanha... (Vasconcellos, 1854, p.68).

Verifica-se a preocupação com a concorrência da erva-mate paranaense com a do Paraguai e até mesmo com a erva produzida nas Missões argentinas. Vasconcellos deixa claro em seu texto que, por ser de qualidade inferior em comparação às outras, a erva da província sofria com os preços.

É possível notar também que, para enfatizar esse contexto desfavorável, o autor utiliza o termo “temível”. Com isso, ele expressa que, embora a situação da erva-mate paranaense fosse otimista em relação aos seus números, era preciso melhorar a qualidade do produto para sofrer menos com a concorrência. Portanto, mudanças eram necessárias, como o aumento do combate à falsificação da erva. Esse desconforto presente na fala do presidente se mantém, e podemos dizer que a parte crucial no discurso de Vasconcellos está presente neste trecho:

Expulso assim da cidade para o campo, e achando na sua própria inferioridade e baixos preços meio de agradar a consumidores de gosto menos apurado, a posição do mate da província no Rio do Prata, relativamente as ervas concorrentes, e já desvantajosa no presente, e muito mais pode ser- o no futuro (Vasconcellos, 1854, p.68).

É possível observar, então, que mais uma vez o presidente ressalta os pontos negativos da erva-mate paranaense, trazendo à tona tanto a inferioridade do produto quanto seu baixo valor de venda. Cabe, assim, a indagação sobre o porquê dessa preocupação, visto que os números da erva só cresciam na província.

Foi exposto anteriormente como o grande expoente político do Paraná em 1854, ligado às ações econômicas mateiras, estava em estado de alarde em relação a tal produção. Um dos pilares dessa situação desfavorável se dava por conta da falsificação da erva-mate.

Essa falsificação ocorria a partir da mistura da erva com plantas distintas além da própria adição de substâncias que fazia a erva não reagir como era necessário:

A falsificação da qual o mate era vítima consistia na mistura, junto ao produto autêntico, de galhos, pedras e ervas diversas [...] O principal resultado da prática da falsificação sistemática do mate era o descrédito que o produto sofria nos mercados consumidores (Cavalieri, 2004, p.972).

Este processo era tolerado por inúmeros proprietários por conta do menor valor que eles precisavam desembolsar para adquirir este produto:

A falsificação iniciava nas etapas de coleta, secagem e cancheamento, mas era tolerada por muitos proprietários de engenho que compravam a erva pagando um preço menor [...] Depois de beneficiada, era ainda mais difícil de perceber a fraude, atribuída à ganância dos produtores” (Gerhardt, 2013, p. 82).

Esse problema acabava ocorrendo em diversas etapas da produção e era inclusive fomentado pelos produtores, por poderem gastar menos na aquisição do produto. Logo, a fala negativa do presidente, anteriormente apresentada, foi utilizada para fundamentar e justificar sua ação para contornar essa questão: “O governo dará os regulamentos necessários para a cobrança deste imposto criando inspeção sobre a falsificação da erva-mate, impondo multas e penas aos falsificadores.” (Paraná, 1854, p.81). Como visto, essa ação era a promulgação de uma legislação que fosse rígida na inspeção, visto que o problema não estava apenas nos falsificadores.

A fiscalização seria mais severa, havendo também punições com multas cabíveis àqueles que compravam o produto alterado. “Todo aquele que vender erva-mate viciada com outra qualquer erva, será multado e obrigado a inutilizá-la.” (Paraná, 1854, p.30). Eram multados também os que trabalhavam com a erva-mate misturada:

A' mesma ficam sujeitos todos aqueles que comprarem a erva visivelmente viciada por alguma das causas supramencionadas, e no duplo os que fizerem encomendas de mate misturado com erva de natureza estranha (PARANÁ, 1854, p.138).

Além disso, existia um incentivo a denúncia dessas práticas, pois o valor da multa era revertido para os denunciantes e a câmara municipal (Gerhardt, 2013).

Os paranaenses também se preocupavam com a qualidade do produto, e essa legislação criada abriu as portas para o Presidente tomar atitudes que incrementassem o valor da erva-mate do Paraná. “Nos terrenos próprios nenhum fabricante cortará a erva pelo tronco, e sim desgalhará de modo que não deteriore a sua vegetação. Os infratores sofrerão a multa de 8 a 16U000” (PARANÁ, 1854, p.30). Sendo assim, o intuito do presidente Vasconcellos em ter criticado pontos específicos da erva-mate paranaense, era justificar as medidas tomadas para melhorar a qualidade da erva do Paraná, lutando principalmente contra a falsificação do produto.

Ao fim deste tópico, foi possível observar como a erva-mate evoluiu e se consolidou como pilar econômico na 5^a Comarca de São Paulo, tornando-se o artigo mais exportado. A partir dos interesses de seus residentes, que entravam em choque com o Governo central de São Paulo, a produção e a exportação da erva aumentaram e acabaram sendo decisivas para a consolidação do Paraná como província.

Além disso, foi possível perceber como a organização e a expressão política nessa província estavam totalmente interligadas com os interesses desse pilar econômico, já que muitos homens tradicionais, com nomes ligados à erva-mate, foram eleitos e ocuparam espaços políticos de relevância.

3.O INÍCIO DO CONFLITO E A ERVA-MATE

É importante iniciar este tópico com um ponto fundamental: a Guerra contra o Paraguai teve início com o aprisionamento do navio Marques de Olinda por parte dos paraguaios. A embarcação transportava o presidente da província de Mato Grosso, Carneiro de Campos.

Essa ação foi uma resposta à intervenção brasileira nas questões internas uruguaias, já que o Império brasileiro apoiava o Partido Colorado em detrimento do Partido Blanco, que por sua vez era ligado a Solano López:

A Chancelaria paraguaia comunicou ao governo britânico que o Paraguai, capturando o Marquês de Olinda, havia “respondido às hostilidades iniciadas pelo Brasil sem prévia declaração de guerra”, dando a entender, em evidente falsificação, que houvera um ataque brasileiro a alvo paraguaio. O governo imperial e a opinião pública brasileira consideraram a captura um ato traíçoeiro de pirataria (Doratioto, 2002, p.66).

Logo em seguida, houve a invasão da província de Mato Grosso por parte dos paraguaios em dezembro do ano de 1864:

Nos dias 22 e 24 de dezembro saíram, respectivamente, de Assunção e de Concepción, duas expedições militares para invadir Mato Grosso. A primeira, fluvial, era formada por cinco barcos a vapor e cinco outras embarcações menores, contando com 4200 homens — mil deles de cavalaria — comandados pelo coronel Vicente Barrios, cunhado de Solano López, tendo como objetivo inicial tomar o forte Coimbra. A segunda expedição, terrestre, era composta de cerca de 3500 homens, comandados pelo coronel Francisco Isidoro Resquín, e seguiu o trajeto Concepción-Bella Vista-Nioaque-Miranda-Coxim. Antes da partida da expedição fluvial, Solano López leu para os soldados uma proclamação em que afirmava terem sido estéreis seus esforços para manter a paz e que o Brasil provocava a guerra, devendo o Paraguai aceitá-la em nome da honra nacional e ‘dos mais caros direitos’ (Doratioto, 2002, p.99).

Tais fatos ocorreram apenas na década de 60 do século XIX, entretanto, essas preocupações referentes às posições estratégicas já haviam entrado nas pautas imperiais muito antes do estopim da Guerra da Tríplice Aliança. Em 1854, as questões de acesso estratégico já eram discutidas no Conselho de Estado:

Somente o Rio Paraná pode servir de comunicação para certas Nações com o Oceano. A República

do Paraguai não tem outra. Os imensos sertões da República da Bolívia, que possui sobre o Pacífico uma pequena tira de costa com um mau porto, somente podem comunicar-se com o Oceano e com as Repúblicas do Prata pelo Paraná [...] A Província de Mato Grosso separada da costa do Brasil por extensões imensas não tem outra saída fácil para o mar, senão pelo Paraná (Conselho, 1854, p.82).

É preciso pensar o lugar do Paraná nessa dinâmica estratégica. De fato, a região não era um campo neutro nesses embates políticos, primeiramente devido à sua posição geográfica, fazendo fronteira com a República do Paraguai e também com a Argentina. Além disso, o Paraná possuía, como visto, conflitos com o Paraguai no que se refere à produção e comercialização da erva-mate.

Durante a segunda metade do século XIX, a província paranaense tinha o interesse de criar uma via de comunicação direta com Mato Grosso. No Relatório Provincial de 1865, André Augusto de Pádua Fleury – presidente da Província – priorizou a construção da Graciosa, pois essa estrada não cumpria somente sua função de transporte, mas também possibilitava interligações fundamentais dentro e fora da província, com a Argentina e o próprio Paraguai:

“Vós todos conhecis os incessantes e infatigáveis esforços, os imensos sacrifícios dispendidos já pelos governos provinciais já pelo geral, para a construção da estrada da Graciosa, que foi julgada preferível às do Itupeva e do Arraial. Ela não é meramente uma comunicação provincial, senão o caminho interno e mais direto para as repúblicas vizinhas da Confederação Argentina e do Paraguay, e para a província de Mato Grosso, que não teria sido invadida tão facilmente, se os ensaios e explorações indicadas pelo Exm. barão de Antonina tivesse sido seriamente estudados, levando-se a efeito ou levantando-se mão de uma vez um projeto que há 20 anos dorme em verdadeiros paliativos” (1865, p.28).

As questões estratégicas apontadas são fundamentais para a compreensão da participação do Paraná na Guerra do Paraguai. De forma mais direta, o objetivo central desta pesquisa é demonstrar a relação entre a economia ervateira e as decisões de participação na guerra, além de discorrer sobre como ocorreu a convocação dos soldados da província do Paraná para o teatro de operações.

Tendo isso em vista, pode-se tratar diretamente do ano de 1865 e das decisões marcantes do Paraná na Guerra do Paraguai. Como já foi citado, o conflito teve seu estopim com a iniciativa paraguaia contra a província de Mato Grosso em 1864. É importante salientar que, mesmo no período inicial da Guerra, havia uma espécie de preconceito com o exército:

Neste período, tanto o Exército quanto a Armada (Marinha) sofriam um forte desprestígio popular, motivado em grande parte pela precariedade e violência do tratamento destinado aos soldados. Com o soldo estagnado desde 1825, o soldado em serviço alimentava-se apenas uma vez ao dia, o armamento era extremamente obsoleto, o tempo de serviço prestado era muito longo (Brito, 2011, p.75).

É necessário retomar essa situação pois, com esse cenário de descaso a convocação militar para o conflito poderia se tornar um problema, entretanto, também é de conhecimento que devido a euforia gerada nos primeiros meses de conflito:

Aproveitando-se de tal configuração, a primeira medida tomada pelo governo imperial foi mobilizar a população, principalmente homens aptos a pegar em armas para defender a nação... Para atrair a população indignada e com rompantes de patriotismo promulgou-se no dia 07 de janeiro de 1865 o decreto 3.371 criando os Corpos de Voluntários da Pátria (Brito, 2011, p.76).

Ou seja, a ação que o Império brasileiro se viu obrigado a tomar, diante de um quadro nada animador, foi criar esses corpos, promulgar decretos que beneficiassem quem se voluntariasse para poder conceber este conflito com as forças necessárias. Com isso, o Paraná acabou enviando contingentes de homens da 1^a linha, Voluntários da Pátria, porém não de seus Guardas Nacionais, visto que não havia uma obrigatoriedade promulgada em decreto para que os milicianos paranaenses fossem rumo ao teatro da Guerra.

Não foram só os Voluntários da Pátria que prestaram ao Brasil serviços de guerra ao lado das forças do exército. O Rio Grande do Sul, de acordo com os decretos de 1850 e 1857 mobilizou os seus Guardas Nacionais. O mesmo fez Mato Grosso. O Paraná não estava compreendido nas leis citadas. Não estava na primeira, porque a esse tempo ainda não existia. Não estava na segunda, porque o governo imperial

se esquecera da província nova. Mas o presidente da Província, ao iniciar-se a guerra, reclamou contra o esquecimento, e pediu que novo decreto fosse feito, mais amplo, incluindo o Paraná” (Carneiro, 1995, p.63).

Asso, antes mesmo de 1864, dois decretos já haviam sido promulgados, os quais tornavam obrigatória a mobilização de Guardas Nacionais de quase todas as províncias em caso de guerra. O primeiro decreto, de 1850, não incluía a região, que ainda não era uma província. No decreto de 1857, com o Paraná já emancipado, essa ausência se repetiu.

Por conta dessas ausências nos dois decretos, a elite política paranaense percebeu que a Guarda Nacional da província não teria a obrigatoriedade de ser mobilizada quando começou a convocação para a Guerra do Paraguai. Porém, essa elite desejava que os milicianos civis de sua província fossem enviados ao teatro de operações. E mesmo que, muito provavelmente, esses guardas viessem a ser convocados em decretos futuros, tropas foram organizadas a partir das ações do presidente Fleury. A questão é: por quê?

É necessário demonstrar como o principal fator que levou o Paraná a entrar na Guerra do Paraguai está relacionado com a economia mateira. Para isso, deve-se analisar a relação entre a Guarda Nacional e a política:

Todo esse procedimento não deixava de conter forte teor político, uma vez que a elite local utilizou a Guerra, desde o começo, para tentar impor a sua vontade, seja para angariar novos soldados, seja para retardar o envio dos praças. Nesse ponto a Guarda Nacional era fundamental, pois o seu capital político era justamente esse: sua capacidade de mobilizar homens (Brito, 2018 p.201).

Pretende-se aqui demonstrar que o ato de mobilizar os contingentes da Guarda Nacional foi influenciado pelo interesse da elite política local em diminuir a concorrência do Paraguai na exportação da erva-mate, uma vantagem que poderia ser obtida com o conflito.

Isso pode ser percebido com mais clareza pelo fato de que essa mobilização da elite foi capitaneada pelo presidente Fleury, um mato-grossense que estava no comando do Paraná nos anos decisivos do início da Guerra do Paraguai. Analisam-se, a seguir, as ideias presentes no relatório publicado por ele em março de 1865:

Até hoje os mercados do principal produto que exporta o Paraná são os do Prata e Pacífico, onde encontramos a erva do Paraguay; que nos opõe forte concorrência, ou por mais bem preparada, ou por ser de melhor qualidade do que a colhida e beneficiada nos municípios próximos ao litoral. Essa concorrência afrouxará com a guerra, que imos levar á Assumpção (Fleury, 1865, p.50).

Inicialmente, nota-se que Fleury faz referência à erva-mate paraguaia, o que demonstra que as atenções da elite paranaense estavam voltadas para seus rivais. Em seguida, percebe-se que se mantém o discurso de que o Paraná possuía um produto de pior qualidade ou com preparo inferior em relação ao de outros lugares, assim como observado anteriormente nas passagens de Vasconcellos, em 1854.

A frase de Fleury, “Essa concorrência afrouxará com a guerra, que imos levar a Assumpção”, é fundamental, pois o discurso do presidente coloca os brasileiros na posição de ataque na guerra. Nessa perspectiva, os próprios paranaenses também são compreendidos como agentes ativos no conflito. Porém, qual era o tamanho dessa concorrência para o Paraná? Dados das exportações da erva paraguaia, pouco antes do início da guerra, podem elucidar essa proporção:

López para imponerse en el mercado rioplatense bajó el precio de la yerba de exportación con lo que desplazaría a los yerbateros brasileños. En 1860, gracias a la producción colectiva en las estancias de “La Patria”, cuatro años antes de la guerra, producía 7 mil toneladas de tabaco, más de 10 millones de kilos de yerba mate y ya poseía 7 millones de cabezas de ganado vacuno para una población menor de un millón de habitantes” (Coronel, 2012, p.193)³.

3 A fim de ganhar uma posição no mercado do Rio da Prata, López baixou o preço da erva para exportação, deslocando assim os produtores brasileiros de erva-mate. Em 1860, graças à produção coletiva nas fazendas de "La Patria", quatro anos antes da guerra, produzia 7.000 toneladas de tabaco, mais de 10 milhões de quilos de erva-mate e já tinha 7 milhões de cabeças de gado para uma população de menos de um milhão de habitantes.

É notável como os números de exportação da erva-mate do Paraguai cresceram com a família López. Os dados do próximo quadro demonstram como essa concorrência pesava sobre os exportadores paranaenses: enquanto o Paraná teve uma média de exportação de quase 3.800 toneladas nos três primeiros anos da década de sessenta, o Paraguai ultrapassava a casa das 10.000 toneladas.

Tendo isso em vista, fica mais claro o interesse do presidente no início do conflito, pois este resultaria na diminuição da concorrência mateira do Paraguai, o que era de grande interesse para os produtores de erva-mate da província.

Quadro 3 - Exportação de erva-mate paranaense em toneladas no começo dos anos 60

Anos	Quantidade exportada em toneladas
1860	6.123
1861	4.441
1862	4.811

Fonte: KROETZ, Lando Rogério. As Estradas de Ferro do Paraná: 1880-1940

Observa-se que, no começo da década de sessenta do século XIX, o Paraná vinha em uma crescente na exportação de sua erva-mate. Contudo, já com os efeitos das políticas de López no Paraguai, a exportação paranaense decaiu em mais de 1.500 toneladas, mantendo uma média regular até o início da Guerra, quando teve seu maior aumento.

Dentro dessa parte do relatório, Fleury apresenta as falas de Lankester, que participou de uma exposição de produtos agrícolas em Londres, onde a erva-mate brasileira foi apresentada. Segundo Lankester, o produto ainda não era consumido de forma significativa na Europa, mas muitos estudos estavam sendo realizados sobre ele.

O ponto importante em sua fala é a afirmação de que transformar a erva-mate em uma bebida para os europeus seria de grande interesse para o Brasil. Ele conclui que, caso a erva agrade ao paladar europeu, as vendas seriam promissoras. Assim, o Paraná poderia se beneficiar muito ao ter um novo mercado para suas exportações, saindo na frente da concorrência, principalmente a do Paraguai.

Fleury vislumbra um futuro promissor a erva-mate paranaense, caso ações sugeridas tenham efeito:

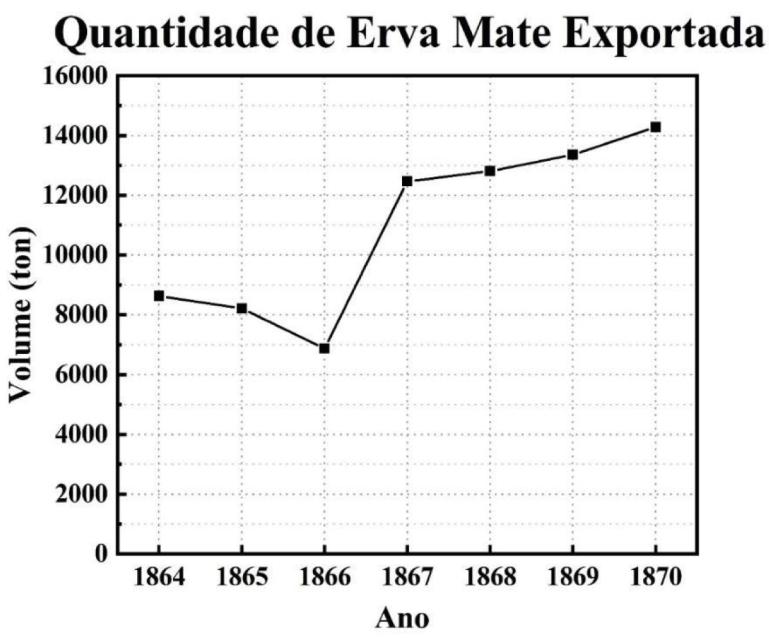
Sendo pois conveniente fazer conhecido o uso da erva-mate como bebida nas sociedades europeias; afim de obter a sua adopção e de aumentar o número de consumidores, tornando vasto o mercado deste primeiro gênero de exportação, apresentei-me em cumprir com o que foi ordenado à presidência, em aviso de 9 de Setembro, remetendo, como o fiz, a 25 de Novembro do ano findo, 50 latas de erva-mate, parte preparada no sistema adoptado para a exportação do Chile; e parte pelo sistema do fabrico do chá denominado Índia.

Possam estes constantes esforços da administração, acompanhados de maior zelo no benefício da erva, concorrer poderosamente para sua mais abundante exportação; e consequente prosperidade da província” (Fleury, 1865, p.51).

Fleury trouxe holofotes para a situação desfavorável da erva-mate paranaense em relação à erva paraguaia, a fim de justificar ações que atendiam aos interesses da elite política local. Tais ações incluíam não apenas as já citadas, mas também a própria mobilização de tropas da Guarda Nacional para o teatro da Guerra da Tríplice Aliança. Percebe-se a esperança no discurso do presidente quando ele se refere a um tempo futuro de prosperidade para a província. O motivo para tal otimismo era justamente a chegada da guerra, que trazia a possibilidade de desestabilização do principal concorrente e a eventual conquista do mercado europeu.

A seguir, os gráficos mostram as alterações da exportação do Paraná durante a Guerra. A maior oscilação negativa ocorre na virada de 1865 para 1866, pois, nesse período, a Tríplice Aliança sofreu sua pior derrota: a Batalha de Curupaiti.

Gráfico 3 - Variação da exportação ervateira paranaense durante a Guerra do Paraguai



Fonte: KROETZ, Lando Rogério. As Estradas de Ferro do Paraná: 1880-1940

Por outro lado, é perceptível a guinada positiva que a exportação da erva-mate paranaense deu a partir de 1867. Nesse ano, o terceiro do combate e já sob a liderança de Caxias, o Império conquistou importantes vitórias em confrontos de grande porte. Percebe-se, então, que, apesar de os primeiros anos do conflito não terem surtido efeitos positivos para os ervateiros paranaenses, foi a partir do sucesso do exército nacional que a exportação da erva-mate da província cresceu e se manteve em alta até o fim da Guerra.

Assim, no momento em que os soldados paranaenses se encontravam no campo de batalha, estavam também defendendo os interesses dessa economia, tornando-se, de fato, os "militares da erva-mate".

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado ao longo deste estudo, a economia ervateira constituía um dos pilares fundamentais da província do Paraná. A tradição de produção e consumo da erva-mate, embora influenciada por práticas estrangeiras, desenvolveu-se gradualmente, consolidando-se como uma atividade econômica central. No entanto, por muitos anos, a erva-mate paranaense enfrentou a concorrência do produto proveniente da República Guarani, reconhecido por sua qualidade superior. Esse cenário de disputa comercial foi profundamente impactado pelo estopim da Guerra da Tríplice Aliança, que redefiniu as estratégias políticas e econômicas da elite paranaense.

A participação do Paraná no conflito, por meio do envio de soldados da Guarda Nacional, não foi motivada apenas por questões militares ou patrióticas, mas também por interesses econômicos. A guerra representou uma oportunidade para a província afetar diretamente a corrente dominante do mercado mateiro no Prata, buscando consolidar sua posição nesse lucrativo comércio. Essa intenção fica evidente nos discursos dos presidentes da província, em especial os de Fleury, que governou o Paraná durante os anos iniciais do conflito. Suas falas são marcadas por um tom de esperança e expectativa, projetando um futuro de benefícios econômicos para a erva-mate paranaense como resultado da guerra.

Conclui-se, portanto, que a província do Paraná desenvolveu uma dinâmica singular durante os preparativos e o desenrolar da Guerra do Paraguai. Por meio da análise de documentos paranaenses, foi possível demonstrar que as disposições políticas e sociais da província estavam intrinsecamente ligadas às questões econômicas relacionadas à erva-mate. A guerra, nesse contexto, não foi apenas um evento militar, mas também um catalisador para a reafirmação dos interesses econômicos e políticos do Paraná no cenário regional e internacional.

FONTES PRIMÁRIAS

ESTADO, Terceiro Conselho de. *Atas do Conselho do Estado Pleno*. 1850-1857 Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/atas-do-conselho-de-estado/> Acesso em: 21 Fev. 2025

FLEURY, André. *Relatório do presidente da Província do Paraná*. Curitiba. 1865. Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Leis-e-Decretos-da-Administracao-Provincial/> Acesso em: 21 Fev. 2025.

FLEURY, André. *Relatório do presidente da Província do Paraná*. Curitiba, 1866. Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Leis-e-Decretos-da-Administracao-Provincial/> Acesso em: 21 Fev. 2025.

IBGE. *Quantidade e valor da exportação de erva-mate — (1931-87) - (1988-99)*. 2007. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/tabelas-setoriais/agropecuaria> Acesso: 20 Fev 2025.

Leis e Decretos da província do Paraná. Curitiba. 1854. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/> Acesso em: 01 Nov. 2023.

VASCONCELLOS, Zacarias. *Relatório do presidente da Província*. Curitiba. 1854. Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Leis-e-Decretos-da-Administracao-Provincial/> Acesso em: 21 Fev. 2025.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná (1853-1889): A classe política. A parentela no governo*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

ASSUNÇÃO, Jorge D. Koselleck, a história dos conceitos e as temporalidades. *Araucaria*, v. 18, n. 35, p. 41–53, 2016.

BALHANA, Altiva. *História do Paraná*. Curitiba. Paraná Cultural, 1969.

BENTIVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. *Dimensões*, n. 24, 2010.

BRITO, Edilson Pereira. *A serviço da pátria: o recrutamento militar na Província do Paraná durante a Guerra do Paraguai (1865–1870)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

_____. *Os soldados da Guarda Nacional na Província do Paraná: trabalho, recrutamento e cidadania, 1853-1888*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CARNEIRO, David. *O Paraná na guerra do Paraguai*. Curitiba? Fundação Cultural, 1995.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817. p. 80; 109.

CAVALIERI, Marco Antonio. Como o Paraná bebeu o mate: um ensaio sobre o desenvolvimento regional sob atividade ervateira. In: ENCONTRO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 2., 2004, Niterói. *Anais...* Rio de Janeiro: ABPHE, 2004. p. 956–975.

CORONEL, Bernardo. Paraguay, la vanguardia capitalista del siglo XIX. In: VILLARGA, Luis Rojas. *Proceso Histórico de la economía paraguaya. Secretaria Nacional*. 2012.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FERRER, Francisca. *O recrutamento militar na Guerra do Paraguai: voluntariado e coerção*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

FILHO, Francisco Magalhães. Evolução histórica da economia paranaense. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 87, p. 131–148, jan./abr. 1996.

FREITAS, Gustavo Gordo de. *A percepção dos oficiais da marinha sobre a Guerra do Paraguai: uma análise de conteúdo a partir da revista Navigator*. 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

GERHARDT, Marcos. *História ambiental da erva-mate*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. A emancipação negociada: os debates sobre a criação da Província do Paraná e o sistema representativo imperial (1843). *Revista Brasileira de História*, v. 35, n. 69, p. 319–341, 2015.

IZECKSOHN, Vitor. Guerra do Paraguai e a unificação argentina: uma reavaliação. *História Unisinos*, v. 21, n. 3, p. 365-377, 2017.

JUNIOR, Claudio Kapp; ZARPELLON, Felipe Rafael; DALAZEN, Luciano Luiz; SOUZA, Alceu. A cultura da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) em sistema de cultivo convencional e orgânico como alternativa de renda ao pequeno proprietário rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 2017. *Anais...* [S. l.]: ABC, 2017. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4284>. Acesso em: 10 jul. 2025.

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro-passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2012.

MENEZES, Alfredo. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*. Cuiabá: EdUFMT, 1998.

NAKAYAMA, Eduardo. A Fortaleza de Humaitá. *Navigator*, v. 14, n. 27, p. 11–18, 2018.

OLIVEIRA, Marisa Correia de. *Estudo da erva-mate no Paraná (1939–1967)*. 1974.

PERCIO, Aron et al. Projeto de soque de erva-mate. *Anais da Engenharia Mecânica*, v. 1, n. 1, p. 94–109, 2017. Disponível em: <https://uceff.edu.br/anais/index.php/engmec/article/view/82>. Acesso em: 12 abr. 2023.

PRIORI, Angelo et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX* [online]. Maringá: Eduem, 2012. Capítulo: *A emancipação política do Paraná*, p. 15–22. ISBN 978-85-7628-587-8.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

VANALI, Ana Christina. *Política econômica ervateira: análise da legislação provincial para a economia ervateira no Paraná (1854–1889)*. 2010. Monografia (Especialização em Sociologia Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

VAS, Braz Batista. *O final de uma guerra e suas questões logísticas: o conde D'Eu na guerra do Paraguai (1869-1870)*. 2011.

CIRCULAÇÃO ECONÔMICA NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO: ESTRELA, A BOCA DAS MINAS GERAIS, C. 1724-1866.

ECONOMIC CIRCULATION IN THE PROVINCE OF RIO DE JANEIRO: ESTRELA, THE GATEWAY TO MINAS GERAIS (1724-1866)

Carlito Lopes de Oliveira Junior^a

^aMestrando em História Social na Universidade Federal Fluminense (UFF)
Contato principal: carlitolopes@id.uff.br

Resumo

Este artigo analisa a circulação econômica na província do Rio de Janeiro entre 1724 e 1866, com foco no município de Estrela, um importante entreposto comercial no recôncavo da Guanabara. A pesquisa investiga a evolução dos sistemas de transporte fluvial e ferroviário, bem como os investimentos públicos e privados na região. Examina-se a relação entre a circulação econômica e os ciclos produtivos do ouro e do café, traçando um paralelo entre o crescimento e o declínio do município. O estudo busca compreender como a configuração espacial e os meios de transporte impactaram a economia fluminense, afetando as dinâmicas políticas e comerciais do período.

Palavras-chave: Circulação econômica; navegação fluvial; estrada de ferro; economia mercantil.

Códigos JEL: N38; R40; O18.

Abstract

This article analyzes economic circulation in the province of Rio de Janeiro between 1724 and 1866, focusing on the municipality of Estrela, an important commercial hub in the lowlands near Rio de Janeiro. The research investigates the evolution of river and rail transport systems, as well as public and private investments in the region. The relationship between economic circulation and the productive cycles of gold and coffee is examined, drawing a parallel between the growth and decline of the municipality. The study seeks to understand how the spatial configuration and means of transport impacted the economy of Rio de Janeiro, affecting the political and commercial dynamics of the period.

Keywords: Economic circulation; river navigation; railway; mercantile economy.

JEL Codes: N38; R40; O18.

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa o conceito de circulação econômica, tomando o caso de Estrela como exemplo privilegiado para compreender sua materialidade nos sistemas de transporte e nas dinâmicas mercantis regionais. Em particular, evidenciar como a articulação entre rotas terrestres e fluviais

estruturou um entreposto comercial fundamental para a economia do Centro-Sul colonial e imperial. A partir dessa perspectiva, analisamos a evolução dos sistemas de transporte, os investimentos oriundos da iniciativa pública ou privada e os esforços empreendidos para promover a integração regional fluminense e nacional.

Tais iniciativas, particularmente as vinculadas ao investimento em vias de comunicação após 1822, articulam-se ao processo de construção do Estado nacional e à incorporação política e fiscal das regiões produtoras do Império. Dessa forma, o porto foi progressivamente aprimorado para atender ao crescente tráfego entre o Rio de Janeiro e o interior, tornando-se um núcleo urbano influenciado pela circulação econômica do período aurífero e, posteriormente, pelo dinamismo do período cafeeiro. Nossa objetivo é compreender "as causas, os mecanismos e as consequências do desenvolvimento econômico ao longo do tempo" (SZMERECSÁNYI, 2012, p. 40).

Diante desse panorama, este artigo busca responder à seguinte questão central: como o entreposto de Estrela estruturou-se como importante entreposto comercial entre 1724 e 1866, articulando modais terrestres e fluviais e moldando as dinâmicas mercantis da província do Rio de Janeiro? Propomos percorrer a historicidade do desenvolvimento econômico a partir das diversas formas de circulação, analisando como os meios de transporte de mercadorias contribuíram para a dinâmica comercial regional. Assim, consideramos Estrela um centro de convergência espacial cuja formação urbana se estruturou diretamente em função das atividades comerciais viabilizadas pela circulação econômica.

1. APONTAMENTOS SOBRE A CIRCULAÇÃO ECONÔMICA

Desde épocas remotas, o comércio desempenhou um papel essencial no desenvolvimento de cidades, reinos e impérios, promovendo tanto relações diplomáticas quanto intercâmbios comerciais entre diversas regiões do mundo. Com o advento das Grandes Navegações, as atividades mercantis experimentaram uma intensificação significativa, resultando no surgimento de importantes portos que passaram a integrar a economia mundial.

A ação humana na natureza, geralmente orientada por interesses econômicos, manifesta-se na criação de centros costeiros capazes de absorver a produção das vilas da região (LOBO, 2024, p. 19), assim como o Rio de Janeiro foi o principal irradiador econômico do centro-sul da colônia, sendo alimentado por portos menores como Estrela, Pilar e Iguaçu, o que implicou na criação de portos fluviais em rios navegáveis e o aterrramento de áreas alagadiças e formadas por manguezais.

A circulação econômica pode ser compreendida como o conjunto de práticas comerciais que envolvem o transporte físico de mercadorias entre regiões produtoras e consumidoras. Essas práticas estabelecem relações entre atores econômicos e impulsoram a circulação monetária, conforme pretendemos demonstrar no caso do município de Estrela. Exemplos dessa circulação podem ser observados nos trabalhos de Restituti (2006), Straforini (2007), Silveira (2013) e Santos (2013), em diálogo com o conceito de espaço econômico formulado por Assadourian (1982). Insere-se também nesse processo a conformação do complexo agroexportador, tal como proposto por Wilson Cano (2007).

O autor argumenta que os complexos econômicos regionais se organizam em torno de um produto principal, desdobrando-se em etapas sucessivas que abrangem desde a produção do gênero exportável, os melhoramentos nos sistemas de cultivo e acondicionamento e a modernização dos meios de transporte, até a expansão do sistema bancário e do fomento creditício que sustentam as unidades produtivas. Associado a isso, ocorre o desenvolvimento de núcleos urbanos intimamente vinculados aos circuitos de circulação e escoamento da produção, acompanhado do "desenvolvimento de atividades criadoras de infra-estrutura - portos e armazéns, transportes urbanos e comunicações - bem como daquelas inerentes à própria urbanização, como o comércio" (CANO, 2007, p. 29).

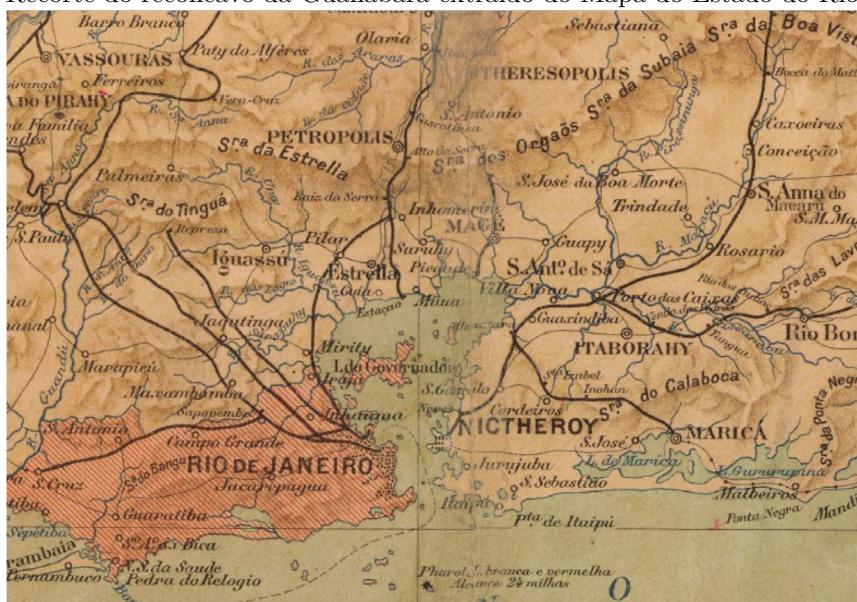
Nesse sentido, a construção de estradas de ferro, a abertura de caminhos e o fortalecimento das atividades portuárias configuram-se como componentes importantes da circulação econômica. Essas melhorias de infraestrutura buscavam tornar o fluxo de pessoas, mercadorias e informações mais ágil e articulado, permitindo a integração entre diferentes zonas produtivas.

O deslocamento entre regiões torna-se, portanto, elemento estruturante da integração econômica, especialmente em contextos nos quais a articulação entre áreas produtoras e centros

de consumo depende de sistemas de circulação estáveis e contínuos. Ao examinar a formação e o desenvolvimento do comércio europeu, Braudel (1995) evidencia a centralidade das cidades e das feiras como instâncias organizadoras da vida mercantil. Para o autor, as rotas de circulação não apenas asseguravam o fluxo de mercadorias e agentes econômicos, mas também favoreciam a consolidação de mercados urbanos, nos quais contratos, operações de crédito e transações diversas eram formalizados. Ao afirmar que “os mercados têm a sua geografia” (BRAUDEL, 1995, p. 156), Braudel ressalta que a configuração territorial e as condições materiais de circulação estabelecem os fundamentos objetivos que tornam possível a existência e a especialização desses espaços de trocas.

A historiografia recente sobre portos e atividades portuárias não tem desprezado a relevância do recôncavo guanabarinho (figura 1) como centro de produção e distribuição de mercadorias para o interior, como escravizados, gêneros alimentícios, manufaturas, minérios, entre outros (HONORATO; MANTUANO, 2024, pp. 31, 32). Em que pese a posição geográfica no fundo da baía e próxima à Serra da Estrela, que possibilitou a intersecção de caminhos terrestres e fluviais no povoado de Estrela.

Figura 1 - Recorte do recôncavo da Guanabara extraído do Mapa do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Biblioteca Nacional. Início do século XX. Paris (França). Disponível em: http://acervo.bnbdigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=30586. Acesso em 4 de set de 2024.

Ao longo das vias comerciais, surgiram pequenos povoados que se dedicavam à produção e ao consumo, especialmente aqueles localizados em vilas e povoados com portos fluviais e marítimos-fluviais. Com o aumento das necessidades de consumo e a expansão da produção, novas tecnologias foram desenvolvidas para atender à demanda, reduzir o tempo de produção e deslocamento, e, consequentemente, maximizar os lucros.

Por conseguinte, verifica-se uma ruptura na estrutura colonial que dá lugar à formação do Império brasileiro, acompanhada pela emergência de novos processos econômicos. Um exemplo notável é a concorrência entre caminhos e vilas comerciais, que buscavam atrair e absorver o fluxo econômico inerente às rotas de circulação. Tal dinâmica pode ser observada, por exemplo, na disputa entre o caminho estabelecido por Garcia Rodrigues Paes e a variante proposta por Bernardo Soares de Proença, ambos voltados a captar o tráfego gerado pelo descobrimento das Minas Gerais, e, consequentemente, o tráfico de escravizados, gêneros alimentícios e manufaturas do Reino que subiam em direção às vilas e povoados que surgiram ao longo do Caminho Novo (MOREIRA, 2023).

Para tanto, buscarmos demonstrar a expansão das possibilidades de trânsito de mercadorias na província do Rio de Janeiro, o investimento do governo imperial e de arrematantes em obras de infraestrutura, colocando como plano de fundo o contexto socioeconômico da vila da estrela nesse entroncamento de rotas (FRÓES, 1974).

2. VARIANTE DO CAMINHO NOVO DAS MINAS GERAIS OU O CAMINHO DO INHOMIRIM

O povoado de Inhomirim foi um dos primeiros que se estabeleceram na região do fundo da baía de Guanabara. Com a presença de colonos portugueses desde o início do século XVII, a economia açucareira fluminense encontrou, ao longo dessa região, cercada por manguezais, condições propícias para florescer. Sua matriz, dedicada à Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, surge dentro desse contexto, enquanto capela do engenho de Lourenço Alvares, encontrando na formação de um pequeno povoado no seu entorno a condição para ser elevada à freguesia em 1696. Durante o século XVII, pelo menos três grandes engenhos existiram na região (MACHADO, 2020), favorecendo o surgimento de portos na área, sendo os principais o porto de Inhomirim e o porto da Estrela, que atendiam à produção local de açúcar e outros gêneros.

Com a descoberta das minas de ouro e os problemas estruturais do Caminho Velho, como o tempo elevado de transporte do ouro, o extravio para outros caminhos, as investidas dos indígenas ao longo do percurso e o assédio de corsários estrangeiros entre Parati e o Rio de Janeiro, era necessário a abertura de um novo caminho que pudesse atender os desejos da Coroa e dos viajantes. Para tanto, foi proposta a abertura de um trajeto mais direto entre as Minas Gerais e o Rio de Janeiro, que ficou a cargo de Garcia Rodrigues Paes, através de privilégio concedido por Artur de Sá e Meneses, com auxílio de negociantes interessados e de possíveis sesmeiros que pretendiam acumular terras ao longo do caminho¹ (ANDRADE, 2002).

O novo caminho foi concluído entre 1700 e 1702, encurtando o tempo de viagem para aproximadamente 30 dias, frente aos 90 dias de viagem que eram necessários para concluir o Caminho Velho, tornando-o o Caminho Real, ou seja, o trajeto oficial para o transporte aurífero. Durante a década de 1710, Garcia Rodrigues empreendeu melhorias no trajeto, visando cumprir as obrigações decorrentes das mercês recebidas. Contudo, diversos viajantes continuaram a relatar as precárias condições do caminho, especialmente devido ao terreno íngreme que precisava ser transposto na Serra do Couto².

Diante disso, o sargento-mor Bernardo Soares de Proença, oriundo da freguesia de Suruí, solicita a autorização para abrir uma variante e concluir as obrigações não realizadas por Garcia Rodrigues Paes, informando que, além das dificuldades encontradas com o terreno íngreme e as contestações dos viajantes, sustentadas por requerimentos enviados pelos moradores da freguesia de Inhomirim, não havia estalagens entre a barra do rio Iguaçu e o porto do Pilar onde pudesse se abrigar, reforçando a utilização do rio Inhomirim, que era ocupado em todo o seu trajeto desde a barra do rio até o porto da Estrela (STRAFORINI, 2007). Ainda em seu requerimento, os moradores de Inhomirim informam que conheciam outro caminho, que, supostamente, já era utilizado em alguma medida como alternativo, o que poderia valorizar o novo trajeto proposto frente ao de Garcia Rodrigues Paes³.

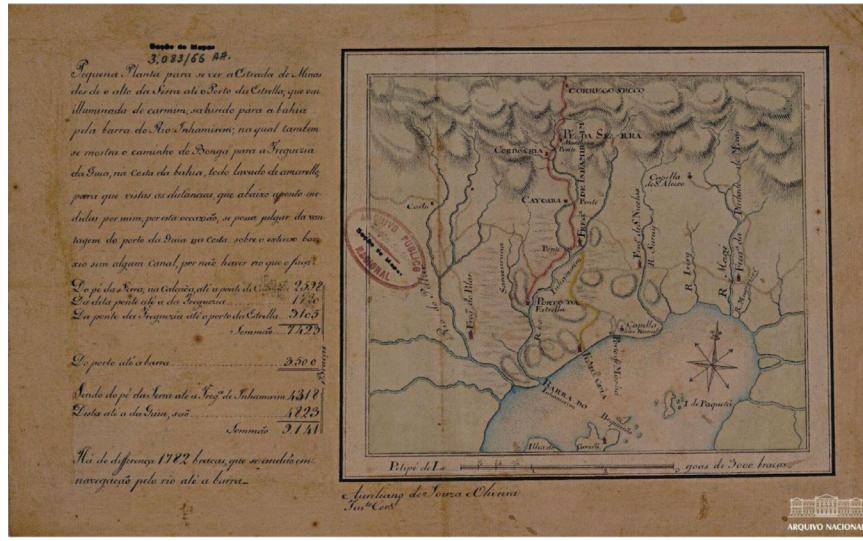
Durante o governo de Ayres Saldanha de Albuquerque, o caminho de Bernardo Soares de Proença (Figura 2) é concluído por volta de 1724, absorvendo gradualmente o tráfego proveniente das Minas Gerais e demais províncias do interior, o que proporcionou outra dinâmica econômica para as fazendas que já existiam na região.

Figura 2 - Planta em que se vê a Estrada de Minas desde o alto da Serra até o Porto da Estrela. 1801.

1 Quanto aos interessados em acumular terras ao longo do percurso do caminho, destaca-se o caso de Garcia Rodrigues Paes, que se transferiu com sua família para Paraíba do Sul. Lá, edificou uma grande fazenda destinada ao abastecimento de tropeiros e viajantes que utilizavam a rota. Além disso, obteve junto ao rei a concessão de sesmarias para seus doze filhos, consolidando assim um monopólio sobre a venda de alimentos e o acesso à terra na região. (ANDRADE, 2002, p. 166)

2 Requerimento de Antônio de Proença Coutinho, morador do Rio de Janeiro, no qual pede que não fosse deferida a petição de João Rodrigues dos Santos na parte que se refere à proibição da passagem pelo Caminho de Inhomirim. AHUL. 10.643. Cf. Apêndice Documental. (MARTINS FILHO, 1965, p. 202).

3 É importante ressaltar que quando a freguesia foi criada, ela incorpora um longo território desde o porto da Estrela até Sebolas, atualmente distrito de Paraíba do Sul. Podemos presumir que esse caminho foi criado com o auxílio de indígenas para integrar a freguesia em toda a sua extensão, como sugere Venâncio (1999). Outro ponto que devemos destacar são as práticas litúrgicas concernentes ao batismo, visto que a autorização do bispado do Rio era que o batismo deveria ser realizado na pia batismal da matriz, ou seja, na igreja de Nossa Senhora da Piedade, que estava em serra abaixo, portanto, o caminho poderia ter sido utilizado para a viagem de fiéis de serra acima para à matriz.



Fonte: Arquivo Nacional.

Além de se beneficiar com a circulação de viajantes e tropeiros, em especial do ouro (FRÓES, 1974), o porto da Estrela passou a ser utilizado por importantes indivíduos da administração colonial que se tornaram proprietários de terra ao longo do caminho novo e membros da elite mercantil da praça do Rio de Janeiro durante as décadas de 1720-1760, como Francisco Gomes Ribeiro, Manuel Gomes Ribeiro e Antônio José da Costa (FRAGOSO, 1998; POLLIG, 2012).

Esses nobres, ao controlar não apenas a produção agrícola, mas também o fluxo de mercadorias e gêneros que circulava pelo caminho, consolidaram seu poder econômico e social na colônia. A concentração de terras e a diversificação das atividades econômicas permitiram que essa elite se tornasse uma força dominante tanto na administração colonial quanto junto à praça mercantil, reforçando sua posição de destaque na sociedade colonial do Rio de Janeiro.

Com o declínio da produção aurífera, no que ficou conhecido como a “crise do ouro” (PINTO, 1979, p. 317) que se fez sentir no final do Setecentos, o caminho vai perdendo a sua relevância econômica, porém o porto da Estrela ainda mantém a atribuição de ser o principal porto por onde os gêneros de serra acima percorriam até chegar ao porto do Rio de Janeiro e a manufatura fazia o caminho inverso, consolidado na economia de exportação da colônia (FRÓES, 1974, p. 23) e a incumbência de ser a “boca das Minas” (ZEMELLA, 1990).

A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, acompanhada pela abertura dos portos, marcou a inserção do Brasil em um novo momento político e econômico. Esse período foi caracterizado pelo abandono de práticas típicas do regime colonial, como a revogação das antigas restrições que limitavam a abertura de novas vias de comunicação. Essas mudanças incentivaram a criação de novos caminhos com o objetivo de impulsionar a circulação econômica e promover a integração política do território brasileiro. Além disso, a estruturação de novos caminhos, favorecendo o dinamismo comercial, conectou novas regiões produtoras a regiões consumidoras⁴. Outro caráter interessante que a variante do Caminho Novo irá assumir nesse contexto da abertura dos portos de 1808 é a presença em diários de viajantes estrangeiros (SILVA, 2023) que deixaram valiosas informações para o estudo da região.

O aumento das cargas e do volume de produtos provenientes da produção cafeeira do leste de Valença e Vassouras, do sul de Minas, de Paraíba do Sul e de Petrópolis demandava a abertura de uma rota alternativa, mais eficiente e condizente com as exigências dessa nova estrutura econômica. Diante desse cenário, na primeira metade do século XIX, o governo provincial propôs a criação da chamada estrada nova, ou Estrada Normal da Estrela, cujo objetivo era encurtar o percurso existente e atender às necessidades logísticas impostas pela expansão da economia cafeeira⁵.

4 De acordo com Lenharo (1993), após a revogação da proibição da abertura de novos caminhos, foram autorizados pela Junta do Comércio a estrada do Comércio, em 1822, e a estrada da Polícia, em 1820, que favoreciam ao porto do Iguaçu. Sobre os portos da antiga vila de Iguaçu, conferir Silva, Lucia. De Grande Iguaçu à Baixada Fluminense: Formação econômica e urbana de uma região. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói-RJ, 2017.

5 A historiografia mais recente tem demonstrado a importância do Caminho Novo para o evolver da economia do sul de Minas Gerais, como Saraiva (2008), e a estrada União e Indústria, que veremos mais adiante.

3. ESTRADA NORMAL DA ESTRELA

As especificidades do século XIX passaram a exigir uma reestruturação do sistema viário provincial. As demandas impostas pela nova dinâmica de circulação de mercadorias colocavam em questão a capacidade de resposta do Governo Provincial. Nesse contexto, tornou-se necessário planejar a abertura de uma nova estrada que, partindo do porto da Estrela, alcançasse o rio Paraibuna⁶. partindo do porto da Estrela, alcançasse o rio Paraibuna.

Em 1836 a estrada que surge a partir do antigo caminho e que seguia para Estrela já era a mais frequentada da província fluminense. Na região de serra acima seguia em direção ao Paraibuna e outra que partia para o Leste, em direção ao Mar de Hespanha. A partir dos relatórios do Presidente da Província do Rio de Janeiro, é possível observar a preocupação em manter as estradas em boas condições para atender às demandas da circulação econômica, especialmente no que diz respeito ao comércio relacionado à cafeicultura. Em 1836, foram estimados gastos na ordem de 27:000\$000 réis para a realização de reparos no trecho entre Estrela e a vila de Paraíba do Sul⁷, por onde transitava uma parcela significativa da produção de gêneros alimentícios e outras mercadorias provenientes da zona da mata mineira, destinadas ao Porto do Rio de Janeiro (RESTITUTTI, 2006).

Um meio significativo para aumentar a renda provincial era a instalação de barreiras ao longo do caminho, que muitas vezes eram arrematadas para a administração de algum proprietário local. O imposto arrecadado por gêneros, muares, bovinos, escravizados e aguardente, e o maior controle exercido pela presença do governo provincial através desses arrematantes simboliza a autoridade política e econômica do Império no processo de interiorização, que pode ser percebido pela criação de vilas, freguesias e cidades ao longo da estrada da Estrela, que em muito aproveitou o traçado do caminho do Inhomirim.

No ano de 1839 o então presidente da Província, Paulino José Soares de Souza solicita uma planta de uma nova estrada entre a vila de Paraíba do Sul e o porto da Estrela, nesse período parte da vila de Magé, e da vila de Paraíba do Sul até o Paraibuna, onde haveria para a obra futura a consignação de 1:600\$000 para o segundo trecho. A construção da Estrada Normal da Estrela ficou a cargo do major Júlio Frederico Koeler, com ampla utilização de mão-de-obra de africanos livres (MOREIRA, 2005), a partir da lei de 12 de maio de 1840, n.^o 193. No ano seguinte, prevendo as melhorias que a estrada da Estrela receberia, a barreira da estrada da Serra da Estrela foi arrematada pela quantia de 13:700\$000 réis⁸.

Até o ano de 1843, a Estrada Normal da Estrela já tinha custado aos cofres públicos a quantia de 39:421\$830⁹, o que foi agravado pela falta de interessados em arrematar as obras diretamente, contudo, isso não significa que a estrada era um investimento sem possibilidades de lucro, considerando que na década de 1840, em virtude sobretudo do café, Estrela alcança a emancipação político-administrativa, além de contar com importantes personagens da política fluminense como proprietários de terras dentro do território¹⁰. Com a indisponibilidade dos anais da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro para esse período, não podemos acompanhar quem solicitou diretamente tal emancipação, porém podemos entender que a presença de nomes de relevância no Império na região influenciou de alguma maneira.

Em 1844, um crédito especial é concedido ao governo provincial para a conclusão das obras, no valor de 822:213\$000 (FRÓES, 1974, 25), visto que nesse período a colônia alemã estava se organizando em Petrópolis, além da construção do palácio de veraneio do imperador. O percurso de barco de Estrela para o Rio de Janeiro era muito menor se comparado com o mesmo trajeto partindo

6 O rio Paraibuna, afluente do rio Paraíba do Sul, está situado próximo à divisa com o estado de Minas Gerais.

7 Falla com que o presidente da província de Rio de Janeiro, o conselheiro Joaquim José Rodrigues Torres, abriu a 1.^a sessão da 1.^a legislatura da Assembléa Legislativa da mesma província, no dia 1.^o de fevereiro de 1835. Typographia de Amaral & Irmão. Nitcheroy, 1850. (Doravante relatório do presidente da província, ano).

8 Relatório do Presidente da Província, 1840.

9 A quantia supracitada prevê os gastos relativos às consignações entregues ao tesoureiro da obra, compra de ferramentas, obras na ponte sobre o rio Itamaraty e vencimentos acerca da conservação do trecho que abrange a estrada de Itamaraty, em Petrópolis. Conferir Relatório do Presidente da Província, ano 1843.

10 A 6.^a legislatura do Senado (1845-1847), isto é, compreendendo o ano da emancipação de Estrela, contava com Francisco de Lima e Silva, barão de Barra Grande, e seu filho Luiz Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias. O primeiro era dono da fazenda São Paula, localizada na localidade de Taquara, que pertencia à freguesia de Inhomirim, e o segundo nasceu na dita fazenda e foi batizado na matriz de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim.

de Iguaçu¹¹ e Pilar. Com a organização da Companhia de Navegação a Vapor Inhomirim, as falusas e saveiros começam a dividir espaço com grandes embarcações a vapor, como veremos adiante. A execução e a manutenção dessa estrada, apesar dos altos custos e desafios, revelam a determinação do governo provincial em consolidar a interiorização e assegurar o fluxo eficiente de mercadorias, especialmente o café, que impulsionava a economia da época. A emancipação político-administrativa de Estrela e a criação de uma infraestrutura que integrava a navegação a vapor reforçam a relevância dessa via como um eixo para a circulação econômica e o controle territorial do Império, o que atraiu, inclusive, o interesse privado a partir da concessão da estrada à Companhia União e Indústria (ALMEIDA, 2002, p. 54).

A Estrada Normal da Estrela foi uma das principais vias que influenciavam os fluxos de circulação na província, articulando-se com o sistema hidroviário do rio Inhomirim e da Baía de Guanabara. A estrada ampliou a capacidade de escoamento das regiões produtoras de café, enquanto a navegação, especialmente após a introdução dos barcos a vapor, assegurou a conexão rápida entre Estrela, Niterói e o porto do Rio de Janeiro.

4. NAVEGAÇÃO FLUVIAL E A COMPANHIA NITCHEROY-INHOMIRIM

A navegabilidade do rio Inhomirim e a formação de fazendas com portos ao longo do seu percurso foi um diferencial para a superação do caminho de Garcia Rodrigues Paes, como visto anteriormente. Ao pesquisarmos nas atas da Câmara Municipal da Vila da Estrela podemos encontrar informações valiosas sobre o surgimento do sistema de barca de passagem que permitiu integrar todo o município¹², em especial a preocupação que os vereadores tinham com a frequência do trânsito na vila.

Nesse contexto, é possível perceber o jogo de interesses quando vereadores, que frequentemente acumulavam as funções de proprietários e fazendeiros, propunham investimentos destinados a beneficiar suas localidades. Em outros casos, mesmo estando fora de posições de poder político direto, proprietários de terras conseguiam, por meio de arrematações, beneficiar seus próprios negócios, demonstrando como os interesses privados se entrelaçavam com as decisões públicas. Além de integrar as freguesias, havia também o interesse de conectar com as vilas vizinhas, como a proposta do vereador Antônio Joaquim Lopes Lira de solicitar ao Governo Provincial a instalação de uma barca de passagem para atravessar o rio Iguaçu, nas proximidades da fazenda do Iguaçu dos beneditinos¹³.

Evidentemente, outra preocupação da Câmara era a arrecadação de impostos que, no caso de Estrela, era realizada através do imposto de alvará e licenças, da aferição, do imposto sobre a cabeça de gado. Para tanto, foi proposta na Câmara pelo vereador Bernardino Alves Machado mais uma barca de passagem¹⁴, agora dentro dos limites municipais. A barca de passagem deveria integrar a vila da Estrela com Carahy, na freguesia de Guia de Pacobaíba, e outra barca de passagem na Baía Formosa, atravessando o rio Cangulo até a freguesia do Pilar¹⁵.

No ano de 1840 foi instituída a lei provincial n.º 219, que autorizava a Joaquim José dos Santos Junior explorar a navegação do rio Inhomirim por embarcações a vapor, sendo um dos primeiros rios navegados por tal tipo de embarcação no Império, permitindo ao contratante um privilégio exclusivo de 100 anos no transporte de passageiros e de cargas. Além disso, possibilitava a obra de cais próprio, contando com armazém para embarcar e desembarcar mercadorias, para tanto, foi declarada de utilidade pública em parte do porto da Estrela para as desapropriações necessárias para o empreendimento. Entretanto, além dos direitos obtidos neste contrato, também eram previstos alguns deveres, como o estabelecimento de pelo menos uma viagem por dia, a conservação do rio

11 Apesar disso, a estrada do comércio continuou desempenhando um papel interessante para Iguaçu. Em 1857, o porto da vila foi responsável por escoar 1.886.306 arrobás de café, e importou 1.600.000\$000 réis. Conferir Relatório do Presidente da Província, 1857.

12 Com a emancipação de Petrópolis, em 1857, o município de Estrela era formado pelas freguesias de Inhomirim, Guia de Pacobaíba e Pilar.

13 Atas da Câmara Municipal da vila de Estrela, doravante ACMVE, 26 de julho de 1850.

14 Que foi aprovada pelo presidente da Província do Rio de Janeiro e normatizada pela lei provincial n.º 748 de novembro de 1854, no art. 24, que autoriza a Câmara de Estrela construir e colocar as barcas de passagem e cobrar os pedestres. Cf. Relatório de Presidente da Província, 1856.

15 ACMVE, 26 de fevereiro de 1853.

Inhomirim, entre a barra da Estrela e o porto homônimo.

A Companhia de Navegação a Vapor Inhomirim representou uma inflexão importante na dinâmica econômica do porto da Estrela. Após sofrer com o fim do período aurífero das Minas Gerais, com o seu tráfego diminuindo ano após ano, encontrou no café do Vale do Paraíba a sua nova função dentro do contexto da circulação econômica fluminense. A primeira reunião com os acionistas da dita Companhia foi convocada por Joaquim José dos Santos Junior em 10 de junho de 1843, ou seja, três anos após a concessão, atendendo às exigências do contrato, para a nomeação da diretoria¹⁶.

Com o crescimento exponencial do transporte aquaviário alcançado pela Companhia de Inhomirim, a Sociedade de Navegação de Niterói, pioneira na baía de Guanabara, fundiu-se com a Companhia de Inhomirim. Essa fusão resultou na criação da Companhia de Navegação a Vapor Nitcheroy-Inhomirim, que passou a incluir viagens para o porto de Niterói, então capital da província fluminense, em seu itinerário. A nova companhia manteve o transporte de cargas de café e açúcar, além da produção local (SANTOS, 1996). O Decreto Imperial nº 1.564, promulgado em 1855, autorizou a fusão das supracitadas companhias, com um capital inicial de 400:000\$000 réis. Essa fusão viabilizou a criação de novas linhas de navegação a vapor.

A produção das unidades agrícolas e de gado localizadas no sul de Minas Gerais, em Paraíba do Sul, Petrópolis, e nas regiões leste de Valença e Vassouras era transportada pela estrada que levava ao porto da Estrela. Em muitos casos, os produtos seguiam viagem nos barcos a vapor operados pela Companhia. Essa empresa desempenhou um papel crucial não apenas no transporte do café, mas também na conexão do porto da Estrela a outros importantes destinos, como o porto das Caixas, Niterói, Botafogo, Caju, São Cristóvão, o porto de Sampaio (no rio Macacu) e o Rio de Janeiro¹⁷. Essas rotas ampliaram as possibilidades de lucro para os produtores e comerciantes.

O itinerário que levava ao porto de Botafogo é particularmente relevante para uma análise socioeconômica, pois sugere o transporte de membros da elite econômica e política em direção à região. Isso demonstra que o porto da Estrela não funcionava apenas como um entreposto comercial isolado, mas também estava conectado à elite fluminense, que circulava pela província e, em muitos casos, possuía fazendas e empreendimentos na vila.

A navegabilidade do rio Inhomirim e a implementação de um sistema organizado de transporte fluvial, incluindo a exploração comercial por meio de embarcações a vapor, destaca-se como um importante elemento para a transformação da economia da província do Rio de Janeiro no século XIX. O controle e a exploração dessa rota fluvial não apenas facilitaram o escoamento de produtos agrícolas, em especial o café, mas também integraram diferentes regiões, conectando a produção local ao porto do Rio de Janeiro. A fusão das Companhias de Navegação e a subsequente criação de novas linhas de transporte reforçam a relevância estratégica dessa rota para a circulação econômica da província.

Contudo, a dinâmica econômica impulsionada por essas iniciativas também evidencia a interseção entre interesses políticos e econômicos, notadamente entre os proprietários de terras e as figuras de destaque na Câmara Municipal de Estrela. Essas relações influenciaram diretamente a configuração da infraestrutura de transportes, demonstrando como as elites locais se beneficiaram do desenvolvimento das rotas fluviais para consolidar e reforçar suas posições tanto econômicas quanto políticas.

A breve existência da Companhia de Navegação a Vapor Nitcheroy-Inhomirim reflete tanto as oportunidades quanto as limitações de um empreendimento voltado para a integração econômica fluminense. Muito se deve à concorrência com a Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro Petrópolis, no que toca o tráfego que descia e subia a serra, como também a competição com a Companhia de navegação a Vapor na baía do Rio de Janeiro e Nitcheroy, conhecida como Companhia Ferry.

5. O CASO DA IMPERIAL COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO A VAPOR E ESTRADA DE FERRO PETRÓPOLIS

16 Diário do Rio de Janeiro, 16 de junho de 1843, ed. 133.

17 A Imperial Companhia de Navegação de Vapor de São Cristóvão e Caju, fazendo concorrência à Companhia Nitcheroy-Inhomirim nas linhas com destino à Caju e São Cristóvão.

As discussões para a construção de uma estrada de ferro na província do Rio de Janeiro começaram no início da década de 1850, objetivando integrar a mata mineira com o Rio de Janeiro (GRANDI, 2022). Alguns desafios se faziam presentes, como vencer o terreno íngreme da serra, a tensão de interesses de grandes nomes da política imperial e de negociantes que reivindicavam o traçado da ferrovia cortando as suas propriedades, para assim se beneficiar do comércio que a estrada de ferro poderia proporcionar. Contudo, a proposta realizada por Cavalcanti Albuquerque em 1850 não foi adiante, apesar de ter sido aceito de início.

Em 1852, apenas dois anos após a recusa feita a Cavalcanti Albuquerque, Irineu Evangelista de Souza, barão e visconde de Mauá, recebe a concessão da província do Rio de Janeiro para a execução da estrada de ferro, fundando a Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro Petrópolis. Apesar de contar com apenas 14,5 km no seu traçado, partindo do porto de Mauá, na freguesia de Guia de Pacobaíba, até a estação de Fragoso, nas terras do comendador Albino José de Siqueira, foi um marco na história nacional.

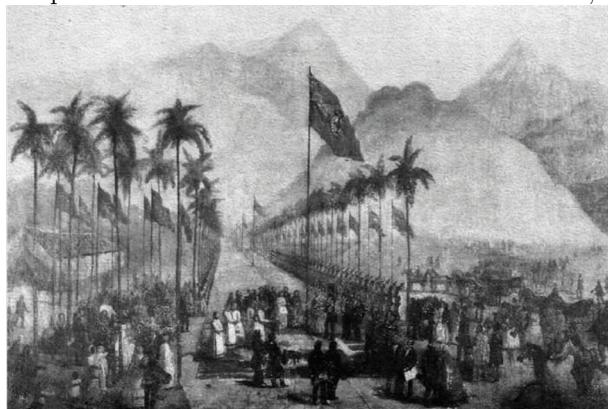
Concomitante à construção da estrada de ferro, Mauá diversificava seus investimentos e era apoiado pelo mesmo grupo de acionistas, como os sócios da sociedade bancária Mauá, MacGregor & Cia, que também eram acionistas da Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro Petrópolis. O próprio Banco Mauá, MacGregor & Cia era acionista da Imperial Cia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro Petrópolis, o que sugere o forte interesse do grupo mercantil do Barão de Mauá em atuar no recôncavo do Rio de Janeiro (GUIMARÃES, 1997).

A escolha de Irineu Evangelista de Souza por construir o porto em Mauá e não na vila de Estrela causou uma série de tensões entre o empreendedor e os políticos locais. Em sua autobiografia, Irineu relata que:

Depois de feitos os estudos de reconhecimento pelo engenheiro Guilherme Bragge que executava por minha conta as obras de gás, e sendo o traçado da raiz da Serra a Mauá, por mim escolhido, *atendendo aos inconvenientes da direção à Vila da Estrela, que interesses locais apontavam como preferível*, teve lugar o levantamento da planta do engenheiro Robert Milligan, sob a responsabilidade e direção de Bragge. Em seguida obtive da presidência da província o privilégio exclusivo em uma zona lateral de cinco léguas ao longo da linha projetada, única concessão possível nessa época (Mauá, 2011, p. 131, grifos nossos).

Obviamente, ao levar a estrada de ferro para a vila da Estrela, consequentemente a Companhia de Mauá iria favorecer o clã dos Alves Machado, que alcançava vitórias nas eleições para a vereança frente a Albino e seus aliados e familiares¹⁸. Obrigatoriamente a estrada deveria passar pela fazenda do Fragoso, ou seja, a articulação entre a referida Companhia e Albino de fato foi necessária para a construção da estação em suas terras, onde, inclusive, a pedra fundamental foi edificada (figura 3), com a instalação da estação, onde os passageiros seguiam para Petrópolis através da serra.

Figura 3 - Lançamento da pedra fundamental da Estrada de Ferro Mauá, na fazenda do Fragoso,



Fonte: Coleção Geyer - Museu Imperial.

¹⁸ Um exemplo da aliança entre Mauá e os Siqueiras é a presença de José Pinheiro de Siqueira como tesoureiro da Companhia Mauá (1856-1864), o mesmo era arrematante e tesoureiro da Estrada Normal da Estrela (1856-1863). Ademais, José Pinheiro de Siqueira era sobrinho de Albino José de Siqueira, que a partir da morte do mesmo assume a administração da fazenda do Fragoso.

Portanto, podemos presumir que a escolha pelo porto de Mauá frente Estrela esteve diretamente envolvida no embate político local. Um exemplo disso é o discurso de Bernardino Alves Machado na Câmara de Estrela:

Senhores, os abaixo-assinados membros da Comissão de obras públicas e de finanças desta ilustre câmara, possuídos dos mais justos e entusiástico empenho de bem corresponder a honra que vos dignastes de fazer-lhes, comunicando-lhes que a vila da Estrela não é esse lugar tão inacessível aos melhoramentos materiais, e a prosperidade, de que outros municípios tanto se inflamam como a tem feito acreditar, que a vila da Estrela contém em si mesma muitos recursos de vida e de prosperidade, e que finalmente, desde o momento em que uma câmara enérgica, compacta, e, sinceramente, empenhada em promover os melhoramentos materiais de sua municipalidade, se colocar a frente de seus interesses o município da Estrela, desprezando nobremente as facetas discrições de alguns jocosos vigores, que não é fregão de representar o papel de tarfulos, escrevinhadores quando querem por qualquer forma lisonjar os caprichos de alguém, iludirá completamente as previsões de aniquilação de que tem sido ameaçado, e que invejar, na maior parte, aos distritos seus competidores.

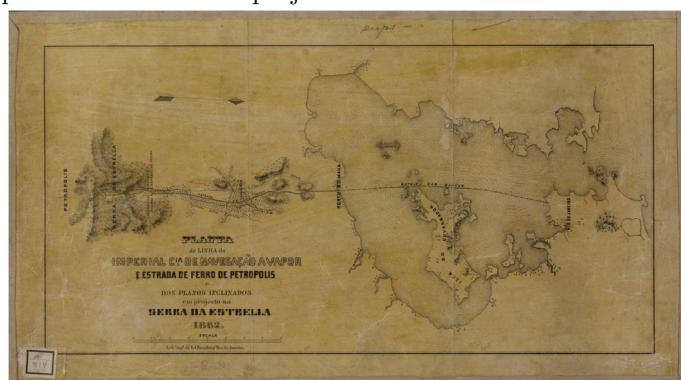
Não pareça a alguém que a comissão assim pronunciando se teve em vista lançar a mais leve censura às administrações, bem longe de seu propósito semelhante injustiça, redobramos de vigilância e as nossas faculdades intelectuais, mais se ativam pela aproximação do perigo. As circunstâncias de hoje são inquestionavelmente muito mais difíceis que as de então, e mesmo a vista comercial, das provações que temos a honra de representar, necessitam tanto da energia e dos esforços de seus procuradores como atualidade¹⁹.

O discurso de Bernardino, que também integrava a suplência para diretor da Companhia de Navegação Nitcheroy-Inhomirim, revelava a preocupação e insatisfação em relação à transferência do fluxo mercantil do porto da Estrela para o porto de Mauá. Essa mudança estava associada à decisão de Irineu Evangelista de Souza, que escolheu a freguesia de Guia de Pacobaíba — onde se localizava o porto de Mauá — como ponto estratégico para a construção da estrada de ferro.

Com uma concorrência interna entre a vila e a freguesia de Guia, consequentemente o fluxo de mercadorias e viajantes não mais passariam por Estrela com tanta intensidade como foi observado com a expansão do café, optando pela ferrovia que percorria até Fragoso em menor tempo que as carroças, as seges e os tropeiros da Estrada Normal da Estrela, o que implicou na diminuição da arrecadação da Câmara Municipal, do mesmo modo que atrapalharia as suas pretensões enquanto membro da direção da Companhia Nitcheroy-Inhomirim.

As objeções do presidente da Câmara revelaram-se infrutíferas. Apenas três anos após a inauguração da estrada de ferro, os impactos financeiros tornaram-se evidentes. Entre 1856 e 1857, o porto da Estrela recebeu aproximadamente 400 mil arrobas de café, enquanto o porto de Mauá processou cerca de 748 mil arrobas²⁰. A gradual transferência do fluxo das mercadorias para o porto de Mauá pode ser entendido pelas facilidades do trajeto feito na embarcação a vapor, conforme mapa abaixo (figura 4).

Figura 4 - Planta da linha da Imperial Cia. de Navegação e Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis e dos planos inclinados em projecto na Serra da Estrela. c. 1862.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Disponível em http://acervo.bnbdigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=85886.

Acesso em 4 de set de 2024.

19 ACMVE, 26 de fevereiro de 1843.

20 Relatório do Presidente da Província, 1858.

No primeiro semestre de 1857, o porto de Mauá estava prestes a alcançar a marca de 700 mil arrobas de café. Entre a inauguração da estrada de ferro até o mesmo ano de 1857, havia passado pelo porto de Mauá mais de 4 milhões de arrobas de carga, com o total arrecadado com fretes em 265:817\$836²¹. A título de comparação podemos citar o ano de 1861, quando o porto de Mauá teve o movimento de cargas na ordem de quase 3 milhões de arrobas, com o valor recebido por fretes em 339:932\$100, sendo de café a quantia de 1,7 milhão de arrobas.²²

Em que pese a forte concorrência da estrada de ferro Dom Pedro II, cujo transporte de cargas oriundas de serra acima se tornou o mais intenso da província fluminense em curto período, desbançando a Companhia de Mauá. O mesmo acusa a Companhia União e Indústria de favorecer a estrada de ferro Dom Pedro II ao entregar as cargas oriundas da zona da mata mineira e do Vale do Paraíba, que chegavam com apoio do Governo Provincial:

Parecia que um mau fado pesava sobre a Companhia Mauá, que, sem o menor auxílio dos cofres públicos, hasteara a bandeira do grande melhoramento, pois, enquanto a outra, simples rodagem, era amparada com favores os mais excepcionais que jamais foram concedidos a empresa alguma no Brasil, - empréstimo de seis mil contos depois perdoado - encampação do seu contrato com dispêndio de mais três mil contos dos cofres públicos, e afinal um contrato com a estrada de ferro de D. Pedro II, por dez anos - que lhe assegurava nova recomposição de seu capital, - a estrada de ferro de Petrópolis (talvez por tê-la o público crismado com o nome de Mauá) era entregue ao extermínio! (Mauá, 2011, 138-139).

A relação entre ambas as companhias era dúbia. Embora durante um período, a União e Indústria foi a responsável pela Estrada Normal da Estrela, que integrava com a estação de Raiz da Serra da Companhia de Mauá, de onde partiam as cargas e os passageiros²³. Com o atraso de transpor a Serra da Estrela, o tráfego das cargas da estrada União e Indústria foi obrigado a seguir não mais pela estrada da Estrela com destino à estrada de ferro de Mauá, mas sim para a estrada de ferro Dom Pedro II, que foi um estopim na crise das relações comerciais e políticas entre os envolvidos²⁴. Ambas possuíram relações comerciais²⁵, nas quais a União e Indústria contraia dívida com a Cia de Mauá, como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 1 - Dívidas contraídas pela Companhia União e Indústria à Companhia de Mauá (1859-1866)

Período do balanço	Valor (Rs)
Junho de 1859	4:004\$154
Junho de 1860	3:711\$734
Dezembro de 1860	11:269\$524
Dezembro de 1865	4:518\$500

Fonte: Elaboração própria a partir dos balanços da Companhia União e Indústria, disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional.

Como demonstra a Tabela 1, havia uma relação comercial entre a Companhia União e Indústria e a Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro Petrópolis, com a contração de dívidas possivelmente destinadas à melhorias e reparos na infraestrutura da estrada. Assim, a ruptura desse vínculo após o decreto que transferiu a circulação para a Estrada de Ferro Dom Pedro II tornou-se um importante catalisador da crise enfrentada pelo empreendimento de Mauá.

A concorrência com a Estrada de Ferro Dom Pedro II se intensifica, causando prejuízos ao empreendimento do Barão de Mauá. Neste período, a Cia de Mauá precisou vender algumas embarcações para atenuar a crise, ainda com o desejo de vencer a Serra da Estrela para tornar a competição contra a Dom Pedro II mais equilibrada²⁶. Apesar dos estudos e dos esforços, Irineu não consegue alcançar o Alto da Serra, que foi atingido apenas em 1883, pela Companhia Príncipe do

21 Relatório do Presidente da Província, 1857.

22 Relatório do Presidente da Província, 1862.

23 Estação construída em 1856.

24 Decreto n. 4.320, de 13 de janeiro de 1869. Aprova as cláusulas para o contrato da transferência do tráfego da estrada União e Indústria para a estrada de ferro de D. Pedro II. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, parte 2, p. 12-13, 1869.

25 O próprio Banco Mauá, MagGregor & Cia era credor da Companhia União e Indústria.

26 Ata da reunião de acionistas da Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis de 16 de abril de 1864, disponível no Anuário do Museu Imperial. Vol. XVI. Petrópolis, 1955.

Grão-Pará, que assumiu a via-férrea em 1881.

O que se sucede, contudo, após a década de 1880 é o progressivo declínio do município da Estrela, tornando-se gradualmente abandonada pelas sucessivas epidemias e doenças ocasionadas pelos mosquitos, como cólera e malária (PIMENTA, BARBOSA, KODAMA, 2015), como também preterida por Iguaçu e Magé, assim como Estrela, vilas de comércio do recôncavo da Guanabara (PONDÉ, 1971). Com a decadência da relevância econômica e o abandono da região pela elite política, o município foi extinto em 1892, através do Decreto n.º 1, de 8 de maio de 1892, com o seu território sendo dividido entre Nova Iguaçu e Magé.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme indicado no título deste artigo, buscamos demonstrar a dinâmica da circulação econômica a partir dos melhoramentos dos modais de transporte, desde a primeira metade do século XVIII, marcada pelos tropeiros e pela abertura de novos caminhos, até o início da segunda metade do Oitocentos, quando tais sistemas passaram a se especializar na província do Rio de Janeiro. Nesse processo, evidenciamos o papel do município da Estrela como centro convergente desses fluxos, atuando como porta de acesso às Minas Gerais, ao Vale do Paraíba e como um dos principais eixos de comunicação entre o interior do Império e a Corte.

Por fim, analisamos a intensificação da concorrência no tráfego de cargas oriundas da zona da mata mineira, expressa nas relações ambíguas entre a Companhia de Mauá, a Companhia União e Indústria e a disputa estabelecida com a Estrada de Ferro Dom Pedro II.

FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAGÉ. Atas da Câmara Municipal de Vereadores da vila de Estrela (1846-1872).

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Anuário do Museu Imperial*. Vol. XVI. Petrópolis, 1955.

BRASIL. Decreto n. 4.320, de 13 de janeiro de 1869. Aprova as cláusulas para o contrato da transferência do tráfego da estrada União e Indústria para a estrada de ferro de D. Pedro II. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, parte 2, p. 12-13, 1869.

BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/>. Acesso em 15 de agosto de 2024.

RIO DE JANEIRO (Província). Relatório do Presidente da Província. 1 de fevereiro de 1835. Disponível em: <https://digitalcollections.crl.edu/>. Acesso em 15 de agosto de 2024.

RIO DE JANEIRO (Província). Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro. Paulino José Soares de Souza para o ano de 1839 a 1840. Disponível em: <https://digitalcollections.crl.edu/>. Acesso em 15 de agosto de 2024.

RIO DE JANEIRO (Província). Relatório do vice-presidente da Província do Rio de Janeiro Antônio Nicolão Tolentino, 1856. Disponível em: <https://digitalcollections.crl.edu/>. Acesso em 15 de agosto de 2024.

RIO DE JANEIRO (Província). Relatório do vice-presidente da Província do Rio de Janeiro João Manoel Pereira da Silva, 1857. Disponível em: <https://digitalcollections.crl.edu/>. Acesso em 15 de agosto de 2024.

RIO DE JANEIRO (Província). Relatório do vice-presidente da Província do Rio de Janeiro João Manoel Pereira da Silva, 1858. Disponível em: <https://digitalcollections.crl.edu/>. Acesso em 21 de

fevereiro de 2025.

RIO DE JANEIRO (Província). Relatório do vice-presidente da Província do Rio de Janeiro José Norberto dos Santos, 1862. Disponível em: <https://digitalcollections.crl.edu/>. Acesso em 15 de agosto de 2024.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maurício Luiz Campelo Bertola de. *O preço de um fracasso: a companhia União e Indústria, a política e a economia no império (1852-1872)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2002.

ANDRADE, Francisco Eduardo. A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro (1680-1822). Tese de doutorado em História. FFLCH/USP, São Paulo: 2002.

ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *El sistema de la economía colonial: mercado interno, regiones y espacios económicos*. Lima: IEP, 1982.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*: II. Os jogos da troca. III. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 5. ed. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2007.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRÓES, Vânia. *Município de Estrela (1846-1892)*. Dissertação de Mestrado em História: Universidade Federal Fluminense, 1974.

GRANDI, Guilherme. Transportes e planos de viação no Brasil imperial. *Revista USP*, São Paulo, Brasil, n. 132, p. 101–124, 2022. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.i132p101-124. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/196265>. Acesso em: 21 fev. 2025.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, economia e poder no Segundo Reinado: o caso da sociedade bancária Mauá, MacGregor & Companhia (1854-1866)*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Os negociantes da praça de comércio do Rio de Janeiro de meados do século XIX: estudo do grupo mercantil do Barão de Mauá e sua relação com o Império do Brasil. *População e Sociedade*, Porto, n. 16, 2008.

HONORATO, Cezar; MANTUANO, Thiago. *Escritos sobre História Urbano-Portuária do Rio de Janeiro (1850-1920)*. Niterói: UFF (PPGH-UFF, POLIS-UFF), 2024.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: O abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1840*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. 2^a ed. amp. São Paulo: Hucitec, 2024.

MACHADO, Ana Paula Souza Rodrigues. *O governo dos engenhos no recôncavo da Guanabara (Século XVIII)*. Tese de doutorado em História. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

MARTINS FILHO, Enéas. Os três caminhos para as Minas Gerais. In. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Anais do Congresso Comemorativo do bicentenário da transferência da sede do governo do Brasil da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro. v. 1. Rio de Janeiro, 1965.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza, Visconde de. *Autobiografia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

MOREIRA, Alinnie Silvestre. *Liberdade tutelada: os africanos livres e relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela-RJ (c.1831-c.1870)*. Dissertação de mestrado em História. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

MOREIRA, Philippe Manoel da Silva. *Os Argonautas da Guanabara: liberdade, circularidade e a formação da economia costumeira no Rio de Janeiro Escravista, séculos XVIII e XIX*. Tese de doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2023.

NORONHA, Santos. *Meios de Transporte no Rio de Janeiro – História e legislação*. vol. 1. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Doc. e Inf. Cultural, divisão de editoração. 1996.

PIMENTA, Tania; BARBOSA, Keith; KODAMA, Kaori. A província do Rio de Janeiro em tempos de epidemia. In. *Revista Dimensões*, vol. 24, p. 145-183. 2015. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/11114>. Acesso em: 21 fev. 2024.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1979.

POLLIG, João Victor. *Apropriação de terras no Caminho Novo*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. O porto da Estrela. In. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. v. 293. Rio de Janeiro, 1971.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As Fronteiras da Província: Rotas de Comércio Interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884*. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

SANTOS, Raphael Freitas. *Minas com Bahia: mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império nas Minas Gerais: café e poder na zona da mata mineira, 1853-1893*. Tese de doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Leal da. “*Tão singular como os olhos é o olhar*”: mulheres viajantes no Rio de Janeiro oitocentista, suas visões de civilidade e de educação. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

SILVEIRA, Patrícia Gomes da. *A metrópole é aqui: redes de abastecimento e o porto do Rio de Janeiro no comércio de cabotagem, 1799-1822*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

STRAFORINI, Rafael. *Tramas que brilham: sistema de circulação e a produção do território brasileiro no século XVIII*. Tese de doutorado em Geografia: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo, a longa duração. In: *Varia História*. Belo Horizonte, n. 21, jul. 1999.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1990.

NOTAS DE ECONOMIA POLÍTICA: IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA ECONÔMICA NO SÉCULO XX

NOTES ON POLITICAL ECONOMY: IMPERIALISM AND ECONOMIC DEPENDENCE IN THE 20TH CENTURY

Pedro Henrique Marques Cardoso^a

^aDoutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGHIS-UFMT); Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás (PPGTECCER-UEG); Professor efetivo de História nas Secretarias de Educação dos Estados de Mato Grosso e Goiás (SEDUC- MT/SEDUC-GO)
Contato principal: pedro.cardoso@edu.mt.gov.br

Resumo

Consta como proposta deste artigo o debate sobre a dinâmica das relações imperialistas ao longo do século XX, entendendo que as transformações processadas no interior do modo capitalista de produção tornaram possível a existência de um novo imperialismo. Além disso, busca-se relacionar a política imperialista dos Estados Unidos e a dependência econômica nos países de economia periférica. A partir de exaustiva revisão bibliográfica, fundamentada pela perspectiva materialista histórico-dialética, o presente estudo aplica os conceitos gramscianos de Estado e Hegemonia para analisar a política externa dos Estados Unidos, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Por essa via, a concepção de novo imperialismo, expressa pelo geógrafo britânico David Harvey, complementa e reforça a tese de que o poder global norte-americano se estruturou não somente pela coerção, mas especialmente pela direção intelectual e moral, isto é, pela influência cultural e ideológica. Por último, enfatiza-se o argumento de que a consolidação deste poder hegemônico está intimamente ligada ao processo de acirramento da dependência econômica das chamadas economias periféricas.

Palavras-chave: Imperialismo; Novo Imperialismo; Dependência Econômica.

Códigos JEL: F54; F02; P16.

Abstract

This article proposes a discussion on the dynamics of imperialist relations throughout the 20th century, understanding that the transformations that occurred within the capitalist mode of production made the existence of a new imperialism possible. Furthermore, this study seeks to relate the imperialist policy of the United States to the economic dependence of countries with peripheral economies. Based on a review of the literature and grounded in the historical-dialectical materialist perspective, this study applies Gramscian concepts of State and Hegemony to analyze the foreign policy of the United States, especially after the Second World War. In this way, the concept of new imperialism, as expressed by the British geographer David Harvey, complements and reinforces the thesis that American global power was structured not only through coercion, but especially through intellectual and moral leadership, that is, through cultural and ideological influence. Finally, the argument emphasizes that the consolidation of this hegemonic power is closely linked to the process of increasing economic dependence of the so-called peripheral economies.

Keywords: Imperialism; New Imperialism; Economic Dependence.

INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista é, por natureza histórica, produtor de um desenvolvimento desigual. Se, por um lado, alguns países se tornaram grandes potências econômicas a partir do impulso da industrialização, gerando elevado crescimento na produção de mercadorias, além de acumularem grande excedente de capital, por outro lado, consequentemente, esse crescimento não encontrou correspondência à realidade de todo o globo, tendo em vista a quantidade de regiões pobres no mundo. Em suma, “o desenvolvimento desigual, e por saltos, das diferentes empresas, das diferentes indústrias e dos diferentes países é inevitável em regime capitalista” (Lênin, 1979, 60).

Quando Lênin expôs a ideia de que o imperialismo correspondia à fase superior do capitalismo, no início do século XX, sua observação faria referências a um contexto de enorme concentração de capital em determinados países, ao passo que muitas regiões do mundo ainda se encontravam em estado de absoluto atraso, do ponto de vista econômico. Nesse sentido, segundo o autor, a exportação de capitais para os chamados países atrasados¹ foi a estratégia adotada pelas grandes potências para, em um novo vulto de dominação, garantir novos padrões de acumulação pelo mundo, isto é, o imperialismo.

A política imperialista inaugurada no final do século XIX e acentuada no início do século XX desvelou, de certo modo, um novo nível de concentração de capital: o da escala mundial. Para tanto, a expansão do capital passou a depender diretamente da expansão territorial das grandes potências capitalistas daquele momento histórico – além das potências europeias, vale destacar, neste caso, a presença dos Estados Unidos da América e do Japão. Dessa forma, é importante observar que, de início, o imperialismo se constituiu a partir da dominação que estas potências passaram a exercer sobre outros territórios do globo.

A ação de conquista e domínio de vastas áreas do mundo, desencadeada pelos países mais ricos a partir do final do século XIX, acarretou a formação de amplos impérios coloniais. Diante deste contexto, o imperialismo se alicerçou, previamente, a partir da égide do neocolonialismo, isto é, como uma política de dominação territorial caracterizada pela expansão colonial. No entanto, é pertinente destacar que o imperialismo não se limita apenas à constituição de impérios coloniais, pois, a partir do século XX, essa estrutura de dominação passou a sofrer constantes transformações, causando, como consequência, a formação de novos modelos hegemônicos no mundo. Sendo assim, dentro das atuais relações de poder globais é possível compactuar da existência de um novo imperialismo – assunto que será debatido ao longo deste artigo.

No intuito de melhor fundamentar a presente argumentação, também consta como parte destes escritos uma análise sumária sobre os conceitos de Estado e hegemonia, tendo em vista o nível de importância de ambos no processo de entendimento da dinâmica imperialista. Além disso, é importante destacar a opção pelo materialismo histórico-dialético como perspectiva basilar fundamental na busca pela compreensão do tema aqui proposto, pois, de acordo com essa concepção, as condições materiais de existência dos homens determinam, em última instância, os demais níveis da vida social (Marx, 2008). Desse modo:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (Marx, 2008, 45).

1 A exportação de capitais das nações industrializadas da Europa para as regiões economicamente mais pobres da África, Ásia e América Latina marca o início da chamada fase imperialista. Grande parte desses capitais foi investido na forma de empréstimos, em construções de ferrovias e portos, indústrias de base, além de algumas obras de infraestrutura que pudessem facilitar a exploração de matéria prima. O imperialismo do final do século XIX se expandiu, sobretudo, pela ação neocolonialista. Esta expansão resultou na partilha da África e da Ásia, além do estabelecimento de áreas de influência em muitas regiões do globo. “Os países exportadores de capitais partilharam (no sentido figurado da palavra) o mundo entre si. Mas o capital financeiro conduziu também à partilha direta do globo”. (Lênin, 1979, 65).

Como bem afirma Perry Anderson (2019, 154), “evidentemente, o marxismo se enquadra de modo maciço e preeminente na categoria dos sistemas de pensamento preocupados com a natureza e a direção da sociedade como um todo”. Em função disso, a discussão sobre o imperialismo, novo imperialismo e dependência econômica parte da premissa de que tais elementos integram a dinâmica do modo de produção capitalista – modelo que corresponde a uma determinada fase das forças produtivas sociais, e que possui, portanto, uma condição histórica. Ou seja, os elementos analisados neste estudo compõem uma determinada realidade social. Esta, por sua vez, concebida a partir de contradições e conflitos que acabam por revelar o problema do liame entre o abstrato e o concreto presente nas relações sociais. “O marxismo descobriu a realidade natural histórica e lógica das contradições. A partir disso, conduz a uma tomada de consciência do mundo real, em que as contradições são evidentes” (Lefebvre, 2024, 13). Desta maneira, a escolha pelo método acima mencionado torna-se mais apropriada diante da complexidade histórico-social da realidade.

1. SOBRE O IMPERIALISMO

É significativo esclarecer que a expressão imperialismo começou a ser difundida nos centros acadêmicos e científicos, a partir do início do século XX. No entanto, ainda continua sendo um conceito atual, além de muito debatido dentro dos estudos marxistas. Se em seus primórdios o imperialismo caracterizou-se como uma etapa do desenvolvimento capitalista – fase em que os monopólios estiveram no alicerce do capitalismo mundial –, no curso do século XX esta estrutura de poder econômico foi se transformando na medida em que o capitalismo se dinamizava. O fato é que o imperialismo, seja enquanto teoria ou enquanto prática, ainda corresponde a um dos elementos essenciais na compreensão do capitalismo contemporâneo.

Os primeiros estudiosos do imperialismo não titubearam em concordar que a grande questão deste sistema era o problema da concentração de capitais. Hobson (1981), por exemplo, postulou em seu livro *Imperialismo, um estudo*, com 1^a edição publicada em 1902, que o desafio econômico da Inglaterra no final do século XIX era o de resolver o problema da concentração de capitais no país. Neste sentido, o autor entendia que a constituição de colônias (neocolonialismo), enquanto política específica do imperialismo, tinha o objetivo de alcançar novos territórios do globo com o intuito de transformá-los em mercados para a ampliação dos investimentos das nações imperialistas, bem como para a expansão do excedente de capital.

Por outro lado, Hobson (1981) não concebia o imperialismo como uma estrutura intrínseca ao capitalismo – aqui reside o ponto crítico de seu estudo, pois esta interpretação entra em discordância com o pensamento dos teóricos marxistas do imperialismo. Se, por um lado, o autor observou o problema da concentração de capitais na Inglaterra, por outro lado, sua análise não vincula o imperialismo a uma nova etapa da expansão do modo de produção capitalista. Hobson acreditava que, o simples fato de ocorrer uma melhor distribuição de renda global – através de reformas sociais que ocorreriam na dinâmica da expansão imperialista – eliminaria o impulso imperialista das grandes nações europeias. Ao observar que a dominação territorial desencadeada pelas potências europeias, principalmente na África e na Ásia, era fruto da ausência de mercados consumidores na Europa e, também, da forte concentração de renda neste continente, o autor entendia que a elevação da renda da classe trabalhadora europeia resolveria a questão da expansão territorial em outros continentes.

Outra importante intelectual que em seus estudos procurou refletir sobre o imperialismo foi Rosa Luxemburgo. Diferentemente de Hobson, Luxemburgo defendia a premissa de que o imperialismo era uma consequência da necessidade de expansão permanente do capitalismo. Segundo a autora (1970), o imperialismo corresponde ao contexto de expansão do capitalismo, onde as potências capitalistas industrializadas procuram expandir seus mercados por intermédio da dominação territorial (conquista de colônias), isto é, por meio da expansão a mercados externos caracterizados como pré-capitalistas. Contudo, na medida em que o imperialismo fomentasse relações capitalistas em regiões pré-capitalistas do globo, estas últimas, por sua vez, tenderiam a se transformar em capitalistas. Em outras palavras:

Luxemburgo explicava o Imperialismo e, em particular, a conquista de colônias, tipicamente organizadas em bases pré-capitalistas, pelas principais potências industriais da época. E

ia além: para que as áreas coloniais – atrasadas, fundadas em relações pré-capitalistas – pudessem atender a essa necessidade das economias capitalistas era preciso que elas próprias se transformassem em economias capitalistas (capazes de absorver as mercadorias que a metrópole não absorvia e, adicionalmente, de produzir matérias-primas e insumos necessários à indústria metropolitana) (Saes; Saes, 2013, 301).

A respeito do debate sobre o imperialismo é oportuno lembrar, ainda, que a teoria da concentração e da centralização de capitais² formulada por Marx, em *O Capital*, forneceu as bases teóricas precisas para que os intérpretes de sua obra, *a posteriori*, pudessem entender a questão do capital monopolista, bem como o surto imperialista das grandes potências na segunda metade do século XIX. “O estudo que Marx desenvolveu sobre o processo de acumulação capitalista nos revela que a concentração da produção e do capital em grandes empresas é a consequência inevitável do desenvolvimento capitalista” (Ferreira, 2013, 15).

Para que a concentração de capitais aconteça sem interregnos, a produção capitalista de mais-valia precisa ser garantida. Por mais que as relações de produção estejam em constantes processos de renovação, determinadas condições que contribuem diretamente para a manutenção e reprodução deste modelo de produção não se alteram, sendo estas condições: o controle dos meios de produção e de subsistência pela burguesia e a presença da força de trabalho assalariada.

No que diz respeito ao processo de centralização de capitais, este se consolidou fundamentalmente sob a égide do capital financeiro, no qual as grandes empresas se aliaram aos grandes bancos num processo de fusão de capitais – uma das principais marcas do imperialismo. Sendo assim, na medida em que grandes empresas conseguiam absorver as empresas de médio e pequeno porte, ou na medida em que ocorria uma forte concentração de capitais sob o controle dos sistemas bancários, ocorria, consequentemente, a centralização de capitais. Essa nova realidade facilitou o controle de determinados setores da economia pelo sistema de crédito, caracterizando, também, a constituição dos monopólios por intermédio da fusão entre o capital industrial e o capital bancário. Nas palavras de Virgínia Fontes:

A fusão entre os capitais industriais e capitais bancários dava origem ao capital financeiro e a uma oligarquia financeira, sob predomínio do capital bancário, estreitamente ligados aos Estados. Inaugurava-se uma nova função dos bancos, a de centralizar num único organismo os recursos de miríades de capitalistas dispersos, convertendo-os em “capitalistas coletivos”, cujo controle e manipulação do crédito permitia expandir ou estrangular determinados setores da produção (Fontes, 2010, 106).

Lênin já preconizava, em suas reflexões, como se dava a formação de monopólios como umas das bases elementares do imperialismo. Porém, por mais que suas ideias tenham sido mais bem observadas, em termos práticos, até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, é indispensável reconhecer que suas reflexões são de grande relevância para o debate contemporâneo a respeito do imperialismo. Neste sentido, é importante destacar que, mesmo diante das frequentes transformações político-econômicas ocorridas no curso do século XX, determinadas peculiaridades características do imperialismo se perpetuaram. Os monopólios, por exemplo, continuam sendo o eixo central da economia capitalista na atualidade. Sendo assim, o debate sobre tais questões ainda é essencial.

2. TÓPICO DE TEORIA POLÍTICA: ESTADO AMPLIADO E HEGEMONIA

Outro ponto importante desse debate é desvelar o papel de dois elementos nessa nova conjuntura das relações imperialistas: os papéis do Estado e da hegemonia. Numa abordagem materialista da história a sociedade se constitui a partir de dois níveis, a saber, o nível da estrutura

2 A concentração do capital baseia-se no crescimento do volume do capital a partir da transformação em capital de porções de mais-valia. Outro processo que promove a concentração de capitais é a conversão de muitos pequenos capitais em poucos grandes capitais. Uma consequência observada com o processo de concentração de capitais foi a redução (declínio) de empresas individuais ao passo em que crescia o número de grandes empresas alicerçadas em grandes sociedades por ações. No caso da centralização do capital o que ocorre é o aumento do volume do capital a partir da fusão de muitos capitais. Este processo se dá pela constituição de grandes sociedades anônimas e, principalmente, pelo fortalecimento dos sistemas bancários, onde um volume muito forte de capitais são depositados e utilizados pelas empresas sob a forma de crédito.

– que corresponde ao conjunto das forças produtivas – e o nível da superestrutura – compreendida como espaço da instância jurídico-política e da ideologia. Em síntese, esta abordagem caracteriza a sociedade capitalista. Nesse sentido, o Estado precisa atuar de modo a manter a reprodução das relações de produção, atendendo, por meio dessa atuação, os interesses da classe dominante. Isto é, os interesses da burguesia. Em outras palavras:

O Estado precisa corresponder às necessidades de reprodução das relações de produção. No capitalismo, à medida que a centralização social se torna elemento essencial, cuja necessidade aumenta com o decorrer da concentração de capital, essa necessidade reforça cada vez mais o papel do Estado. Sua própria existência, portanto, impedindo a cisão da sociedade a partir de suas contradições de classes, está comprometida com os interesses burgueses. Sua forma – mais ou menos – centralizada, correspondendo – mais ou menos – às solicitações de desenvolvimento das forças produtivas, determinará um papel de maior ou menor importância no capitalismo (Sader, 2014, 61-62).

Embora os estudos do italiano Antônio Gramsci não tenham se aprofundado a respeito das questões imperialistas, no que concerne às questões relativas ao papel do Estado, bem como o papel da hegemonia, seus escritos são de grande contribuição para a compreensão deles, sobretudo quanto à importância destes para a manutenção do capitalismo e, consequentemente, para a manutenção das práticas imperialistas. No que concerne ao Estado, Gramsci desenvolveu o conceito de Estado Ampliado. Para o autor, o entendimento sobre o papel do Estado nas sociedades ocidentais passa pela compreensão de duas esferas que existem no interior das superestruturas: a sociedade política e a sociedade civil. Por outro lado, é preciso esclarecer, antes de tudo, que “os elementos novos aduzidos por Gramsci não eliminam o núcleo duro da teoria de Marx e Engels (ou seja, o caráter de classe e o momento repressivo de todo poder estatal)” (Coutinho, 2011, 25).

Desse modo, entende-se por sociedade política o conjunto das forças burocráticas de uma sociedade, responsável pela coerção. Ou seja, os aparelhos coercitivos controlados pela classe dominante para manter o monopólio da violência (o governo e o exército, por exemplo). Em contrapartida, a sociedade civil corresponde às instituições responsáveis por formular e transmitir as ideologias (Igrejas, escolas, partidos políticos, entre outros). Em suma, a junção da sociedade política (que possui como função social a dominação pela coerção) e da sociedade civil (que possui como função social a dominação pelo consenso) equivale à ideia de Estado Ampliado para Gramsci. Em outras palavras:

Permanecemos sempre no terreno da identificação de Estado e de governo, identificação que não passa de uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, pois deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção) (Gramsci, 1976, 149).

A noção de Estado ampliado, então, para Gramsci, traz como novo elemento ao conceito de Estado a atribuição da sociedade civil no campo das superestruturas. Como já exposto, Estado ampliado corresponde à soma de sociedade política e sociedade civil – o que caracteriza nos cadernos de hegemonia revestida de coerção (Gramsci, 2011). Oposto ao que Marx e Engels pensaram (a sociedade civil como conjunto das relações econômicas capitalistas, ou seja, na esfera da estrutura), Gramsci apresentou novos desígnios à sociedade civil ao estabelecer que ela corresponde ao conjunto das instituições cuja função primordial é a de criar e difundir ideologias. Segundo Hugues Portelli, no que tange ao seu aspecto ideológico, “a sociedade civil pode ser considerada sob três aspectos complementares: como ideologia da classe dominante; [...] como concepção de mundo; [...] como direção ideológica da sociedade” (Portelli, 1977, 22).

Quanto à sociedade política, sua definição é caracterizada pela função coercitiva do conjunto que a compõe: as leis e as forças militares, por exemplo. Em primeiro lugar, sendo a sociedade política a instância da coerção, sua função habitual está na manutenção do controle dos grupos sociais que, pelo movimento histórico das relações sociais, não aceitam a dominação via consenso. Em um segundo plano, contudo, em determinadas situações de crise, onde a classe dirigente percebe-se ameaçada pela perda do controle das instituições da sociedade civil, a sociedade política é invocada para que os dirigentes consigam manter seu domínio. “Historicamente, [...] qualquer crise revolucionária

necessariamente desloca o elemento dominante, no seio da estrutura do poder burguês, da ideologia para a violência. A coerção torna-se ao mesmo tempo determinante e dominante em uma crise” (Anderson, 2002, 60). Para Portelli (1977, 31), “[...] nesses dois casos a sociedade política apoia-se – e este é seu último aspecto – no aparelho de Estado.”

Essa nova perspectiva de Estado, ao passo que sugere contradições relativamente às ideias marxianas, sugere também, uma valiosa extensão das reflexões a respeito deste tão complexo organismo social: o Estado. No entanto, nunca é demais salientar que a essência de Marx é mantida, isto é, a interpretação do Estado como elemento que resulta da divisão da sociedade em classes sociais distintas e antagônicas. Em outros termos, como a instância defensora dos interesses próprios de uma classe específica – aquela que domina os meios de produção. Entretanto, é importante indicar que Marx e Engels não se restringiram a mostrar apenas o caráter classista do Estado, ou seja, não se limitaram a pensar o Estado apenas de forma restrita, pois com o amadurecimento de suas ideias logo perceberam outros desígnios para tal entidade. De acordo com Coutinho (1985, 28):

Decerto, Engels – como podemos ver em sua obra tardia (de 1884) sobre *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* – não abandona a antiga posição sua e de Marx sobre a natureza de classe de todo poder estatal. Essa determinação do Estado, cuja descoberta está certamente entre as maiores contribuições do marxismo para a teoria política, continua a ter um papel decisivo nas novas formulações engelianas. Mas Engels vê agora que a dominação de classe não se manifesta apenas através da coerção (como “poder opressivo”), mas resulta também de mecanismos de legitimação que asseguram um consenso (resulta também de um “pacto”, de um “contrato”).

Lênin, em certa medida, também vai reafirmar em suas análises, o teor coercitivo e repressivo do Estado, em adesão a ideia restrita deste organismo. Por outro lado, ao enfatizar que o consenso exerce um tipo de freio ao processo de mobilização revolucionária da classe operária, Lênin, intrinsecamente, admite que o aparelho de Estado utiliza dessa estratégia para despolitizar os subalternos. Na medida em que Lênin observou o papel consensual do Estado burguês, consequentemente, também expôs os riscos da chamada democracia burguesa. De outro modo, a chamada democracia burguesa “apresenta os homens e as mulheres em posições desiguais na sociedade civil como se elas fossem iguais perante o Estado” (Anderson, 2002, 41).

Retornando ao pensamento de Gramsci, no que diz respeito à sociedade política, o pensador sardo compartilha do entendimento expresso por Marx e Engels, no qual definem sociedade política como o conjunto dos mecanismos que a classe dominante utiliza para praticar o controle da sociedade através da violência. Destaca-se, entre tais mecanismos, como já exposto, as forças repressivas e as leis. “São os aparelhos nos quais Marx e Engels em 1848-1850 e, depois deles, Lênin concentraram a atenção” (Coutinho, 1985, 60). Desse modo, a contribuição original de Gramsci, como já esboçado de forma resumida, restringe-se à definição de sociedade civil. Esta, “representa o fator ativo e positivo do desenvolvimento histórico; é o complexo das relações ideológicas e culturais, a vida espiritual e intelectual, e a expressão política dessas relações torna-se o centro da análise” (Carnoy, 1988, 93). Nas palavras de Edilene Cruz, em seu texto “A questão da hegemonia e os processos políticos do Ocidente em Gramsci”, “a expressão Estado ampliado indica que a sociedade política ganhou novos componentes, já que não é o Estado *stricto sensu* que se agiganta, mas o fato de que também uma parcela da sociedade civil atua politicamente” (Cruz, 2009, 69).

No caso da hegemonia, esta se configura a partir do estabelecimento de uma base moral, capaz de manifestar uma nova visão de mundo fundada em elementos não apenas políticos, mas também culturais. Desta maneira, a hegemonia implica numa característica das relações sociopolíticas e culturais, onde o objetivo fulcral de sua existência é controlar o coletivo social pelo consenso. Para tanto, a ação hegemônica depende fundamentalmente de uma base ideológica, pois sendo ela um instrumento de poder no terreno da luta de classes, este poder não se afirma mediante a coerção, mas sim pela coesão.

O uso do termo hegemonia na esfera da luta política foi largamente difundido no contexto que antecedeu as mobilizações da classe operária russa contra o czarismo. Esta referência é perceptível nos escritos de Plekhanov e Lênin, sobretudo a respeito da ideia social democrata (Anderson, 2002). Entretanto, foi com Gramsci que o conceito de hegemonia passou a tomar corpo. Por mais que nos *Cadernos do cárcere* a palavra hegemonia tenha sido utilizada em diversos contextos, a originalidade do conceito reside na extensão empregada por Gramsci ao ampliar seu uso para além de critérios

ético-políticos, sendo empregada também para caracterizar o domínio do grupo dirigente no âmbito da atividade econômica.

Segundo Gramsci (2011), o Estado, ao representar os interesses das classes dominantes, usa da coerção e do consenso, ou seja, da violência e da ideologia, para garantir a reprodução das relações de poder que, numa sociedade capitalista, caracteriza-se como relação de exploração. Nesse contexto Gramsci explora o conceito de hegemonia. De acordo com ele, o Estado não domina apenas pelo aparato político-militar, mas usa como instrumento de dominação de classe os mecanismos do convencimento, da persuasão e do consentimento. Isto é, a classe dominante usa da ideologia para reproduzir sua hegemonia sobre o conjunto dos indivíduos. Diante disto, Gramsci pondera sobre a hegemonia e a ideologia afirmando que:

A proposição contida na introdução à *Crítica da economia política*, segundo a qual os homens tomam consciência dos conflitos de estrutura no terreno das ideologias, deve ser considerada como uma afirmação de valor gnosiológico e não puramente psicológico e moral. [...] A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico (Gramsci, 2011, 194-195).

Em vista disso, é imprescindível refletir, mesmo que de forma resumida, acerca da importância da ideologia neste processo. Na obra *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels expõem uma interpretação no tocante à ideologia, pautada a partir da existência de uma sociedade dividida em classes antagônicas. De acordo com estes autores, a consciência, a produção de ideias e representações está rigorosamente conectada à atividade material dos homens (Engels; Marx, 1987). A partir deste ponto de vista, a classe que exerce o domínio e o controle dos meios de produção, isto é, o controle da base material, domina consequentemente a produção intelectual e moral, ou seja, a ideologia. Contudo, nosso objetivo aqui não é o de esgotar esse debate, haja vista o nível de complexidade em que este se insere. Por outro lado, não se pode desvincular da compreensão acerca das práticas imperialistas, sejam elas quais forem, o entendimento de todo o aparato teórico relativo aos conceitos de Estado, hegemonia e, portanto, de ideologia.

3. OS PRESSUPOSTOS DO NOVO IMPERIALISMO E A RELAÇÃO COM A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

Em continuidade ao debate a respeito do imperialismo, nossa análise se concentrará, e se sustentará, no argumento de que, as atuais relações político-econômicas no mundo norteiam-se a partir da existência de um novo imperialismo. Este, por sua vez, concebido como mais uma estratégia de dominação do capital, reforçando a submissão do globo aos interesses das grandes potências. Para o entendimento deste conceito, o de novo imperialismo, é de suma importância analisar o livro do geógrafo David Harvey, intitulado *O Novo Imperialismo* (publicado em 2003), pois esta análise contribuirá pontualmente com nossa argumentação.

Assentado no método materialista histórico-geográfico³, Harvey desvenda as condições históricas que tornaram possível a estruturação dessa nova condição de poder do capital imperialista no mundo. O objetivo central do autor é averiguar as ações econômicas e políticas dos EUA, principalmente nos pós 2º Guerra Mundial, analisando a dominação exercida por este país no mundo a partir de duas lógicas. Sendo estas, a lógica territorial do poder e a lógica capitalista do poder. Diante destas questões o novo imperialismo vai se definindo como mais uma forma estratégica do modo de produção capitalista, em busca do estabelecimento de novos padrões de acumulação do capital.

No entanto, para melhor compreensão acerca do tema, tendo em vista que essa análise é indispensável para o estudo aqui delineado, e para que não incorremos no erro de utilizar um

3 A evolução do materialismo histórico-dialético enquanto método de análise da vida social, dos fenômenos sociais, da própria história, contribuiu diretamente para a compreensão da subjetividade como reflexo da realidade objetiva. Tendo como referência o materialismo histórico-dialético, elaborado por Marx, David Harvey – geógrafo britânico – ampliou o debate a respeito da teoria e do método no campo das ideias marxistas ao elaborar o que ele denominou de materialismo histórico-geográfico. Este, por sua vez, engloba o espaço geográfico como mais um elemento de reflexão na busca pela compreensão das relações sociais. A partir desta nova categoria de pensamento o território passou a compor elemento essencial para o entendimento das transformações políticas, sociais, econômicas e culturais.

conceito de forma imprecisa, antes de tudo, é relevante situar a definição de imperialismo empregada por Harvey, sendo que a assimilação desta definição se compõe como elemento pontual para o entendimento do chamado novo imperialismo. Perante o exposto:

Imperialismo é uma palavra que sai facilmente da boca. Mas tem sentidos tão diferentes que seu uso é difícil sem que dele se dê uma explicação como termo antes analítico que polêmico. Defino aqui a variedade especial dele chamada “imperialismo capitalista” como uma fusão contraditória entre “a política do Estado e do império” (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos deste território para fins políticos, econômicos e militares) e “os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia) (Harvey, 2014, 31).

Sobre esse processo, essa nova prática imperialista não altera a condição de dependência de grande parte do mundo às chamadas potências centrais. Pelo contrário, o novo imperialismo acirra mais ainda essa condição subalterna das economias periféricas. Contudo, o que marca essa nova realidade no campo das relações econômicas é a predominância de uma estrutura dialética assinalada pela associação entre o território e o capital, isto é, a dialética entre as escalas geográficas e a produção capitalista. A compreensão desta relação dialética é uma das premissas básicas para o entendimento do atual estágio de reprodução do modo de produção capitalista, bem como do novo imperialismo. Com isso, “o fundamental é ver que as lógicas territorial e capitalista do poder diferem entre si. Porém é igualmente inegável que essas duas lógicas se entrelaçam de formas complexas e por vezes contraditórias” (Harvey, 2014, 33-34).

Do ponto de vista das relações de poder, ambas as lógicas dizem respeito ao *modus operandi* do modelo capitalista em sua constante busca pela manutenção e reprodução da hegemonia dominante. Neste sentido, de manter as bases do poder inalteradas, as lógicas territorial e capitalista do poder se entrecruzam, tendo em vista que aqueles que possuem território e capital consequentemente também possuem poder. De outro modo, quando se fala da lógica territorial do poder, significa dizer que a exploração capitalista se dá no âmbito dos espaços geográficos, no qual “a riqueza e o bem-estar de territórios particulares aumentam à custa de outros territórios” (Harvey, 2014, 35). Ou seja, uma lógica que, em nome da acumulação do capital, contribui para a exploração geográfica desigual, onde territórios (leia-se Estados) em estágio de desenvolvimento avançado se mantêm por meio da exploração de territórios imobilizados. As condições geográficas desiguais, segundo Harvey (2014, 35), são “produzidas pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares como decorrência de relações assimétricas de troca”.

No caso da lógica capitalista do poder, esta se manifesta a partir da superioridade do poder econômico em relação às outras instâncias de poder. Sendo assim, a expansão do capital ocorre de maneira generalizada, ultrapassando até mesmo a supremacia territorial. É o momento da produção capitalista onde o capital se sobrepõe ao poder político-cultural. Desta maneira, mesmo sendo lógicas com definições distintas, ambas contribuem para a expansão e intensificação do imperialismo.

Tendo em vista que alguns pontos conceituais do debate sobre o novo imperialismo foram brevemente discutidos, busca-se agora compreender a relação entre esta estrutura de dominação e o papel exercido pelas grandes potências, sobretudo pelos EUA, nesse novo jogo de poder global. A intenção em refletir sobre os conceitos de Estado e hegemonia, mesmo que de forma sucinta, se fundamenta no fato de que, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, consolidou-se no mundo um tipo de imperialismo que, ao passo que acirrava a dominação pela coerção, ampliava em grande medida a dominação via consenso.

Neste sentido, é notório perceber que a crítica que alguns teóricos teceram à ideia de Lênin – de que o imperialismo correspondia à fase superior do capitalismo – tem como fundamento, em análise, as constantes metamorfoses sofridas pelo capitalismo ao longo do século XX. O fato é que Lênin não viveu o suficiente para presenciar tais transformações. Sua análise se restringia ao imperialismo surgido no final do século XIX. Contudo, não constitui como pretensão desta análise entrar nesse tipo de debate teórico, pois tanto Lênin, assim como Luxemburgo e Hobson, além de vários outros, contribuíram da sua forma para a compreensão acerca do imperialismo.

Por mais que o imperialismo, desde a sua emersão, tenha se articulado por intermédio de

grandes estratagemas políticos, econômicos e culturais, o que não se pode anular é que em todos esses processos históricos a burguesia procurou assegurar sua hegemonia. Entre tantos fatores, vale lembrar que, se hoje as grandes potências imperialistas subjugam o mundo com uma coerção camouflada, amparada pela reprodução de uma ideologia dominante que gera consentimento por parte dos subalternos, não podemos nos esquecer de que num passado não tão distante esta dominação se dava explicitamente pela violência, sendo o neocolonialismo um grande exemplo – em destaque as formas de domínio territorial-militar e os discursos de superioridade racial que foram alavancados pelas potências centrais, e que acabaram contribuindo para a degradação de muitas regiões do globo, sendo a África e a Ásia as maiores vítimas desse processo.

No que tange ao novo imperialismo, a lógica capitalista passa a predominar cada vez mais como elemento fundamental para sustentação do poder hegemonicó. No entanto, o fator que o diferencia das demais manifestações imperialistas que o antecederam é, especialmente, o deslocamento do eixo do poder mundial da Europa para os Estados Unidos da América. Este deslocamento se dá pela ação dos norte-americanos na Segunda Guerra e, principalmente, pela expansão de seu poder ao longo da Guerra Fria. Com isso, os Estados Unidos passam a ser o porta-voz da ideologia burguesa mundial. Segundo Harvey (2014, 52-53):

Nessa esfera, os Estados Unidos eram não só dominantes como hegemonicós, no sentido de sua posição como Estado superimperialista basear-se na liderança em favor das classes proprietárias e das elites dominantes onde quer que existissem. Na verdade, os Estados Unidos estimularam ativamente a formação e a assunção de poder dessas elites e classes por todo o mundo: o país se tornou o principal protagonista da projeção do poder burguês por todo mundo.

Corroborando com o raciocínio de Harvey, Perry Anderson promove uma argumentação que, além de ratificar a ideia exposta acima, expande mais ainda as justificativas que revelam as causas da consolidação do imperialismo estadunidense. O autor afirma que:

O império dos EUA que passou a existir depois de 1945 teve uma longa pré-história. Na América do Norte, de forma singular, as coordenadas originárias do império foram coetâneas da nação. Elas se assentavam na combinação de uma economia de colonização livre de quaisquer resíduos ou impedimentos feudais do Velho Mundo e um território continental protegido por dois oceanos, produzindo a forma mais pura de capitalismo nascente, no maior Estado-nação de toda a Terra. Tal característica se manteve como a duradoura matriz material da ascensão do país no século posterior à Independência. Aos privilégios objetivos de uma economia e geografia sem paralelos foram acrescentados dois potentes legados subjetivos, um de cultura, outro de política: a ideia (oriunda da colonização puritana inicial) de uma nação que gozava de privilégio divino, imbuída de uma vocação sagrada; e a crença (oriunda da Guerra da Independência) de que uma república dotada de uma constituição de liberdade eterna havia surgido no Novo Mundo. A partir desses quatro ingredientes se desenvolveu, muito cedo, o repertório ideológico de um nacionalismo norte-americano que propiciava uma passagem suave e contínua a um imperialismo norte-americano, caracterizado por uma *complexio oppsitorum* de excepcionalismo e universalismo (Anderson, 2015, 13).

Nesse sentido, o imperialismo norte-americano aos poucos foi demarcando seu território com sanções econômicas e militares pelo mundo e, sem dúvida, pela estratégia de controle via ideologia. Na concretização deste último, prevaleceu o discurso de país condutor da liberdade e da prosperidade, isto é, o discurso de que, sendo os EUA um exemplo de país “livre” e “próspero”, caberia às potências europeias – impactadas pelos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial – compactuar dessa nova hegemonia. Além disso, a afirmação hegemonicó dos EUA nos pós Segunda Guerra provocou considerável impacto entre as burguesias nacionais dos países periféricos, sobretudo nos países da América Latina. Se até a Segunda Guerra o cenário nacionalista da América Latina era marcado fundamentalmente pela resistência da burguesia ao capital estrangeiro, no pós-guerra já se observava outra realidade, assinalada pela aceitação desta burguesia e de seus respectivos Estados ao capital internacional – principalmente dos EUA.

A rendição das burguesias nacionais da América Latina, por exemplo, ao poder hegemonicó dos EUA encontrou no desenvolvimentismo o seu respaldo. A partir desta linha de raciocínio, o capital estrangeiro poderia contribuir para o desenvolvimento econômico dos países do hemisfério sul da América. O que se sabe, na prática, é que o argumento desenvolvimentista foi mais uma forma

de escamotear as intenções imperialistas dos EUA nos países de economia periférica. Além disso, vale destacar, também, que a exportação de elementos culturais norte-americanos pelo mundo foi outro elemento importante para a consolidação e afirmação da hegemonia deste país. Sendo assim, a estratégia foi mostrar ao mundo o modo de vida americano, por meio da música, do cinema, de determinados valores morais, entre outros aspectos. Desta maneira, “o imperialismo cultural tornou-se importante arma na luta para afirmar a hegemonia geral” (Harvey, 2014, 53).

Entretanto, a posição hegemônica dos EUA no globo, alicerçada na reprodução do discurso de liberdade e democracia, trouxe à tona um grande contrassenso. Ao passo que a tese democrática norte-americana se difundia pelo mundo, principalmente a partir da segunda metade do século XX, a repressão aos movimentos populares, sobretudo os de caráter socialista ou comunista crescia em larga escala. Ou melhor, a democracia se alinhava ao mundo na medida em que os interesses norte-americanos eram resguardados. “Sempre que havia um conflito entre a democracia, de um lado, e a ordem e a estabilidade assentada nos interesses dos proprietários, do outro, os Estados Unidos sempre optaram por estes últimos” (Harvey, 2014, 56). Vale lembrar, como exemplo, a quantidade de golpes militares que foram financiados pelos EUA na América Latina. O que se conclui disto? De fato, a democracia norte-americana se revelava (e se revela) como antidemocrática, portanto, com forte caráter imperialista. Na década de 1970, ao refletir sobre o caso latino-americano, pioneiramente Florestan Fernandes fez importante alerta sobre essa questão, a saber:

O que torna a hegemonia dos Estados Unidos entre as nações latino-americanas uma força incontrolável e perigosa é a presente concepção norte-americana de segurança, fronteira econômica e ação conjunta contra mudanças radicais ou revolucionárias nos países vizinhos. Essa concepção implica, na prática, a incorporação desses países ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos, por meios organizados institucionalmente (Fernandes, 2009, 32, grifo nosso).

A partir deste ponto de vista, por exemplo, o apoio dos EUA aos movimentos de independência, ocorridos principalmente na África e na Ásia durante a Guerra Fria, está mais alinhado aos interesses imperialistas deste país nos novos territórios independentes, do que meramente um apoio irrestrito às liberdades democráticas. Dentro desta lógica, é pertinente pensar a descolonização como mais uma etapa da expansão do capital: a expansão geográfica da acumulação do capital (Harvey, 2014). Além disso, caracterizam-se como outros dois elementos deste processo: o interesse dos EUA em lucrar com o comércio de petróleo no Oriente; e o alastramento de grandes corporações capitalistas (multinacionais e transnacionais) em regiões dos continentes africano, asiático e americano. Em suma, as novas nações independentes passaram a representar novos espaços para a reprodução ampliada do capital. Argumenta Vânia Bambirra (2019, 123):

Foi baseado na hegemonia da superpotência estadunidense que o desenvolvimento do sistema capitalista no plano mundial encontrou as condições para consolidar todo o processo de integração empresarial, comercial, financeira, política, militar e cultural (facilitada pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento dos diversos meios de comunicação), o que se deu através da proliferação de empresas “multinacionais” que se instalaram em todos os países capitalistas, através dos acordos regionais de comércio, através da criação de sistemas financeiros internacionais, ou através da criação de instituições e organismos de coordenação de decisões políticas e militares.

Por mais que os EUA tenham assumido uma posição hegemônica de proporções globais durante o transcurso do século XX, não se pode interpretar a dinâmica das relações de poder mundiais somente a partir deste enfoque. É importante esclarecer, todavia, que a Europa ainda domina várias regiões do globo, principalmente através de acordos econômicos. Outra questão que necessita de maiores reflexões é a ascensão econômica de determinadas nações da porção oriental da Terra, sendo o Japão uma potência já consolidada. Desta maneira é possível compreender que, no bojo das relações internacionais de poder, constituem-se estruturas hegemônicas regionais que exercem relativo domínio econômico dentro de determinados espaços geográficos. É o caso, por exemplo, das economias desenvolvidas da Europa e da Ásia. Por outro lado, do ponto de vista global, as hegemonias regionais acabam por se submeter, principalmente na perspectiva político-militar, aos mandos dos EUA. Esta prevalência dos EUA corresponde à característica central do novo imperialismo.

O aspecto mais relevante desse processo é entender que as chamadas hegemonias regionais

acabam reproduzindo o discurso, bem como os interesses, da hegemonia global. Ou seja, agem como instrumentos de poder regionais a serviço do poder global. Nesse sentido, vale destacar que isto só foi possível a partir da segunda metade do século XX, momento de consolidação da hegemonia norte-americana e de reconstrução das nações europeias e do Japão. A esse respeito:

Quando a reconstrução do pós-guerra permitiu vinte anos de rápido crescimento econômico e o aumento dos padrões de vida, a transformação desses países em prósperos protetorados dentro do ecuménico norte-americano foi alcançada praticamente sem empecilhos (Anderson, 2015, 59).

Além das questões até aqui apontadas, outro elemento importante a respeito do novo imperialismo precisa ser enfatizado: o neoliberalismo. Este, por seu lado, passou a ser difundido a partir da década de 1970, como um novo arcabouço do capital imperialista. Com o advento do neoliberalismo, a hegemonia norte-americana deixou de estar alicerçada somente no campo da produção, pois o elemento central deste poder hegemônico passaria a ter como base de sustentação o capital financeiro. Desta maneira, o neoliberalismo norte-americano passou a se configurar como uma ordem econômica capaz de controlar o mundo pelas finanças.

Logo as grandes potências mundiais, orientadas por essa nova ordem econômica, começaram a utilizar do capital financeiro para se firmarem enquanto potências econômicas. Sem dúvida, a característica marcante do neoliberalismo foi – e continua sendo – a política de privatizações. Nesse sentido, a afirmação destas potências dentro da política neoliberal dependeu diretamente da conjuntura político-econômica dos países de economia periférica. Muitos países da América Latina, África e Ásia foram obrigados a se render ao capital estrangeiro como estratégia para resolver os problemas constantes da crise econômica, que assolaram o globo após a Segunda Guerra Mundial. Desta forma, “empresas domésticas florescentes foram obrigadas a abrir-se à absorção por empresas americanas, japonesas e europeias” (Harvey, 2014, 61).

4. A QUERELA DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA NOS PAÍSES PERIFÉRICOS

A chamada ‘bipolarização’ do mundo, no contexto da guerra fria, gerou um clima de instabilidade política muito grande entre as nações economicamente mais poderosas e, também, entre as nações de economia periférica. De um lado, a URSS com um extenso território alinhado ao regime socialista e, por outro lado, os EUA capitalista. Nessa perspectiva, a Guerra Fria revelou mais uma faceta do imperialismo: a estratégia de dominação norte-americana de consolidar sua hegemonia no mundo recorrendo ao combate ao socialismo soviético. De acordo com Theotônio dos Santos (2015, 16):

Esta era uma estratégia de confrontação global com a URSS e seus possíveis aliados, estabelecida pelos EUA e pela Inglaterra e baseada na doutrina da “ contenção” de uma suposta expansão soviética. De fato, a guerra fria foi implantada pelos estadunidenses, para consolidar sua hegemonia sobre o chamado Mundo Ocidental.

Outra questão importante do cenário político-econômico inaugurado pela Guerra Fria foi o processo de descolonização nos continentes africano e asiático. A independência de muitas colônias situadas nestes continentes revelou não somente a ideia de libertação e busca por autonomia desses povos, mas também revelou que a dominação imperialista não se daria mais nos moldes do domínio colonial. Mesmo estando numa condição soberana do ponto de vista jurídico, os novos Estados independentes da África e Ásia (inclui-se também os Estados independentes da América Latina) continuariam a sofrer com a influência e dominação das grandes potências. Em suma, a dinâmica política da guerra fria evidenciou, com a crise do colonialismo, um novo parâmetro nas relações de poder no mundo. A dominação a partir de então passou a se dar entre nações independentes, isto é, entre as chamadas nações desenvolvidas e subdesenvolvidas.

As transformações na estrutura de dominação do modelo capitalista, advindas da guerra fria, não foram suficientes para frear as aspirações imperialistas das chamadas potências centrais, em ocupar e dominar territórios. Pelo contrário, o imperialismo não se extinguiu, apenas tomou novas configurações. Segundo Virgínia Fontes (2010, 111), “Os formatos do controle imperialista

sobre territórios foram modificados e, em muitos casos, atuam a partir de sanções econômicas (e não diretamente pela ocupação política), persistindo, porém, a clássica ocupação territorial". Neste sentido, é importante esclarecer alguns pontos sobre a teoria da dependência, tendo em vista que esta teoria nos auxiliará na compreensão desse novo formato de imperialismo. No entanto, antes de refletir sobre tal teoria, algumas ponderações serão feitas sobre a teoria do desenvolvimento, com o objetivo de esclarecer determinados conceitos que envolvem ambas as teorias.

Ao clima de instabilidade política provocado pela Segunda Guerra Mundial, principalmente com a crise do colonialismo, acrescentou-se mais uma preocupação no campo das relações sociopolíticas e econômicas mundiais: o subdesenvolvimento. Desta maneira, os países considerados subdesenvolvidos – antigas colônias que conquistaram sua independência ao longo dos séculos XIX e XX – se orientaram no sentido de resolver os entraves políticos, econômicos e até mesmo culturais que obstaculizavam a consolidação de seu desenvolvimento. Vale destacar, como exemplo, a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), fundada em 1948, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento da América Latina. Além disso, no campo das Ciências Humanas, sobretudo no âmbito das Ciências Sociais, irromperam várias reflexões acerca de um possível desenvolvimento das nações subdesenvolvidas. Destas reflexões despontou a chamada teoria do desenvolvimento. Santos nos explica o surgimento da teoria do desenvolvimento da seguinte forma:

A característica principal desta literatura era a de conceber o desenvolvimento como a adoção de normas de comportamento, atitudes e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, caracterizada pela busca da produtividade máxima, a geração de poupança e a criação de investimentos que levasssem à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional (Santos, 2015, 18).

Nessa lógica, os crentes na teoria do desenvolvimento acreditavam que o subdesenvolvimento era parte de um processo evolutivo que culminaria no desenvolvimento. Este desenvolvimento, por sua vez, identificado a partir da consolidação da chamada sociedade moderna, alinhada aos preceitos da racionalidade burguesa, ao modelo econômico capitalista, ao rompimento com os valores e as práticas tidas como tradicionais. Por este ângulo, a teoria do desenvolvimento passou a representar, enquanto método para vencer o subdesenvolvimento, um instrumento político para se alcançar um tipo de sociedade padrão. Em termos práticos, muitas nações se utilizaram desta teoria para impor um modelo de Estado desenvolvimentista, pois, segundo tal teoria, "o *atraso* dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam ao seu pleno desenvolvimento ou modernização" (Santos, 2015, 24).

A teoria da dependência, por outro lado, nasce não somente enquanto contestação à teoria do desenvolvimento, mas, também, para expressar uma nova realidade no campo das reflexões acerca do desenvolvimento do capitalismo, sobretudo a respeito das características deste desenvolvimento na América Latina. Elucidada na década de 1960, a teoria da dependência demonstrou, em sua análise, que o sistema capitalista era capaz de produzir, simultaneamente, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Em outras palavras:

Se a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento eram o resultado da superação do domínio colonial e do aparecimento de burguesias locais desejosas de encontrar o seu caminho de participação na expansão do capitalismo mundial; a teoria da dependência, surgida na segunda metade da década de 1960, representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização (Santos, 2015, 26).

Dentre as correntes marxistas que ao longo do século XX se expandiram pela América Latina destaca-se, em particular, a corrente neomarxista do Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile (CESO), tendo sido bastante influenciada pelos escritos de André Gunder Frank (1980) sobre o subdesenvolvimento. Frank vai postular a tese do desenvolvimento do subdesenvolvimento. O autor contesta a ideia de um desenvolvimento independente nos países de economia periférica, defendendo a concepção de que o subdesenvolvimento é gerado, assim como o desenvolvimento, não por processos históricos distintos, mas pelo mesmo processo histórico que

promove o desenvolvimento do capitalismo. Em suma, o capitalismo, segundo o autor, é capaz de produzir desenvolvimento e subdesenvolvimento simultaneamente.

Os teóricos do CESO buscaram refletir, de forma mais coesa, acerca das condições históricas da evolução política e econômica da América Latina, propondo uma análise destas condições identificadas com a realidade prática dessa região. Nessa linha, a teoria da dependência preconizada pelo CESO procurou romper, no que concerne ao terreno do pensamento social, com os aspectos metodológicos e científicos trazidos das potências centrais (Santos, 2015). De acordo com esta corrente de pensamento, a expansão do capital internacional pela América Latina conduzia os países da região a um tipo de desenvolvimento (ou ilusão de desenvolvimento) dependente, sendo o marco deste processo, o momento histórico dos golpes militares financiados pelos EUA, durante a Guerra Fria.

Em síntese, a teoria da dependência expõe que o desenvolvimento econômico não acontece por intermédio de etapas (como, por exemplo, a tese de que o subdesenvolvimento seria uma fase em direção ao desenvolvimento), mas, ao contrário, induz que o desenvolvimento dos países centrais depende da existência do subdesenvolvimento dos chamados países periféricos. Além disso, é importante ressaltar que o amadurecimento da teoria da dependência na América Latina está intimamente ligado ao contexto de luta e resistência da região em relação ao domínio imperialista das potências centrais, sobretudo em relação à forte influência dos EUA nos países latino-americanos. Nessa linha, a teoria da dependência revela seu caráter revolucionário, pois, além de evidenciar o problema do subdesenvolvimento, da posição da América Latina (e do chamado Terceiro Mundo) na divisão internacional do trabalho, mostrou-se também, capaz de construir todo um universo crítico identificado com a luta de classes.

Esse comprometimento revolucionário engendrado por alguns teóricos da teoria da dependência – Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, por exemplo – exterioriza a necessidade de romper com a dependência para vencer a barreira do subdesenvolvimento. A partir desse raciocínio, a condição subalterna dos países periféricos só será superada com a interrupção da dominação imperialista. Assim sendo, fica claro o nível de complexidade da teoria da dependência quando esta passa a negar o desenvolvimento econômico mundial pela via da modernização e da industrialização, isto é, pela via capitalista. Diante dessa complexidade, a questão da dependência tem sido fortemente debatida por críticos políticos e intelectuais, desde o fim da 2º Guerra Mundial, especialmente pelos grupos de esquerda. Na visão de Ianni (1974, 116):

Por essas razões, convém examinar a problemática da dependência de um ponto de vista crítico. É necessário, por exemplo, analisar questões tais como as seguintes: A noção de dependência não substitui a de imperialismo; ao contrário, uma se desdobra na outra, integrando-se ambas tanto empírica como teoricamente. Além disso, a discussão das estruturas de dependência pode elucidar o caráter das contradições entre as classes sociais nos países da América Latina.

Ao observar o caso do Brasil, por exemplo, a noção de que a expansão das relações capitalistas pelo país se deu sob a égide da dependência encontra respaldo, acima de tudo, pelo modo de integração deste país ao mercado mundial, bem como pela posição que este assumiu na escala da divisão internacional do trabalho. Em outras palavras, é preciso compreender que o Brasil se insere no contexto da economia mundial a partir de sua estreita relação com o capital internacional. Depreendem-se dessa análise as seguintes características: enquanto colônia, o Brasil esteve condicionado à posição de fornecedor de matéria-prima à Europa; após sua independência, sobretudo durante o século XIX, além de manter a característica de país exportador de produtos primários, esteve conectado ao mercado mundial com a entrada de manufaturas inglesas; já no século XX, pela própria dinâmica da divisão internacional do trabalho, o desenvolvimento da economia nacional processou-se a partir da exportação de bens primários às nações em estágio de desenvolvimento mais avançado, sobretudo àquelas onde a industrialização se encontrava em escala ampliada (Marini, 2000).

4.1 BREVE NOTA SOBRE O BRASIL

O enquadramento do Brasil nas relações capitalistas internacionais revela o ponto central de sua condição dependente. O atributo de país exportador de produtos primários – elemento colonial que permanece após sua independência – representou, ao mesmo tempo, o de estorvo e o entrave ao

seu processo de inserção à economia mundial. Ou melhor, ao passo que a capacidade produtiva do setor agrícola brasileiro o integrava a dinâmica capitalista internacional, esta, por sua vez, o amarrava apenas nesta condição, tornando-o um país capaz de produzir riqueza, mas de desenvolvimento dependente.

A respeito disto podemos citar a questão da modernização agrícola que aqui ocorreu. Uma modernização tecnológica interna sob premissas externas, ou seja, financiada por capital estrangeiro para atender demandas internacionais que acabou, por seu turno, reelaborando e endossando a posição subalterna da economia brasileira diante das economias capitalistas classificadas como avançadas. Sendo assim:

Em outras palavras, é a partir desse momento [dessas características] que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (Marini, 2000, 109, Grifos do autor).

Refletir sobre a influência da dominação imperialista no Brasil não significa, antes de tudo, compartilhar da ideia de um Brasil completamente imobilizado pelos interesses estrangeiros. No entanto, é inegável que estes interesses estejam diretamente ligados ao contexto de integração do Brasil à dinâmica sociopolítica mundial, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. A própria relação de interdependência entre os países do mundo revela a grande influência das potências centrais em regiões com níveis de desenvolvimento inferior. Ou seja, por mais que os países periféricos tenham sua “autonomia” jurídica consolidada, aqui envolvendo também uma questão de soberania nacional, estes não se blindaram o bastante para evitar as imposições imperialistas sobre seu território, principalmente as imposições de caráter econômico.

Nesse sentido, no contexto político que antecede o golpe de 1964, o Brasil sentia os reflexos de uma política nacionalista iniciada por Vargas na primeira etapa de seu governo (1930-1945), e reforçada durante sua segunda passagem pela presidência (1951-1954). Naquele momento, havia consolidado no âmbito das classes sociais, uma forte burguesia nacional alinhada aos projetos desenvolvimentistas preconizados pela ideia de nacionalismo econômico. Por outro lado, crescia no Brasil os movimentos sindicais e de lutas operárias como resultado do avanço na legislação trabalhista, também iniciada na Era Vargas. No entanto, por mais que essa realidade venha denotar mudança a partir da segunda metade da década de 1950, com a chegada de Juscelino Kubitschek ao governo e a consequente rendição do Brasil ao capital estrangeiro, nada imperou mais para esta rendição, que o temor da elite nacional diante das reformas populares⁴ propostas por João Goulart no início dos anos de 1960.

A expansão da influência estrangeira no Brasil, principalmente a partir do Governo Kubitschek, como já citado, fez com que a burguesia nacional se associasse aos interesses dos grupos econômicos internacionais. Nessa perspectiva, esta associação se dava, entre outros elementos, pela ideia de controle das massas trabalhadoras, tendo em vista o crescimento dos movimentos sociais no país, especialmente com a proposta reformista de João Goulart. Desta maneira, uma reforma na legislação trabalhista atingiria diretamente – e negativamente – os interesses econômicos tanto da burguesia nacional quanto dos grupos imperialistas, interessados no controle da economia brasileira. Como afirmou Marx (1974, 43), “a legislação sobre o trabalho assalariado, marcada desde a origem com o selo da exploração do trabalhador e desde sempre dirigida contra ele”. Eis o cenário histórico do golpe de 1964. Sobre este fato, “o golpe de Estado de 1964 cerrou a porta ao avanço nacional-democrático e colocou o país no caminho do desenvolvimento dependente, apoiado no capital internacional e num ajuste estratégico com o sistema de poder mundial” (Santos, 2015, 34).

O golpe de 1964, como já se sabe, inaugurou no Brasil uma estrutura política marcada pelo domínio político dos militares, caracterizada, sobretudo, pela ausência absoluta de liberdades democráticas, pelo consentimento da burguesia nacional, e pela forte influência do capital estrangeiro, principalmente dos Estados Unidos da América. Esta influência, todavia, sinalizava a intervenção estadunidense nos assuntos políticos e militares do Brasil, situação que já vinha ocorrendo desde a década de 1950, através de acordos militares entre os dois países. Vale lembrar, como exemplo, a consolidação do ‘Acordo de Assistência Militar entre a República dos Estados Unidos do Brasil e os

4 As chamadas Reformas de Base propostas pelo presidente João Goulart propunham uma série de transformações sociais e econômicas, objetivando mudanças radicais nos setores educacional, trabalhista e agrário do país.

Estados Unidos da América', assinado em março de 1952. Este acordo, por sua vez, estabelecia um vínculo entre estes dois países, no qual coube aos EUA fornecer materiais – tecnologia militar – para o Exército brasileiro, enquanto o Brasil, em troca, forneceria matéria-prima (recursos minerais) à indústria norte-americana.

No entanto, é necessário salientar que a interpretação sobre o robustecimento da Ditadura Militar no Brasil não pode ser atribuída somente ao resultado de uma estratégia externa, isto é, tão somente arquitetada pela iniciativa imperialista norte-americana. É preciso refletir sobre o apoio que os militares receberam de vários setores da sociedade brasileira, particularmente dos grupos pequeno-burgueses e, sem dúvida, das classes dominantes, ambos os setores temerosos diante de uma suposta guinada do Brasil ao comunismo. Apesar disso, mesmo levando em consideração o apoio interno destes grupos brasileiros, permanece a argumentação de que a intervenção norte-americana no contexto do golpe de 1964 reforça o papel subalterno do Brasil, perante as ações imperialistas das potências centrais.

Sob tal enfoque, a política externa brasileira sofreu notável mudança a partir de 1964. Desde então, o objetivo essencial desta política “parece ser obter uma perfeita adequação entre os interesses nacionais do país e a política de hegemonia mundial levada a cabo pelos Estados Unidos”. (Marini, 2014, 109). Contudo, por mais que esta adequação não resultou numa integração igualitária entre os países desenvolvidos e os países de economia periférica, a integração do Brasil à dinâmica capitalista mundial, através do vínculo com os EUA, fez com que o Brasil se tornasse porta-voz dos interesses norte-americanos na América Latina. Isto é, mesmo exercendo relativo domínio econômico e político sobre os demais países da América Latina, o Brasil seguiu – e segue – preso aos mandos imperialistas dos EUA. Sobre essa questão, e como reforço a nossa argumentação, é significativo observar que:

Em sua política interna e externa, o governo militar de Castelo Branco manifestou não apenas a decisão de acelerar a integração da economia brasileira à economia estadunidense, mas a intenção de se converter no centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, criando inclusive as premissas de um poderio militar próprio. Nisso se distingue a política externa brasileira aplicada após o golpe de 1964: não se trata de aceitar passivamente as decisões estadunidenses (ainda que a correlação real de forças leve muitas vezes a esse resultado), mas de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país-chave (Marini, 2014, 127).

Do ponto de vista de Marini (2014), a submissão das classes dominantes brasileiras – burguesia e latifundiários – ao processo de integração imperialista conduziu o Brasil ao contexto da modernização tecnológica. Por outro lado, esse avanço no campo tecnológico se deu através da absorção, pelo Brasil, de tecnologia obsoleta dos EUA, o que reforça a ideia de desenvolvimento dependente. A modernização da agricultura brasileira, por exemplo, ocorreu a partir desta absorção, ou seja, sob os padrões de uma integração imperialista que, na escala da divisão internacional do trabalho, amarrou o Brasil na condição de exportador de matérias-primas aos países desenvolvidos.

Em contrapartida, mesmo a partir da absorção de tecnologias obsoletas é preciso compreender que a evolução de determinados setores da indústria nacional, bem como a modernização que ocorre no campo, principalmente a partir da década de 1960, propiciou ao Brasil o status de economia dominante no que tange ao contexto da América Latina. Segundo Marini (2014), esta realidade revela o papel do Brasil na prática imperialista: o de exercer, na conjuntura político-econômica da América Latina, um tipo de subimperialismo. Neste sentido, este autor esclarece que:

O que se propôs foi a expansão imperialista do Brasil na América Latina, que corresponde na realidade a um subimperialismo, ou a uma extensão indireta do imperialismo estadunidense (não nos esqueçamos de que o centro de um imperialismo desse tipo seria uma economia brasileira integrada à estadunidense). Essa tentativa de integrar a América Latina econômica e militarmente, sob o comando do imperialismo estadunidense e com o apoio do Brasil, sofreu posteriormente muitas vicissitudes e segue sendo hoje uma intenção (Marini, 2014, 130).

Pelo exposto, percebe-se que o projeto desenvolvimentista de caráter nacionalista empreendido por Vargas nos anos 1930, não suportou as investidas imperialistas por muito tempo. Ironicamente, este projeto de política econômica acabou vivenciando uma de suas primeiras rupturas na segunda passagem de Vargas pelo governo – já nos anos 1950 –, momento pelo qual as tentativas de arranjo

político entre o governo e as massas operárias fracassaram, sobretudo pelas ações do ministro do trabalho, João Goulart, que buscou atrelar os movimentos operários ao governo através da concessão de aumento no salário-mínimo. Após forte pressão interna – burguesia nacional – e externa – forças imperialistas – Vargas optou pela demissão de Goulart (Marini, 2014).

Outro ponto conflitante sobre o enfraquecimento dessa política econômica nacionalista foi a chamada ‘Instrução 113’. Esta, por seu lado, assinada durante o governo de Café Filho e preservada pelo governo de Juscelino Kubitschek, representava a direta aliança entre a burguesia brasileira e os grupos econômicos estrangeiros a partir da penetração de capitais imperialistas, particularmente dos grupos norte-americanos. Dentro desta ótica, o derradeiro elemento que selou o domínio imperialista no Brasil, como já citado, foi a consolidação da ditadura militar, em 1964. De acordo com Marini (2014, 147):

Essa penetração do capital imperialista apresentou três características principais: dirigiu-se, quase em sua totalidade, à indústria manufatureira e de base; deu-se sob a forma da introdução no país de máquinas e equipamentos já obsoletos nos Estados Unidos; e realizou-se em grande medida através da associação de companhias estadunidenses a empresas brasileiras.

A integração brasileira ao imperialismo exteriorizou, mais ainda, o aspecto contraditório do desenvolvimento capitalista em nações dependentes. Entre os elementos que reforçam esta ideia, dois em particular merecem destaque: o primeiro diz respeito à condição subimperialista do Brasil, pois, por mais que o país desempenhe relativo domínio em relação aos países da América Latina – exportando excedentes de sua produção –, este domínio não garantiu melhorias internas que o coloque no mesmo patamar das nações imperialistas; o segundo, por sua vez, revela a real participação do Brasil na divisão internacional do trabalho, isto é, o de país exportador de produtos primários. Este último elemento, no que lhe concerne, se comprova pela modernização conservadora imposta ao setor agrícola brasileiro a partir dos anos 1950. “O desenvolvimento industrial capitalista foi, na realidade, o que prolongou a vida do velho sistema semicolonial de exportação no Brasil. [...] No lugar de libertar o país do imperialismo, vinculou-o ainda mais” (Marini, 2014, 158).

Outra questão relevante é perceber como a dependência se consolida internamente nos países subalternos. Dentre vários aspectos, vale ressaltar, pela própria reflexão histórica acerca do tema, o aspecto relacionado à exploração do trabalhador. O fato é que a integração dos países de economia periférica ao desenvolvimento capitalista mundial intensificou, ainda mais, o grau de exploração do trabalho. Desta maneira, incide sobre as nações subdesenvolvidas, de debilitado processo de industrialização, o peso de uma modernização tardia voltada para atender as demandas dos países industrializados. Isto é, na medida em que a exploração do trabalho nos países dependentes garante o abastecimento dos países desenvolvidos (principalmente o abastecimento de produtos primários, de subsistência), as nações industrializadas, desenvolvidas, usam os países dependentes como receptáculo de seus produtos. Esta é mais uma via de integração entre nações economicamente disparas no contexto da economia mundial. Segundo Marini (2000), esta integração pode ser caracterizada como um “Intercâmbio desigual”.

Além disso, é importante esclarecer, mesmo que de forma condensada, que esta exploração do trabalho nos países dependentes se dá, também, pela dominação ideológica. Ou seja, no interior das relações de produção capitalista o discurso hegemônico das grandes potências se converte em instrumento de controle ideológico, do qual as instituições da sociedade civil se utilizam para frear a resistência do trabalhador, frente à exploração a que este está sendo submetido. Desta forma, mesmo estando em condição subalterna, as classes dominantes das nações dependentes procuram reproduzir, em consonância com o poder do Estado, as relações econômicas que garantem a exploração, bem como o controle do trabalhador. De outro modo, “o uso da força para submeter a massa trabalhadora ao império do capital diminui à medida que passam a operar mecanismos econômicos que consagram essa subordinação” (Marini, 2000, 119). No próprio curso da reprodução das relações capitalistas, os elementos que procuram subordinar o trabalhador ao contexto da produção, não se resumem exclusivamente ao uso da repressão política e militar – muito embora este tipo de repressão ainda se apresenta como uma realidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as inúmeras justificativas que podem ser usadas para defender a importância de se insistir em reflexões acerca da economia política, destaca-se, sem dúvida, a ideia de que tal questão não deve se restringir ao âmbito do debate teórico. Entender o movimento imperialista, bem como perceber a condição de dependência econômica em que muitas regiões do globo se encontram é imprescindível para a edificação da luta contra a exploração.

Ainda que esta análise se restrinja ao curso do século XX, o que se constata atualmente é que os dispositivos de reprodução ampliada do capital permanecem inalterados. Nesse sentido, o novo imperialismo aprofundou a dependência e a submissão dos países periféricos em relação às potências econômicas globais. Em termos críticos, não há possibilidade de mudança nesse quadro sem que antes ocorram mudanças estruturais na função desempenhada pelo Estado e, principalmente, no modo pelo qual as relações econômicas no mundo foram alicerçadas.

Destarte, para usar o termo de Ruy Mauro Marini, o chamado “intercâmbio desigual” que marcou as relações econômicas, políticas, sociais e culturais entre países centrais e periféricos foi concebido no percurso do tempo, isto é, ao longo da história. Disto deriva a importância de pensar tais questões pela égide do materialismo histórico-dialético. Afinal, o que o imperialismo deflagrou de modo mais explícito são suas próprias contradições. Configura-se como um tipo de dominação que, desde sua origem, vem se reestruturando de modo que as práticas capitalistas continuem se perpetuando, assegurando o domínio político-econômico do mundo sob o controle da fração burguesa detentora do grande capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2019.
- CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas, SP: Papirus, 1988.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A dualidade de poderes: introdução à teoria marxista de Estado e revolução*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. In: GRAMSCI, Antônio. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CRUZ, Edilene. A questão da hegemonia e os processos políticos do Ocidente em Gramsci. In: ROIO, Marcos Del (Org.). *Aspectos de Gramsci*. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009. P. 57-74.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.
- FERREIRA, Paulo Sérgio Souza. *O imperialismo: os teóricos precursores e o debate contemporâneo*. 2013. 102p. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - FFLCH/USP, São Paulo, 2013. (Série Produção Acadêmica Premiada).
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- FRANK, André Gunder. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da*
- CARDOSO, PEDRO HENRIQUE M.

dependência. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GRAMSCI, Antônio. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Org.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOBSON, J. A. *Estudio del Imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

IANNI, Octavio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

LEFEBVRE, Henri. *Marxismo: uma breve introdução*. Porto Alegre: L&PM, 2024.

LENIN, Vladimir. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global editora, 1979.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis: Insular, 2014.

MARX, Karl. *A acumulação primitiva do capital*. Porto: Publicações Escorpião, 1974. (Cadernos O Homem e a Sociedade).

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SAES, Flávio Azevedo Marques; SAES, Alexandre Macchione. O Imperialismo e a Primeira Guerra Mundial. In: _____. *História Econômica Geral*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 293-313.

SADER, Emir. *Estado e política em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, Theotonio Dos. *Teoria da dependência – balanço e perspectivas*. Florianópolis: Insular, 2015.

POPULISMO ECONÔMICO BRASILEIRO DA NOVA REPÚBLICA: UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS FISCAIS E MONETÁRIAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 1995-2022

BRAZILIAN ECONOMIC POPULISM IN THE NEW REPUBLIC: AN ANALYSIS OF BRAZILIAN FISCAL AND MONETARY POLICIES IN THE 1995-2022 PERIOD

Artur Francisco Junkes^a

^aMestre em Economia do Desenvolvimento (UFRGS)
Contato principal: arturfj1999@gmail.com

Resumo

O objetivo da pesquisa foi identificar quais governantes entre 1995 e 2022 se encaixam na taxonomia de Populismo Econômico nos aspectos fiscais e monetários. Referente ao método, o estudo é aplicado, dialético, bibliográfico, descritivo e qualitativo. Quanto aos resultados, houve anos em que os indicadores econômicos da dívida externa bruta, dívida externa líquida, PIB real, superávit primário, saldo do balanço de pagamentos, IPCA, IPCA monitorado, taxa Selic, dívida pública bruta e dívida pública líquida estiveram aquém do esperado. Com esses dados coletados e com o contexto socioeconômico brasileiro e mundial, o governo Dilma, Bolsonaro e, parcialmente, o FHC apresentam indícios de serem encaixados na taxonomia de Populista Econômico.

Palavras-chave: Populismo Econômico; Governo Brasileiro; Indicadores Econômicos.

Códigos JEL: N00; N4; N46.

Abstract

The objective of the research was to identify which rulers between 1995 and 2022 fit the label of economic populism in fiscal and monetary matters. Regarding the method, the study is applied, dialectical, bibliographic, descriptive, and qualitative. As for the results, there were years in which the economic indicators of gross external debt, net external debt, real GDP, primary surplus, balance of payments, IPCA (price index), monitored IPCA, gross public debt, net public debt and Selic (interbank) rate were below expectations. With these data collected and in view of the Brazilian and world socioeconomic context, the Dilma, Bolsonaro and, partially, the Fernando Henrique Cardoso governments show signs of being embedded in economic populism.

Keywords: Economic Populism; Brazilian Government; Economic Indicator.

JEL Codes: N00; N4; N46.

INTRODUÇÃO

Durante a ditadura militar, apesar do aumento do Produto Interno Bruto (PIB) no período de 1968 a 1973, a economia brasileira não teve êxito em obter desenvolvimento econômico, sofrendo com elevada concentração de renda, dívida externa, inflação, instabilidade política e déficits na balança comercial. Depois do fim da ditadura militar em 1985, o Brasil voltou ao regime democrático, que viria a ser conhecido como “Nova República”. Durante este período, o país foi governado pelos seguintes presidentes: José Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995), Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019-2022). Nisso, o Brasil sofreu com instabilidade política, crises financeiras, estagnação econômica, hiperinflação, inflação inercial e, mais recentemente, com a crise sanitária da Covid-19, que foi uma pandemia causada por uma infecção respiratória aguda. Contudo, houve êxitos também com a redução da pobreza, da fome e da inflação. Ademais, em termos globais, tiveram duas grandes crises, a crise do Subprime em 2008 dos Estados Unidos e a crise da Covid-19 em 2020.

O objetivo deste trabalho foi identificar quais governantes entre 1995 e 2022 se adequam a classificação de Populista econômico nos aspectos fiscais e monetários. Ou seja, verificar quais governos tiveram descumprimento das finanças do país em prol da ampliação insustentável de políticas desenvolvimentistas e sociais.

Para que fosse possível realizar a análise pretendida, foi pertinente trazer à tona o modelo Populista Econômico, que segundo Bresser Pereira (1991) é frequentemente dividido em duas fases, que formam um ciclo. Na primeira fase, o governo propõe uma série de mudanças distributivas e desenvolvimentistas de maneira rápida. Já na segunda fase, o governo não dá a devida importância ou até mesmo ignora as medidas orçamentárias para tentar implementar suas propostas.

Mais especificamente, será feita a discussão dos conceitos de populismo e de populismo econômico, a coleta de dados referente a dívida externa bruta e líquida, o superávit primário, a carga tributária, o balanço de pagamentos, o IPCA, o IPCA monitorado, a variação do PIB Real, a taxa de juros Selic, a dívida pública bruta e líquida durante o período de 1995 a 2022. Além disso, será feita a análise dos dados econômicos coletados com a temática de populista econômico e a discussão dos dados demonstrados referente à temática proposta.

Devido à instabilidade do período entre os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) e a banalização do termo populista econômico, é necessário caracterizar quais governos são englobados na taxonomia de Populismo Econômico nos aspectos fiscais e monetários e quais não. Isto porque essa classificação ajudará a compreender melhor as crises econômicas, políticas e sociais do período e da atualidade.

Ao entender melhor essas questões, será possível compreender com mais clareza comportamentos de futuros governantes no quesito de propor políticas sociais, distributivas e desenvolvimentistas de maneira responsável sem comprometer a área fiscal.

Ademais, após a identificação dos traços de governos populistas econômicos, será possível dar mais crédito aos governantes que não se encaixam em tal conceito e demonstrar, eventualmente, governos que desabonem a área fiscal brasileira.

As etapas neste trabalho de conclusão de curso serão: coleta dos dados, análise das informações obtidas e a discussão dos dados obtidos para a problemática apresentada.

Quanto à classificação metodológica de (PRODANOV; FREITAS, 2013), a natureza do trabalho é aplicada pela natureza prática e imediata, o método científico é dialético por considerar que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, o objetivo do estudo é descriptivo por esclarecer de maneira abrangente um tema pesquisa por outros, o procedimento técnico é bibliográfico pelas informações e dados estarem em material bibliográfico e, por fim, a abordagem é qualitativa devido a abordagem subjetiva e estar inserido as característica da sociedade nele. Ou seja, é uma pesquisa aplicada, dialética, bibliográfica, descriptiva e qualitativa.

Na fase de coleta de dados, serão mostrados os seguintes dados da economia brasileira no período a ser estudado: dívida externa bruta/PIB (%), dívida externa líquida/PIB (%), variação do PIB real, superávit primário, carga tributária bruta, saldo da balanço de pagamentos (transações correntes), taxa de inflação IPCA, IPCA-preços monitorados (esta composta por produtos como

combustíveis, remédios, passagens de ônibus e material escolar entre outro), taxa de juros Selic, dívida pública bruta/PIB (%) e dívida pública líquida/PIB (%).

Na análise, será analisado quais governos tiveram os indicadores econômicos dentro da normalidade levando em conta o contexto socioeconômico do país e do resto do mundo e quais se distanciaram destes quadros. Isto é, serão apresentados os indicadores da dívida interna e externa, superávit primário, carga tributária, balanço de pagamentos, IPCA, IPCA-monitorado, variação do PIB, dívida pública bruta e dívida pública líquida sem grandes oscilações.

Por fim, levando em conta as etapas anteriores e a bibliografia sobre o tema, serão discutidos os resultados para resolver a problemática trazida inicialmente.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.2. OS FUNDAMENTOS DO TRABALHO

Devido a tais turbulências econômicas e sociais da Covid-19, tanto em termos nacionais como globais, ocorreu a banalização do uso do termo Populismo Econômico, que ainda é utilizado de maneira errônea para designar quaisquer governos com políticas distributivas, sociais e desenvolvimentistas. O uso do termo é equivocado, visto que o populismo econômico se refere a um desenvolvimentismo e distributivismo que não leva em consideração a responsabilidade com os custos. Isto é, o estado gastar de maneira abusiva e desvalorizar a parte fiscal.

Para a realização dessa pesquisa, será visto o conceito de Trade-off entre inflação e desemprego aplicado aos ciclos políticos com o intuito de compreender melhor o fenômeno do populismo econômico. Adicionalmente, é fundamental conceituar e diferenciar Populismo político de Populismo econômico. Para isso, serão utilizados como fundamentação as definições de Weffort (2003) e Ferreira (2001) para Populismo Político e as de Dornbusch e Edwards (1991) e Bresser Pereira (1991) para Populismo Econômico.

1.2. TRADE-OFF ENTRE INFLAÇÃO E DESEMPREGO

Conforme Blanchard(2011), um conflito gerado por políticas econômicas e ciclos políticos pode ser observado entre as metas de redução do desemprego e a estabilidade de preços. Porque existe uma relação inversa entre inflação e desemprego que é chamada de Trade-off entre Inflação e Desemprego. Esse vínculo ocorre através da Curva de Phillips, que permite analisar o comportamento entre os dois indicadores no curto prazo. Segundo esta teoria, uma maior taxa de desemprego leva a uma menor inflação e uma menor taxa de desemprego leva a um aumento da inflação. Contudo, esta relação não é válida no longo prazo, uma vez que a taxa de desemprego é basicamente independente da taxa de inflação conforme outras variáveis vão se alterando.

Todavia, conforme Blanchard (2011), a Curva de Phillips Aceleracionista acrescenta a análise das expectativas e utiliza o método das expectativas adaptativas. Esse método não consiste somente na taxa de inflação ou desemprego, e sim, sua variação. Por conta disso, é necessário taxas de inflação cada vez maiores para manter as taxas de desemprego abaixo da taxa natural.

Nisso, pode-se comprovar mais concretamente, que a relação inversa entre a inflação e o desemprego existe quando a inflação observada está acima das expectativas. Adicionalmente, vale observar que esse efeito existirá somente no curto prazo. Dado que inflação observada se torna igual à esperada no longo prazo. Por fim, vale observar que essa relação Trade-off entre inflação e desemprego é um reflexo de uma tendência cíclica da economia, alternando períodos de maior prosperidade com outros mais recessivos.

1.3. POPULISMO POLÍTICO

De maneira geral, o Populismo Político é a manipulação do governo diante das classes com

maior desconhecimento político. Como é mostrado por Weffort (2003, p. 51), o Populismo Político é uma maneira de expressar as insatisfações com as classes dominantes, que podem ser ameaçadas, e uma forma de manipular as classes populares. Por outras palavras, Populismo Político segundo Weffort é enganar e controlar a população mais vulnerável, mostrando indignação com as parcelas mais poderosas da sociedade.

Contudo, conforme Fonseca (2011), tal conceito é amplo, vago e invariavelmente pejorativo para classificar determinado governo por faltar elementos mais concretos e impessoais para a análise. Por conta disso, segundo Ferreira (2001), Populismo Político é um termo usado após o início da Ditadura Militar para sempre desqualificar seus adversários como irresponsáveis e manipuladores independentemente da ideologia política, tanto no presente como no passado. Ou seja, Populismo Político para Ferreira não é uma taxonomia técnica e sim, um termo para desmerecer os outros que lhe convém.

1.4. POPULISMO ECONÔMICO

O Populismo Econômico apresenta uma taxonomia mais concreta e precisa, diferentemente do Populismo Político, apesar de ainda se tratar de um conceito amplo. Dito isso, os modelos referentes ao Populismo Econômico se baseiam em um padrão de política econômica através de ciclos. Referente a essas políticas, apesar de existirem focos de instrumentos divergentes, elas convergem em crescer aceleradamente independentemente das situações adversas e subestimam as políticas de estabilização. Ainda, quando os governantes assumem uma conjuntura adversa, os governos populistas acusam seus antecessores de responsáveis pela situação de hoje ser aquém da desejada e se negam a reconhecer a necessidade de medidas restritivas. Com isso, eles propõem uma melhora drástica da política econômica através do maior crescimento.

De acordo com Dornbusch e Edwards (1991), ao estudarem a história da economia Latino-Americana, percebeu-se que a economia Latina seguia ciclos econômicos de crise e irregularidades através de políticas macroeconômicas populistas. Nisso, Dornbusch e Edwards (1991) definiram o Populismo Econômico como uma economia geralmente iniciada em depressão, ou até mesmo estagnada, em que são criados programas altamente expansionistas. Referente às condições iniciais do governo Populista econômico, a performance da economia está abaixo do esperado e, de modo geral, os gestores de política pública sentem um desejo de melhorar. Com isso, essa parcela da população acaba tendo um caráter orçamentário irrestrito para políticas públicas.

Durante esse processo, o Populismo Econômico ocorre em quatro fases: I) ocorre políticas de aumento da demanda através das importações e aumentos salariais sem o problema da inflação pelo trade-off natural da inflação e desemprego ser amenizado pelas importações; II) de maneira gradual, apesar dos salários se manterem, surgem pontos de estrangulamento na economia em que a inflação aumenta significativamente, no entanto, o governo opta por protecionismo ou controle cambial, rejeitando medidas que seriam estabilizadoras; III) ocorre o aprofundamento da crise em que, através da desmonetização, fuga de capitais, diminuição da arrecadação, do aumento do déficit público e dentre outros possíveis fatores, acaba desestabilizando a situação política pela inflação crescente que leva a queda dos salários reais e se tornar claro que o governo está em uma situação desesperada; IV) torna-se um ambiente favorável para políticas ortodoxas em que, após essas políticas, o salário real vai ser diminuído drasticamente. Isto é, o Populismo Econômico para Dornbusch e Edwards consiste no aumento da demanda seguido de controle do câmbio ou protecionismo em pontos de estrangulamento da economia que resultam em aumento da crise econômica e um ambiente fértil para políticas ortodoxas.

Apesar desses procedimentos populistas na parte econômica, Dornbusch e Edwards (1991) observaram que a maioria dos países da América Latina em que se encaixava nessa taxonomia não apresentou sempre o colapso da economia. Todavia, em todos os casos, apresentou efeitos desastrosos para os grupos mais necessitados, que eram os mais beneficiados pelas políticas públicas.

Bresser Pereira (1991, p. 111), ao estudar o fenômeno populista da América Latina e ao diferenciar as políticas keynesianas do Populismo Econômico, classificou o Populismo Econômico em três fases. A primeira fase é caracterizada por inflação baixa e grande crescimento a partir de uma união de decisões governamentais que buscam amenizar os efeitos do Trade-off como: estancamento

de preços e tarifas públicas, aumento de salários tanto no setor privado como no público, manter artificialmente baixa a taxa de juros, a valorização do câmbio e aumento do déficit público e das despesas. Ou seja, políticas governamentais que favoreciam o crescimento.

Quanto à segunda fase, após a primeira etapa aparentemente promissora, é a falta de controle do déficit público e a intensificação da crise do balanço de pagamento que resultam em uma crise fiscal e na elevação da inflação.

Finalmente, na terceira fase, se intensifica a crise política, econômica e inflacionária com a desvalorização do câmbio não sendo mais possível. Com isso, ocorre o fim do governo populista econômico através de um golpe de estado ou com a mudança de governo ou, ao menos, dos supostos políticos responsáveis como o ministério da economia. Contudo, apesar desses aspectos negativos, o populismo econômico faz com que acelere a taxa de crescimento e ocorra a elevação dos investimentos, consumo e salários por causa do aumento da taxa de emprego sendo priorizada sobre o controle da inflação.

Outrossim, o economista Bresser Pereira (1991) diferenciou o Populismo Econômico “de direita” do “de esquerda”. No “de direita”, o gasto irresponsável é feito sobre o gasto público através do afrouxamento fiscal a fim de contemplar as demandas de todos os segmentos da sociedade ao custo do setor público e no clientelismo, que é a troca de serviços ou bens apoio político. Quanto ao “de esquerda”, é mais focada no distributivismo irresponsável por meio de salários e de reajustes de preços.

De maneira geral, Populismo Econômico para Bresser Pereira é elevado crescimento e inflação baixa por causa de políticas artificiais do governo seguidas de uma crise fiscal que resulta em uma crise econômica e política. Ainda, definiu o Populismo Econômico “de direita” como o gasto irresponsável referente ao gasto público no “de esquerda”, que tem maior foco no distributivismo sem restrições.

Em ambas as definições de Dornbusch e Edwards (1991) e de Bresser Pereira (1991), supõem um primeiro momento benéfico para os governos populista econômicos através do aumento de demanda através da ênfase do combate ao desemprego e de controles econômicos artificiais do governo como a taxa de juros, a inflação e o câmbio. Depois disso, não sendo mais possível de efetuar esse controle artificial, ocorre a crise econômica, através da piora generalizada de diversos indicadores como a inflação, o déficit público, a taxa de juros, a taxa de câmbio, o balanço de pagamentos, a dívida externa e outros indicadores. Por fim, se transforma em um ambiente favorável para políticas ortodoxas.

Em relação às divergências, de maneira geral, referem-se ao Dornbusch e Edwards (1991) não ver a necessidade de troca de governo ou pelos responsáveis em relação ao Bresser Pereira (1991) que prega a necessidade dessa transição dos supostos “culpados”. Adicionalmente, Bresser Pereira (1991) intensifica a importância do papel da valorização do câmbio enquanto Dornbusch e Edwards (1991) fortalece a condição inicial do governo Populista econômico, em que a performance da economia está pior que o esperado, da sociedade e os políticos almejam melhorar a economia mesmo implicando em fortes desrespeitos orçamentários. Ademais, se acentua que o Populismo Econômico não resulta necessariamente no colapso da economia, mas, sim, na piora generalizada dos mais necessitados.

2. RESULTADOS

Os resultados coletados revelam uma série de conceitos econômicos fundamentais. A Dívida Externa Bruta representa o endividamento dos residentes de um país em relação aos residentes no resto do mundo. Já a Dívida Externa Líquida é a diferença entre a Dívida Externa Bruta e as aplicações em moeda estrangeira. O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região, sendo o PIB Real calculado a preços constantes para eliminar o efeito da inflação. O Superávit Primário corresponde ao resultado das contas públicas excluindo os juros.

Ademais, a Carga Tributária refere-se ao total dos tributos arrecadados pelo governo de um país em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). As transações Correntes abrangem as transferências de bens, serviços e doações recebidas de países ou órgãos internacionais. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) é o indicador oficial da inflação no Brasil e se concentra em uma cesta de produtos básicos.

Além disso, a Taxa Básica de Juros de um país corresponde à remuneração que o Tesouro Nacional paga aos seus credores e funciona como referência para contratos de crédito. Por fim, a Dívida Pública Bruta refere-se à dívida do setor público não-financeiro e do Banco Central com o sistema financeiro, enquanto a Dívida Pública Líquida é a Dívida Pública Bruta menos a soma dos créditos do Banco Central e do setor público não-financeiro.

Com isso, em virtude da variedade dos dados adquiridos, será feito na figura 1 um quadro resumo de todos os indicadores coletados entre os anos de 1995 a 2022. Com isso, foram coletados os seguintes dados adquiridos: dívida externa bruta/PIB (%) (DEB), dívida externa líquida /PIB (%) (DEL), variação do PIB real, superávit primário (SP), carga tributária bruta (CTB), saldo do balanço de pagamentos (transações correntes) (Saldo BP), taxa de inflação IPCA, IPCA-preços monitorados (cesta composta por produtos como combustíveis, remédios, passagens de ônibus e material escolar entre outro), taxa de juros Selic, dívida pública bruta/PIB (%) (DPB) e dívida pública líquida/PIB (%) (DPL).

Figura 1 - Quadro resumo dos dados

Ano	DEB	DEL	PIB Real	SP	CTB	Saldo BP	IPCA	IPCA (Monitorado)	Selic	DPB	DPL
1995 (FHC 1)	20,70%	12,00%	4,22%	0,40%	27,20%	-2,43%	22,41%	25,33%	41,20%	-	29,50%
1996 (FHC 1)	21,40%	12,00%	2,21%	-0,10%	26,40%	-2,80%	9,56%	18,69%	23,90%	-	33,30%
1997 (FHC 1)	23,00%	15,00%	3,39%	-1,00%	26,90%	-3,47%	5,22%	17,04%	38,90%	-	34,50%
1998 (FHC 1)	28,60%	21,60%	0,34%	0,00%	27,50%	-3,91%	1,85%	3,21%	29,20%	-	42,80%
1999 (FHC 2)	41,20%	32,40%	0,47%	3,30%	28,50%	-4,31%	8,94%	19,23%	19,00%	-	46,90%
2000 (FHC 2)	38,60%	29,50%	4,39%	3,50%	29,90%	-3,81%	5,97%	12,30%	15,80%	-	49,30%
2001 (FHC 2)	37,90%	29,40%	1,38%	3,60%	31,00%	-4,24%	7,67%	10,33%	19,10%	50,40%	49,80%
2002 (FHC 2)	41,80%	32,70%	3,05%	3,90%	32,00%	-1,60%	12,53%	14,43%	24,90%	53,10%	60,40%
2003 (Lula 1)	38,80%	27,30%	1,14%	4,30%	31,40%	6,43%	9,30%	12,55%	16,30%	59,90%	54,80%
2004 (Lula 1)	30,30%	20,40%	5,78%	4,20%	32,30%	1,66%	7,60%	9,77%	17,70%	56,00%	50,80%
2005 (Lula 1)	19,20%	11,50%	3,20%	4,40%	33,30%	1,55%	5,69%	8,64%	18,00%	56,40%	48,40%
2006 (Lula 1)	15,90%	6,90%	3,98%	3,20%	33,60%	1,18%	3,14%	4,20%	13,20%	56,40%	47,30%
2007 (Lula 1)	14,10%	-0,90%	6,07%	3,30%	33,90%	3,00%	4,46%	1,64%	11,20%	58,00%	45,50%
2008 (Lula 2)	12,00%	-1,70%	5,08%	3,40%	34,60%	-1,82%	5,90%	3,23%	13,70%	57,70%	38,50%
2009 (Lula 2)	12,20%	-3,80%	-0,13%	2,00%	33,10%	-1,58%	4,31%	4,84%	8,70%	60,90%	42,10%
2010 (Lula 2)	12,00%	-2,40%	7,63%	2,80%	32,30%	-3,58%	5,91%	3,09%	10,70%	63,40%	38,20%
2011 (Dilma 1)	11,80%	-2,30%	3,97%	3,10%	33,00%	-2,93%	6,50%	6,04%	10,90%	54,20%	38,50%
2012 (Dilma 1)	13,30%	-3,00%	1,92%	2,40%	32,70%	-3,43%	5,84%	3,59%	7,10%	58,80%	35,30%
2013 (Dilma 1)	12,70%	-3,70%	3,00%	1,70%	32,50%	-3,24%	5,91%	1,54%	8,90%	58,70%	33,80%
2014 (Dilma 1)	14,40%	-1,90%	0,50%	-0,60%	31,80%	-4,14%	6,41%	5,20%	11,60%	63,40%	36,70%
2015 (Dilma 2)	18,60%	-3,20%	-3,55%	1,90%	32,00%	-3,04%	10,67%	16,77%	14,20%	65,50%	37,90%
2016 (Dilma 2)	18,20%	-3,80%	-3,28%	2,60%	32,10%	-1,38%	6,29%	5,39%	13,60%	68,80%	47,80%
2017 (Temer)	15,40%	-3,80%	1,32%	-1,70%	32,20%	-1,07%	2,95%	7,75%	8,90%	74,00%	53,40%
2018 (Temer)	17,20%	-3,60%	1,78%	-1,60%	32,60%	-2,88%	3,75%	8,08%	8,40%	78,70%	55,60%
2019 (Bolsonaro)	17,20%	-2,60%	1,22%	-0,90%	32,50%	-3,47%	4,31%	8,42%	4,40%	75,90%	58,40%
2020 (Bolsonaro)	21,50%	-4,30%	-3,28%	-9,50%	31,60%	-1,69%	4,52%	2,64%	1,90%	89,20%	67,00%
2021 (Bolsonaro)	20,20%	-3,20%	4,62%	-2,90%	33,90%	-1,74%	10,06%	15,77%	9,15%	80,26%	61,75%
2022 (Bolsonaro)	18,50%	-2,20%	2,47%	-4,70%	-	-1,41%	7,17%	-1,47%	13,65%	77,13%	58,96%

Fonte : elaboração própria a partir dos dados do IBGE,IPEA, FMI, TSC, STN E BCB.

A análise dos dados coletados revela padrões importantes ao longo dos anos. Entre 1998 e 2004, período que abrange os governos de FHC (1998-2002) e Lula (2003-2004), observou-se as maiores Dívidas Externas Líquidas, com uma oscilação entre 20,4% e 32,7%. Destaca-se que a maior Dívida Externa Líquida foi registrada em 2002, ao final do governo FHC, atingindo 32,7%. Por outro lado, as menores Dívidas Externas Líquidas ocorreram em 2009 (-3,8%) durante o governo Lula, em 2012 (-3%) e 2013 (3,7%) na gestão de Dilma Rousseff, assim como em 2015 (-3,20%), 2016 (-3,8%), e 2017 (-3,8%) durante os mandatos de Dilma e Michel Temer, e em 2020 (-4,3%) e 2021 (-3,2%) sob a presidência de Jair Bolsonaro.

No que diz respeito ao Produto Interno Bruto (PIB) Real, as maiores variações foram observadas durante o governo de Lula em 2004, 2007, 2008 e 2010, com destaque para 2010, que apresentou a maior variação com 8%. As menores variações negativas foram registradas durante o governo de Dilma em 2015 (-3,55%) e 2016 (-3,28%), e durante o governo de Bolsonaro em 2020 (-3,28%).

Os melhores saldos de Superávit Primário foram entre os anos de 1999 e 2008, e de 2010 a 2011, durante os governos de FHC (1999-2002), Lula (2003-2008), e Dilma (2011-2014). Destaca-se que o ano com o maior superávit foi em 2005, durante o governo Lula, atingindo 4,4%. Já os piores saldos, inclusive negativos, foram registrados entre 1996 e 2001, 2010 e 2014, e em 2019, durante os mandatos de FHC, Lula, Dilma e Bolsonaro, respectivamente, variando entre -0,10% e -9,50%.

Quanto à carga tributária, os maiores valores foram registrados entre 2005 e 2009, 2011 e 2021, durante os governos de Lula (2005-2010), Dilma (2011-2016) e Bolsonaro (2019-2022), com destaque para 2008, que registrou a maior carga tributária durante o governo Lula, atingindo 34,6%. As menores cargas tributárias ocorreram durante o governo de FHC entre 1995 e 2000, variando entre 27,20% e 29,90%.

Em relação à inflação, os maiores índices foram observados em 1995, 2002, 2015 e 2021, durante os governos de FHC, Dilma e Bolsonaro. Já as menores taxas de IPCA foram registradas em 1998, 2006 e 2017, durante os governos de FHC, Lula e Temer.

No que se refere à taxa de juros, os maiores valores foram registrados em 1995, 1996, 1997, 1998 e 2002, durante o governo de FHC, variando entre 23,90% e 41,20%. As menores taxas Selic foram observadas em 2017, 2018, 2019 e 2020, durante os governos de Temer e Bolsonaro, variando entre 1,9% e 6,90%.

Sobre os dados coletados ao longo deste trabalho, as maiores Dívidas Externas Líquidas ocorreram durante os anos de 1998 a 2004, que abrangem os governos de FHC de 1998 a 2002 e Lula de 2003 a 2004. Notavelmente, a maior Dívida Externa Líquida foi registrada em 2002, no final do mandato de FHC.

Por outro lado, as menores Dívidas Externas Líquidas foram observadas em 2009 (-3,8%) durante o governo de Lula, em 2012 (-3%) e 2013 (3,7%) sob a administração de Dilma, bem como em 2015 (-3,20%), 2016 (-3,8%), e 2017 (-3,8%) durante os mandatos de Dilma e Temer, e em 2020 (-4,3%) e 2021 (-3,2%) sob a presidência de Bolsonaro.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) Real, as maiores variações foram observadas durante o governo de Lula em 2004, 2007, 2008 e 2010, sendo que o ano de 2010 apresentou a maior variação com 8%. As menores variações negativas foram registradas durante o governo de Dilma em 2015 (-3,55%) e 2016 (-3,28%), e durante o governo de Bolsonaro em 2020 (-3,28%).

No que diz respeito aos melhores saldos de Superávit Primário, estes foram observados entre os anos de 1999 e 2008, e de 2010 a 2011, durante os governos de FHC, Lula e Dilma. O ano com o maior superávit foi em 2005, durante o governo de Lula. Por outro lado, os piores saldos, inclusive negativos, foram registrados entre 1996 e 2001, 2010 e 2014, e em 2019, durante os mandatos de FHC, Lula, Dilma e Bolsonaro, respectivamente.

Em relação à inflação, os maiores índices foram observados em 1995, 2002, 2015 e 2021, durante os governos de FHC, Dilma e Bolsonaro. Por outro lado, as menores taxas de IPCA foram registradas em 1998, 2006 e 2017, durante os governos de FHC, Lula e Temer.

No que se refere à taxa de juros, os maiores valores foram registrados em 1995, 1996, 1997, 1998 e 2002, durante o governo de FHC. As menores taxas SELIC foram observadas em 2017, 2018, 2019 e 2020, durante os governos de Temer e Bolsonaro.

Por fim, as maiores Dívidas Públcas Brutas foram registradas entre 2017 e 2022, durante os mandatos de Temer e Bolsonaro, enquanto as menores dívidas ocorreram nos governos de FHC em 2001 e 2002, Lula em 2010, e Dilma em 2011. Já as maiores Dívidas Públcas Líquidas ocorreram em 2002, 2019, 2020, 2021 e 2022, durante os governos de FHC e Bolsonaro, enquanto as menores foram observadas em 1995, 1996, 1997, 2012 e 2013, durante os governos de FHC e Dilma.

3. PROPOSTA DE IDENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS

3.1. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

O Presidente Fernando Henrique Cardoso foi amplamente conhecido pelo sucesso do Plano Real, apesar de ter sido realizado em 1993 pelo governo Itamar Franco, em controlar a hiperinflação inercial vinda dos governos anteriores em que apresentou redução significativa nas taxas de inflação.

No que diz respeito ao Plano Real, apresentava dois aspectos importantes para o processo inflacionário, que era a ideia dos choques que levaram à aceleração da inflação e do caráter inercial. Ainda, levando em conta esse diagnóstico, esse plano foi implementado em 3 fases: 1) consistia em um ajuste fiscal prévio, que consistia em uma estabilização das contas públicas; 2) indexação completa da economia na unidade real de valor (URV), que formava em uma unidade de referência para obter um

preço mais controlado; 3) a criação do real, que consistiu em trocar a URV em real. Contudo, vale observar que ocorreram outros problemas como o comprometimento do crescimento econômico, aumento da taxa Selic, da carga tributária, da dívida pública líquida, da dívida externa bruta e da dívida externa líquida.

Referente ao segundo período do governo, foi uma época com bastante externalidades negativas como a crise asiática no final de 1997, a crise russa de 1998, o atentado terrorista das torres gêmeas em 2001, a crise econômica argentina (1998-2002) e a crise energética brasileira de 2001. Por conta dessas externalidades, vários indicadores apresentaram piores ao longo dos anos.

Contudo, vale ressaltar a forte política do câmbio de proteger o setor privado da desvalorização cambial através da venda de dólares e privatizações, principalmente na época de 1998 para ajudar a se eleger, que contribuiu para o cenário de elevação dos juros. Adicionalmente, houve o aumento da inflação, da dívida externa, da dívida pública e da estagnação econômica.

De maneira geral, o governo do FHC apresentou dívidas externas mais elevadas, estagnação do PIB real, diminuição do saldo do balanço de pagamentos, aumento do superávit primário, da carga tributária, da dívida pública bruta e da dívida pública líquida. Além disso, vale notar que em um primeiro momento, houve uma diminuição do IPCA e da Selic, mas, que nos anos finais de seu governo, esses dois índices voltaram a crescer. Por fim, vale notar que apesar da diminuição da Cesta do IPCA, ela não foi tão expressiva quanto a taxa de IPCA geral.

A partir do apresentando, tudo leva a crer que o governo de Fernando Henrique Cardoso é parcialmente encaixado na taxonomia de Populista Econômico nos aspectos fiscais e monetários. Posto que houve políticas de cunho populista econômico, como o controle do câmbio para o agrado do setor privado e com o objetivo da reeleição, que gerou desequilíbrio com as contas externas, aumento da inflação, da carga tributária, que foi o maior aumento entre todos os governantes, da taxa Selic e da dívida pública. Contudo, vale notar que as políticas de financiamento externo, do aumento da taxa de juros e da carga tributária foram feitas com o intuito de combater a inflação, que de fato tem sido bem-sucedidas. Além desse fator, ainda houve diversas externalidades negativas do governo, tanto da herança inflacionária dos governos anteriores como da crise energética e das crises econômicas de outros países.

3.2 LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O governo Lula foi marcado pelas fortes políticas sociais como o Bolsa Família, Prouni, Fome Zero, Minha Casa Minha Vida, com o objetivo principal de diminuir a pobreza. Porém, mesmo com as políticas sociais, o governo Lula apresentou controle em todos os indicadores econômicos e, inclusive, a melhora deles. Além disso, tal controle foi garantido pelo tripé econômico de cunho liberal, que consistia no câmbio flutuante, no superávit primário e nas metas de inflação. Todavia, esse tripé econômico liberal também é criticado por limitar o papel anticíclico do estado, resultando no processo de desindustrialização brasileira e em baixos índices de crescimento econômico. Ainda, referente aos indicadores econômicos, eles tiveram externalidade positiva pelo boom das commodities, que foi o período de forte alta dos preços de grande quantidade de commodities que levou ao aumento da exportação devido à crescente demanda das economias emergentes, e permitiu que outros países vizinhos também tivessem taxas progressivas de crescimento econômico.

Referente ao governo Lula, apresentou diminuição da dívida externa e da dívida pública tanto bruta como líquida, do superávit primário, do balanço de pagamentos, do IPCA, da cesta básica do IPCA, da Selic e crescimento do PIB real em quase todos os anos. Contudo, houve diminuição do superávit primário e aumento da carga tributária.

Diante do apresentado, conclui-se que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem indícios de não se encaixar no conceito de Populismo Econômico nos aspectos fiscais e monetários por não apresentar nenhum comprometimento com os índices econômicos, apesar das políticas distributivas.

3.3 DILMA ROUSSEFF

O governo Dilma foi marcado pelo caráter intervencionista através da linha de crédito do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e da expansão das políticas sociais feitas no governo Lula. Todavia, apesar do intervencionismo, o governo não se encaixa na categoria de desenvolvimentismo por não propor políticas econômicas que focassem no crescimento da produção industrial e da infraestrutura. Visto que no governo Dilma apresentou desindustrialização e diminuição do PIB. Ademais, ainda sobre a sua agenda econômica, o governo Dilma continuou com tripé macroeconômico já estabelecido pelo governo FHC. Mas, esse tripé foi flexibilizado por desvalorizar o câmbio e por não cumprir com as metas de Inflação e Superávit primário.

Além disso, o governo Dilma, mesmo com sua política intervencionista e com o tripé flexibilizado, apresentou resultados aquém do desejado. Dado que a produtividade do trabalho não acompanhou o aumento dos salários reais, houve redução do PIB, do balanço de pagamentos, da dívida pública bruta e aumento da inflação, apesar do IPCA monitorado ter diminuído nos primeiros anos. Ainda, além desses resultados, o governo sofreu com irregularidades como as denúncias de corrupção, insatisfação popular e as pedaladas fiscais que resultaram em seu impeachment. No que diz respeito a essas pedaladas, referem-se a operações no orçamento público que consistem em atrasar o repasse de verba a bancos com o objetivo de atenuar a situação fiscal do governo em um determinado intervalo de tempo. Nisso, a pedalada fiscal de Dilma implicou em atrasar os repasses do Tesouro Nacional para os bancos públicos para pagar benefícios sociais ou financiar investimentos com juros menores. Com isso, na omissão do pagamento do Tesouro, os bancos públicos usaram seus próprios recursos para honrar os programas estabelecidos, o que foi configurado pelo Congresso Nacional como crime de responsabilidade fiscal. Porém, vale ressaltar que nos governos FHC e Lula as pedaladas fiscais também ocorreram.

Apesar dos resultados, é importante salientar a instabilidade política em seu segundo governo e o cenário externo desfavorável da Crise Subprime dos Estados Unidos em 2008 como externalidade negativa para o governo Dilma. Pelo fato de que afetou negativamente o crescimento mundial e pela perda da demanda externa pelo fim do boom das commodities.

No que se refere ao governo Dilma, apresentou diminuição da carga tributária e da dívida externa líquida, aumento da dívida externa bruta, diminuição do PIB real, diminuição do saldo do balanço de pagamento e aumento do IPCA e da dívida pública bruta. Ainda, referente ao IPCA monitorado, a dívida pública líquida e a Selic, apresentaram quedas em um primeiro momento e depois uma elevação constante.

Diante do que foi apresentado, o governo Dilma se aproxima do conceito de Populismo Econômico. Porque apesar da expansão das políticas sociais, da diminuição da carga tributária, da Dívida Externa Líquida, da crise de 2008 e da instabilidade política, houve uma série de descumprimentos econômicos em prol de um distributivismo. Como o tripé macroeconômico e com a lei de responsabilidade fiscal através das pedaladas fiscais, que consistem em operações no orçamento público feitas pelo Tesouro Nacional sem previsão na legislação. Adicionalmente, ocorreu um intervencionismo que não resultou em crescimento econômico, industrial ou da infraestrutura e uma piora generalizada dos indicadores econômicos.

3.4 MICHEL TEMER

Michel Temer é marcado por governar o Brasil após o impeachment da presidente Dilma, com propostas diferentes da apresentada pela gestão anterior. Posto que tinha como bandeiras políticas intervencionista e distributivista e no período Temer foi feita uma política econômica ortodoxa liberal, consistindo em uma menor participação do estado na economia. Por conta disso, no governo Temer foram estendidas as concessões aos setores internos e às capitais internacionais. Por exemplo, redução do BNDES, privatização na área de energia e de aeroportos, licença de exploração mineral em áreas protegidas, alterações das cláusulas da indústria naval e do pré-sal, que permitiu maior participação das empresas estrangeiras.

Ainda, sobre essas políticas ortodoxas, houve uma série de reformas liberais em que se excluiu parte da classe média e de segmentos expressivos dos trabalhadores. Como a reforma da previdência, teto para os gastos primários, reforma trabalhista, liberalização do emprego terceirizado para qualquer tipo de atividade e a diminuição de benefícios ao funcionalismo público.

Referente aos fatores exógenos, o governo sofreu externalidade negativa internacional com

a guerra comercial EUA/China em 2018 e a crise na Argentina em 2017, que dificultou as relações desses países com o Brasil. Além disso, o governo Temer sofreu com a instabilidade política em virtude de muitos serem contra a legitimidade de seu governo e com o processo de impeachment da presidente Dilma.

Diante disso tudo que foi apresentado, o governo Temer apresentou diminuição da dívida externa líquida, crescimento do PIB real, diminuição da Selic e do superávit primário, aumento da carga tributária, do IPCA monitorado, da dívida pública bruta e líquida. Por fim, referente a dívida externa bruta e o IPCA, apresentou queda no primeiro ano e crescimento no ano seguinte.

Em virtude do que foi apresentado, apesar do superávit primário negativo e da elevação da dívida pública, o governo Temer não apresenta indícios de ser um populista econômico nos aspectos fiscais e monetários por apresentar compromisso com as contas públicas. Visto que os indicadores econômicos da dívida externa bruta e líquida, PIB real, carga tributária, saldo da balança de pagamentos, IPCA, IPCA monitorados e taxa Selic, estiveram dentro do esperado.

3.5 JAIR BOLSONARO

O governo Bolsonaro foi marcado pelo fim da hegemonia de dezesseis anos entre os governantes eleitos do Partido dos Trabalhadores (PT), apesar de existir uma discussão da legitimidade do Impeachment da Presidente Dilma e das diferenças da agenda econômica do governo Temer, e pela extensa série de controvérsias. As quais envolveram o gerenciamento na pandemia, saúde, educação, democracia, corrupção e outras declarações polêmicas que geraram forte instabilidade política. Na parte econômica, Bolsonaro seguiu a agenda ortodoxa liberal de Temer em prosseguir com as concessões aos setores internos e aos capitais internos a seus respectivos projetos. Por exemplo, a reforma trabalhista, privatização das áreas de energia e a nova reforma da previdência.

Entretanto, em 2020, o Presidente Bolsonaro já quebrou o teto de gastos e o continuou quebrando nos anos seguintes de 2021 e 2022. Ademais, mais especificamente, em julho de 2022, com o objetivo de ganhar a reeleição para presidente, o Governo aprovou a PEC “Kamikaze”, que consistia em uma série de benefícios como o Auxílio Brasil, Vale Gás, Auxílio Táxi, Bolsa Caminhoneiro somente até março de 2023, mesmo com o teto de gastos desrespeitado.

Referente aos fatores exógenos, houve uma série de externalidades negativas que prejudicam a economia do governo Bolsonaro. Dentre estes, destaca-se a guerra comercial EUA/China e a crise na Argentina já herdados pelo governo Temer, além da queda de preços de commodities em 2019, a guerra da Ucrânia com a Rússia em 2022 e, principalmente, a pandemia da Covid 19.

Ainda, a respeito do governo Bolsonaro, houve aumento da dívida externa bruta, IPCA, taxa Selic, dívida pública bruta e líquida e diminuição do superávit primário. Mas ocorreu a melhora do saldo do balanço de pagamentos. Além disso, quanto ao PIB real, após a brusca queda de 2020 houve um aumento nos dois anos seguintes. No que se refere a carga tributária, houve diminuição nos dois primeiros anos e apresentou crescimento de 2,30% em 2021. Quanto à dívida externa líquida, apresentou aumento em 2019 e 2022 e diminuição em 2020 e 2021. Por fim, referente ao IPCA monitorado, apresentou queda em 2019 e 2020, um aumento de 13,13% em 2021 e uma queda de -17,24% em 2022.

Em relação ao que foi apresentado, tudo leva a crer que o governo Jair Bolsonaro é encaixado na taxonomia de Populismo Econômico fiscais e monetários. Posto que, quebrou o teto de gastos em 2020, 2021 e 2022, pela PEC “kamikaze”, que visou somente benefícios a curto prazo em seu governo com o objetivo claro de tentar se eleger, e pela piora generalizada dos indicadores econômicos. Contudo, é importante ressaltar as diversas externalidades negativas como a guerra da Ucrânia com a Rússia e a pandemia da Covid e a melhora de alguns indicadores econômicos como o saldo do balanço de pagamentos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conta das turbulências sociais e econômicas, ocorreu a banalização do uso do termo Populismo Econômico tanto em termos nacionais como globais. Uma vez que o termo Populismo Econômico

é usado de maneira errônea para designar quaisquer governos com políticas desenvolvimentistas, distributivas e sociais.

Na generalidade, o Populismo Político é a manipulação do governo diante das classes com menor conhecimento político. Como demonstrado por Weffort (2003, p. 51), o Populismo Político é controlar e enganar a população mais vulnerável, mostrando indignação com as partes mais poderosas da sociedade. No entanto, esse conceito é subjetivo, amplo e invariavelmente pejorativo para classificar determinado governo por faltar recursos mais concretos e imparciais para o estudo. Em virtude disso, para Ferreira (2001), Populismo Político não é um conceito técnico, mas sim, um termo banalizado com o uso de desmerecer os outros quando é oportuno.

Em relação ao Populismo Econômico, ele se baseia em um padrão de política econômica em crescimento acelerado independentemente das situações adversas e subestimam as políticas de estabilização. Em relação a esse conceito, se baseia nas definições de populismo econômico para Dornbusch e Edwards (1991) e Bresser Pereira (1991).

Mais especificamente, Dornbusch e Edwards (1991), ao estudar os governos latino-americanos, afirma que a condição inicial do governo Populista econômico é a performance da economia está pior que o esperado e, por conta disso, os políticos e o resto da população, almejam melhorar a economia mesmo implicando em fortes desrespeitos orçamentários. Ademais, o Populismo econômico para Dornbusch e Edwards (1991), consiste no aumento da demanda seguido de controle do câmbio ou protecionismo em pontos de estrangulamento da economia que fizeram uma elevação da crise econômica e um ambiente propício para políticas de cunho ortodoxo. Por fim, segundo Dornbusch e Edwards (1991), prega que o populismo econômico não resulta necessariamente no colapso da economia e sim, em apresentar efeitos nocivos para os grupos mais necessitados, que esperavam ser os mais beneficiados pelas políticas populistas.

Ademais, segundo Bresser Pereira (1991) ao explicar as diferenças das políticas keynesianas do populismo econômico e ao analisar o fenômeno populista da América Latina, concluiu que o Populismo Econômico é o governo ter um alto crescimento e baixa inflação e, em um segundo momento, uma crise fiscal seguida de uma crise política e econômica em que os supostos “responsáveis” pelo caos são tirados do poder. Adicionalmente, Bresser Pereira (1991) diferenciou os Populistas “de esquerda”, que são os que pregam um distribuímos ingênuo e irresponsabilidade com a parte fiscal dos “de direita”, que é a irresponsabilidade fiscal com o setor público em benefício do setor privado e do Clientelismo.

Levando isso em conta, de maneira geral, a pesquisa tinha como objetivo responder quais dos governantes entre 1995 e 2022 podem se encaixar na taxonomia de Populismo Econômico nos aspectos fiscais e monetários. Por conta disso, foi feita a coleta dos dados referente a dívida externa bruta e líquida, o superávit primário, a carga tributária, o balanço de pagamentos, o IPCA, o IPCA monitorado, a variação do PIB real, a dívida pública bruta e líquida durante o intervalo de tempo de 1995 a 2022. Além dessa coleta de dados, foi feita a análise de quais governos tiveram os indicadores econômicos dentro da normalidade levando em conta o contexto socioeconômico do Brasil e do restante do mundo e quais se afastaram destes quadros.

Nisso, tudo leva a crer que os governos Lula e Temer não se encaixam na definição de governante populista econômico nos aspectos fiscais e monetários por apresentarem compromisso com as contas públicas. Contudo, o governo Dilma e Bolsonaro aparecem se adequar a classificação e o governo FHC apresenta parcialmente vestígios de ser encaixado na taxonomia de Populista Econômico. Dado que o governo Dilma descumpriu com o tripé macroeconômico e com a lei de responsabilidade fiscal através das pedaladas fiscais, houve um intervencionismo que não resultou em crescimento econômico, industrial ou da infraestrutura e, por fim, teve uma piora generalizada dos indicadores econômicos.

Referente ao governo Bolsonaro, é, aparentemente, encaixado no conceito por ter quebrado o teto de gastos em 2020, 2021 e 2022, pela piora generalizada dos indicadores econômicos e, por fim, pela PEC “kamikaze”, que visou somente benefícios a curto prazo em seu governo com o intuito de se eleger.

Quanto ao governo FHC, se aproxima do conceito de Populista Econômico nos aspectos fiscais e monetários porque no período perto da reeleição, ocorreu o controle do câmbio para o agrado do setor privado que gerou desequilíbrio com as contas externas, da dívida pública, da elevação da taxa Selic, da inflação, e da carga tributária, que teve o maior aumento entre todos os governantes.

Com esses resultados, conclui-se que o trabalho conseguiu atingir seu propósito com êxito. Uma vez que foi possível fazer a coleta da dívida interna e externa, superávit primário, carga tributária, balanço de pagamentos, IPCA, IPCA Monitorado, variação do PIB, Dívida Pública Bruta e Líquida do período. Com esses dados, ainda, foi possível analisar quais governos entre FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro se enquadram na definição de Populismo Econômico nos aspectos fiscais e monetários.

Por fim, para futuras pesquisas, é possível trazer análises mais aprofundadas futuras com a coleta de dados do câmbio, a comparação econômica de países vizinhos, de índices sociais e de outras técnicas mais sofisticadas para contribuir com o melhor entendimento do populismo no Brasil. Dado que a taxa de câmbio é outro indicador importante para enriquecer a analisar, que não foi visto de maneira aprofundada, e da necessidade de aprofundamento geral no assunto.

REFERÊNCIAS

- BCB - Banco Central do Brasil. *Dados Abertos*. Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- BLANCHARD, Olivier. *Macroeconomia*. São Paulo: Prentice Hall, 2011.
- BRESSER PEREIRA, Carlos, Luiz. *Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina*. São Paulo: Nobel, 1991.
- BRESSER PEREIRA, Carlos, Luiz. *Macroeconomia da estagnação*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- DORNBUSCH, Rudiger; EDWARDS, Sebastian. *The macroeconomics of populism in Latin America*. Chicago: The University Of Chicago Press, 1991.
- FERREIRA, Jorge (org). *O Populismo e Sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FMI - Fundo Monetário Internacional. *Brazil Country Data*. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Countries/BRA#countrydata>. Acesso em: 22 jun. 2024.
- FONSECA; Pedro Cezar Dutra. O mito do populismo econômico de Vargas. *Revista de Economia Política*, v. 31, n. 1, p. 56-76, jan./mar. 2011.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Painel de indicadores*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores/#variacao-do-pib>. Acesso em: 22 jun. 2022.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, *Séries históricas*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx#>. Acesso em: 22 jun. 2022.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo/RS: Feevale, 2013.
- STN - Secretaria do Tesouro Nacional. *Boletim trimestral de estatísticas fiscais do governo geral*. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-trimestral-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral/2022/22>. Acesso em: 22 jun. 2022.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2003.